



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDERSON VANNUCCI

**O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM
GUARULHOS E SÃO PAULO: MEMÓRIA, CULTURA E CIDADANIA**

Goiânia
2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Anderson Vannucci

3. Título do trabalho

O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM GUARULHOS E SÃO PAULO: MEMÓRIA, CULTURA E CIDADANIA

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomao De Campos, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2026, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Vannucci, Discente**, em 07/07/2026, às 15:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6209744** e o código CRC **E0C07B20**.

ANDERSON VANNUCCI

**O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM
GUARULHOS E SÃO PAULO: MEMÓRIA, CULTURA E CIDADANIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da
Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG),
como requisito para obtenção do título de Doutor em História

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades

Linha de pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais

Orientador: Professor Doutor Yussef Daibert Salomão de
Campos

Goiânia

2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vannucci, Anderson

O patrimônio na perspectiva de movimentos sociais em Guarulhos e São Paulo [manuscrito]: memória, cultura e cidadania / Anderson Vannucci. - 2026.

261 f.:

Orientador: Prof. Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2026.

Anexo.

Bibliografia.

Inclui: mapas.

1. Patrimônio Cultural; Patrimônio Ambiental Urbano; Políticas Públicas e Participação Social; Movimentos Sociais em Guarulhos e São Paulo. I. Campos, Yussef Daibert Salomão de, orient. II. Título.

CDU 94(81)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata nº **010/2026** da sessão de Defesa da **Tese** de **ANDERSON VANNUCCI**, que confere o título de **DOUTOR em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis**, a partir da(s) **14h00min**, em **formato remoto** (videoconferência), realizou-se a sessão pública de **Defesa de Tese** intitulada **"O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS POPULARES EM GUARULHOS E SÃO PAULO: MEMÓRIA, CULTURA E CIDADANIA"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Yussef Daibert Salomão de Campos (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Marcelo Cardoso de Paiva (UFABC)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Rodrigo Christofolletti (UFJF)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Heloisa de Faria Cruz (PUC-SP)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Tese**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Yussef Daibert Salomão de Campos**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

O PATRIMÔNIO NA PERSPECTIVA DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM GUARULHOS E SÃO PAULO: MEMÓRIA, CULTURA E CIDADANIA



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Nicolini, Coordenador de Pós-Graduação**, em 24/06/2026, às 19:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Professor do Magistério Superior**, em 24/06/2026, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yussef Daibert Salomao De Campos, Professor do Magistério Superior**, em 25/06/2026, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6209722** e o código CRC **3C96DB0F**.

Referência: Processo nº 23070.025321/2026-36

SEI nº 6209722

DEDICATÓRIA

A

meus pais, Gilberto (*in memoriam*) e Pedrinha

E

minha companheira de todos os momentos e de todas as lutas, Renata

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa, política pública fundamental e necessária sem a qual este e muitos outros trabalhos não se concretizariam.

Aos amigos, parentes e professores que de diversas formas colaboraram, apoiaram ou mesmo incentivaram o meu trabalho desde o mestrado até este momento.

À Professora Dr. Heloísa de Faria Cruz, minha orientadora no mestrado, que contribuiu no projeto inicial que viria a se transformar nesta pesquisa de doutorado.

Ao meu orientador, Professor Dr. Yussef Daibert Salomão de Campos, pela orientação e apoio oferecido nestes poucos mais de quatro anos, tanto em questões acadêmicas quanto nas extra-acadêmicas.

Aos membros da banca de qualificação Professor Dr. Jiani Fernando Langaro e Professor Dr. Marcelo Cardoso de Paiva, que deram valiosas contribuições para este trabalho.

Ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás através de seus professores e especialmente de seus colaboradores estiveram sempre prontos a guiar e apoiar os alunos nesta árdua jornada realizada, com um agradecimento especial a Cintila.

RESUMO:

A ampliação da participação social no âmbito da gestão pública do patrimônio, que se intensificou com o declínio da ditadura militar no Brasil e se consolidou na Constituição de 1988, levou a mudanças em relação à política de patrimônio implementada até então. Essa abertura institucional para a sociedade civil incentivou o surgimento de associações e movimentos populares de preservação do patrimônio que, por sua vez, foram se tornando protagonistas no processo de patrimonialização. Foi esse contexto que proporcionou o surgimento de movimentos populares que têm a questão do patrimônio como objeto principal de sua ação política. Estes movimentos surgem a fim de ocupar os espaços deixados pela atuação estatal na política pública buscando ao mesmo tempo aprimorá-los. Para entender estes movimentos foram analisados dois grupos, a AAPAH (Associação de amigos do patrimônio e do arquivo histórico de Guarulhos) que surgiu em 2009 na cidade da região metropolitana de São Paulo, e o Coletivo Ururay que surgiu em 2014 na Penha e se dedica a pesquisar e divulgar os patrimônios culturais materiais e imateriais da zona leste e realizou ações nos bairros da Penha, Mooca, São Miguel Paulista e Itaquera localizados na cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Patrimônio ambiental urbano; Políticas públicas e participação social; Movimentos sociais em Guarulhos e São Paulo

ABSTRACT:

The expansion of social participation in the public management of heritage, which intensified with the decline of the military dictatorship in Brazil and was consolidated in the 1988 Constitution, led to changes in the heritage policy implemented until then. This institutional opening to civil society encouraged the emergence of associations and popular movements for heritage preservation, which, in turn, became protagonists in the heritage-making process. It was this context that gave rise to popular movements that have heritage as the main object of their political action. These movements emerge in order to occupy the spaces left by state action in public policy, while simultaneously seeking to improve them. To understand these movements, two groups were analyzed: AAPAH (Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico de Guarulhos), which emerged in 2009 in the city in the metropolitan region of São Paulo, and the Coletivo Ururay, which emerged in 2014 in Penha and is dedicated to researching and disseminating the tangible and intangible cultural heritage of the eastern zone, and has carried out actions in the neighborhoods of Penha, Mooca, São Miguel Paulista, and Itaquera located in the city of São Paulo.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Urban environmental heritage; Public policies and social participation; Social movements in Guarulhos and São Paulo

LISTA DE SIGLAS

AAPAH - Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico de Guarulhos
AEICP - Área de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem
AGL - Associação Guarulhense de Letras
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CNRC - Centro nacional de Referência Cultural
COGEP - Coordenadoria Geral de Planejamento
COMPHAC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Guarulhos
CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo
CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPC-UNE - Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes
CPC-USP – Centro de Preservação Cultural da USP Casa de dona Yayá
DPH - Departamento do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo
EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
EMURB - Empresa Municipal de Urbanização
IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil
IGEPAC - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo
INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Móveis e Sítios Urbanos
INBMI - Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NEP - Núcleo de Estudos da Paisagem
PCH - Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas
PT – Partido dos Trabalhadores
SESC-SP - Serviço Social do Comércio do Estado de São Paulo
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICP - Territórios de Interesse de Cultura e da Paisagem
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNG - Universidade de Guarulhos

USP - Universidade de São Paulo

ZEPEC-APC - Zonas Especiais de Preservação Cultural - Áreas de Preservação Cultural

ZPP - Zonas de Preservação do Patrimônio

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Mapa do município de Guarulhos e do município de São Paulo divididos por regiões	259
MAPA 2: Mapa do município de São Paulo com destaque aos distritos de atuação do Ururay citados neste trabalho	260
MAPA 3: Mapa do município de Guarulhos com destaque aos bairros de atuação da AAPAH citados neste trabalho	261

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 CAPÍTULO I: <i>DO LUGAR-COMUM AO LUGAR DE TODOS:</i>	
POLÍTICAS PATRIMONIAIS NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO	29
1.1 As políticas patrimoniais e o conceito de patrimônio ambiental urbano	29
1.2 A ampliação das políticas públicas na cidade de São Paulo	47
1.3 A ampliação das políticas públicas em Guarulhos	66
1.4 A participação social na experiência dos conselhos gestores do patrimônio	73
 CAPÍTULO II: <i>SEM PRÁTICAS SOCIAIS NÃO HÁ SIGNIFICADOS SOCIAIS: OS MOVIMENTOS POPULARES E SUAS RELAÇÕES COM OS ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO</i>	
2.1 Os movimentos sociais pelo patrimônio a partir da redemocratização	96
2.2 Os novos sujeitos patrimoniais do século XXI	108
2.3 A AAPAH no contexto das políticas patrimoniais em Guarulhos	118
2.4 O Ururay e as lutas pelo patrimônio na zona leste de São Paulo	127
2.5 O patrimônio e a política cultural: ações e parcerias	133
2.6 Formas de atuação dos movimentos sociais: o patrimônio como recurso	145
 CAPÍTULO III: <i>LUGAR DE MEMÓRIA É ONDE A MEMÓRIA TRABALHA: DIVERSIDADE DO PATRIMÔNIO E APROPRIAÇÃO COLETIVA</i>	
3.1 Retomada do patrimônio ambiental urbano no século XXI	157
3.2 As regiões analisadas e os territórios que as constituem	168
3.3 Diferentes territórios, diferentes questões	181
3.4 Patrimônio e habitação popular	200
3.5 Lugares de memória negra	213
3.6 Itinerários urbanos: turismo social e apropriação do território	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
FONTES	243
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	246
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
ANEXOS	259

As cidades e a memória 3

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoar a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos nas redes de pesca e os três velhos remendando as redes que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe. A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras. (Calvino. 2002. pp.14-15)

INTRODUÇÃO

Os debates em torno da ampliação da participação social, no âmbito da gestão pública do patrimônio, intensificaram-se com o declínio da ditadura militar no Brasil e se consolidaram na Constituição de 1988, o que levou a mudanças em relação às políticas de patrimônio implementadas até então. Essa ampliação tinha como objetivo uma maior participação da população na gestão patrimonial, a partir de uma maior inserção dela nos órgãos oficiais.

Essa abertura institucional para a sociedade civil incentivou o surgimento de associações e movimentos populares de preservação do patrimônio que, por sua vez, foram se tornando protagonistas no processo de patrimonialização, levando a ampliação conceitual do patrimônio

Esses grupos trouxeram para o campo da preservação o ponto de vista das populações afetadas pelo processo de patrimonialização e um aspecto relacional com o patrimônio a partir da ideia de referenciais culturais. A partir da ação desses movimentos sociais na defesa do patrimônio cultural, podemos pensar a problemática contida na democratização, conforme dito por Zanirato:

Esses usos sociais correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivos e representativos eles forem, mais protegidos estarão (Zanirato, 2009, p.139).

Esses grupos atuavam a partir de uma relação com o patrimônio não apenas com edifícios ou monumentos específicos na paisagem, mas com todo o território e suas memórias coletivas como um patrimônio comum. Isso implicava também em novas formas de luta pela melhoria da qualidade de vida em regiões carentes e periféricas.

A partir da década de 1980, começa a ocorrer um processo que se inicia partindo dos movimentos populares da produção de uma nova territorialidade pensada a partir das lutas sociais que passam a trabalhar sob o ponto de vista local as questões centrais dos seus debates, os debates se davam em torno do processo de pensar globalmente, mas trabalhar localmente os problemas sociais. Dentro deles se inserem os movimentos

pela preservação de patrimônios locais.

A partir desta perspectiva, defende-se que patrimônio e território podem ser entendidos como conceitos complementares, já que a inclusão da proteção ao território à prática patrimonial amplia os valores dos patrimônios, na medida em que contribui para democratizar essas mesmas práticas. Além disso, possibilita a inclusão dos atores locais e dos detentores desses patrimônios, em seus territórios, como sujeitos ativos, levando a uma ampliação da cidadania e da participação social da comunidade, contribuindo para a consolidação de um modo popular/democrático/inclusivo dos processos de patrimonialização.

No cotidiano dos movimentos surgidos desde então, a conexão dos grupos com os territórios onde vivem, divertem-se, encontram-se e organizam-se é fundamental para a construção dessa nova identidade. Também são cruciais o patrimônio e a memória às quais esses grupos buscam se vincular, e que estão ligados a esse território e à forma como seus precursores se apropriaram dele.

Nesse contexto, houve o surgimento de organizações populares pautadas pela defesa do patrimônio a partir de grupos da sociedade civil em São Paulo e região desde pelo menos os anos 1980. Eles pleiteavam, junto aos órgãos oficiais, a preservação dos seus patrimônios locais, além de lutarem pela valorização de seus territórios de moradia e vivências.

Com o tempo houve mudanças significativas no que diz respeito à participação popular na gestão do patrimônio, tanto do ponto de vista da autonomia dos grupos populares e elaboração de novas estratégias de preservação feita por eles, quanto no processo de gestão da participação popular junto aos órgãos estatais da administração pública.

Partindo dessas percepções iniciais, e tendo como foco as relações entre experiências sociais, disputas por memórias e identidades urbanas nos territórios, esta tese se propõe a estudar os processos e as experiências de movimentos populares da sociedade civil dedicados à preservação do patrimônio nas cidades de São Paulo e Guarulhos, que são voltados para a apropriação da memória social de suas regiões como uma forma de fortalecimento de suas lutas e identidades urbanas.

Nesses casos, a patrimonialização acaba sendo utilizada como um instrumento para produzir outras memórias sobre a história da cidade. Além de se constituir como lugar a partir do qual esses grupos também podem buscar outras formas de salvaguardar o patrimônio a partir das quais são constituídas novas práticas patrimoniais. Os grupos propõem um novo olhar sobre o patrimônio de seus territórios,

através da construção de uma relação entre patrimônio cultural e o território como componentes relevantes para a reprodução da vida social.

Portanto, trata-se do processo de aquisição de valores identitários próprios de habitantes de territórios não centrais do espaço urbano e distantes do ideário clássico produzido sobre a memória paulista. Diante disso, há a percepção dos limites existentes na atuação, pela ampliação do processo de patrimonialização por parte dos agentes institucionais, já que não há uma abertura concreta para a participação popular, tratando também sobre as novas possibilidades que são abertas quando o protagonismo popular assume as pautas do patrimônio.

Propomo-nos também, de maneira mais aprofundada, refletir sobre a aproximação construída pelos movimentos populares entre o patrimônio cultural dessas regiões periféricas da cidade de São Paulo e o conceito do direito à cidade, a partir do sentido e dos usos do patrimônio como instrumento de ocupação do espaço urbano e de suas regiões, por meio das memórias presentes no território, pensando o patrimônio cultural como recurso para as lutas sociais dessas comunidades.

A escolha destes grupos dentro de um universo de atuação popular de valorização e preservação do patrimônio se dá pela característica comum presente nestes dois coletivos patrimoniais - a AAPAH, em Guarulhos, e o coletivo Ururay, em São Paulo - a de atuarem articulando as diversas memórias presentes no espaço urbano de suas respectivas regiões, que apresentam características diferentes entre si conforme o território no qual estão inseridas.

A AAPAH trabalha com a memória da maior cidade da região metropolitana de São Paulo, que possui uma posição econômica, social e inclusive cultural de dependência em relação à capital paulista (Guarulhos), enquanto o coletivo Ururay trabalha com a memória e o patrimônio da mais densamente povoada das cinco regiões em que é dividida administrativamente a cidade de São Paulo (zona leste).

Compartilham uma relação de contiguidade territorial que implica em algumas características bem próximas nos processos históricos de colonização e urbanização destas regiões, o que permite algumas comparações entre políticas de preservação locais e entre a atuação dos grupos estudados.

Além disso, as regiões administrativas nas quais ambos os grupos atuam são bastante abrangentes e possuem uma diversidade econômica, cultural e social muito ampla que influencia as formas de atuação dos grupos, permitindo que possamos ver nesta tese uma variedade de objetos de pesquisa.

Além disso, as duas regiões fazem parte também de um mesmo território afetivo

e pessoal do autor desta tese, que contribui para explicar a escolha por esta dois grupos. Tendo sido criado no bairro de Vila Maria, localizado na zona norte da capital paulista (bairro que possui limites tanto com a cidade de Guarulhos quanto com bairros da zona leste Paulistana), o trânsito e a formação de laços pessoais entre estas três regiões sempre foram amplos e diversos.

A circulação de pessoas e, portanto, de memórias por estes territórios separados por limites administrativos e municipais nunca foi problema e continua presente até hoje, pois muitas pessoas atravessam os limites destas regiões para trabalhar, para encontrar amigos, visitar familiares, se divertir e trocar experiências de vida e trabalho. Muitas dessas atividades descritas foram vivenciadas por este autor que possui familiares no bairro de Itaquera na zona leste de São Paulo e no bairro de Vila Carmela na cidade de Guarulhos, por exemplo. E isso fez com que pudesse conhecer e acompanhar muitas das atividades promovidas pelos grupos que iremos analisar nesta tese.

A Associação de Amigos do Patrimônio e do Arquivo Histórico de Guarulhos (AAPAH), surgiu em 2009 na cidade da região metropolitana de São Paulo, porém sua origem está ligada a grupos que já atuavam desde o início dos anos 2000 na defesa do arquivo histórico e no fortalecimento do turismo na cidade.

Alguns pontos são cruciais para o início da AAPAH, o primeiro era o problema do Arquivo Histórico estar localizado em um local não apropriado para o armazenamento dos documentos. Os documentos históricos estavam sendo perdidos, pois não havia a devida triagem e um local apropriado para conservação de documentos, fotos e outros materiais.¹

Outro ponto era o rumor do destombamento da Casa Saraceni², que já rondava pelos bastidores políticos de Guarulhos. Mesmo com a sociedade civil lutando pela sua preservação, o destombamento foi aprovado na Câmara Municipal.³ Isto acabou levando a demolição da casa histórica na madrugada do dia 04 de novembro de 2010.

Outros pontos eram o abandono da Casa José Maurício⁴, da Casa da Candinha⁵, o inventário de todos os bens tombados por decreto municipal e as questões envolvendo o meio ambiente e a organização turística da cidade. Cabe lembrar que o surgimento da

¹ Disponível em: <https://aapah.org.br/historia-da-aapah/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2026

² Casarão em estilo *Art Nouveau* construído em 1919 pela família Saraceni no centro de Guarulhos

³ Ídem

⁴ Casarão construído em 1937, pertenceu ao ex-prefeito de Guarulhos José Maurício de Oliveira localizado no centro da cidade.

⁵ Antiga sede de fazenda construída no século XIX localizada no bairro do Bananal.

associação tem uma relação estreita com o recém-criado Conselho de patrimônio de Guarulhos, que depois de idas e vindas acabou sendo efetiva por meio da lei de 2009.⁶

O processo de formação do coletivo Ururay ocorreu em 2014, no bairro da Penha, como consequência do Seminário sobre patrimônios históricos da zona leste, realizado em 9 de agosto no Teatro Martins Penna, na mesma região. O grupo se dedica a pesquisar e divulgar os patrimônios culturais materiais e imateriais da zona leste e, desde o seu início, realizou ações nos bairros da Penha, Mooca, São Miguel Paulista e Itaquera.⁷

Ele surgiu como um desdobramento do Movimento Cultural Penha, uma Organização não Governamental, fundada no bairro da Penha em 2001, mas cuja origem enquanto movimento popular data de meados de 1984, quando um grupo de artistas, músicos, atores, produtores culturais, entre outros, encontrava-se no mesmo Teatro Martins Penna para a organização de eventos e atividades na área do teatro e da música, participando na organização das Praças de Arte no Largo do Rosário da Penha, em 1985, e na comissão executiva do I Congresso de Movimentos Populares de Cultura, em outubro do mesmo ano.⁸

O centro dessas práticas culturais está no Largo do Rosário da Penha, onde se situam além do teatro a Igreja do Rosário dos Homens Pretos. O edifício da igreja, de 1802, foi tombado pelo CONDEPHAAT (1982) e pelo CONPRESP (1991). É também em torno dele que se organiza a memória negra do bairro e que, desde 2002, todo mês de junho, transforma-se no local da festa da comunidade Nossa Senhora do Rosário.⁹

Nesse processo construído de baixo para cima ocorrem, como veremos, desencontros entre o poder público e a sociedade civil organizada, que propõem suas próprias demandas e criam suas próprias práticas de preservação do patrimônio. Este é um processo dinâmico e complexo, que tem seu ponto de chegada nos movimentos, foco de nossa pesquisa, pois tais grupos produzem práticas inovadoras sobre o patrimônio de seus territórios, a partir de perspectivas locais e comunitárias.

Por isso, entre os objetivos principais da presente tese está o entendimento das contribuições que os movimentos populares de preservação do patrimônio têm para a ampliação participativa da gestão pública, de que forma eles buscam atender às

⁶ Ídem

⁷ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/historico.html>. Acesso em 16 de fevereiro de 2026

⁸ Disponível em: <https://tribufu-mcp.blogspot.com/p/historico-projetos.html>. Acesso em 16 de fevereiro de 2026

⁹ Disponível em : <https://comunidadedorosariodapenha.com.br/index.php/quem-somos/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2026

demandas colocadas desde os 1970 de participação da comunidade na defesa de bens patrimoniais e na participação da população para a valorização deste patrimônio como forma de desenvolvimento social.

Nesta perspectiva, buscamos entender de que forma os grupos tentam superar as limitações impostas pelas barreiras criadas sobre a participação dos cidadãos dentro dos conselhos e das instituições oficiais. Como eles tentam estabelecer uma nova relação com o poder público, além de buscarem se afirmar perante o Estado como agentes sociais capazes de articular políticas de preservação e memória a fim de trabalhar em conjunto com os poderes instituídos ou apesar deles.

Em um contexto mais amplo, os movimentos populares de preservação do patrimônio atuam para produzir uma nova historiografia sobre a cidade a partir da memória coletiva de territórios não centrais. Enquanto há uma variedade de trabalhos e pesquisas mais recentes dentro da historiografia do patrimônio dedicada à evolução das políticas públicas a partir da atuação dos órgãos oficiais de preservação, as formas de atuação e trabalho dos movimentos populares ainda não se tornaram foco de pesquisas mais aprofundadas.

Diante disso, Rodrigues (2014) ressalta o quanto os estudos sobre o patrimônio cultural nas diversas áreas do conhecimento se voltam para a atuação do Estado, refletindo o predomínio da gestão pública do patrimônio. E embora estas análises sejam necessárias e importantes, o avanço dos debates sobre o patrimônio tornam necessária “a emergência de novos prismas analíticos da problemática preservacionista” (2016, p.46). Prismas estes representados na atuação da sociedade civil por meio dos movimentos populares.

Isso nos leva a refletir sobre o que Meneses (1992) chama de gestão da memória, a qual não deve estar focada apenas nos produtos ou referências da memória social, pois ela é formada também pelos agentes e pelas suas práticas culturais porque, nas palavras do autor: “Sem investigação sobre os agentes ativos e passivos da memória e seus papéis sociais – debilita-se o estudo da memória” (1992, p.20). Quanto às práticas, ele afirma que “A necessidade de examiná-las como estratégias e formas de negociação, capazes de estabelecer equilíbrios entre memórias em conflito”. (1992, p.20). Em suma, tratando-se a memória coletiva de um processo que envolve formas de negociação e estratégias diversas de manutenção e sobrevivência, devemos entendê-la dentro do quadro mais amplo das dinâmicas sociais e políticas onde ela está inserida.

A análise das relações sociais entre os diversos agentes que trabalham pela

patrimonialização dos bens culturais tem se demonstrado fundamental para um melhor entendimento das políticas e das práticas de preservação e valorização do patrimônio, bem como dos processos pelos quais se configuram as políticas patrimoniais e suas relações de poder.

Preencher esta lacuna está entre os objetivos da presente tese, pois muito se tem debatido sobre a interface entre órgãos públicos e sociedade civil, a partir do interior das instituições. Porém buscaremos analisar tal relação a partir das organizações civis. Ademais, as transformações provocadas na cidade a partir da atuação do capital já têm sido foco de estudos, falta, portanto, o ponto de vista dos movimentos sociais em relação a essas práticas.

Esse processo nos conduz a buscar estabelecer uma percepção sobre os diversos sujeitos envolvidos no trabalho de patrimonialização e gestão dos bens culturais, especialmente no contexto de metrópoles complexas e multifacetadas como são o caso de Guarulhos e São Paulo.

Coulomb e Rangel (2006), ao tratarem do processo de patrimonialização no centro da Cidade do México, afirmam que para que esse processo seja realmente democrático é necessário considerar todos os “sujeitos patrimoniais” envolvidos no processo, eles ressaltam, porém, que nem todos os atores sociais envolvidos necessariamente são sujeitos patrimoniais, como por exemplo o turista que “consome” o patrimônio. Segundo os autores, esses sujeitos podem ser definidos como os atores coletivos e institucionais que têm a capacidade de definir e impulsionar determinados objetivos estratégicos, as políticas e ações, sendo em suma portadores de um projeto.

Por isso, sujeitos patrimoniais diferentes possuem projetos diversos e muitas vezes opostos entre si (2006, p.409). Desse modo, procuraremos entender esses novos sujeitos patrimoniais mediante suas atuações políticas e suas relações com as instituições de preservação.

Retomamos, assim, a ideia dos usos sociais do patrimônio estabelecida inicialmente por Canclini (1999, p.18), que aponta como fundamental a relação entre a desigualdade estrutural nas diferentes classes sociais e a apropriação do patrimônio. O que, no entanto, não explica sozinha todos os fatores envolvidos nessa questão, pois o patrimônio também é um espaço de disputa simbólica, econômica e política e, portanto, atravessado pela atuação de três agentes fundamentais: o Estado, o capital e os movimentos sociais, e as contradições existentes nas diversas relações entre eles.

As relações que são estabelecidas entre estes três agentes fundamentais para o

processo de patrimonialização são complexas e serão tratadas adiante com mais profundidade. Contudo, é importante entender que as contradições presentes nos usos do patrimônio têm relação direta com as interações produzidas entre esses agentes, seja na apropriação dos patrimônios por políticas ligadas ao turismo, ao desenvolvimento urbano, à mercantilização e à comunicação, por exemplo. Que demonstram as articulações políticas existentes que condicionam quais serão os usos sociais dados ao patrimônio.

Assim, a patrimonialização realizada pelos grupos ligados à sociedade civil, nos quais nossa pesquisa se concentra, baseia-se principalmente nas possibilidades e potencialidades de se fazer presente, de participar da vida cotidiana, da resignificação permanente e da vivência praticada pela comunidade, sempre atuando em contraposição ou parceria com os outros dois agentes desse processo: o Estado e o Capital (Canclini, 1999, p.22).

A relação com o primeiro desses agentes será tratada em mais detalhes ao longo da pesquisa e, como já afirmamos, isso foi posto a partir das últimas décadas com o fim da ditadura militar no Brasil. O outro destes agentes tem se utilizado do patrimônio através da indústria cultural como instrumento e fonte de lucro, onde as cidades passam a ser reproduzidas para o capital. Nesse sentido, os grupos que analisamos buscam escapar desta lógica a partir do local versus o global, lutando contra esse aspecto do patrimônio, ora se aproximando do agente estatal, ora lutando contra ele e sua aproximação com os interesses do capital.

Então, percebe-se cada vez mais um fenômeno existente desde pelos menos os anos 1990 em grandes cidades no Brasil e pelo mundo, conhecido por *culturalização* ou *museificação* das cidades, um processo que produz o que é conhecido como *cidades-espetáculo*, ou seja, um processo de *patrimonialização* dos centros urbanos voltado mais à mercantilização das cidades, e que utiliza a cultura como instrumento em processos de intervenção urbana e revitalização que geram gentrificação e exclusão ao invés de inclusão e participação dos cidadãos (Jacques, 2008, p. 32). Esse processo é um reflexo tanto da expansão neoliberal quanto do surgimento de uma economia pós-industrial, que busca novas formas de desenvolvimento econômico para as antigas cidades industriais.

Segundo Jacques (2008), isso reflete a existência de uma crise sobre a própria noção de cidade que se manifesta pela produção de formas de negação da cidade, como a museificação e patrimonialização desenfreadas, como já citados, que tentam congelar

o espaço urbano e que acabam por criar cidades genéricas que são mais facilmente consumíveis, visto que a repetição das formas torna a cidade tanto um produto quanto um espetáculo. Duas correntes podem ser percebidas nesse processo:

A corrente mais conservadora, pós-modernista tardia ou neoculturalista, radicaliza a preocupação pós-moderna com as culturas preexistentes e preconiza a petrificação ou o pastiche do espaço urbano, principalmente de centros históricos, provocando tanto uma museificação e patrimonialização quanto o surgimento da cidade-parque temático e da disneylandização urbana (SORKIN, 1992), exemplos típicos da cidade-espetáculo. A corrente dita progressista, neomodernista, retoma alguns princípios modernistas - sem a mesma preocupação social ou utopia dos primeiros modernos -, principalmente a ideia de *Tabula Rasa* e faz a apologia da grande escala (*XU*) e dos espaços urbanos caóticos, geralmente periféricos ou de cidades da periferia *mundial: junkspaces*, cidades genéricas, cidades shoppings ou espaços terminais do capitalismo selvagem, que também são mostrados de uma forma totalmente espetacular (Jacques. 2008, p.33).

A autora ressalta que essas duas correntes muitas vezes ocorrem na mesma cidade, onde a preservação do centro antigo convive com uma expansão urbana em direção à periferia, produzida em parceria com a especulação imobiliária, portanto sendo faces de uma mesma moeda.

Santana (2017), traz a questão do consumo do patrimônio a partir da sua constituição como fenômeno de massa, mas que carrega dentro de si também contradições, pois:

Os efeitos perversos dessa forma de apropriação do patrimônio urbano, além da exclusão e da expulsão de populações locais e de suas atividades cotidianas, são a homogeneização do espaço, a banalização dos modos de vida e uma virtual destruição de práticas tradicionais que, aos poucos, matam a galinha dos ovos de ouro que deu origem a essas intervenções. Esse abuso do patrimônio leva a uma satisfação imediata de investidores e consumidores, mas, ao mesmo tempo, leva à já mencionada e inevitável frustração do público que espera algo mais da experiência de conhecer lugares, além de comer, fotografar e comprar (Santana. 2017, p.64).

Ao tratar da ampliação do conceito de patrimônio histórico no século XX, Hartog (2015) afirma que, no caso dos espaços públicos urbanos, isso ocorre por um processo que ele designa como *revitalizar reabilitando*, no qual as áreas consideradas históricas dos centros urbanos valorizam o passado sem perder os olhos para o futuro. Mas ele percebe uma atitude diferente em relação a outros tipos de territórios e as suas memórias:

Quando este passado fazia falta, contribuindo para o mal estar das periferias e cidades-dormitório, ele foi trazido à tona. Produziram-se lugares de patrimônio urbano para construir identidade. Como? Escolhendo uma história que se torna a história, da cidade ou do bairro, a sua história: história encontrada, reencontrada ou exumada, depois mostrada, em torno da qual se organiza, em todos os sentidos da palavra, “a circulação” (Hartog, 2015, p.234).

A organização dos movimentos populares em torno dessa circulação, ou seja, da articulação em torno de suas memórias locais, utilizada como um motor para o desenvolvimento local, é parte do que pretendemos pesquisar no que tange a esses grupos em São Paulo e Guarulhos. Diante disso, nossa pesquisa pretende buscar as raízes desse mal-estar e de que maneira os grupos têm se dedicado a reencontrar e valorizar suas memórias locais para construir suas próprias identidades.

Santos (2002), fala em um retorno do território no qual, segundo ele, “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.” (2002, p.255). Ele acredita que o processo de re-territorialização dos espaços urbanos a partir dos signos do cotidiano e do banal podem ser instrumentos muito eficazes para se contrapor ao processo cada vez mais crescente de mundialização da capital que se impõe às cidades. Dentro desta lógica a disputa pelo patrimônio também pode se utilizar desta estratégia de resistência local.

Para ampliar a compreensão do que está em jogo nesse processo vale a pena trazer a citação de um capítulo chamado de forma muito pertinente de “Cidade como Patrimônio Público”, no qual leva-se em consideração aspectos que vão muito além da questão da patrimonialização dos espaços da cidade:

Não se trata de tomar a cidade como patrimônio somente do ponto de vista burocrático e administrativo. Ao contrário, a preocupação, como já sugerido, encontra-se na apropriação dos diferentes sujeitos que a ocupam e constroem diariamente. Para se pensar a cidade e seus patrimônios – reconhecidos por todos ou não – faz-se necessário refletir sobre as necessidades coletivas e estruturais que lhes são inerentes, não focalizando apenas os aspectos individuais de quem mora nas cidades e de certo modo as consomem e produzem (Gobbi, Almeida, 2014, pp. 10-11).

Pretendemos dialogar com a memória urbana das cidades mediante grupos que buscam outra urbanidade para os seus territórios. Esta memória urbana poderia ser definida como um estoque de lembranças e memórias de um modo de vida urbano de determinado lugar, ou seja, relacionado antes de mais nada à memória das relações sociais

estabelecidas por uma comunidade urbana determinada.

Para analisar esta ampliação territorial e relacional do patrimônio promovido pelos grupos aqui analisados e buscar entender o patrimônio urbano em toda a suas dimensões, sejam elas culturais, artísticas, políticas e de planejamento urbano, optamos por trabalhar a partir do conceito de patrimônio ambiental urbano, pois ele procura dar conta das várias possibilidades nas quais o patrimônio pode ser utilizado na preservação e ao mesmo tempo na organização do espaço urbano:

O conceito de patrimônio ambiental urbano mostra-se oportuno para se pensar as práticas de preservação do patrimônio. De caráter inovador, o patrimônio ambiental urbano teve uma trajetória curta nos discursos de preservação do patrimônio, mas ainda se mostra um conceito pertinente e atual na busca de proximidade entre as práticas de preservação e os anseios sociais de reconhecimento de identidades diversas. (Rodrigues et al, 2016, p.89)

O patrimônio ambiental urbano surge no contexto paulista na década de 1970 e tem entre seus articuladores principais o historiador Ulpiano de Meneses. Este conceito representa um importante avanço no sentido da produção de um olhar crítico sobre o processo de patrimonialização das cidades pensado a partir de um sistema de objetos “que adquirem significação por se articularem a um suporte de significados referentes ao mundo urbano que só pode ser conhecido em sua apropriação social, sendo capazes de provocar representações da realidade urbana” (Meneses, 1979, p.23). A partir da historicidade dos espaços e das relações entre eles e a população das cidades, ele também busca dar conta das representações sociais sobre os espaços.

A fim de compreender a apropriação popular destes conceitos novos de patrimonialização trazidos a partir dos órgãos de preservação e tendo como objetivo entender como os grupos sociais pensam a preservação a partir de seus territórios, traremos para o debate as reflexões propostas pela geógrafa Cíntia Rodrigues, partindo do que ela chama de territórios do patrimônio (2001, 2014).

Ela constrói esse conceito a partir da análise de movimentos populares na cidade de São Paulo, nos anos 1980 e 1990, articulando as relações entre as formas de apropriação do patrimônio cultural e do território urbano, e sua pesquisa tem como enfoque o campo da preservação do patrimônio com base na atuação da sociedade civil.

Mais do que isso, a emergência do ideário territorial para a prática preservacionista implica a incorporação de redes de sentido e de valores criados a partir das vivências sociais dos bens patrimoniais. Por meio deles, valorizam-se as dinâmicas

de uso dos bens patrimoniais levando a uma revalorização dos espaços públicos. Todo esse processo contribui para um fortalecimento da cidadania, da esfera pública e carregam consigo também um ideal de vida urbana e de cidade.

Estas perspectivas proporcionam diálogos com outras interpretações no que diz respeito à apropriação coletiva da cidade pela população, como a ideia de direito à cidade proposto por Henri Lefebvre (2011), que entende a cidade como obra coletiva e prioriza o valor de uso sobre o valor de troca no espaço urbano.

No campo da história, Michel de Certeau (2003) pensa o espaço urbano a partir do espaço praticado do cotidiano. Ele busca enxergar a cidade partindo do olhar do pedestre e de como ele se relaciona com o espaço urbano à sua volta. Este tipo de análise será um instrumento muito importante especialmente na última parte desta pesquisa, na qual trataremos das atividades organizadas pelos movimentos estudados como forma de levar às comunidades locais a se apropriarem dos territórios urbanos e de seus patrimônios locais.

Sendo assim, nossa pesquisa visa produzir uma certa continuidade em relação a pesquisa de Rodrigues (2001), que analisou movimentos de preservação do final do século XX. Enquanto nossa análise se debruça sobre movimentos que surgem a partir do século XXI, trazendo consigo outras estratégias pensadas a partir das novas condições presentes neste século. Inclusive, buscaremos ampliar a divisão temporal proposta pela autora em seu trabalho tentando refletir o quanto de mudanças e permanências ocorrem neste processo a longo prazo.

Estas balizas temporais e conceituais nos ajudarão a entender os limites e as possibilidades presentes na ampliação das políticas de patrimônio em direção à sociedade. Visando entender quais os lugares ocupados pelos movimentos sociais nesse processo, as relações estabelecidas entre os movimentos e a gestão pública do patrimônio, e a complexa relação entre autonomia e dependência em relação ao estado por parte destes grupos. Procurando entender como a ideia de políticas públicas de preservação podem ser compreendidas tendo como base a relação entre Estado e sociedade de forma mais abrangente e tendo como hipótese que os movimentos são formuladores de uma nova memória e de uma política de preservação do patrimônio cultural

Meneses (1992, p.10) porém, alerta que o resgate completo da memória é impossível, sendo a memória um trabalho de construção e reconstrução, a qual os grupos sociais sempre tentam fixar e normatizar, estando ela sempre sujeita à dinâmica social, e por isso ela acaba nunca sendo exatamente a mesma, pois possui um caráter fluído. A

memória, acima de tudo, é um trabalho de reconstrução que precisa ser sempre em ação, caso contrário ela é suplantada por outras memórias.

Portanto, toda memória deve ser encarada como uma construção política e social que pode ser usada no enfrentamento das memórias hegemônicas. Em seu processo de reconstrução, novas memórias sufocadas ou esquecidas podem vir à tona em busca de um lugar na memória coletiva. Posto que a memória é um processo que está sujeito às dinâmicas sociais do presente, a sua elaboração é realizada a partir do presente, para responder às questões do presente, e isso ajuda a explicar o reaparecimento ou o surgimento de memórias de comunidades oprimidas ou que adquiriram consciência política e social, pois a memória tem um importante papel na fundação do presente.

Podemos perceber que a memória coletiva tem papel fundamental em todo o processo acima descrito, de construção das identidades sociais, sejam elas políticas, locais ou territoriais, assim as memórias são atores fundamentais dentro das disputas políticas em uma sociedade.

Nesse contexto, o processo de construção de uma nova história da cidade, mediante a criação de novos instrumentos de preservação do patrimônio, revela o caráter político que a preservação do patrimônio carrega consigo. Desse modo, esse movimento em torno da proposição de novas práticas de patrimonialização em seus territórios, pelos movimentos populares, pode ser pensado também como uma política de memória, que pode ser compreendida pela definição do termo proposta por Groppo, que diz o seguinte:

Uma política de memória é uma ação deliberada, estabelecida pelos governos ou por outros atores políticos ou sociais com o objetivo de conservar, transmitir e valorizar a lembrança de determinados aspectos do passado considerados particularmente significativos ou importantes. Para a representação que propõe do passado, esta aponta, como indicado, modelar a memória pública e construir, assim, um certo tipo de identidade coletiva. Utiliza o passado reconstruído em função dos problemas e das preocupações do presente; embora o trabalho sobre o passado seja voltado para o futuro, já que ela desenha implicitamente um certo tipo de sociedade (Groppo, 2002.p. 192, tradução nossa).¹⁰

¹⁰ *Una política de la memoria es una acción deliberada, establecida por los gobiernos o por otros actores políticos o sociales con el objetivo de conservar, transmitir y valorizar el recuerdo de determinados aspectos del pasado considerados particularmente significativos o importantes. Por la representación que propone del pasado, ésta apunta, como ya lo hemos indicado, a modelar la memoria pública y a construir, así, un cierto tipo de identidad colectiva. Utiliza el pasado reconstruyéndolo en función de los problemas y las preocupaciones del presente; aunque trabaja sobre el pasado, está vuelta hacia el futuro ya que ella dibuja implícitamente un cierto tipo de sociedad.*

Por isso, devemos compreender o trabalho dos movimentos populares em busca da memória e do patrimônio não como um mero retorno ao passado, mas como a busca por construir um processo de desenvolvimento social e político para os seus territórios, utilizando-se, para isso, do patrimônio e da memória locais como instrumentos tanto simbólicos quanto materiais.

Vimos, como a memória é importante para o trabalho desses movimentos e como ela é foco primordial de análise por parte dos historiadores, por outro lado, a contribuição que o campo da história tem para oferecer ao campo dos estudos do patrimônio cultural é bastante significativa, embora a historiografia que se debruça sobre o tema seja ainda um pouco recente, temos muitas contribuições significativas neste campo.

Podemos citar trabalhos de autores como Fonseca (2017) e Chuva (2017), que historicizam o desenvolvimento das instituições ligadas à preservação contribuindo como o debate sobre os seus mecanismos de atuação. Também são importantes as reflexões sobre as relações sociais presentes nos processos de identificação da população com o patrimônio e no entendimento do espaço urbano como um espaço de interação social onde o patrimônio tanto material quanto imaterial são um reflexo de diferentes identidades sociais.

A percepção do patrimônio urbano como um tipo de documento histórico também é uma contribuição importante da historiografia para o campo do patrimônio cultural. Nascimento (2016) afirma que no início da atuação do IPHAN o produto arquitetônico era o principal objeto de preservação e eram escolhidos os exemplares que melhor demonstravam o valor da história nacional e o discurso que se pretendia valorizar, esses edifícios serviriam assim como uma prova documental da grandiosidade e da identidade do Brasil (2016, p.123). A carta de Veneza (1964) por outro lado, trazia consigo a ideia de entender não apenas o monumento isolado, mas o conjunto urbano como passível de preservação, pois ele era testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico (art.1), porque a carta compreendia que “o monumento é inseparável da história que é testemunho e do meio em que se situa” (art.7).

A partir das mudanças institucionais e políticas dos anos 1980, os espaços urbanos dos centros históricos das cidades no Brasil passam a ser objeto de preservação a partir do entendimento desses espaços como documentos históricos, no sentido de serem uma fonte documental capaz de gerar questionamentos, interpretações, perguntas e

problematizações por parte dos historiadores (Nascimento, 2016, p.128).

Isto também foi possível graças à revolução dos estudos históricos iniciada com a escola dos Annales na França, que possibilitou ao historiador que não se valesse apenas dos documentos escritos como fonte histórica, de modo que os objetos, rituais, monumentos, enfim tudo passou a ser fonte de análise para os historiadores. Desse modo, também os edifícios e o espaço urbano passaram a ser interpretados desta mesma maneira, ou seja, como fonte histórica. Essa “revolução documental” contribuiu para o processo iniciado após o final da ditadura militar no Brasil, para que os historiadores pudessem trabalhar com “novos objetos, novos problemas, novas abordagens”.¹¹

Essa revolução documental também pode ser compreendida tendo como base a afirmação de Le Goff (2019), de que todo documento é um monumento, pois ele é fruto da sociedade que o produziu e das relações sociais presentes nele. Portanto, afirma o autor que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, como pleno conhecimento de causa” (2019, p. 495), desta maneira também o monumento acaba sendo um documento e pode ser objeto da crítica do historiador.

Essa influência foi importante para os chamados historiadores do patrimônio no Brasil (Nascimento, 2016), que buscavam uma história dos processos dentro da evolução urbana e social dos centros históricos preservados. Assim, a excepcionalidade como critério de escolha para a seleção e preservação foi substituída por tudo que fosse considerado significativo do ponto de vista histórico e social de uma cidade. De modo que conjuntos urbanos típicos, que reproduzem como era a moradia, o trabalho e a mobilidade urbana no passado passaram a ser valiosos para o processo de patrimonialização. Também se começou a pensar em preservar não apenas os lugares de origem da cidade e os bairros das elites, e com isso os bairros populares e operários passaram a ser considerados como documentos históricos importantes para a escrita da história das cidades brasileiras.

Um caso emblemático desse processo foi o tombamento do centro histórico da cidade de Laguna, em Santa Catarina, em 1984. O conjunto foi preservado pelo IPHAN mesmo não apresentando edifícios que possuíssem alguma excepcionalidade

¹¹ Coleção de livros organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora publicados no Brasil em 1995, neles os autores abordam pesquisas feitas na França e apresentam a “nova história francesa”.

arquitetônica ou artística, a justificativa para seu tombamento se encontrava em sua história como testemunha importante dos processos históricos de ocupação da Região Sul do país com as suas especificidades (Chuva, 2017, p.96). Assim, a perspectiva de uma história-problema que faça interrogações aos documentos em busca de respostas se beneficia muito da perspectiva criada pelo espaço urbano para a construção de uma história das cidades.

D'alessio (2012) fala sobre a importância da história para o patrimônio, sendo a memória cada vez mais como uma disputa política entre diferentes grupos e diferentes ideia de preservação que revela a dinâmica das disputas existentes dentro de uma sociedade (2012, p.90), também o alargamento do patrimônio leva a que outras comunidades antes excluídas construam suas memórias através de seu suporte material, ou seja, o patrimônio tombado.

É neste contexto de historização dos espaços urbanos e do entendimento da sociabilidade presente em territórios periféricos do contexto da região metropolitana de São Paulo que se insere nossa pesquisa, que busca entender a ocupação do espaço urbano como documento histórico também para outros territórios através da iniciativa dos movimentos populares organizados.

Também buscamos entender as relações sociais e políticas existentes por trás das políticas de patrimônio. Para isso se torna necessária a análise dos conflitos entre esses movimentos populares e as instituições oficiais de preservação, que só é possível a partir de análises históricas que reflitam sobre estes processos ao longo do tempo.

Daher (2012) afirma que a história contribui para o patrimônio por meio da ideia de apropriação presente nos discursos atuais sobre o patrimônio cultural, assim os sentidos de um bem cultural não são atribuídos apenas ao seu autor ou produtor original, mas os diferentes receptores daquele bem também constroem, mediante seus usos, significados atribuídos por eles ao bem cultural (2012, p.119), citando o que diz Chartier em relação à história cultural que "todo receptor é, na verdade, um produtor de sentido"(p.120). Nesse sentido, a análise desta multiplicidade de valores presente através do patrimônio se torna objeto de análise do historiador.

Por fim, a presente tese foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo iremos analisar os debates e o contexto histórico nas quais tiveram início a conceituação do patrimônio ambiental urbano, entendendo os impactos que ela proporcionou sobre as políticas de patrimônio no nível estadual e no nível municipal nas cidades de São Paulo e Guarulhos. Ressaltando sua contribuição para a ampliação da participação popular na

política pública de patrimônio, aprofundando o debate em torno do processo de criação e da participação da população nos conselhos gestores nessas duas cidades.

No segundo capítulo iremos nos aprofundar nas questões ligadas à participação popular nos órgãos de preservação e nas políticas de patrimônio, compreendendo o contexto da participação popular ao final da ditadura militar no Brasil e o surgimento de movimentos populares dedicados à preservação do patrimônio. Traremos um breve histórico da política patrimonial em São Paulo e Guarulhos e qual foi o contexto na qual os movimentos surgiram e de que maneira eles se inserem dentro dos debates e articulações junto às instituições locais.

Finalmente buscaremos compreender as formas de atuação dos grupos sobre os seus territórios e as relações que eles estabelecem com os órgãos oficiais de preservação locais e com a políticas nacionais de preservação, além de parcerias construídas com outros segmentos da sociedade fora da esfera estatal.

No terceiro capítulo traremos a retomada dos conceitos de patrimônio ambiental urbano e do direito da cidade no início do século XXI, e como eles dialogam com as atividades exercidas pelos grupos analisados em nossa tese. Trataremos de que forma a ideia de memória e patrimônio é trabalhada pelos grupos e os diferentes territórios que eles abarcam em seus trabalhos e em suas pesquisas, trazendo questões ligadas a temas como moradia, religiosidade, cidadania, direitos sociais, culturas populares, identidade negra entre outros, e de que maneira estas questões estão vinculadas ao debate sobre o patrimônio e a memória.

CAPÍTULO I: *DO LUGAR-COMUM AO LUGAR DE TODOS:*

Políticas públicas do patrimônio no Brasil e no estado de São Paulo

Meneses (1978), afirma já no final dos anos 1970 que a expressão “patrimônio ambiental urbano” estava sendo amplamente utilizada como forma de superar certos conceitos presentes naquele momento na política de patrimônio que levavam a certos reducionismos aos quais se procurava evitar. No entanto, ressalta que a própria expressão já estava sendo utilizada com muita frequência em contextos que muitas vezes fugiam de sua proposta original, levando a equívocos e ambiguidades tornando-o algumas vezes mais lugar-comum do que um quadro de referências para entender a cidade e o espaço urbano.

O autor ressalta principalmente o erro em que se recorria ao abordá-lo como um produto pré-estabelecido e pronto, sem margens para discussões e disputas. Pois, ao contrário, deveria ser encarado não como uma coisa em si, mas como um fato social que só pode ser apreendido a partir das práticas sociais. Ou seja, era necessária uma participação ampla da sociedade em seu processo de construção coletiva.

Nesse sentido, este primeiro capítulo buscará entender as políticas patrimoniais tendo como base o conceito de patrimônio ambiental urbano, entendendo como ele foi pensado e como foram as tentativas de aplicação dele na política pública, inicialmente no âmbito do estado de São Paulo e da sua região metropolitana focalizando a capital paulista e Guarulhos. Serão analisados os percalços e problemas na aplicação e os dilemas da inclusão da sociedade civil como agente deste processo, e quais os aprendizados sobre os processos que ele construiu e os desafios em transformar o patrimônio em um lugar de todos.

1.1 As políticas patrimoniais e o conceito de patrimônio ambiental urbano

Com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), nos anos 1930, as políticas de patrimônio no Brasil promovidas inicialmente estavam muito ligadas a uma noção de monumento nacional que possibilitasse a construção da ideia de patrimônio histórico e artístico brasileiro. Estes monumentos estavam, em geral, ligados aos bens arquitetônicos pertencentes ao período colonial, tidos como representantes genuínos das origens da nação.

Segundo Chuva (2017), durante as primeiras décadas a preservação recaía sobre objetos arquitetônicos implantados em um território, tais objetos estavam em exibição

em um grande museu a céu aberto sem, no entanto, perderem a conexão com o espaço e o seu contexto original (2017, p.62). Como consequência, foi produzida uma territorialização particular da nação onde, através da produção de espaços, construiu-se uma paisagem arquitetônica que a representasse.

Dessa forma, o SPHAN, ao descrever as “características” dessa paisagem, a um só tempo distingue, padroniza, homogeneiza, e classifica de forma hierarquizada os significados materializados nos objetos arquitetônicos. Essa territorialização – entendida como circunscrição da ação humana em determinado espaço cultural e, sobretudo, geográfico, e determinado tempo histórico – buscou demarcar o que foi denominado de “parte construída” do Brasil, significando possivelmente, uma noção de civilização, na medida em que se valorizou a chamada arquitetura tradicional, herdada da vertente europeia da formação social brasileira. (Chuva, 2017, p.62-63).

Essa política de proteção patrimonial selecionava determinadas paisagens culturais como aptas a serem preservadas e valorizadas de acordo com os referenciais simbólicos que carregavam. Isto influenciava também os padrões de ocupação desta paisagem, visto que ela estabelecia toda uma série de relações da população com as paisagens preservadas e gerava determinadas formas de comportamento. Assim sendo, podemos perceber que além da dimensão material, havia também uma dimensão espacial muito importante na construção desse patrimônio nacional.

A partir dos anos 1970, durante o período militar (1964-1985) as políticas federais de preservação do patrimônio sofreram algumas mudanças. Buscava-se uma “modernização” a fim de que as políticas de proteção estivessem mais alinhadas com o ideal desenvolvimentista pregado pelo governo. Portanto, ao invés de conflitantes, essas políticas deveriam ser compatíveis. (Fonseca, 2017, p.150).

Uma das principais causas das mudanças ocorridas nas políticas do patrimônio foi o surgimento do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC), criado de modo independente em relação ao IPHAN.¹² O CNRC surgiu em 1975, e tinha por objetivo traçar um sistema referencial básico para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira.

O centro teve início a partir do diálogo estabelecido entre produtores culturais e ativistas com setores do governo ligados às áreas de desenvolvimento econômico e de planejamento. Este diálogo versava sobre a criação de formas de valorização dos produtos culturais do Brasil, tentava alinhar a questão da identidade nacional por meio

¹² O antigo SPHAN criado em 1937 foi transformado em instituto (IPHAN) em 1970

da cultura produzida no país juntamente ao desenvolvimento econômico dos seus produtores.

Assim sendo, o Centro não possuía inicialmente o objetivo de atuar na preservação do patrimônio cultural brasileiro, mas buscava criar um banco de dados e um centro de documentação sobre a cultura popular produzida no Brasil, de modo que pudesse facilitar a conexão do mercado consumidor com os produtores e artesãos.

Aloísio Magalhães foi a figura central na criação e organização do CNRC, estando à sua frente desde o início e criando as bases para as políticas estabelecidas pelo Centro. Em 1979 foi nomeado presidente do IPHAN e, neste processo, o CNRC se fundiu ao instituto, sendo criada também a Fundação Pró-memória, que funcionou como uma espécie de órgão operacional da política patrimonial, trazendo todas as práticas e referências do CNRC para a política oficial de preservação do patrimônio (Fonseca, 2017).

O conceito de referências culturais que ele trouxe consigo foi fundamental para a mudança de paradigma em relação ao patrimônio, o que antes era histórico e artístico passou a ser pensado como cultural. Esse novo conceito contribuiu para a ampliação das ideias patrimoniais em relação ao território e à participação coletiva, pois abriu um campo de referências da cultura popular a partir de um olhar não passadista, mas com uma perspectiva de cultura como forma de desenvolvimento coletivo. Segundo Fonseca:

Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. (Fonseca, 1995, p.112).

Além disso, as referências que o centro se propunha a valorizar estavam centradas nas complexidades das dinâmicas culturais (dinâmicas de produção, circulação e consumo) e as suas relações socioeconômicas. Assim, de certa forma, ele acabava incorporando os bens culturais que fugiam da órbita de preservação do IPHAN até aquele momento.

Segundo Chuva (2017) a partir do início dos anos 1980 ocorre o que ela chama de inflexão das políticas dentro do próprio IPHAN, iniciadas pelas novas ideias trazidas pela gestão de Aloísio Magalhães à frente do Instituto. Tendo como consequência uma maior participação da sociedade civil decorrente de uma maior organização popular

tornada possível com a abertura política que vinha acontecendo com o final do regime militar.

A Constituição de 1988 (Brasil, 1988), consolidou este processo e ampliou o conceito de patrimônio a partir do deslocamento da referência da nação para o conjunto da sociedade, reverberando as transformações que ocorriam na época. Expressando a ideia de que o patrimônio cultural do país seria constituído tanto pelos bens de natureza material quanto pelos de natureza imaterial, sendo eles portadores de referências à identidade, à memória e à ação dos diferentes grupos que formam a sociedade Brasileira (art.216)

A constituição também propunha outras formas de preservação do patrimônio, para além do instituto do tombamento. Novos instrumentos foram incluídos para dar conta dessa operação, como os inventários, os registros e a vigilância. Eles buscavam reconhecer as novas formas patrimoniais surgidas a partir do conceito de patrimônio cultural.

Tudo isso contando a participação e a colaboração da população, pois a carta previa processos decisórios com participação e controle social, a autonomia dos entes federativos e da sociedade civil a partir de um processo de descentralização da gestão do patrimônio que incentivava os municípios a criarem conselhos participativos e comunitários.

Outro aspecto importante presente na Carta Constitucional é o direito de propriedade subordinado ao interesse social e coletivo, norma que também está associada à obrigação do Estado em proteger o patrimônio cultural brasileiro, ou seja, pretende dar instrumentos que possam auxiliar na efetividade da proteção por parte do estado brasileiro. Embora a ideia da função social da propriedade já estivesse presente desde a constituição de 1934, ela se consolida na carta de 1988 (art. 5º, XXIII), promulgada durante o processo de redemocratização do país e que teve ampla participação popular em sua redação e tendo como foco a construção da cidadania e ampliação de direitos.

Como parte dessa nova abordagem promovida não apenas pela Constituição de 1988, mas também pelas novas diretrizes do IPHAN, houve mudanças em relação às práticas de preservação dos sítios urbanos no Brasil.

Uma mudança muito importante foi o surgimento do conceito da cidade-documento, cujos princípios foram definidos no parecer do tombamento da cidade de Laguna em Santa Catarina, em 1985. O responsável pelo processo de tombamento Luiz

Fernando Franco definiu posteriormente a lógica desse conceito.

Implícita na noção de documento está a valorização de uma linguagem própria do sítio urbano – a linguagem da forma, na qual encontramos expressão e significados. Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo de estar no mundo. (Franco *apud* Motta, 2020, p. 12).

Desse modo, a área urbana passa a ser considerada como um documento capaz de narrar a história da cidade e de seus processos sociais e culturais na construção do espaço, mitigando a ideia de excepcionalidade e beleza estética predominante até então nos órgãos oficiais de preservação.

Segundo Motta (2020), essa nova visão trouxe uma estratégia mais democrática na preservação do patrimônio, pois proporcionou uma leitura morfológica do espaço urbano que carregava consigo uma visão de cidade onde havia o atendimento à demanda de preservação de patrimônios que fugiam das concepções tradicionais existentes até aquele momento. Havia a contemplação de diferentes construções sociais nas quais as diferentes formas de ocupação e apropriação dos espaços eram entendidas como parte de disputas e interesses diversos.

Foi realizada também uma reavaliação das cidades tombadas com base nos critérios anteriores, visto que se passou a pensar também na gestão desses territórios tombados. Passou-se a ressaltar a importância da gestão das cidades e dos espaços tombados em conjunto com a população:

(...) essa nova abordagem metodológica levou à compreensão da cidade histórica como um bem em processo dinâmico, constituído pelos sujeitos que nela habitam. Deixava de ser, portanto, um bem do passado – que deve ser protegido da destruição – para tornar-se um bem apropriado pelos sujeitos do presente, devendo ser negociadas as formas dessa apropriação e preservação. (Chuva, 2002, p.97).

Para além do tombamento, o conceito de cidade-documento também foi utilizado nos inventários urbanos estabelecidos na mesma época, pois nas cidades históricas que já haviam sido tombadas há muito tempo, sob outros paradigmas, os inventários foram utilizados para possibilitar uma nova compreensão das suas realidades históricas e urbanas do presente, pensando as cidades de forma dinâmica a

partir dos sujeitos que nela habitam.

O principal instrumento utilizado para esse propósito foi o INBI-SU (Inventário Nacional de Bens Móveis e Sítios Urbanos) que se dedicava a analisar as cidades tombadas. Trabalhava com a perspectiva da cidade como um órgão vivo e dinâmico, e buscava registrar os usos e apropriação dos traços materiais que a população fazia das cidades, por meio de levantamentos sociológicos e de pesquisa histórica (Chuva, 2002, pp. 99-100).

Nessa mesma década em que teve início a ampliação e democratização das políticas do patrimônio nas cidades brasileiras foi concebido no estado de São Paulo o conceito de patrimônio ambiental urbano. Ele é fundamental para a nossa discussão que busca entender as origens e a evolução desse conceito e como ele contribui para moldar nossa noção atual de território e patrimônio nas políticas públicas, especialmente em São Paulo e Guarulhos.

A sua origem deve ser entendida a partir da confluência de diversas iniciativas no campo do patrimônio levadas a cabo a partir dos anos 1970. Por um lado, houve uma alteração nos órgãos internacionais de preservação da ideia de monumento para a ideia de bens culturais, expressa na Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural promovida pela UNESCO em 1972 (UNESCO, 1972).

No âmbito nacional, ele dialogava com debates surgidos no interior do IPHAN na mesma época, no qual a proteção dos conjuntos urbanos estava exigindo um novo dimensionamento influenciado pela ideologia desenvolvimentista proposta pelo governo. Então, o órgão passou a exercer um papel conciliador entre os diferentes setores através do qual buscava compatibilizar os interesses da preservação com os do desenvolvimento econômico.

Segundo afirma Fonseca (1997), isto se dava em duas direções “seja considerando os bens culturais como mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado” (1997, p.151). A primeira direção foi buscada a partir da criação do PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas) em 1973¹³, enquanto o segundo com a criação do CNRC em 1975.

Seguindo por um caminho próprio, no âmbito do estado de São Paulo, houve

¹³ O PCH foi implementado pelo ministério do planejamento e tinha como objetivo a recuperação das cidades históricas, preservando os monumentos tombados, tornando-os viáveis economicamente por meio do seu uso e com isso gerando renda através da atividade turística

também a reinterpretação do conceito de paisagem trazido por Milton Santos,¹⁴ que a entende como fruto da ação humana integrando os aspectos naturais e culturais nela presentes. Esse entendimento, por meio de Aziz Ab Saber,¹⁵ foi incorporado às políticas de preservação do patrimônio natural do estado de São Paulo ainda nessa mesma década. E finalmente houve a compreensão do patrimônio como um bem difuso, coletivo e fundamental, como um direito à qualidade de vida do cidadão. Fazendo eco, desta maneira, as recomendações da já citada da Convenção da UNESCO de 1972 (Tourinho; Rodrigues, 2016, p.75).

O órgão estadual responsável pela preservação em São Paulo, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), durante os anos 1970, estava se adequando as ideias de ampliação conceitual nas políticas do patrimônio cultural, assim, para Tourinho e Rodrigues:

O conceito de patrimônio ambiental urbano possibilitaria, potencialmente, a preservação de espaços de cidades e uniria ações de planejamento e preservação em torno de uma perspectiva ampla, de constituição cultural de ambientes e das imagens que os cidadãos têm de seus espaços urbanos. Buscava-se, assim, romper com a percepção, então quase exclusiva, das unidades ou conjuntos edificados, referências da história e da arquitetura, como vias de conhecimento do passado. Buscavam-se novos parâmetros de atribuição de valores culturais – não exclusivamente históricos ou arquitetônicos –, a partir da historicidade dos espaços, daquilo que nele ficará marcado cumulativamente no decorrer do tempo e que representa a constante transformação da sociedade. Dessa forma o patrimônio seria um veículo de aproximação entre o presente e o passado da sociedade (Tourinho; Rodrigues, 2016, p.76).

Foi dentro do Programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano, realizado em 1976, que inicialmente os debates se fizeram presentes. Este programa fazia parte de um projeto mais amplo criado pelo governo estadual a partir da Secretaria de Economia e Planejamento denominada Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo, que se baseava, por sua vez, em diretrizes traçadas pelo governo federal por meio da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana, além da Política Nacional de Cultura (Rodrigues, 1999, p. 59).

¹⁴ Milton Santos (1926-2001) foi um geógrafo brasileiro, transformou a geografia em uma ciência crítica, voltando suas análises para questões relacionadas as desigualdades sociais, urbanas e territoriais.

¹⁵ Aziz Ab`Saber (1924-2012) foi um geógrafo brasileiro, foi presidente da SBPC entre 1993 e 1995 e presidente do CONDEPHAAT entre 1982 e 1983, atuou no processo que avaliou o tombamento da Serra do mar em 1985

O programa de preservação e revitalização teve como coordenador técnico o professor Eduardo Yázigi, além da presença de técnicos de diversas secretarias, tais como a de Negócios Metropolitanos, a de Esporte e Turismo e a de Cultura, Ciência e Tecnologia, esta última representada pelo CONDEPHAAT na pessoa de Carlos Lemos. Desse modo, cabia ao órgão estabelecer os critérios para a seleção e classificação das informações referentes à preservação a ao restauro (Rodrigues, 1999, p.61).

No entanto, como não havia muitos recursos financeiros disponíveis para o que se pretendia realizar, o programa se conformou apenas às iniciativas preliminares, tais como a realização de um concurso de fotografias que buscava o cadastramento de áreas a serem preservadas, tentando integrar a participação da população no processo.

O programa tinha como objetivo o desenvolvimento urbano em todo o estado de São Paulo sem, no entanto, deixar de preservar o patrimônio cultural existente, tentando aliar o desenvolvimento à preservação. Foi publicada uma cartilha do programa de preservação e revitalização, que tece algumas críticas à tradicional forma de preservação estabelecida pelo órgão até aquele momento, e dela vem a noção de patrimônio ambiental urbano definida por ele como algo que “consiste de espaços (que transcendem a obra isolada) caracterizadores da cidade devido a seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo” (São Paulo (Estado), 1978, p.35).

Estes valores estão especificados na cartilha do programa dando uma dimensão mais ampla do que se pretendia com o programa de preservação, a partir da qual os *aspectos históricos* são definidos como aqueles ligados ao conjunto de valores existentes na época de sua formação, nos quais, nesse contexto, as formações históricas originais das cidades devem ser preservadas pois apresentam características únicas que não podem ser reproduzidas (1978, p.35).

Os *aspectos formais* dizem respeito aos parâmetros sócio-culturais, à organização do trabalho, da produção e da família. Desse modo o padrão norteador está atrelado aos valores populares enquanto autorrepresentação e representação do mundo. Os *aspectos técnicos* tratam das técnicas e do conhecimento tecnológico presente em cada época, as soluções encontradas e a adequação aos recursos existentes (1978, pp. 35-36)

Os *aspectos culturais* tratam do *modus vivendi* das comunidades que habitam determinados espaço urbanos; os *aspectos sociais* dizem respeito às formações sociais constituídas por essas comunidades no espaço público caracterizando-se pelas relações

econômicas, de trabalho ou de vizinhança, e, por fim, os *aspectos afetivos* analisam as relações afetivas estabelecidas pela coletividade com certos lugares da cidade, que variam conforme a condição social dos indivíduos, eles podem ser tanto os aspectos materiais quanto os naturais presentes nos espaço urbano (1978, pp. 36-37).

A nova proposição, conforme o documento, leva em consideração tanto o rápido crescimento urbano atrelado ao decréscimo da qualidade de vida nas cidades, quanto questões que não eram alcançadas pelos instrumentos de preservação até aquele momento. Assim sendo, novas medidas de intervenção que buscassem dar conta dessas questões eram necessárias, tirando o foco da preservação do particular específico para o geral difuso, dentro do qual seria possível que o critério de excepcionalidade desse lugar ao critério de representatividade na preservação do patrimônio (São Paulo, 1978, p. 32).

O documento também entende o patrimônio ambiental urbano sob a perspectiva da mudança social, de acordo com a qual a preservação deve estar associada ao desenvolvimento, ou seja, ele busca a possibilidade de se evitar tanto teórica quanto concretamente que a mudança implique em transgressão ao patrimônio acumulado, a partir da adoção de critérios que indiquem o que deve ser preservado, adequado ou mesmo destruído no processo de planejamento do desenvolvimento econômico e social (São Paulo, p.38).

Segundo Tourinho e Rodrigues (2020), o programa buscava uma qualidade de vida integrada ao desenvolvimento econômico e social, onde o patrimônio ambiental urbano funcionaria como um dos fatores determinantes para a manutenção do nível de qualidade de vida da população, sendo sua preservação, revitalização e valorização tarefas das quais não se deveriam esquivar.

Por trás dessa ideia havia a percepção clara de que o processo de industrialização em todo o estado de São Paulo, embora possuísse diferenças conforme cada localidade, no âmbito geral imprimia uma transformação na paisagem urbana que era fruto de uma mentalidade de progresso a qualquer custo, de modo que essas preocupações estavam expressas na cartilha do programa conforme citação das autoras:

A atuação conjunta desses fatores - especulação imobiliária sem controle; pressões advindas da imposição de um sistema viário capaz de comportar o crescente número de automóveis; e, ainda, persistência de uma falta de tradição generalizada no que concerne à conservação de bens culturais - configurou num curto espaço de tempo aquilo que se convencionou chamar simplesmente de “destruição do Patrimônio

Ambiental Urbano (Tourinho e Rodrigues, 2020, p.53).

Conforme Rodrigues (1999), a participação do CONDEPHAAT no programa estadual fez com que o órgão passasse a se debruçar sobre esse conceito a fim de alterar os paradigmas de preservação do patrimônio que vinham sendo criticados, a um bom tempo, devido ao esgotamento do modelo protetivo então vigente (1999, p.60).

Essa nova noção trazida para dentro do CONDEPHAAT por Carlos Lemos e Ulpiano de Meneses entre outros entendia a natureza como espaço onde o homem projeta a sua cultura e a cultura como possuindo um aspecto material e um ideal (Rodrigues, 1999, p.63). O conceito era entendido como sendo capaz de abarcar os aspectos sociais do espaço, compreendendo-o como portador de significados. Mais especificamente, o patrimônio ambiental urbano se apresentava como a representação cultural do mundo urbano.

Entendia-se a partir das discussões realizadas que o conceito era mais amplo e inclusivo do que então orientava as práticas de preservação até aquele momento, pois substituía a singularidade e a monumentalidade pelo reconhecimento dos diferentes espaços urbanos presentes na cidade e os diferentes aspectos sociais, culturais, técnicos e afetivos como possuidores de valores a serem considerados pelo processo de patrimonialização (1999, p.63).

Conforme Rodrigues, o conceito se mostrou como filho de seu tempo e passou a estar presente nos processos de preservação do órgão estadual a partir daquele momento. O professor Meneses (1999, p.65), chegou a afirmar que ele acabou virando um modismo que servia para justificar diferentes propostas preservacionistas, gerando equívocos e ambiguidades em sua aplicação.

Algumas interpretações sobre o que seria o patrimônio ambiental urbano foram propostas naquele momento. Carlos Lemos apresentou seu entendimento do conceito, no qual o patrimônio era composto por uma grande massa de bens culturais típicos, cotidianos e comuns, sendo que um dos seus maiores benefícios seria o de permitir uma compreensão e leitura da cidade. No entanto, a visão de Lemos continua presa aos aspectos materiais do patrimônio (1999, p. 65). O conceito finalmente adotado pelo CONDEPHAAT estava mais ligado à ideia de Carlos Lemos do que à de Meneses, como veremos a seguir (Tourinho, Rodrigues. 2020).

Eduardo Yázigi foi o presidente do programa e apresentou sua visão sobre o conceito, pensado por ele desde a sua atuação no planejamento do projeto a partir de 1974:

Defino o patrimônio ambiental urbano como sendo constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. São reconhecidos e preserváveis por valores potencialmente qualificados: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamento. Geograficamente, esses conjuntos podem se apresentar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo as unidades de significado autônomo. O conceito se refere tanto a um conjunto existente como a um processo em construção: trata-se, pois, do ser e do devir (Yázigi. 2006. p.69).

Ele defendia que esse conceito seria o único capaz de dar conta, de forma equilibrada, da qualificação necessária para as cidades brasileiras. Ele também afirma o sentido relacional existente com o ambiente, onde as relações sociais, de trabalho e de lazer também devem ser levadas em consideração, pois, conforme o autor, trata-se de atribuir novos sentidos aos fragmentos restantes do patrimônio. Portanto, a preservação deve se basear na construção de novas relações com seus habitantes, pois não existe patrimonialização sem historicização.

O conceito de patrimônio ambiental urbano também foi utilizado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), ainda na década de 1970, sendo este órgão ligado à Secretaria de Estado de Negócios Metropolitanos. A EMPLASA surgiu em um contexto do planejamento urbano aliado à preocupação com as questões ambientais, no qual:

O acervo histórico, arquitetônico e artístico, a memória nacional, a proteção e a conservação do meio ambiente, a luta pela melhoria da qualidade de vida são reivindicações que ocupam a cada dia um espaço maior no cotidiano de alguns setores representativos da sociedade, particularmente nas grandes cidades brasileiras (Secretaria de Negócios Metropolitanos, 1979, s.p.).

Por isso, a fim de tentar construir uma legislação mínima sobre a preservação do patrimônio cultural, que também abarcasse essas preocupações do órgão, em setembro de 1978 foi promovido um debate sobre o patrimônio ambiental urbano na região metropolitana da capital, no qual estiveram presentes pessoas ligadas ao setor de planejamento, além de Murilo Marx pelo Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da cidade de São Paulo, Carlos Lemos pelo CONDEPHAAT, Antônio Luiz Dias de Andrade pelo IPHAN e Ulpiano Bezerra de Meneses pela USP, entre outros convidados.

Nele, buscava-se a construção de novas noções culturais que visassem não apenas à história ou à arte, mas que também dialogassem com as transformações que ocorriam no tecido urbano. Esse conceito não buscava construir um passado distante, mas entender o patrimônio como algo que revela a passagem do tempo, sem se perder o fio que liga o passado ao presente, mas como se fosse um fluxo contínuo e não rompido (Tourinho; Rodrigues, 2016, p.76).

Nesse contexto, então, o conceito elaborado dentro dos órgãos estaduais paulistas passa a ser pensado no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, de modo que deveria possibilitar não apenas a preservação de espaços da cidade de forma integrada e ampla, mas também a partir das imagens que os cidadãos constroem dos espaços urbanos.

Apesar disso, a amplitude dos temas trazidos pelo conceito de patrimônio ambiental urbano levou a interpretações bastante variadas naquele evento, que diferiam conforme as especialidades dos profissionais que participavam dele. Isso impediu que se chegasse a algum consenso sobre o tema, o que prejudicou posteriormente o estabelecimento de políticas mais específicas do órgão em relação à preservação do patrimônio.

As principais dissonâncias estavam entre o posicionamento de Carlos Lemos, representando o CONDEPHAAT, e o professor Ulpiano de Meneses, representando o Departamento de História da USP. Para Lemos, como já citado, o conceito atribuiria valor à grande massa de bens culturais típicos, comuns e do cotidiano, que seriam verdadeiramente representativos do contexto urbano. Então, entre os principais interesses do conceito, estava o de permitir a conservação da inteligibilidade do espaço urbano, da compreensão e leitura da cidade (EMPLASA, 1979, p.9).

Além disso, também dizia respeito à preservação dos conjuntos urbanos das cidades, opondo a dificuldade de preservação em cidades mortas, como ele define, que não se desenvolveram economicamente e por isso acabaram deixando seus conjuntos edificados históricos quase intocados, com a das grandes cidades onde o desenvolvimento acelerado acabou destruindo os seus conjuntos urbanos.

Para melhor entendimento dos fatores que levaram a esse processo, Lemos traz a ideia de programa de necessidades, algo que influi na preservação ou não em determinadas localidades, como por exemplo os templos católicos, que costumam ser preservados mesmo nas grandes cidades, pois o culto católico continua presente na sociedade atual e, portanto, aqueles edifícios ainda satisfazem um certo programa de

necessidades (EMPLASA, 1979, p.10).

Ainda, para o autor, esse tipo de questionamento deve ser usado para garantir a efetividade da preservação de conjuntos históricos nas cidades e nos bairros mais distantes do centro, ou seja, a manutenção de certas práticas sociais e econômicas por parte dos habitantes, o que contribui de maneira fundamental para a preservação ou a destruição de determinadas localidades.

No entanto, essa ampliação conceitual sobre os bens patrimoniais ainda estava atrelada aos aspectos materiais e formais dos bens culturais. Essa leitura da cidade também se fundamentava em listas estabelecidas por especialistas sobre os bens representativos do contexto urbano, e tinha por base a formação, evolução e representatividade social dos símbolos urbanos.

Conforme afirmam Tourinho e Rodrigues (2020), embora se declarando partidário do conceito, Lemos fez duras críticas por considerá-lo excessivamente enfático nos aspectos sociais, pois deveria se concentrar nos aspectos puramente materiais, isto é, o ambiente, o meio físico, o espaço urbano e arquitetônico, em suma, aos elementos tangíveis. Pois segundo afirmou Lemos “os objetivos da preservação eram as marcas dos homens e não quem presentemente as usufruía ou produzia” (2020, p.15).

Meneses (1978), trouxe para o debate suas reflexões sobre o alcance e os usos do conceito do patrimônio ambiental urbano nas quais estava buscando uma forma de sistematização do conceito. O autor começa apontando a questão da identificação, que ele considerava como mais importante e que deveria organizar todos os outros, critica a escolha apriorística dos bens culturais dignos de preservação, pois isso esconde o fato de esse conceito ser antes de tudo um fato social, não sendo puros objetos, mas objetos que existem em um contexto de relações sociais. Guiado pelo entendimento de que a cultura é uma coisa viva, logo, em constante reelaboração e não apenas uma simples herança.

Ele afirma que, para compreender o patrimônio ambiental urbano, é necessário compreender que ele é um fato social de uma sociedade específica, portanto é necessário compreender de que forma ele é produzido (1978, s.p.). Assim, entende que apenas através de uma indagação de cunho histórico, antropológico e sociológico pode ser apreendido enquanto bem cultural, uma das questões às quais isso conduz é a da representação urbana.

Sua definição inicial, por conseguinte, afirma que “o patrimônio ambiental

urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano” (1978, s.p.). A forma como os objetos são produzidos, posteriormente selecionados e integrados a conjuntos articulados pela sociedade está na base na análise sobre o patrimônio cultural urbano que não pode ser negligenciado.

Ele critica a representação urbana vigente que enxergava os espaços sociais como “imagem da cidade”, um olhar proposto por Kevin Lynch,¹⁶ mas que foi reelaborado por Lemos durante o debate, pois ele se propõe a fazer uma leitura da cidade onde se busca resgatar as “imagens mentais” que os habitantes possuem sobre sua cidade, e que se estabeleceriam como referenciais identitários para esses habitantes, facilitando um melhor entendimento e apropriação de sua cidade. Meneses considera esse olhar de caráter funcionalista que desembocaria numa espécie de planejamento urbano ou urbanismo de acomodação (EMPLASA, 1979, p.23-24).

Ele propõe, ao contrário disso, que a imagem da cidade deve ser considerada a partir das representações sociais, que incluiriam os valores, legitimações, entre outros, pois, acima de tudo, falar em representação social significa falar em ideologia, que contribui para moldar os diversos aspectos da sociedade urbana e, portanto, dos seus critérios de valoração e preservação.

Por fim, a problemática da preservação versus desenvolvimento é colocada pelo professor a partir do conceito marxista de reificação dos objetos¹⁷, afirmando que toda reificação é também uma forma de esquecimento, em um processo acontece por meio da sacralização dos objetos e monumentos históricos que se apresentam como seres autônomos e objetivados, estabelecendo relações entre si, independente dos homens que as produziram e sob quais condições foram produzidas (1979, p.2).

Nesses termos, a preservação seria também uma forma de resistência à expropriação generalizada das forças econômicas em sociedades capitalistas onde o espaço acaba sendo reduzido a simples mercadoria (1979, p.2).

Geraldes (2006) percebe uma convergência nas contribuições de Meneses e Yázigi em alguns pontos fundamentais, e, embora houvessem divergências específicas,

¹⁶ Kevin Lynch foi um urbanista norte americano responsável por criar uma categoria conhecida como “imagens da cidade”, que permitia a leitura dos espaços urbanos pelos habitantes da cidade, sua obra teve influência sobre as discussões que construíram o conceito do patrimônio ambiental urbano (Tourinho *et al*, 2016)

¹⁷ O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com trabalho total como uma relação social fora deles, entre objetos. (MARX, 1985, p. 71)

elas convergem na proposição de quatro categorias: os valores cognitivos associados ao conhecimento possibilitado pelo objeto considerado como suporte; os valores formais e estéticos como potentes para a percepção de um determinado contexto sociocultural; os valores afetivos, que implicam as relações subjetivas dos sujeitos com os espaços e territórios; e finalmente os valores pragmáticos, ou seja, os valores de usos muitas vezes considerados como não culturais (2006. p.20).

Meneses, em textos posteriores (2006, 2009), criticava o fato de o conceito de patrimônio ambiental urbano ter se transformado em lugar-comum e não ter sido aplicado pelas autoridades na prática, mas apenas como uma retórica muitas vezes vazia. Para ele, o patrimônio ambiental urbano não possui sentido em si mesmo, pois apenas assume significado quando conectado às referências dos cidadãos que se apropriam deles.

Em meio a essas mudanças, a gestão do antropólogo Antônio Arantes à frente do CONDEPHAAT, entre 1982 e 1984, marcou uma virada em relação às práticas dos órgãos de patrimônio. Arantes defendeu, durante sua gestão, uma relação mais próxima possível com a sociedade civil na gestão do patrimônio.

Conforme aponta Arantes¹⁸, havia a necessidade premente de que os órgãos abarcassem a ampliação do conceito de patrimônio devido à necessidade de incluir a sociedade civil no processo a partir de então. Ele faz a seguinte afirmação ao explicar a motivação por trás da realização do Seminário Produzindo o Passado (realizado em agosto de 1983), que posteriormente resultou em um livro:

Porque justamente essas questões estavam sendo propostas pela sociedade, pelos movimentos sociais então emergentes, que se referiam a demandas que não se enquadravam no conceito estrito de patrimônio entendido a partir da noção de excepcionalidade. Então, antes de qualquer outra coisa, era necessário realmente ampliar o conceito de patrimônio. (Campos, 2017, p.203).

Desta maneira, a partir dos anos 1980, com o declínio da ditadura e o fortalecimento da participação e da organização populares da sociedade, uma das consequências foi a ampliação da democratização dos patrimônios culturais que gerou

¹⁸ O antropólogo Antônio Augusto Arantes (1943-), participou das discussões sobre o patrimônio cultural na constituinte de 1988, também foi presidente do CONDEPHAAT entre 1982 e 1984 e posteriormente chegou à presidência do IPHAN entre 2004 e 2006. É, portanto, um personagem fundamental nas mudanças de paradigma das políticas do patrimônio no Brasil e de maneira mais específica no Estado de São Paulo.

também uma democratização da gestão desses patrimônios.

Um dos resultados mais efetivos na ampliação dessas políticas veio com Constituição de 1988 (Brasil, 1988), que definiu formas de preservação e gestão do patrimônio de maneira a incluir mais setores da população. Ela buscava promover a preservação a partir do poder público em colaboração com a comunidade (art.216, V), também a democratização dos processos decisórios com participação e controle social (art.216, X), e estimulava a autonomia dos entes federados e da sociedade civil (art.216, VIII).

Ela contribuiu, enfim, para a descentralização da gestão do patrimônio cultural, que passou a encarregar também os municípios pela sua salvaguarda e proteção, incentivando-os a criarem órgãos de preservação do patrimônio, para iniciar o processo de criação de conselhos gestores e conselhos comunitários dedicados à proteção do patrimônio (art. 216, XI). Além disso, novos modelos de governança passaram a ser propostos buscando integrar poder público e sociedade civil.

Um caso paradigmático para refletir é aquele em que Arantes realizou uma pesquisa sobre a produção artística popular no bairro de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, durante o ano de 1978. Esta pesquisa foi realizada como parte de uma iniciativa da prefeitura da capital de um projeto piloto de revitalização de sítios históricos localizados em bairros populares da cidade de São Paulo. Sendo a antiga capela de São Miguel e o seu entorno o primeiro objeto de intervenção (Arantes; Andrade, 1981, p.98).

Para isso, o autor morou durante algum tempo na região, com o fim de pesquisar as relações que os moradores da região -um bairro periférico com uma grande presença de migrantes nordestinos- estabeleciam em relação àquele bem cultural. Segundo o autor, imaginava-se inicialmente que a região era culturalmente pobre, devido à ocupação de famílias simples e de baixa renda. No entanto, isso se mostrou uma premissa falsa.

Isso pra mim era interessante como pesquisador, isto é, pensar a questão da produção cultural nas classes trabalhadoras, em relação a questão do chamado patrimônio histórico e, sobretudo, em torno de uma capela que particularmente significativa em termos de história de São Paulo e mesmo de Brasil. (Arantes, 1984, p.150).

A proposta para os padrões da época era considerada bem progressista, pois eram ainda os anos de chumbo do regime militar, e o intuito era a revitalização da capela de uma maneira que levasse em consideração seus futuros usuários, isto é, os

moradores da região do entorno.

Arantes buscou saber quais eram os espaços de produção cultural, visando entender qual era a cultura na prática cotidiana dos habitantes daquela região periférica da cidade, e descobriu uma grande quantidade e variedade de associações e clubes existentes naquela região. Porém, o pesquisador buscou não as associações formalizadas e já com acesso aos equipamentos culturais e sociais da região, mas os grupos não formais que poderiam ter na capela uma forma de utilização.

A delimitação da área se deu por critérios sociais e não administrativos ou espaciais, ou seja, buscou-se compreender as redes de circulação e as trocas sociais existentes entre os diferentes bairros no entorno da capela, uma rede que se descobriu ia longe, até bairros mais afastados da Zona Leste da capital (1984, p.151).

Ele também percebeu que havia áreas com relações sociais mais densas entre si, como São Miguel, Ermelino Matarazzo e Itaim, além da existência de redes de produção cultural muito fortes. Pode-se perceber aqui que algumas das áreas de pesquisa de nossa tese apresentam uma certa tradição de continuidade de práticas culturais que se mantém com o tempo, cristalizando a ideia de um patrimônio cultural rico e diverso.

Como veremos mais adiante, será em Ermelino Matarazzo que se organiza o grupo de memória da zona leste em 2012, este grupo veio a ser também um dos organizadores do seminário que deu origem ao coletivo Ururay em 2014. Além disso, as regiões citadas estão dentro da área de atuação e das pesquisas do coletivo.

Arantes tomou contato com músicos, poetas, pintores, desenhistas, grupos de teatro, de dança, circo e até um grupo que estudava o esperanto. As histórias da região foram sendo trazidas por meio destas pessoas e de diversos moradores da região contando suas histórias e suas relações com o bairro. Finalmente foram realizadas diversas reuniões a fim de se debater os possíveis usos que a população poderia atribuir para a capela.

Ao final da pesquisa os moradores da região optaram por ocupar a capela com atividades diversas, assim sendo foi realizado um experimento em parceria com o CONDEPHAAT, que durou cerca de dois meses, no final do ano de 1978, e o grupo constituído passou a se chamar de Movimento Popular de Arte (1984, p.157).

Alguns princípios foram estabelecidos pelos grupos. O primeiro de não haver divulgação dos eventos que ocorreriam na capela na rádio ou na imprensa, pois não queriam a presença “artificial” de pessoas de outras regiões da cidade; outro princípio

era o de utilizar principalmente o interior da capela; além disso, prezar por apresentações simultâneas em vários espaços; organizar mostras permanentes e não fechar a capela durante a semana para ser visitada após o horário de trabalho; realizar apresentações ao vivo nos feriados e fins de semana; evitar a concorrência das atividades expostas buscando a cooperação entre produtores culturais; incentivar a adesão de novos grupo às atividades na capela. O movimento não queria que toda a questão se colocasse exclusivamente sobre a capela, pois queriam utilizar aquele espaço central para mostrar a rica produção cultural da região (1984, p.157-158).

Ao final, o experimento foi considerado um sucesso, pois houve a afluência de grande público ao longo de todo o processo. No entanto, ao final dos dois meses do experimento, a capela foi novamente fechada pelos responsáveis, pois, apesar do resultado obtido no experimento, esse episódio ilustra as difíceis relações estabelecidas entre os órgãos responsáveis pela proteção dos bens culturais tombados e os movimentos da sociedade civil organizada.

Por sinal, o sucesso do experimento acabou gerando um conflito entre os diversos atores envolvidos nele, opondo de um lado, os órgãos de preservação, e por outro o Movimento Popular de Arte. O cerne das disputas estava em razão do movimento possuir suas próprias demandas, reivindicações e planos de trabalho para serem realizadas a partir do uso da capela. No entanto elas não se harmonizam com as concepções estabelecidas pelo órgão municipal, transgredindo os limites de sua proposta de apoio (Arantes; Andrade, 1981, p.102).

Teve início uma disputa sobre a posse da capela. Nas reuniões realizadas, houve um compromisso de criar na capela um centro de arte popular que seria administrado pelo Movimento Popular de Arte. No entanto, o órgão municipal exigiu que o grupo se construísse como pessoa jurídica para realizar a cessão do imóvel, além de outras exigências complexas. Embora o grupo tenha buscado negociar com as autoridades, este projeto acabou não se concretizando (Arantes; Andrade, 1981, p.103).

Havia interesses muito conflitantes em relação ao projeto de uso da capela pelos atores envolvidos, que Arantes e Andrade definem da seguinte maneira:

Ao longo de sua convivência, ambas as partes explicitaram seus verdadeiros objetivos: para o órgão de Estado, eles se concentravam em tomo de sua legitimação e da incorporação da Capela a seu acervo; para os artistas, estes objetivos se referiam, na verdade, à sua auto-afirmação enquanto grupo, com autonomia e liberdade de expressão, vinculado aos setores sociais aos quais pertenciam. A gestão autônoma de um centro popular de cultura foi, aparentemente, percebida pelos dirigentes

do órgão governamental como uma ameaça ao controle que possivelmente pretendiam exercer sobre a Capela, o que os levou a agir contraditoriamente às suas intenções originais. (Arantes; Andrade, 1981, p.105)

Ainda assim o movimento lutou para continuar atuando naquele espaço que continuou ativo até 1985, de forma autônoma, ocupando a partir de então a Praça Padre Aleixo Mafra onde está localizada a igreja.

As atividades do movimento passaram a ocorrer aos finais de semana e costumavam ser concluídas com um baile de forró, sendo que por isso a Praça é mais conhecida até hoje como Praça do Forró pela população do bairro, mesmo que os bailes não aconteçam mais (Moraes, 2007, p.111). A partir disso nota-se a persistência dos signos identitários que movem a população local e qual memória resiste na mente das pessoas.

Esse movimento pode ser pensado como um movimento de vanguarda que reuniu toda uma série de produções e produtores culturais da Zona Leste de São Paulo, região periférica habitada por trabalhadores migrantes de todo o Brasil, em especial da região Nordeste, no sentido de ser uma *guarda avançada* da produção popular organizada pelo próprio povo.

Por conseguinte, Arantes faz uma análise em uma obra comparando este movimento, por exemplo, com o CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, atuante nos anos 1960, que buscava trazer a cultura popular para a vanguarda política da época pela perspectiva marxista na qual a cultura popular era interpretada por uma intelectualidade jovem universitária e de classe média. Portanto, existiria na organização em torno da capela um salto qualitativo em relação à autonomia popular (1981, p.54-58).

Todo esse experimento realizado por Arantes apresenta semelhanças em relação aos processos realizados atualmente pelos movimentos de memória e patrimônio que estudamos em nossa tese. No entanto, a maior aproximação entre órgãos públicos de preservação e a população ocorreu nesse período de forma mais sistemática durante a gestão Luiza Erundina na prefeitura da cidade de São Paulo, tema que será visitado no próximo item.

1.2 A ampliação das políticas públicas na cidade de São Paulo

Em meio aos debates sobre o patrimônio ambiental urbano na esfera estadual havia no âmbito municipal da capital paulista a presença da Coordenadoria Geral de

Planejamento (COGEP), fundada em 1972 e vinculada ao gabinete do prefeito. Nessa época ainda não havia órgão de preservação do patrimônio do município, então coube a eles a preservação dos bens de valor paisagístico, cultural e das artes denominadas como Z8-200, utilizando-se do conceito de patrimônio ambiental urbano nascido dentro da EMPLASA (Santana, 2017, p.11).

A partir do congresso realizado, a ideia que se impôs foi a de entender as relações contemporâneas dos usuários com seus espaços, com vistas a romper a lógica da justificação do presente através do passado, em favor da ideia de passado e presente integrados.

A partir das ideias contidas na lei de zoneamento da cidade de São Paulo de 1972, foram criadas, em 1975, as Z8, zonas especiais (dentro das quais havia a Z8-200), que visavam definir os imóveis históricos ou de valor artístico excepcional, cultural ou paisagístico destinados à preservação. Tudo isso dentro de manchas urbanas selecionadas para este fim, tendo por finalidade a preservação das características urbanas e ambientais existentes, ou seja, o território ainda era pensado a partir dos edifícios e construções, muito embora tenha sido este o primeiro projeto a unificar preservação e planejamento urbano na cidade de São Paulo (2017, p.11).

O processo de preservação dentro destas zonas se dava em dois momentos, primeiro havia a seleção por meio da legislação existente das manchas urbanas consideradas importantes para serem preservadas, em seguida o COGEP assumia o processo de preservação. Devido à inexistência, naquele momento, de um órgão específico dedicado ao patrimônio histórico e cultural, um órgão ligado ao planejamento urbano assumia as suas funções. Por isso é importante entender que neste momento não havia o instrumento legal do tombamento a nível municipal, como forma de preservação destas manchas e edifícios, este só surgiria em 1985 com a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo (CONPRESP).

Ainda em 1975, o DPH realiza seu primeiro inventário chamado ZML-I, realizado em parceria com o Metrô de São Paulo, que visava inventariar as regiões que seriam afetadas pela construção da linha vermelha do Metrô, que passaria pela zona leste da capital. Havia nessa análise dois eixos principais, a análise e o conhecimento do meio urbano com seus edifícios e conjuntos arquitetônicos, como também a busca por conhecer as dinâmicas sociais existentes naquelas manchas urbanas. Era importante, nesse contexto, que a preservação estivesse profundamente alinhada com

o cotidiano da população.

É intenção preservar este repertório selecionado para a vida da Metrópole; mantê-lo funcional e socialmente ligado à contemporaneidade. Neste sentido, procuramos desvincular – sempre que necessário – a ideia de preservação daquela de monumento, ou monumentalidade. Isto porque acreditamos ser quando maximizada e valorizada na presença da herança ambiental/histórica no cotidiano das populações, que se atinge o melhor desempenho dessa mesma herança em seu processo de identificação cultural e crescimento (Patrimônio Ambiental Zona Metrô Leste, 1978 *apud* Baffi, 2006, p. 170).

Depois desta experiência inicial, em 1983 o DPH criou o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo (IGEPAC), que trabalhava com a ideia de patrimônio ambiental urbano em consonância com o planejamento urbano municipal (Santana, 2017, p.12). Entre os seus objetivos estava o de buscar compreender a paisagem urbana e seus modos de organização espacial, pensando a partir de unidades culturais, e a intenção de produzir inventários sobre o máximo possível de territórios da cidade, para produzir um acervo que pudesse ser usado na construção de políticas de preservação do patrimônio.

Foi realizado um inventário no bairro da Liberdade, nos anos 1980, neste caso houve uma equipe de historiadores e sociólogos que realizou uma pesquisa de história oral, segundo Baffi:

Foi feito um extenso levantamento de história oral junto aos moradores da área de pesquisa. Foi também aplicado um teste, numa amostragem relativamente ampla de moradores, à procura da identificação dos lugares de significado afetivo, lugares de referência e identidade, no bairro. Foram também verificados os tipos de moradia e condições de habitabilidade. Curiosamente não aparecem referências a esses trabalhos no volume publicado, não sabemos se em função do relativo fracasso da pesquisa através da aplicação dos testes quanto à identificação dos lugares de memória ou se pelo fato de que à época da publicação (1986), a equipe (composta por historiadores, sociólogos e estagiários) já se havia dissolvido (Baffi, 2006, p. 182).

Havia uma clara tentativa dos órgãos de planejamento e defesa do patrimônio de incluir a população local, dos bairros analisados, como ouvinte dos valores patrimoniais de suas comunidades, mas ainda não estava presente a ideia de participação dessa comunidade na elaboração dos projetos de pesquisa e preservação, e os inventários eram um tipo de instrumento novo pensado para romper as limitações do tombamento buscando reconhecer as práticas culturais e cotidianas da comunidade

local.

Em 1984 foi realizado um projeto semelhante que visava o tombamento do bairro da Bela Vista, também conhecido como Bixiga, onde ocorreram problemas semelhantes aos que aconteceram na Liberdade. Ainda que esse processo tenha tido como objetivo a preservação do patrimônio cultural do bairro aliado a melhorias das condições de vida dos moradores, apenas o tombamento, utilizado como instrumento, foi considerado insuficiente para a qualificação urbana da região.

Apesar dos inventários do IGEPAC terem abordado fatores socioculturais, estes se limitaram à análise dos processos de ocupação das regiões estudadas, identificando os grupos sociais envolvidos, com pouca ênfase na análise e registro aprofundado da apropriação social das áreas estudadas. Mesmo tratando de valores afetivos e simbólicos, faltou ao IGEPAC aprofundar os estudos da dimensão imaterial da cultura *“que estava baseada construção social de identidades espaciais distintas, que, em última instância, permitem que cada setor da cidade seja percebido e representado de forma própria pela população”* (Castriota, 2007, p.74).

Como vimos, por meio destes primeiros exemplos, a concepção de território leva também a uma ampliação da dimensão dos instrumentos a serem utilizados para essa preservação, algo que será fundamental em nossa análise das práticas dos movimentos patrimoniais no último capítulo.

Foi na gestão de Luiza Erundina (1989-1993), que uma experiência muito importante na ampliação das políticas públicas ocorreu, quando houve a promoção de uma política pública de participação popular na preservação do patrimônio cultural da cidade, exemplificado por meio da política do direito à memória.

Por trás deste projeto havia o conceito de cidadania cultural elaborada pela secretária de cultura Marilena Chauí¹⁹ e que tinha por base a ampliação de direitos. Ela se fundava basicamente no direito à participação popular na elaboração das políticas públicas através de uma gestão participativa, que na verdade foi marca de toda a administração da Luiza Erundina.

Também havia a ideia do direito de acesso aos bens culturais da cidade, como teatros, museus e cinemas, o direito também de usufruir dos meios de produção culturais e o direito de reconhecimento de cada cidadão de suas próprias práticas culturais como importantes. Assim, uma das perspectivas contidas no conceito proposto da cidadania cultural concebia:

¹⁹ Marilena Chauí (1941-), é uma eminente filósofa, professora titular aposentada da USP, conhecida por uma vasta obra acadêmica. Foi secretária municipal de cultura de São Paulo entre 1989 e 1992

Uma definição dos sujeitos sociais como sujeitos históricos articulando o trabalho cultural e o trabalho da memória social, particularmente como combate à memória social una, indivisa, linear e contínua, e como afirmação das contradições, das lutas e dos conflitos que constituem a história de uma sociedade. (Chauí, 2021, p.94).

No que diz respeito à memória e identidade, Chauí buscava proteger o que ela chamava de suportes materiais da memória, que não seriam apenas os objetos das elites, mas também das classes trabalhadoras. Ela concebia esses suportes como semióforos, ou seja, portadores simbólicos de relações entre o material e o imaterial, pensando desta maneira a memória de forma dinâmica e unificada, portanto fugindo das classificações. Ainda sobre a temática, a autora traz algumas questões acerca da concepção pós-moderna do patrimônio nas cidades contemporâneas:

A ideia pós-moderna de que as cidades são “empórios de estilos e de imagens”, sistemas descentrados de sinais, exigindo por isso a multiplicação quantitativa de objetos do patrimônio, com a multiplicação de “objetos históricos”, surgindo o museu do telefone, o do rádio, o do disco, o do cinema, o do telégrafo, o do avião, o do selo, o do automóvel, e assim por diante; A ideia de que as cidades enquanto tais são museus em um sentido novo: reservam-se edifícios e logradouros, parques e rios, lagos e bosques aos quais se atribui a qualidade de semióforos, de maneira a garantir, de um lado, que todo o restante possa ser devastado pela especulação imobiliária e, de outro, que a preservação cultural e ambiental produza o “retorno positivo de imagem” aos governantes, além de isenções fiscais para empresas privadas que se dispõem à “preservação”. Em outras palavras, o patrimônio cultural e ambiental, que era fonte de poder para o Estado-nação, torna-se simplesmente uma questão econômica e política de *marketing*; (Chauí, 2021, p.158).

A noção de cultura que Chauí traz, pode ser utilizada para compreender também a noção de patrimônio cultural pensado nesta gestão e, em especial, pelo DPH. A autora buscava trabalhar com alguns critérios importantes, um deles era o de romper com a dicotomia centro-periferia considerando esta última como um lugar pobre e atrasado culturalmente, que deveria ser de certa forma “civilizado” mediante a cultura, outra era romper com a ideia de uma cultura feita *para* ou *sobre* as classes trabalhadoras para entender a cultura como feita *pela* classe trabalhadora, nesse sentido um dos objetivos fundamentais da secretaria seria o de resgatar e valorizar a cultura produzida pelos trabalhadores (Chauí, 2021)

Um dos projetos centrais nesse processo foi a criação das casas de cultura, grande parte delas inauguradas nas periferias da cidade, que eram espaços pensados

para abrigar as produções culturais locais e dar suporte a elas, e tinham sua gestão compartilhada entre a secretaria e os movimentos e associações locais. O primeiro passo no processo de criação de uma casa de cultura era entrar em contato com movimentos sociais e culturais das diversas regiões da cidade a fim de discutir o projeto com eles, e entender suas necessidades. Portanto, as casas de cultura eram pensadas como lugares de criação cultural e espaço para os produtores locais, buscando trabalhar a cultura para além de um produto acabado e pronto para ser entregue à população (Pereira, 1998).

Dessa maneira, o projeto visava buscar uma forma de descentralizar e democratizar a cultura pela ampliação territorial e social desse conceito. Para compreender o alcance de tal projeto basta analisar que durante essa gestão foram criadas 13 casas de cultura, pelos menos 8 delas localizadas na periferia e 6 na zona leste da capital (Vannucci, 2020, p.39). O projeto das casas de cultura continuou em outras gestões municipais, e algumas das novas casas de cultura foram o germe de alguns dos movimentos que estamos analisando nesta tese, assunto que será tratado de forma mais aprofundada no próximo capítulo.

O Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) que fazia parte da secretaria foi gerido nessa época por Déa Fenelon²⁰, que levou essas premissas para o departamento de patrimônio, quando buscou salientar os aspectos políticos do patrimônio para além das questões técnicas:

Para além desses aspectos, é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muitas das suas premissas – e articulando-as com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e sobretudo pelo direito à cidadania cultural. Com isso esperamos retomar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes. (Fenelon, 1992, p. 31).

Segundo uma servidora do órgão, à época, a preservação do patrimônio cultural da cidade deveria se basear também na função social da propriedade, artigo que está presente desde a Constituição de 1934 (Brasil, 1934). É interessante analisar as relações que podem ser construídas entre o artigo e a preservação do patrimônio, algo feito em parte por Meneses, segundo Magaldi:

²⁰ Dea Fénelon (1933-2008), foi historiadora, fundadora da ANPUH (Associação Nacional de História), foi sua presidente entre 1983 e 1985. Foi diretora do DPH de São Paulo entre 1989 e 1992

E, entre as muitas demandas dos múltiplos agentes que produzem a cidade, aquela que diz respeito à preservação da memória é tão importante quanto qualquer outra: se não está ligada diretamente a “interesses”, incide sobre a identidade cultural e social dos habitantes da cidade, sobre o controle do seu passado em suas relações com o tempo presente, em seus direitos de cidadania (indissociáveis da dimensão temporal) que implicam a luta de apropriação e gestão dos espaços urbanos para todos os cidadãos, na luta pela democracia. Se estes direitos não podem estar subordinados a nenhum outro, então não constitui nenhuma heresia afirmar que ele pode mesmo sobrepor-se ao sagrado direito do uso do solo urbano. Amém. (Magaldi, 1992, p. 24).

Seria no interior dessas premissas e diretrizes que o trabalho municipal sobre patrimônio iria se estruturar na constituição de um novo sentido para o patrimônio histórico e cultural. A perspectiva adotada no DPH e no CONPRES, durante a administração Erundina, foi levar em consideração o papel social da patrimonialização e o campo de disputas entre as classes, para tanto os diversos grupos sociais foram o objeto preferencial da política patrimonial daquela gestão.

Algumas das vigas mestras da atuação do DPH, segundo expressão da Chaui, estavam em “desestatizar” a memória, ou seja, “fazer com que os memorialistas não fossem espoliados de suas tradições nem sejam manipulados para produzir a memória oficial triunfalista” (2021, p.164), para isso o DPH promoveu a socialização de conhecimentos e técnicas para que os movimentos sociais e associações populares pudessem produzir de forma autônoma suas memórias.

O conceito de Direito à Memória (Chaui, 2021), trabalhava com a ideia de valorizar a diferença e a multiplicidade dos bens culturais existentes, deixando de privilegiar apenas as grandes obras construídas pelos grandes homens da história paulista. As premissas articulavam-se às da cidadania cultural, na qual se baseava, buscando valorizar os bens das classes populares e os valores dos vários grupos pertencentes à sociedade.

Também é importante frisar que o projeto das casas de cultura nas periferias contribuíam para o incentivo das práticas culturais da população e também para assegurar a continuidade do patrimônio cultural da população, além disso, havia alguns encontros entre esse projeto e a política de patrimônio cultural.

Ao que tudo indica, fazia todo sentido que as casas de cultura fossem sediadas em prédios já com alguma referência importante para a história da comunidade, então, nas casas implantadas na cidade, a Secretaria criou vários programas, entre eles o Projeto Memória, iniciado por volta de 1991, que, articulando o DPH com os

movimentos sociais, visava promover o resgate da memória coletiva local de cada região por meio das histórias de seus moradores e de suas experiências de vida e de trabalho. Era dada maior atenção à construção da memória dos trabalhadores e pessoas dos setores populares, buscando valorizar, para essas pessoas, suas memórias e sua cultura como algo a ser guardado (Vannucci, 2020, p.39).

Também havia o projeto UniverCidade nos bairros, que consistia na preparação de pessoas da região para organizarem e gerirem acervos a serem criados nas Casas de Cultura, ou seja, elas também seriam preparadas para se tornarem lugares de constituição e arquivamento de memórias da região onde estavam inseridas, de maneira tal que seria importante que algumas delas estivessem sediadas em edifícios históricos e, vale ressaltar, que a memória que a Secretaria queria estimular era a memória coletiva popular e das classes trabalhadoras, e não apenas a história tradicional dos bairros através de seus loteadores e grandes empreendedores individuais (Vannucci, 2020, p.39).

A política de patrimônio dessa gestão procurou unificar as noções de cidadania cultural com a de patrimônio ambiental urbano, logo, pode-se pensar que era uma política de memória que conseguiu ampliar, do ponto de vista do território, a ideia de patrimônio cultural e de memória social como instrumentos de combate às desigualdades estruturais da sociedade paulistana e que estão inscritas nas configurações espaciais do território urbano.

A Secretaria da Cultura promoveu o Congresso Internacional do Patrimônio Histórico e Cidadania em agosto de 1991, o que resultou no livro *O direito à memória*, publicado em 1992 (Pereira, 1992). O DPH elaborou um documento base e enviou para os palestrantes afirmando quais seriam os princípios que balizariam o evento no qual problematizavam o campo da preservação do patrimônio.

Pereira (1992), em seu texto, afirmava que um dos objetivos do encontro era promover o debate interno entre os especialistas da área do patrimônio, discutindo seus métodos, instrumentos e análises, colocar a atuação política como parte inerente a esse processo e finalmente estabelecer que os especialistas não possuíam a última palavra, visto que a memória pertence a todo o corpo social e demanda que seus objetivos sejam discutidos em conjunto com a sociedade e não proposto a ela de modo unilateral.

Tendo isso em vista, o conceito de direito à memória proposto neste evento foi encarado como “princípio norteador de práticas de preservação que pressupõem a ampliação do próprio conceito de patrimônio histórico e cultural e do nosso campo de

investigação e intervenção” (Pereira, 1992, p.229). Assim sendo, ele era considerado uma dimensão fundamental da cidadania, a partir do protagonismo da população na construção das memórias da cidade e a ideia de que a memória é construída a partir das questões e problemas existentes no presente.

Esses princípios propostos no direito à memória foram postos à prova por meio de outro tópico importante nas políticas patrimoniais desta gestão que trata da questão do território em relação à preservação. O Concurso Nacional de Ideias para a Renovação Urbana e Preservação do Bixiga teve início ainda em 1989, seu objetivo era, por intermédio de um processo de seleção aberta e pública, encontrar um projeto de revitalização urbana para o bairro do Bixiga.

Estavam aptos a votar, para eleger o melhor projeto, os moradores, trabalhadores e proprietários de imóveis no bairro. Deste modo, o planejamento urbano também experimentava um processo de participação popular e democrática (Barbour, 2017, p.167-168).

O uso do nome Bixiga²¹, ao invés de Bela Vista como havia sido utilizado nos projetos anteriores analisados no capítulo anterior, já carregava em si a ideia de considerar a denominação tradicional pela qual o bairro era conhecido popularmente, além de também carregar consigo um significado ligado à memória de sua ocupação. Também a escolha desse bairro para o projeto levou em consideração o fato de ser uma área com grande quantidade de imóveis antigos relativamente preservados, uma vida cultural com a presença de cantinas, cafês e alguns teatros. O fato de estar em uma região central da cidade o colocava como um grande atrativo para a especulação imobiliária que poderia levar a um processo de gentrificação daquela área.

O concurso foi promovido pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) e contava com a colaboração de várias secretarias, o que permite perceber que o projeto visava integrar diversas áreas como o planejamento urbano, a preservação do patrimônio, a moradia, a saúde, entre outros. Importante também ressaltar o conceito de território utilizado pela EMURB para esse projeto:

Pensar como o planejamento de pedaços da cidade pode ser feito diretamente por aqueles que produzem, consomem e usam esses pedaços da cidade. (...) isto é uma virada do ponto de vista da concepção de planejamento que pensa que a definição dos destinos da cidade tem que depender fundamentalmente de quem usa a cidade e de quem produz a cidade. E que a cidade não é uma coisa passiva

²¹ A Bela Vista é o nome oficial do distrito dentro do qual o Bixiga está situado visto que seus territórios não são iguais.

que precisa ser produzida. Ou destinado a ser produzido pelo poder público(...) porquê? Porque na verdade, quando a gente está pensando nesse planejamento que é feito com a participação de quem constrói, de quem usa, esse planejamento não trabalha com o espaço, mas trabalha com o território. (EMURB, 1990, p.38).

Trata-se aqui de um território participativo construído mediante usos sociais pela população, através do cotidiano e do trivial. Mais uma vez entendendo porque o projeto trabalhava com a ideia de Bixiga ao invés de Bela Vista, sendo esta última a denominação oficial da administração pública em relação ao território. Além disso, cabe ressaltar que o Bixiga e a Bela Vista não ocupam exatamente o mesmo território.

Trabalhando as formas dinâmicas de se pensar e trabalhar o território, Barbour (2017), ainda traz o que seria a conclusão a que se chegou a partir do concurso realizado pela EMURB no Bixiga:

O Bixiga enquanto território de resistência cultural, em que o teatro cumpria importante papel de resistência contra a ditadura militar, em defesa da cidadania; o Bixiga enquanto território de moradia coletiva, em que a ocupação multifamiliar das construções, muitas vezes, na forma de cortiços, era vista como tradicional do bairro, existindo desde sua gênese, e não como fruto de uma degradação; o Bixiga enquanto território da diversidade, em que era possível observar a coexistência de diferentes classes sociais, construções, modos de habitar e frequentar o bairro; o Bixiga enquanto território do lazer, em que a dinâmica urbana se dá na escala do andar (Barbour, 2017, p.170).

Três atividades foram propostas pela prefeitura a fim de incentivar os projetos e guiar os seus objetivos, um ensaio fotográfico do bairro, um documentário sobre o cotidiano do bairro e a promoção de debates públicos sobre a questão dos patrimônios na região, neles, buscava-se retratar a diversidade de manifestações culturais existentes no bairro e as relações sociais das pessoas com ele. Os edifícios históricos eram abordados não em si mesmos, mas sempre em relação às memórias dos habitantes, as questões sociais mais delicadas como as habitações precárias e outros problemas do bairro também foram levantadas.

Ao final foram selecionadas três propostas pelo júri formado por uma equipe multidisciplinar da prefeitura. Esses projetos iriam ser votados pela comunidade local, no entanto houve um descompasso dentro dos próprios órgãos da prefeitura e todo o projeto foi inviabilizado. Em outubro de 1990 o CONPRESP abriu um processo de tombamento de todo o bairro da Bela Vista, ou seja, até o final do processo nenhuma alteração poderia ser feita ali, acabou se abrindo uma disputa entre os dois projetos de

preservação que eram incompatíveis entre si em termos de execução (Barbour, 2017, p.178).

Ainda assim, a eleição dos projetos foi realizada em dezembro de 1990, a proposta vencedora levada ao CONPRESP eventualmente levada em consideração nos projetos do órgão, mas não foi realizada em sua integralidade do projeto original. Posteriormente à gestão Erundina houve algumas políticas públicas caminhando no sentido da participação social, como foi o caso das ZEPEC, mas a influência das ONGs e OS e o fortalecimento das políticas neoliberais fez com que diminuísse esse processo de participação social.

Ao longo dos anos 1990 houve um severo arrefecimento destes instrumentos, tanto a nível municipal e estadual quanto a nível federal, resultantes das políticas de caráter neoliberal e de fortalecimento do mercado imobiliário em geral. Há um hiato, portanto, nessa década em que as políticas públicas de preservação do patrimônio urbano em São Paulo estiveram voltadas mais à especulação e a gentrificação urbanas, concentrando-se mais nas áreas centrais da cidade.

É também um momento em que a atuação popular nas políticas da cidade, e em específico do patrimônio, sofreram um refluxo devido à força das políticas neoliberais, segundo Rocha (2000) a efervescência desta política na década de 1980 se arrefeceu na década de 1990, isso em todos os setores da política cultural.

Estes anos (1993-2000) são classificados por Rodrigues como “tempos de clausura” (2014, p.57) para as políticas patrimoniais na cidade de São Paulo, caracterizadas por introduzir a ideia do patrimônio como mercadoria cultural, um fenômeno de alcance mundial que atinge cidade globais como é o caso da capital paulista.

Também é um período do enfraquecimento das políticas públicas de preservação que passam a ser cada vez mais burocratizadas. Em 1993, o então prefeito Paulo Maluf iniciou uma campanha contra o instituto do tombamento, visto por ele como uma forma de engessar a cidade para novos empreendimentos, essa política foi mantida pelo seu sucessor Celso Pitta (Vannucci, 2020, p.43).

Houve, no entanto, uma retomada destas práticas patrimoniais a partir de 2000, com a retomada da questão do território no patrimônio a partir de temas como direito à cidade e participação cidadã fortalecidos depois de alguns anos. Tal assunto será tratado mais detalhadamente a partir do próximo capítulo, no qual analisamos a participação social na preservação do patrimônio.

O plano diretor estratégico de 2002, da cidade de São Paulo, criou a figura da Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC), que foi regulamentada apenas em 2004 com a lei nº 13.885. Assim, o artigo 114 a definiu como “áreas do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos” (São Paulo, 2004, art. 114).

Embora buscasse trazer a noção de território para as políticas de preservação urbana, a demarcação das zonas a serem preservadas, em um primeiro momento, dependiam exclusivamente do instituto do tombamento, o que restringia bastante a atuação em termos de política urbana, pois as zonas eram definidas a partir dos lotes dos edifícios e sítios. Além disso, não havia menção às áreas envoltórias ou do entorno do bem preservado, no geral isso acabava espelhando a tradicional fórmula de excepcionalidade do patrimônio e dialogava de forma bem complicada com o planejamento urbano.

Foram criadas, inicialmente, três categorias de ZEPEC: Bens Imóveis Representativos (BIR), formada por imóveis ou conjuntos representativos historicamente ou culturalmente, ou que possuam valor referencial para a suas comunidades; Áreas de Urbanização Especial (AUE), conjuntos urbanos com características homogêneas em seu traçado, vegetação ou características urbanísticas, que representem determinadas formas históricas do processo de urbanização; e Áreas de Proteção Paisagística (APP), sítios urbanos com características ambientais ou naturais ou antrópicas, sendo estes parques, praças, formações naturais entre outros (São Paulo, 2004, art.116).

Essa política valorizou muito mais os patrimônios já consagrados tradicionalmente e em especial os patrimônios nas regiões mais centrais da cidade, existindo um descompasso entre essa política e a política exercida a nível federal, na qual a ampliação do patrimônio já estava bem avançada incluindo o patrimônio imaterial. Na cidade de São Paulo a legislação sobre o patrimônio imaterial seria proposta pela Câmara Municipal apenas em 2007.²²

O processo de seleção foi iniciado por meio da indicação, por parte da população em suas respectivas subprefeituras, dos bens que ela desejava que fossem protegidos, o que resultou em uma listagem grande e heterogênea. No entanto, a

²² Lei 14.406 de 21 de março de 2007, institui o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo.

participação social foi muito restrita em todo o processo, sendo que toda a elaboração dos planos foi realizada internamente pela prefeitura. As subprefeituras se utilizavam desse instrumento de forma desigual, conforme seus interesses, enquanto algumas possuíam diversos planos, outras nem sequer possuíam planos para a ZEPEC.

Figueiredo aponta três fatores que teriam contribuído para os problemas na construção deste processo:

A falta de tradição de participação social em São Paulo, algo comum na discussão das políticas de preservação, pautadas pela visão técnica; falta de uma estrutura descentralizada de gestão, que gera dificuldades dada a dimensão do território paulista; e, por fim, a conjuntura conturbada pré-eleitoral no momento de revisão do plano. (Mello, 2021, p. 83).

Houve, finalmente, uma revisão deste projeto de preservação a partir do plano diretor estratégico de 2014²³ e da lei de uso e ocupação do solo de 2016,²⁴ de onde se originaram as Zonas Especiais de Preservação Cultural - Áreas de Preservação Cultural (ZEPEC-APC) e de onde surgiram também os Territórios de Interesse de Cultura e da Paisagem (TICP). No entanto, este último instrumento será analisado mais à frente neste capítulo ao abordarmos os movimentos sociais e a preservação, visto que a sua construção veio a partir de proposições e demandas de movimentos sociais da cidade.

Vale a pena trazer a experiência realizada no bairro da Penha, por ser o principal território de atuação do coletivo Ururay. Ali se utilizou o processo de tombamento para a preservação da paisagem urbana e histórica.

O tombamento foi concluído em 2018, sendo que a sua solicitação foi encaminhada pela população em 2005, como decorrência dos planos urbanísticos referentes à revisão do Plano Diretor de 2002 e da lei de uso e ocupação do solo de 2004, então, o chamado centro histórico da Penha foi considerado dentro da ZEPEC (Resolução nº13, CONPRESP 18).

A resolução levou em consideração os bens imóveis já tombados anteriormente, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, o Grupo Escolar Santos Dumont, a Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, entre outros. A partir desses pontos de referência estabeleceu o polígono que definia a área do centro histórico do bairro para preservação. Entre as justificativas apresentadas estão a

²³ Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a lei 13.430/2002

²⁴ Lei 16.402 de 22 de março de 2016, Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo

significância do patrimônio ambiental urbano, arquitetônico e arqueológico da região central da Penha, a diversidade de tipologias arquitetônicas, a permanência dos caminhos originários e o valor afetivo da população local (Resolução nº13, CONPRESP 18).

A demanda da população pelo tombamento veio a partir da necessidade de se criarem regras para a construção nas encostas da colina onde está situada a parte mais antiga do bairro, para garantir a manutenção da paisagem e da topografia histórica, protegendo-a da verticalização predatória. Entre 2015 e 2018 a pesquisa realizada pelo CONPRESP acabou revendo alguns dos parâmetros iniciais da área a ser preservada estabelecidos em 2004. Por fim foram definidas alturas e tamanho interno dos lotes nesta região (Tourinho; Berlote, 2016).

Muito embora na revisão da ZEPEC, em 2015²⁵ houvesse a previsão de outros instrumentos para além do tombamento, como a chancela da paisagem e o inventário do patrimônio, o DPH acabou optando pelo já consolidado e mais tradicional instituto do tombamento.

Tourinho e Berlote (2016), fazem uma análise crítica sobre o zoneamento realizado no centro da Penha onde observam alguns problemas que podem ser divididos em duas questões principais:

Um relacionado à falta de interação entre políticas globais para a cidade e o conhecimento local dos lugares em que incidem, e outro relacionado ao desenvolvimento de políticas públicas setoriais que não dialogam entre si. (Tourinho; Berlote, 2016. p.142).

Nesse contexto, elas percebem que as estratégias de regulamentação urbana não levaram em consideração os valores culturais e afetivos atribuídos ao bairro pelos grupos organizados (Ururay e Movimento cultural da Penha entre outros). As autoras observam ainda que o habitante tradicional da Penha ainda não foi expulso de sua casa como o habitante da Mooca e do Tatuapé, dois bairros próximos já atingidos em cheio pela verticalização, por isso a presença de movimentos e organizações em torno da defesa e da preservação do bairro são tão fortes e atuantes (2016. p.147).

Com esse exemplo, podemos pensar a ZEPEC a partir da ideia de uma zona de conflito (Tonasso, 2019) que existe entre interesses diversos e, muitos, opostos entre si. Esses conflitos estão postos por um lado na implementação desse instrumento na

²⁵ Decreto 56.725 de 16 de dezembro de 2015, regulamenta disposições da lei 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico, relativas às Zonas Especiais de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural - ZEPEC/APC.

prática e por outro na desconexão entre planejamento e preservação.

De modo tal que, tendo esse instrumento surgido como uma alternativa para o tombamento através do uso do zoneamento urbano como medida de proteção, acabou, no entanto, levando adiante a prática dos tombamentos em áreas de zoneamento, de modo que uma passou a apresentar um espelhamento da outra, ainda que um espelhamento parcial, conforme a autora, pois as áreas envoltórias acabam ficando sem cobertura no processo.

Tonasso (2019), percebe a existência de um conflito de atribuições entre o setor do planejamento e o de preservação municipais (2019, p.178), pois as ZEPECs estão desarticuladas em relação às outras políticas urbanas. Na raiz desta desconexão também estaria a desconsideração das áreas envoltórias dos bens tombados nas ZEPECs, pois apenas os imóveis protegidos estão enquadrados de forma isolada. Todos esses fatores em conjunto, conforme a autora, revelam a dificuldade de se traduzir o conceito de patrimônio ambiental urbano para o contexto urbano na prática.

Outro problema importante diz respeito à localização das ZEPECs aprovadas, estando localizadas predominantemente na coroa central da cidade, naturalizando o patrimônio cultural das regiões centrais da capital e esquecendo das regiões mais distantes:

A primeira constatação, portanto, é de que a crença do patrimônio pertence sobretudo ao centro por ser “histórico” não é natural, é naturalizada. (...) Não há história só no centro. Além disso, é preciso que as práticas seletivas respondam às novas demandas por reconhecimento, porque elas existem e tendem a aumentar com as discussões sobre representatividade cultural. Grupos se organizam pela preservação de suas culturas (no plural porque também não há consenso) nas mais diversas regiões da cidade. (Tonasso, 2019. p.184).

Para ilustrar essa afirmação, a autora nos traz o grupo de memória da zona leste e o coletivo Ururay como importantes referências atuantes na preservação do patrimônio das áreas esquecidas da zona leste da capital paulista, uma região onde, segundo a autora, existe um profundo vazio nas políticas públicas em geral e não apenas da ZEPEC.

Sobre o coletivo, a autora ainda afirma que o grupo busca fugir do padrão descritivo memorialista das práticas de preservação patrimonial, pesquisando o patrimônio cultural e privilegiando as articulações sociais possíveis a partir do campo da cultura (2019. p.169).

Retornando novamente ao professor Meneses (2009), ele afirma que é necessário entender o patrimônio como um fato social, pois os seus valores, sejam culturais ou de outra natureza, não são criados pelo poder público, mas pela sociedade, sendo a comunidade o real produtor de valores patrimoniais atuando em parceria com órgãos técnicos (2009, p.33).

Bem como afirma também que a atualização da ZEPEC promovida em 2014, que traz o conceito de identidade na valorização dos bairros, é uma evolução nesse sentido, pois busca valorizar características históricas, sociais e culturais. Dessa forma, o TICP também seria uma forma de responder a algumas destas questões.

O Território de Interesse da Cultura e Paisagem (TICP) foi estabelecido em 2014, por meio do plano diretor, e foi criado a partir de uma revisão das ZEPECs surgidas no início dos anos 2000²⁶. Assim sendo, ele seria uma área onde existem grande número de espaços, atividades e práticas culturais, além de paisagens que contribuem para a identidade e a memória da cidade e de seus habitantes.

Em seu artigo 314, é definido da seguinte maneira:

Fica instituído o território de interesse da cultura e da paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do poder público. Os TICP devem ser constituídos por sua importância para a cidade como um território simbólico que abriga áreas ou um conjunto de áreas naturais ou culturais protegidas, lugares significativos para a memória da cidade e dos cidadãos e instituições de relevância cultural e científica. (Mello, 2021, p. 94).

Por conseguinte, ele surgiu como um instrumento de intervenção popular nas práticas de preservação do patrimônio cultural da cidade, sendo um instrumento que permitiu a resistência de interesses de grupos da sociedade civil perante ameaças de interesses econômicos sobre suas áreas.

Houve a constituição de um território cultural na Paulista e Consolação a partir de discussões dos grupos com a prefeitura, ele tinha como objetivo enfrentar a especulação imobiliária e criar, com esse instrumento, uma forma de sensibilizar os proprietários de imóveis a contribuir para a manutenção de práticas culturais existentes. A organização responsável por encabeçar as propostas foi a chamada Iniciativa pelos

²⁶ Lei 16.050 de 31 de julho de 2014, seção II

Territórios Culturais, que surgiu como um desdobramento do movimento de preservação do Cine Belas Artes (Santana, 2017, pp.18-19)

Houve também a constituição de um território cultural no bairro de Perus, na zona norte de São Paulo, encabeçado pelo movimento pela reapropriação da fábrica de cimento de Perus em parceria com o Projeto Universidade Livre, da FAU-USP. Nesse caso, a constituição desse território buscava ampliar os instrumentos dos ativistas do bairro, que desde a década de 1980 estavam organizados primeiro para a preservação do complexo da antiga fábrica de cimento, visando a apropriação social do complexo para fins memoriais e culturais, depois houve a aglutinação de diversos movimentos de memória e de resistência cultural visando à criação de um território cultural que abarcasse todo o bairro em suas múltiplas atividades (Santana, 2017, pp.17-18).

Entre os grupos que estavam na articulação do movimento de Perus temos a comunidade cultural Quilombaque, o grupo Pandora de teatro, além do movimento pela memória dos Queixadas (Mello, 2021, p.114).

A partir de pesquisa e debates promovidos como diversos grupos em Perus, a Universidade Livre Colaborativa propôs a criação de uma “Área de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem (AEICP)”, em 2013, cujo objetivo seria proporcionar a geração do desenvolvimento local por meio da cultura e do meio ambiente, o entendimento dos processos urbanos e ambientais, fruição do seu patrimônio material e imaterial, o respeito do direito à cidade e a gestão democrática (Santana, 2017, p.18).

Segundo afirma Rocha (2000, p.99), podem ser percebidos quatro elementos principais na proposta: eixos temáticos (saúde, cultura, educação e meio ambiente), recorte espacial (paisagem), meio (participação cidadã e ações do poder público) e finalidade (desenvolvimento sustentável).

O Movimento Belas Artes surgiu em 2011 contra o fechamento de um dos últimos cinemas de rua da cidade de São Paulo e foi realizado um abaixo-assinado solicitando o tombamento do cinema. A princípio o movimento foi pensado para preservar o cinema enquanto atividade recreativa e prática cultural, mas com o tempo foi ampliando seu foco para toda a área do entorno (Mello, 2021, p.103).

Pensando então em criar um instrumento para o plano diretor que preservasse toda essa área, inicialmente foi criada a ZEPEC APC (Área de Proteção Cultural) de forma a tentar ampliar a abrangência da ZEPEC original.²⁷ Foi a partir dos problemas em utilizar os instrumentos de preservação existentes que o grupo trouxe, inicialmente,

²⁷ Lei 16.050 de 31 de julho de 2014, seção V, art. 63, IV

a ideia de um corredor cultural inspirado nos processos de preservação da cidade do Rio de Janeiro, no entanto, em contato com a administração pública municipal, a ideia foi ampliada para a de território cultural.

O projeto proposto então foi o do território de interesse cultural, cujo foco estaria na proteção e indução dos espaços voltados para a produção cultural no território delimitado, utilizados desta forma como vetores para o desenvolvimento local e a requalificação urbana.

A partir da análise das duas propostas, pelo poder público municipal, foi gestada a ideia da constituição do TICP, sendo que duas áreas foram criadas nesse processo, a Jaraguá/Perus - formada pelo complexo tombado da fábrica de cimento e estrada de ferro e pelo Parque Anhanguera; e a Paulista/Luz - que vai do bairro da Luz até a avenida Paulista, não obstante, embora constituído e definido o TICP, nunca foi regulamentado e nem implementado de fato, permanecendo ainda hoje nessa condição (Mello, 2021, p.86). Outros grupos pleitearam a criação de novas TICP como a Bixiga-Bela Vista e Bom Retiro- Luz-Campos Elíseos, no entanto estes não saíram do papel (Mello, 2021, p.119).

De modo geral, ele une a gestão pública do território, mas também incentiva que os produtores locais de cultura e comerciantes se identifiquem com o processo e contribuam para a manutenção do comércio e das atividades existentes, ou seja, depende tanto da participação social quanto do poder público, sendo assim fruto de um processo conciliatório.

Nesse contexto, a paisagem é um eixo fundamental que funciona como recorte e como objeto, onde a dimensão do cotidiano e do comum ganham relevância, a leitura como objeto possibilita ressaltar os valores comuns da comunidade, a ideia de desenvolvimento sustentável busca se desvincular dos aspectos puramente econômicos e inclui a ideia de construção dos valores materiais e simbólicos da comunidade.

A cultura e o patrimônio, portanto, são vistos de forma dinâmica e como instrumentos de desenvolvimento e gestão participativa da cidade, buscando-se aprofundar os mecanismos de preservação e gestão sob o ponto de vista da participação social e de todo o processo.

Vale a pena destacar a experiência ainda não concretizada do projeto de criação do TICP da Jacú-Pêssego (Campos, 2017), localizado na zona leste de São Paulo, que se encontra dentro da área de atuação de alguns dos grupos de preservação, incluindo o coletivo Ururay. Essa proposta foi iniciada a partir da parceria entre o Núcleo de

Estudos da Paisagem (NEP) com os movimentos locais, o Núcleo realizou a mesma parceria com o movimento, em torno da reapropriação da antiga fábrica de Perus que buscava criar um TICP que abrangesse todo o bairro, projeto este que foi aprovado pelos órgãos oficiais.

O projeto passou a reunir diversos parceiros possíveis entre os coletivos e movimentos sociais existentes nessa região, tentando construir uma organização local, de baixo para cima, que pudesse levar o projeto adiante para a aprovação oficial. Diversas atividades aconteceram neste processo, entre atividades culturais e festas em espaços públicos, oficinas em escolas e espaços alternativos e reuniões com lideranças e movimentos sociais e culturais, a fim de ressaltar a importância dos projetos para os moradores da região, buscava-se desta maneira elaborar o projeto do TICP a partir da gestão compartilhada entre técnicos e a comunidade.

Ressaltamos aqui a participação do coletivo Ururay, com a realização de caminhadas guiadas pelo grupo, que ocorreram em 2016 nos bairros de Itaquera e São Miguel Paulista, ambos dentro do território alvo da proposta do TICP, além de serem regiões que já eram parte dos estudos e roteiros daquele coletivo (Campos, 2017, p.97).

Alguns pontos chave da paisagem foram visitados e debatidos durante os roteiros, entre eles estavam patrimônios tombados, bens culturais reconhecidos não tombados (alguns deles em ruínas), áreas de preservação ambiental e espaços de cultura geridos pela comunidade local, buscando-se considerar todos os aspectos envolvidos em uma possível criação de um território de interesse da cultura e da paisagem.

O projeto inicial, previsto para um único território formado por toda a área abrangida pela Jacu-Pêssego, não foi à frente devido ao tamanho da região abrangida e às grandes diferenças locais observadas durante o processo de avaliação da proposta enquanto percorriam o território.

Em agosto de 2016 foram protocoladas, junto à Secretaria Municipal de Gestão Urbana, duas propostas, a de um TICP para a região denominada Penha-São Miguel e outra para a região Itaquera-José Bonifácio, dividindo o território inicial em duas regiões. No entanto, enquanto o território Itaquera-José Bonifácio conseguiu se articular produzindo parcerias de forma coletiva e propondo discussões com os diversos agentes presentes em sua região, o território da Penha-São Miguel não obteve o mesmo êxito. Ainda assim, nenhuma das duas propostas foi regulamentada pela administração pública (Campos, 2017, pp.108-109).

Apesar de não ter se transformado em política pública, a experiência do projeto do TICP nessa região da Zona Leste da capital paulista contribuiu para fortalecer as

articulações e a ampliação de redes de colaboração entre os diversos agentes sociais e culturais presentes neste vasto território, por vezes negligenciado pelas autoridades. Percebemos também o olhar do coletivo Ururay que busca pensar o patrimônio cultural a partir da ideia de paisagem cultural e natural e como possibilidade de desenvolvimento para as regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Devemos observar agora como estas políticas ligadas ao patrimônio ambiental urbano se desenvolveram no município vizinho de Guarulhos e de que forma foram influenciadas pelo cenário existente na capital paulista,

1.3 A ampliação das políticas públicas em Guarulhos

Em artigo em que analisa as políticas de preservação do patrimônio em Guarulhos, Paiva (2017) assinala a importância dos estudos sobre os conselhos municipais para o entendimento ampliado dessas políticas, nesse sentido afirma que:

Se as práticas dos conselhos municipais têm o potencial de determinar a vida ou a morte de instituintes da memória local, compreender os condicionantes que as influenciam deve ser parte dos interesses dos historiadores e de todos aqueles ligados à preservação do patrimônio cultural. (Paiva, 2017, p. 180).

Esta observação se revela muito pertinente para compreender as existências e acima de tudo as ausências dos instituintes da memória e das políticas patrimoniais do segundo município mais populoso do estado de São Paulo, além de um dos mais ricos e industrializados do estado, cuja história esteve sempre inevitavelmente atrelada à capital paulista da qual é vizinha.

Nesse contexto, o primeiro bem tombado no município foi a Reserva Estadual da Cantareira, cujo processo foi iniciado em 1978 e efetivado em 1983. Trata-se de um tombamento em nível estadual de uma área compartilhada entre Guarulhos e outros municípios vizinhos, incluindo a capital paulista, que aconteceu em um contexto de discussões no qual o meio ambiente passava a ser valorizado e objeto de proteção como patrimônio pelo órgão estadual (Rodrigues, pp. 57-58).

Nesse contexto, o governo estadual de São Paulo, em meados da década de 1970, buscou criar um plano regional de desenvolvimento que levasse a industrialização para o interior do estado e melhorasse a qualidade de vida na região metropolitana de São Paulo. Disso decorreu a criação, em 1976, do Programa de Desenvolvimento Urbano e Regional, e a partir deste programa surgiu o Programa de

Revitalização e Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano, que procurava integrar meio ambiente, desenvolvimento e patrimônio, como analisado antes (Rodrigues, 1999, pp.59-60)

A criação da Região Metropolitana de São Paulo, da qual Guarulhos faz parte, foi efetivada ainda em 1973 por uma lei federal, sendo posteriormente aprovada pela assembleia estadual. Ela fazia parte dos projetos de desenvolvimento regional com foco nas cidades do entorno da capital paulista.²⁸

Nos anos 1970 foi criada a Secretaria dos Negócios Metropolitanos, para atuar nessa nova região, e a partir dessa secretaria foi criada a EMPLASA, que foi responsável por tentar estabelecer uma relação entre desenvolvimento urbano e preservação a partir da criação do conceito de patrimônio ambiental urbano, cujo foco deveria se dar pelo planejamento metropolitano.²⁹

No debate promovido por ela, em 1978, o presidente da empresa abriu as discussões afirmando que se pretendia elaborar a minuta para uma legislação que preservasse o patrimônio histórico, artístico e cultural da grande São Paulo (EMPLASA, 1979, p.3). No entanto, a única legislação aprovada no período, neste sentido, foi a que definia diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano da grande São Paulo, nela estava prevista apenas a preservação de uma zona ambiental que buscava preservar os mananciais da região.

Embora o projeto da EMPLASA pretendesse aplicar o conceito do patrimônio ambiental urbano para a região metropolitana, na qual estava incluído Guarulhos, as ações do órgão ficaram restritas apenas à capital paulista, como vimos anteriormente. Como veremos, em Guarulhos se tentou legislar de forma tímida a esse respeito, e sem surtir efeitos, talvez devido à falta de apoio dos órgãos estaduais e de desenvolvimento metropolitano.

Como visto anteriormente, já no final dos anos 1970 houve uma primeira tentativa, por parte do município, de legislar sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de Guarulhos. O decreto municipal de 1978 estabelece a proteção ao patrimônio, mas atribui sua identificação, classificação, restauração e preservação ao Conselho Municipal de Educação e Cultura. Por fim, o tombamento seria realizado após um processo em que este conselho ouviria um parecer do CONDEPHAAT, sendo na prática um gestor das decisões do órgão estadual (Guarulhos, 1978, art. 5º). As

²⁸ Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

²⁹ Lei complementar nº 94, de 29 de maio de 1974, dispõe sobre a região metropolitana da grande São Paulo

regras sobre o tombamento também eram as do CONDEPHAAT, não havendo um regramento próprio do município, atuando desta maneira como um auxiliar do órgão estadual de preservação (Guarulhos, 1978, art. 3º).

A lei municipal de 1985, por sua vez, tinha por objetivo promover o inventário dos bens patrimoniais de Guarulhos e também criar um conselho de patrimônio (Guarulhos, 1985). Embora fosse apenas consultivo, na prática esse conselho nunca atuou de fato.

Podemos identificar como essa legislação é fortemente influenciada pela legislação da capital paulista por dois aspectos importantes, tendo sido criado neste mesmo ano o primeiro conselho de patrimônio paulistano, embora ele também não tenha sido efetivado na prática, outra influência está na promoção de um inventário de bens culturais.

Na cidade de São Paulo esse inventário foi constituído a partir da criação do Inventário Geral do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano de São Paulo (IGEPAC) pelo DPH, que teve início em 1983, e que tinha como proposta ser um trabalho contínuo e permanente, tendo como espinha dorsal o conceito de patrimônio ambiental urbano. Contudo, durou até 1987 (Santana, 2017, p.12).

Os inventários de bens patrimoniais se tornaram uma ferramenta importante naqueles anos 1980, em especial a partir do INBI-SU e do INBMI, ambos organizados pelo IPHAN naquela mesma década. Segundo Carvalho e Amaral (2011), o inventário tem como função produzir um registro que possa funcionar como um diagnóstico:

(...) fornecendo dados melhores para a execução das ações dos órgãos de gestão governamental, considerando, evidente, as particularidades que cada cidade apresenta, procurando a integração das políticas urbanas em geral com as políticas de preservação dos bens culturais. (Carvalho; Amaral. 2011, p.5).

Ainda segundo os autores, a partir dos anos 1970, o processo de descentralização das políticas de patrimônio, com os novos órgãos de preservação dos estados e municípios, deu autonomia a eles e trouxe junto a essa autonomia a responsabilidade em relação à produção de documentação a respeito dos bens culturais locais (2011, p 4).

Devido à ausência de políticas que constituíssem os instrumentos de inventário em Guarulhos, isso fez com que a Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico (AAPAH), desde sua origem, passasse a se encarregar dessa tarefa realizando

alguns inventários dos bens culturais da cidade, como veremos mais à frente.

No entanto, houve outra iniciativa importante para a preservação e documentação dos patrimônios culturais da cidade de Guarulhos, e foi a criação, em 1986, do Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos. A lei 313/86 trata da reestruturação do Arquivo Municipal com o objetivo de organizar e preservar a memória histórica da cidade. O arquivo, ao longo dos anos, passou por diversos problemas como falta de estrutura e de espaço adequado para a preservação dos documentos (veremos este problema melhor tratado mais adiante neste texto), e as condições do arquivo municipal geraram uma das questões que levaram ao surgimento da AAPAH e, portanto, ele está também no centro das atenções do grupo.

Em 1987 (Guarulhos, 1987) foi publicado um novo decreto que é considerado um retrocesso em relação ao anterior quanto às políticas patrimoniais do município, ele recriava o conselho do patrimônio, porém com alterações em relação ao anterior, nele, os membros do conselho seriam nomeados pelo prefeito, ao conselho caberia apenas analisar e propor sobre tombamentos, ou seja, sem a capacidade de efetivá-los, função que provavelmente caberia à prefeitura ou à câmara de vereadores. Também entre suas funções não havia nenhum instrumento concreto que permitisse ao conselho preservar de forma eficiente os bens tombados da cidade, pois competia a ele apenas “
I – Estimular campanhas organizadas, visando conscientizar a população sobre a importância da preservação de nossa memória. III – Zelar pela preservação do patrimônio que permita uma melhor compreensão da vida no município” (Guarulhos, 1987, art. 2º).

Conforme demonstra Paiva (2011, p. 187), desde os anos e 1990 até o início dos anos 2000 houve uma série de legislações de preservação do patrimônio em Guarulhos, pontuais e esparsas, sem uma organicidade que pudesse uni-las de forma coerente, durante este período não houve a criação de uma legislação específica de preservação do patrimônio local, e o conselho de patrimônio só seria instalado de fato em 2009. Isso fez com que a política de preservação fosse executada pela câmara municipal e pelo poder executivo através de leis e decretos pontuais, de modo que não havia um órgão competente para fiscalizar os bens culturais preservados pela legislação municipal.

Uma das tentativas de sanar essas deficiências ocorreu com o decreto 21413 (Guarulhos, 2000), que dispôs sobre o tombamento do patrimônio cultural do município. Entre os principais atos desta lei está o tombamento de 15 edificações:

Cemitério São João Batista, Antigo Sanatório Padre Bento, Antigo Paço Municipal, Antiga Casa do Chefe da Estação, Praça Getúlio Vargas, E.E. Capistrano de Abreu, E.E Conselheiro Crispiniano, Casa da Candinha, Casa José Maurício e Casa Saraceni, Antiga Fábrica Adamastor, Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, Igreja Nosso Senhor Bom Jesus, Igreja do Bom Jesus da Cabeça e Igreja São João Batista dos Morros.

Três desses edifícios haviam sido tombados anteriormente pelo CONDEPHAAT em épocas diferentes, sendo eles o Sanatório Padre Bento, a Reserva Estadual da Cantareira e a Escola Estadual Conselheiro Crispiniano (AAPAH, 2016).

No entanto, embora essa legislação tenha dado início a algum tipo de unificação aos tombamentos na cidade, Paiva (2011) alerta que não foi produzida uma documentação sobre os processos realizados, tendo sido a atribuição de valor realizada posteriormente aos tombamentos.

Nesse contexto, o critério de escolha desses bens em detrimento de outros permanece obscurecido pela falta de documentação adequada, contudo, a produção de atributos de valor a certas edificações é um processo cujas origens precisam ser identificadas para se realizar uma análise dos interesses que os promoveram (2011, p.190).

Fernandes (2021) vai além ao afirmar que os bens tombados neste decreto reiteram um discurso excludente sobre a memória da cidade, que está presente desde pelo menos as festividades pelo quarto centenário na cidade realizadas em 1960, momento em que foram criados os símbolos oficiais do município (bandeira, hino e brasão), e quando se instituiu uma memória oficial do município que privilegiou três ciclos da economia local, o período do aldeamento jesuítico, o ciclo de extração do ouro e ciclo do tijolo (aquele ligado à imigração estrangeira e às atividades manufatureiras). Desse modo, os bens elencados neste decreto seriam representantes do poder público e do poder das elites econômicas do município:

Como seguem: sete bens relacionados ao poder público (Cemitério São João Batista, Antigo Sanatório Padre Bento, Antigo Paço Municipal, Antiga Casa do Chefe da Estação, Praça Getúlio Vargas, E.E. Capistrano de Abreu, E.E Conselheiro Crispiniano); três relacionados à elite local (Casa da Candinha, Casa José Maurício e Casa Saraceni); um relacionado ao processo de industrialização (Antiga Fábrica Adamastor); e quatro igrejas católicas (Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, Igreja Nosso Senhor Bom Jesus, Igreja do Bom Jesus da Cabeça e Igreja São João Batista dos Morros). (Fernandes, 2021, p. 63).

Neste mesmo período, outros instrumentos institucionais de proteção foram aplicados como forma de superar o vazio da legislação patrimonial em Guarulhos. Houve a criação de uma legislação urbanística a partir dos anos 1990, que produzia instrumentos de preservação do patrimônio atrelados ao ordenamento urbano e ao desenvolvimento social do município. Essa legislação atuava de forma semelhante ao que estava sendo produzido na capital paulista, buscava integrar a preservação do patrimônio alinhada ao desenvolvimento urbano e social através da qual se buscava evitar a ideia de preservação como uma espécie de congelamento da cidade.

A primeira a tratar deste assunto foi a Lei Orgânica do Município (Guarulhos, 1990), que em seu capítulo dois, dedicado à área da cultura, consta o artigo 218 da criação do Conselho Municipal de Cultura que tem entre as suas funções promover a pesquisa, identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural do município. Podemos perceber que este documento segue o espírito da constituição de 1988, pois carrega consigo o conceito de patrimônio cultural.

Nos artigos 223 a 226, do mesmo capítulo, são estabelecidas algumas diretrizes para a proteção do patrimônio local, por exemplo, a competência para realizar tombamentos de bens culturais após a realização de inventários sobre os mesmos, produzindo deste modo uma documentação sobre os bens culturais, e também ampliando a compreensão do patrimônio considerando tanto o material quanto o imaterial, os quais seriam:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valores histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico, científico e turístico. (Guarulhos, 1990, art. 223).

Por fim, também está previsto o estímulo a empreendimentos privados que se voltem à preservação e restauração do patrimônio cultural e histórico do município.

Nas disposições transitórias, também estão presentes algumas indicações importantes para a construção da política de preservação do patrimônio, o artigo 5º prevê a criação, dentro de doze meses, de um inventário de patrimônio cultural do município e de um arquivo fotográfico dos documentos históricos. O artigo 7º tomba a Escola Estadual Capistrano de Abreu e o Centro Cultural João Cavaleiro Salém, já no artigo 28 são declarados como de interesse de preservação do patrimônio cultural de Guarulhos 15 imóveis, sendo eles:

I - Sanatório Padre Bento (imóveis e vegetação); II - Igreja de Bonsucesso; III - Igreja do Bom Jesus da Capelinha; IV - Igreja do Bom Jesus da Cabeça - Cabuçu; V - Sítio da Candinha; VI - Prédio da antiga Câmara Municipal de Guarulhos, na Rua Sete de Setembro, esquina com a Rua Felício Marcondes; VII - Antiga Estação de Trem, localizada à Praça IV Centenário; VIII - Bosque Maia; IX - Colégio Capistrano de Abreu; X - Praça Getúlio Vargas; XI - Casa em estilo art nouveau pertencente à Olivetti do Brasil; XII - Fábrica localizada na Avenida Paulo Faccini com Avenida Monteiro Lobato; XIII - Serra da Cantareira, do Cabuçu ao Bonsucesso; XIV - Junta de Alistamento Militar; e XV - Igreja Bom Jesus do Macedo (Guarulhos, 1990, disposições transitórias, art.28).

Um mês depois da publicação da lei orgânica saiu um decreto da Câmara Municipal autorizando o poder executivo a realizar os inventários dos bens imóveis de interesse cultural da cidade. Neste mesmo decreto foi criado, mais uma vez, um conselho de patrimônio que manteria o caráter meramente consultivo, ficando o parecer final a cargo do perfeito, seguindo o modelo estabelecido no decreto de 1987.

A maioria dos imóveis tombados pelo decreto municipal de 2000 já estava, portanto, prevista pela lei orgânica para serem objeto de preservação e posterior tombamento, no entanto, o decreto não cumpriu uma das atribuições previstas na lei, a realização prévia de inventários sobre os bens que viriam a ser tombados.

O plano diretor da cidade (Guarulhos, 2004), também trata sobre a proteção do patrimônio. Assim, a preservação do patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico da cidade é citada em diversos artigos que tratam das diretrizes gerais da política urbana, da função social da propriedade e da política de macrozoneamento da cidade.

Ele também instituiu as zonas especiais, áreas que exigem tratamento diferenciado na definição dos parâmetros reguladores de uso e ocupação do solo, que devem ser definidas a partir de leis específicas. Entre essas zonas estão:

As Zonas de Preservação do Patrimônio - ZPP compreendem áreas com significativo valor histórico, cultural, artístico, arquitetônico ou paisagístico, destinadas à preservação da memória e identidade do Município. (Guarulhos, 2004, art. 35).

Embora o texto não especifique como seriam organizadas estas áreas, também não encontramos uma legislação posterior que definisse sua aplicação na prática.

O decreto de 2009 (Guarulhos, 2009), finalmente cria o conselho de patrimônio de forma definitiva, da forma como ele está estruturado atualmente, nele o conselho possui autonomia para desenvolver suas funções. Ele define o que constitui o

patrimônio cultural de Guarulhos, no qual o material e o material estão contemplados, sendo eles:

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, arquitetônico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, inerentes às reminiscências da formação de nossa história cultural, dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (Guarulhos, 2009, art. 9º)

Estabelece a primeira legislação sobre o tombamento no nível municipal estabelecendo regras para todo o processo. Este decreto finalmente traz para a legislação municipal os conceitos básicos sobre o patrimônio cultural presentes nas legislações federal e estadual, estabelecendo inclusive regras para a intervenção nos bens culturais tombados. Os demais debates travados serão analisados no capítulo em que se retratam as origens e atuação da AAPAH.

Vamos adentrar a partir de agora um dos aspectos fundamentais das políticas patrimoniais debatidas nesta tese, os debates sobre os conselhos e a sua função como canais de participação popular na gestão do patrimônio.

1.4 A participação social na experiência dos conselhos gestores do patrimônio

Iremos discutir neste tópico a questão da participação social através de um importante instrumento criado a partir da Constituição Federal (Brasil, 1988), os conselhos gestores. Buscando abordar de que forma eles contribuem para a aplicação mais efetiva desta participação e quais são as suas potencialidades e limitações na construção de uma política de patrimônio cultural mais democratizada.

A ideia da criação de conselhos do patrimônio como exercício da democracia direta se faz presente através das novas demandas por participação popular na construção e legitimação dos patrimônios culturais no Brasil, para tanto, torna-se necessário dialogar com alguns autores que tratam dos aspectos relacionados às relações entre os diversos sujeitos atuantes no processo de patrimonialização.

Pensando nos processos que são capazes de operar a criação de patrimônios, Prats (2005, p.20), propõe a chave de leitura da ativação patrimonial para a qual ele traz a problemática da relação entre o Estado e a sociedade nesse processo. Ele inicia seu argumento com ideia de que significa ativar um repertório patrimonial, que seriam

certos traços e características do passado escolhidas como representantes simbólicos para as pessoas do presente. Os símbolos patrimoniais, desse modo, são criações sociais e políticas feitas a partir das necessidades do presente e não da busca pelo passado.

Em seguida vem a atribuição de valor através da ativação patrimonial, para Prats, esse processo depende fundamentalmente do poder político para ser efetivamente realizado. A ativação patrimonial, para ele, tem a ver antes de tudo com discursos, e esses discursos possuem uma gramática específica que seria: a seleção dos elementos integrantes da ativação, a ordenação desses elementos e a interpretação deles. Além disso, esses discursos ainda são elevados a um outro patamar, o da negociação.

O processo de negociação leva ao questionamento sobre quem são os sujeitos que atuam nos repertórios patrimoniais que foram adjetivados, ou seja, adquiriram valor simbólico enquanto patrimônio da sociedade. Ele afirma que este poder está nas mãos de determinados agentes específicos da sociedade, sendo em última instância o principal destes agentes os poderes constituídos. No entanto, não apenas o poder político se configura como esse agente, mas também os poderes religiosos e os mercantilistas atuam ativamente nesse processo (Prats, 2005, p.123).

Numa sociedade plural, o poder político conta com diversos apoios e necessita de negociações junto à sociedade, sendo assim, tenta-se sempre algum alinhamento entre o discurso político com o da sociedade em geral, pois, segundo o autor:

Os atores principais são o poder político e a sociedade, ambos suficientemente complexos em si mesmos para que o processo (e a sua análise) não seja exatamente simples e fluido, embora a tomada de decisões precipitadas (que terá consequências subsequentes) o torne por vezes difícil, pode parecer assim. No centro do tabuleiro a valorização de elementos patrimoniais indiscutíveis (embora interpretáveis). O objetivo, muitas vezes implícito, da negociação, é alcançar o maior grau de consenso possível, para que o discurso subjacente à ativação pareça legitimado e de acordo com a realidade socialmente percebida (Prats, 2000, p. 03, tradução nossa)³⁰.

³⁰ *Los actores principales son el poder político y la sociedad, uno y otra de por sí suficientemente complejos como para que El proceso (y su análisis) no resulte precisamente simple y fluido, aunque la toma de decisiones precipitadas (que tendrá consecuencias posteriores) haga que, a veces, lo pueda parecer. En el centro del tablero la puesta en valor de elementos patrimoniales indiscutibles (aunque interpretables). El objetivo, con frecuencia implícito, de la negociación, es alcanzar el mayor grado de consenso posible, de manera que el discurso subyacente en la activación aparezca legitimado y conforme a la realidad socialmente percibida.*

Para além das negociações com a sociedade, o poder político ainda precisa contar com o apoio de vários agentes, os agentes econômicos, os acadêmicos e os técnicos em geral, sendo que o poder econômico determina os limites do discurso da ativação patrimonial por parte do governo, assim como também o técnico e o acadêmico, categorizando o que possui ou não possui valor.

A busca por uma sociedade mais plural no Brasil após o final da ditadura militar traz questões que dialogam profundamente com a argumentação colocada por Prats, no qual os agentes políticos e institucionais que passaram a atuar a partir deste daquele momento buscavam uma maior participação popular dentro das próprias instituições, incluindo-se aquelas responsáveis pela preservação do patrimônio.

Esse novo panorama político e social levou a criação dos conselhos atraindo a sociedade civil para dentro do Estado como o objetivo também de trazer uma maior legitimidade às políticas públicas de preservação. Diante disso, os conselhos se tornaram espaços ideais para a construção de consensos entre sociedade e Estado, pois na medida em que a população necessita das instituições para o reconhecimento de seu patrimônio, essas mesmas instituições precisam se legitimar perante a sociedade para garantir a efetividade na aplicação de suas políticas.

Embora os conselhos funcionem também como um espaço controlado sobre o processo de negociação que envolve a ativação do patrimônio, ele é palco de intensas disputas entre os diferentes atores sociais ali representados e revela as contradições sociais inerentes às diferentes políticas de preservação. Por isso deve-se levar em consideração outros fatores como a correlação de forças, as oportunidades ou os impedimentos que a conjuntura oferece à atuação popular dentro dos conselhos.

Os conselhos estão inseridos em redes de produção de políticas públicas nas quais recursos simbólicos e materiais são disputados por diversos atores sociais, por isso são profundamente influenciados pelas dinâmicas políticas que nela se produzem. Além disso é preciso considerar que se os conselhos possuem um papel na democratização da gestão pública por outro lado também possuem limitações que são inerentes a ela, como por exemplo sua natureza fragmentária e setorializada, sua forte dependência dos governos e uma tendência à burocratização dos processos participativos (Tatagiba, 2010, p.34). Devido a isso valia Dagnino:

Atribuir indiscriminadamente aos espaços de participação o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da sociedade, na eliminação da desigualdade e na instauração da cidadania, transformando as expectativas que estimularam a luta política que se

travou pela sua constituição em parâmetros para sua avaliação, pode nos levar inexoravelmente à constatação do seu fracasso (Dagnino *apud* Tatagiba, 2010, p.34)

Estes aspectos apresentados dialogam com os princípios elaborados por Canclini (1999), que entende que o campo do patrimônio é permeado por uma disputa econômica, política e simbólica através de três agentes principais: o Estado, o setor privado e os movimentos sociais.

A relação do Estado com o patrimônio é definida por Canclini como ambivalente (1999, p.20), pois se por um lado valorizam e promovem a ação integradora da nacionalidade, estes símbolos da identidade nacional diluem as particularidades e os conflitos internos entre as classes. Por vezes o Estado promove o patrimônio para frear algum ataque especulativo do setor privado, outras vezes para utilizar o prestígio dos monumentos como recurso de legitimação e busca de consensos.

Nesse sentido, o Estado pode se utilizar da legislação patrimonial como instrumento para regulamentar a especulação imobiliária, mas, por outro lado, pode se promover a partir de uma patrimonialização do espaço urbano que busca criar uma certa ideia de ordem e sociedade.

No entanto, devemos entender o Estado para além dos órgãos de governo, buscando compreender o peso maior ou menor de tais práticas como resultado do grau de participação dos diferentes setores na apropriação dos bens culturais, por isso devemos buscar compreender os graus de atuação popular para compreender os diversos usos possíveis do patrimônio.

A presença dos movimentos sociais nas disputas pelo patrimônio, embora ocorra desde o início dos processos de institucionalização das políticas patrimoniais, se intensificou nas últimas décadas. Ela possui algumas causas principais a serem consideradas, segundo o autor; a expansão demográfica; a urbanização descontrolada e a depredação ecológica que levam diversos grupos sociais a resgatar e preservar não apenas edifícios, mas os seus bairros e comunidades a fim de tentar manter habitável o espaço urbano (Canclini, 1999, p.21).

Sua participação junto ao Estado traz consigo três perspectivas novas ao debate patrimonial: a questão do patrimônio ambiental, que não é visto apenas como responsabilidade governamental; a mobilização popular pelo patrimônio, sem a qual o governo dificilmente vinculará essas demandas às necessidades cotidianas da população; por fim o resgate efetivo do patrimônio, que inclui a apropriação coletiva e democrática, ou seja, criar condições materiais e simbólicas para que todas as classes

sociais possam compartilhar e encontrar significado neles. A partir da atuação destes três agentes, os critérios sobre a sua preservação são divididos por Canclini em quatro paradigmas: tradicionalista, construtivista, mercantilista e participacionista (1999, p.22).

Interessa-nos, para esta pesquisa, o último paradigma proposto pelo autor, que é resultante da participação popular junto ao Estado na preservação do patrimônio. Canclini concebe que sua preservação se relaciona com as necessidades globais da sociedade, nas quais as funções mencionadas antes como o valor intrínseco do patrimônio, seu valor como mercadoria e sua capacidade simbólica de legitimação devem estar subordinadas às demandas presentes dos usuários. A seleção do que se preserva e como se preserva também deve ser decidida em um processo democrático onde intervenham os interessados e se considerem suas opiniões e hábitos.

Nessa análise, podemos pensar qual o papel desempenhado pelos conselhos gestores, pois estes são canais de participação que articulam representações da população e de membros do poder estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos (Gohn, 2011. p.7). Seu surgimento foi possível graças ao texto da constituição de 1988, que trouxe inovações para a gestão pública e para proteção dos bens patrimoniais.

A Constituição de 1988 (Brasil, 1988), definiu formas de preservação e gestão do patrimônio de maneira a incluir mais setores da população. Ela buscava promover a preservação a partir do poder público em colaboração com a comunidade (art.216, V), também a democratização dos processos decisórios com participação e controle social (art.216, X), bem como estimulava a autonomia dos entes federados e da sociedade civil (art.216, VIII). Ela contribuiu, enfim, para a descentralização da gestão do patrimônio cultural, que passou a encarregar os municípios de sua salvaguarda e proteção, incentivando-os a criarem órgãos de preservação do patrimônio. Também passaram a ser criados conselhos gestores e conselhos comunitários dedicados à proteção do patrimônio, e novos modelos de governança começaram a ser propostos buscando integrar poder público e sociedade civil.

Assim, o texto constitucional, na mesma medida em que traz o conceito de patrimônio cultural, democratizando as práticas culturais populares e das minorias, também incentiva a participação destes mesmos sujeitos na construção das políticas públicas de preservação, além de propor um canal onde essa participação possa ser efetivada.

Apesar disso, a experiência dos conselhos antecede o texto constitucional de 1988. Ela se apresenta a partir de dois processos diferentes que ocorrem, no entanto, de forma simultânea; a experiência dos conselhos populares surgida nas grandes cidades, em especial na cidade de São Paulo, e também o processo de descentralização promovida pelo IPHAN visando a criação de órgãos de preservação estaduais e municipais, ambos os processos tendo sido iniciados por volta dos anos 1970 (Fonseca, 1997, pp.151-152).

Para Gohn (2011), os conselhos populares surgiram durante a ditadura militar sendo propostos por setores da esquerda e da oposição política ao regime militar, eles possuíam diferentes papéis em conformidade com a necessidade de atuação. Seu surgimento está atrelado à questão da participação popular na política como forma de contornar as limitações impostas pela ditadura.

A prática conselheirista é, por isso anterior, à Constituição Federal e às legislações estatais, sendo fruto de uma organização popular autônoma que foi se tornando, inclusive, modelo para as políticas públicas. A intensa participação existente a partir dos anos 1970, através destes conselhos, surgiram como estratégia da população excluída de áreas periféricas das cidades para pressionarem os poderes públicos a fim de obter conquistas materiais e sociais.

Com a abertura política no final da década de 1980, grupos opositores ao regime militar, ligados especialmente aos movimentos sociais e a partidos de esquerda, passaram a conquistar cargos públicos, tendo como destaque as prefeituras de São Paulo e Porto Alegre, e tentaram instituir em sua gestão práticas participativas trazendo para dentro da administração pública os conselhos participativos, de modo que os conselhos passaram a ser órgãos de representação da sociedade como um todo (Gohn, 2001, p.81).

A gestão Erundina em São Paulo (1989-1992) é modelar neste processo pois tinha uma política de governo que buscou ampliar a participação política da população nas mais diversas áreas; seja na educação, saúde, cultura, no orçamento municipal entre outras. Houve também uma tentativa neste sentido para o campo do patrimônio cultural, e ela será tratada mais à frente neste mesmo tópico.

Enquanto em São Paulo a gestão petista fortaleceu a criação e funcionamento dos conselhos participativos em sua administração, na cidade de Guarulhos este processo foi bem mais tardio devido à sucessão de governos mais conservadores, tendo o PT chegado à prefeitura apenas em 2001. A partir disso foi iniciada a instalação dos

conselhos gestores nas áreas da saúde, educação e assistência social, além dos conselhos de direitos. Ocorreram também conferências municipais para decidir os rumos da gestão, além de ter sido implantado o orçamento participativo, marca da gestão municipal petista tanto em São Paulo quanto em Porto Alegre (Oliveira, 2014, p.10).

Algumas questões se apresentaram a partir da reestruturação dos conselhos populares organizados pelos movimentos sociais para os conselhos participativos geridos pela administração pública. Um dos principais problemas enfrentados na implantação dos conselhos reside na questão da paridade e representatividade da população dentro dos conselhos, visto que não existe uma regra geral para a sua formação, cabendo a cada município deliberar sobre este assunto.

Há também a questão de como essa nova forma de participação contribuiu para a consolidação de uma ideia de cidadania mais ampliada, na qual os conselhos representam não mais apenas as comunidades marginalizadas, mas que devem incluir a sociedade como um todo (Gohn, 2001, p.59). Isto leva a um novo entendimento do papel do Estado e da atuação popular através dele, com o surgimento do chamado terceiro setor, e também levanta algumas questões que impactam a participação popular dentro das administrações públicas.

Essa nova relação com o estado se consolida nos anos 1990, e os atores presentes nesse processo são formados por movimentos, ONGs, universidades e organizações de classe, muitos deles já presentes no debate público desde os anos 1970, mas que agora se articulam a partir de novas estratégias. Com isso ocorre um certo “empoderamento” de grupos e uma certa profissionalização de suas práticas a fim de poder intervir mais efetivamente nas políticas públicas (Gohn, 2013, p.244).

Outra característica apresentada é a participação institucionalizada como fundamental das novas práticas de atuação política, a participação popular passa a ser concebida como uma intervenção social planejada e periódica com ênfase na aplicação das políticas públicas solicitadas, o que levou também a que diversos movimentos sociais se convertessem em ONGs para se adaptar ao novo sistema.

Essas questões serão relevantes para entender também a retomada da organização dos movimentos sociais no início do século XXI e mais especificamente a formação dos movimentos populares de patrimônio analisados nesta tese que se articulam localmente a partir das demandas sociais, mas buscam também se organizar de modo mais “profissional” para atuar de forma de maneira efetiva junto ao poder

público tanto no que diz respeito à busca pela atuação junto aos conselhos participativos quanto na busca por financiamento público ou parcerias com as instituições oficiais.

Um dos paradoxos trazidos à tona neste processo diz respeito à questão da visibilidade versus autonomia na atuação dos movimentos sociais que lutam pela memória, ele está presente nas complexas relações estabelecidas entre os movimentos e os governos e os agentes privados de financiamento. Isso acaba tendo influência decisiva na relação entre autonomia e articulação dentro dos movimentos, afetando, por exemplo, os critérios de definição do que seria ou não preservável. Diante disso, acaba sendo fundamental a discussão sobre a maneira como as memórias se relacionam com as próprias lutas desses movimentos sociais e de que forma irão se articular com os outros agentes presentes no processo.

Para entender um pouco melhor essas contradições, vale a pena trazer a discussão proposta por Fraser (2006) que se empenha em unificar os debates sobre a questão das lutas por redistribuição versus lutas por reconhecimento, para isso a autora procura delimitar o que seria o campo das injustiças. Nos interessam aqui as chamadas injustiças culturais ou simbólicas, estas estão presentes por exemplo no processo de dominação cultural, de ocultamento e de desrespeito em relação às comunidades subalternas e as minorias. Para a autora, apesar da separação analítica, existe uma unidade entre as injustiças culturais e as injustiças políticas, sendo a primeira, objeto das lutas por reconhecimento e a segunda, objeto das lutas por redistribuição (2006, p.233).

Embora aparentemente opostas, essas duas lutas, segundo a autora, estão presentes ao mesmo tempo nas comunidades oprimidas da sociedade, pois certas comunidades são excluídas tanto do ponto de vista econômica quanto do cultural, e como forma de reverter essa condição elas lutam por uma desdiferenciação econômica em relação aos outros grupos da sociedade, enquanto por uma diferenciação cultural identitária em relação aos outros.

Entre os conselhos participativos surgidos neste contexto estão aqueles dedicados à preservação do patrimônio cultural local fruto desses processos descritos anteriormente, e também da existência, desde os anos 1970, de grupos da sociedade civil dedicados à luta pela preservação dos seus patrimônios e que buscaram influenciar as políticas públicas. Também existe um outro aspecto específico do debate patrimonial que deve ser tratado.

Desde os anos 1970 havia um debate sobre descentralização da preservação do

patrimônio no Brasil, este debate perpassou diversas instâncias do poder público e incluiu os dois encontros de governadores sobre a defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil realizados entre 1970 e 1971. Esses encontros contribuíram para criação de um pacto federativo pela defesa dos bens históricos e naturais do Brasil

Estes encontros tiveram como resultados o Compromisso de Brasília (Brasília, 1970) e o Compromisso de Salvador (Salvador, 1971), que recomendavam que Estados e Municípios tomassem a frente da preservação de bens culturais regionais criando órgãos próprios.

O compromisso de Brasília foi assinado por diversos governadores do Brasil que se reuniram a fim de ampliar a proteção aos bens patrimoniais, nele:

Reconhecem a inadiável necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal no que se refere a proteção dos bens culturais de valor nacional;
Aos estados e municípios também compete, com a orientação técnica do Dphan, a proteção dos bens culturais de valor regional;
Para a obtenção dos resultados em vista, serão criados onde ainda não houver, órgãos estaduais e municipais adequados, e articulados devidamente com os conselhos estaduais de cultura e com o Dphan, para fins de uniformidade da legislação em vista, atendido o que dispõe o art. 23 do decreto-lei 25, de 1937, (Compromisso de Brasília, 1970, p.1).

O Compromisso de Salvador reforçou as recomendações do documento anterior, além da necessidade de constituir ações estruturadas entre os diversos órgãos e entes federados.

Segundo Fonseca (2017), o processo de reavaliação do conceito de patrimônio histórico para o de patrimônio cultural na década de 1970 trouxe consigo um relativismo em relação a noção de bens culturais, porque estes passaram a considerar objetos e práticas que possuíam valor para comunidades específicas, portanto, para a seleção dos bens culturais a partir deste momento haveria a necessidade da participação das comunidades. Com isso o processo de seleção patrimonial deixa de ser uma atividade eminente técnica e passa a ser também política, pois o saber passa a ser relativizado chamando a atenção às relações de poder neste processo de atribuição de valores.

Para esse processo foi fundamental a construção da ideia de *referências culturais* como base do patrimônio. Essa ideia pressupõe sujeitos para os quais essas referências fazem sentido, o que deslocou o foco dos bens da sua materialidade e

monumentalidade para valorização da construção de sentidos e valores realizados a partir destes bens culturais, sendo atribuídos por sujeitos particulares em lugares específicos, trazendo em si também uma concepção antropológica de cultura (2017. p.112). Dito de outra maneira, Fonseca afirma que:

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva a que cada membro do grupo de algum modo se identifica. (Fonseca, 2017, p.113).

Dessa maneira, a necessidade da participação popular através dos conselhos tornou-se fundamental para que os diversos sujeitos sociais pudessem contribuir no processo de atribuição de valor ao patrimônio cultural.

Mata-Machado (2010), ao tratar do período imediatamente posterior à Constituição de 1988, afirma que com a ampliação da competência para a condução de suas próprias políticas de preservação para estados e municípios, combinada com uma noção ampliada de cultura, foram introduzidas tensões que para serem resolvidas ultrapassavam as atribuições estabelecidas aos conselhos patrimoniais naquele momento (2010. p.260). O papel dos especialistas, embora fundamental, já não era mais o suficiente, por isso o papel dos conselhos teve de ser repensado para passar a integrar a população afetada por esse processo de patrimonialização de seus bens culturais.

Por outro lado, os conselhos do patrimônio se diferenciam de outros conselhos existentes por serem instrumentos de política pública de fato, e não serem apenas consultivos, como em alguns casos. Isso porque, a definição do que deve ou não deve ser preservado passa necessariamente por estes conselhos, daí sua importância estratégica na construção de políticas patrimoniais. Conforme Starling, os conselhos de patrimônio:

Constituem, pois, instâncias híbridas de partilhamento das decisões entre os representantes do governo e os diversos segmentos da sociedade, conjugando dinâmicas e processos próprios das esferas governamental e social. Esses formatos institucionais se definem por princípios inovadores como a publicidade, a natureza deliberativa e a dinâmica de negociação entre os diferentes grupos e interesses em jogo. (Starling, 2009, p. 148)

É nesse contexto mais amplo que devemos entender as origens tanto do CONPRESF na cidade de São Paulo quanto o COMPHAC na cidade de Guarulhos, ambos tendo sido criados no ano de 1985, pelos menos formalmente como veremos mais adiante.

Sendo esta legislação anterior ao proposto na constituição de 1988, eles devem ser entendidos, deste modo, como produtos do processo de descentralização dos conselhos de patrimônio realizado a partir das instâncias federais, mas também há mudanças nos paradigmas da preservação no âmbito do estado de São Paulo, advindas a partir do CONDEPHAAT criado em 1968.

Rodrigues (1999), em seu trabalho sobre o CONDEPHAAT, classifica o período entre 1982 e 1987 como um tempo de abertura do órgão estadual, este período se inicia com o retorno das eleições diretas para governador em São Paulo e com o retorno também de membros da oposição a cargos administrativos, o que acabou refletindo nas políticas de preservação do órgão.

Já sob a gestão de Aziz Ab'Saber (1982-1983), foram criados conselhos comunitários em cidades históricas do estado onde o órgão atuava, eles buscavam discutir os problemas da preservação, propor soluções e ampliar a base de apoio às políticas realizadas pelo CONDEPHAAT. Foi criado um grupo de apoio formado por técnicos altamente especializados para ajudar os conselhos na resolução de problemas específicos (1999, p.88).

Sob Antonio Arantes (1983-1984), houve uma alteração dos conselhos para uma possível institucionalização dos mesmos, sob sua gestão a meta fundamental foi aproximar o órgão da população. Foram desenvolvidas iniciativas complementares aos processos de tombamento, buscando ampliar a atuação do órgão, especificamente no trabalho realizado na cidade histórica de Bananal foram criados canais para que a comunidade local assumisse um papel mais ativo na preservação do seu patrimônio local (1999, p.93).

A partir de 1984 surge a discussão, no interior do CONDEPHAAT, sobre incentivar a criação de conselhos locais do patrimônio para melhorar a política de preservação acompanhada de alterações das atribuições do conselho estadual. Neste projeto, os conselhos municipais seriam apoiados pelo órgão estadual que passaria a ser mais normativo e menos fiscalizador, assessorando as prefeituras e ajudando a construir planos regionais de preservação (Rodrigues, 1999, p.95).

A criação dos conselhos municipais em São Paulo e Guarulhos, alvo de nosso

estudo, devem ser entendidos como consequência dos processos iniciados pelo órgão estadual de preservação em torno do empoderamento das populações locais pelo seu patrimônio. Veremos, no entanto, que esse objetivo tem sido buscado em ambas as cidades até os dias de hoje.

Percebe-se que a criação desses dois conselhos foi inspirada, em vários aspectos, na organização do órgão estadual de preservação, tanto em sua forma de atuação quanto na composição de seus membros, por exemplo, visto que em ambos os conselhos possuem nove membros que decidem suas políticas patrimoniais, mesmo número que forma o conselho estadual.

Isto porque, as políticas municipais adotadas, segundo Camargo (*apud* Nascimento, 2018, p.310), “refletem as práticas locais - quando existem - de reproduzir as fórmulas federais ou estaduais, aplicadas “de cima para baixo”, sem considerar suas próprias particularidades e necessidades” (2018, pp.310-311).

Na cidade de Guarulhos houve iniciativas para a construção de uma legislação patrimonial nesse período, porém elas foram fragmentadas e pontuais. Em 1978 foi promulgada a lei que dispunha sobre a proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do município (Guarulhos, 1978). A competência para a definição e a preservação do patrimônio era responsabilidade do Conselho Municipal de Educação e Cultura do município, sendo o tombamento o único instrumento previsto na lei, o decreto ainda determinava que, antes de ser efetuado o tombamento, este deveria ser analisado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Muito embora ela possa ser considerada umas das primeiras legislações em âmbito municipal seguindo o espírito da descentralização proposta pelo IPHAN, não veio acompanhada da criação de qualquer órgão de preservação do patrimônio, apenas em 1985 uma lei instituiu o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Guarulhos, que deixava diversas lacunas quanto aos instrumentos de preservação, e este conselho, no entanto não chegou a se concretizar (Guarulhos, 1985, art. 4º).

O decreto de 1985 previa que o Conselho fosse formado por agentes da administração pública municipal e de membros da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo existente no município, no total de oito cadeiras, o que revela a perspectiva ainda presente da preservação da “pedra e cal”,³¹ Além disso, não havia qualquer

³¹ A expressão "patrimônio de pedra e cal" se refere a bens culturais materiais, como edifícios, monumentos, construções históricas e sítios arqueológicos.

menção aos demais representantes da sociedade civil. A representação era a seguinte:

I - Dois representantes do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo existente na Cidade; II - dois membros do corpo docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo existente na Cidade; III - dois membros da Secretaria do Planejamento; IV - O Secretário da Educação e Cultura, na qualidade de Presidente; e V - Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal. (Guarulhos, 1985, art. 5º)

A lei também previa a realização de um inventário do conjunto de bens móveis e imóveis existentes no município para que fossem levantados os bens que fossem de interesse para preservação municipal, no entanto não estão explicitadas de que formas esse levantamento seria realizado nem quais seriam os métodos utilizados (Guarulhos, 1985, Art. 1º).

Por outro lado, um novo decreto publicado em 1987 recriava o conselho do patrimônio e produziu um retrocesso em relação ao decreto anterior, nele, os membros do conselho seriam nomeados pelo prefeito e não havia uma definição sobre quantos seriam e quais seriam as qualificações para a sua escolha (Guarulhos, 1987, art. 3º).

Finalmente a lei nº 3618, de 1990, previu uma alteração dos membros do conselho do patrimônio que incluía um representante da imprensa local, um representante do diretório acadêmico e um docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Guarulhos, também a participação não apenas de dirigentes de secretarias municipais, mas também de funcionários dessas secretarias, como era o caso da Cultura, do Planejamento e do Turismo (Guarulhos, 1990, art. 5º). Eram um total de doze cadeiras nas quais os poderes públicos formavam ampla maioria.

Um novo decreto de 1995 alterava essa formação ampliando o conselho para catorze cadeiras. Nele, a principal alteração na representação estava na presença não mais de um docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, mas de três docentes de faculdades locais pertencentes às áreas do saber humano relacionadas à preservação do patrimônio.

De fato, apenas em 2009 se concretiza a instalação de fato do conselho municipal de patrimônio de Guarulhos, o COMPHAC, ocorrido no início da primeira gestão do PT na prefeitura, estando este conselho em atividade ainda hoje. A composição do conselho está dividida entre sete representantes da administração pública municipal e sete representantes da sociedade civil divididos da seguinte forma:

VIII - um representante da Associação dos Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Guarulhos; IX - um representante do corpo docente de cada instituição de ensino universitário em funcionamento na cidade de Guarulhos; X - um representante dos estudantes de cada instituição de ensino universitário em funcionamento na cidade de Guarulhos, indicados preferencialmente pelo Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico ou por reunião promovida pelos estudantes para este fim; XI - três representantes de entidades da sociedade civil com notória atuação na defesa e preservação do patrimônio histórico na cidade de Guarulhos; XII - um representante da Academia Guarulhense de Letras (Guarulhos, 2009, artigo 5º).

É uma representação de fato bem equitativa, ela considera não apenas os especialistas, mas em especial as universidades locais como os discentes ou os estudantes destas instituições, além de contar com três cadeiras para entidade da sociedade civil atuante na defesa do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Em relação aos órgãos de preservação do patrimônio na cidade de São Paulo, o CONPRESP foi criado tendo como objetivo principal ser o órgão responsável pelos tombamentos de bens patrimoniais da cidade de São Paulo, substituindo o COGEP, que possuía atribuições semelhantes, porém, sem contar com o instituto do tombamento (Santana, 2017, p.11). Antes do conselho já havia o DPH (departamento do patrimônio histórico), criado em 1975, que entre os seus principais objetivos estava a realização de inventários do patrimônio ambiental urbano, conforme já tratado antes. A partir da criação do CONPRESP o DPH adquire novas funções e passa ser o órgão responsável por executar as políticas patrimoniais aprovadas pelo novo conselho.

O decreto de criação do CONPRESP, de dezembro de 1985, que foi proposto e aprovado pela câmara de vereadores, teria sido gestado dentro do próprio DPH. O decreto de criação era bastante amplo e participativo no que diz respeito à quantidade e à variedade de membros da sociedade civil contemplados no artigo terceiro do decreto.

Eram nada menos que 25 conselheiros, a composição das cadeiras no conselho proposto por esse primeiro decreto era realmente muito ampla e democrática tanto para os padrões da época quanto para os padrões atuais do conselho, considerado muito restrito pelos movimentos, como veremos a seguir.

O conselho estava dividido, em termos gerais, da seguinte maneira: dez representantes da administração municipal divididos entre a câmara de vereadores e a prefeitura, incluindo secretarias e o DPH; dez representantes de órgãos e conselhos de classe não ligados diretamente à administração municipal; finalmente a participação da sociedade civil com a presença de cinco membros escolhidos entre representantes de

associações comunitárias, sendo que dois desses deveriam ser ligados ao bem passível de tombamento, ou seja, o conselho também apresenta uma mobilidade de representantes de acordo com o processo de tombamento que era discutido.

XIV - Três membros da sociedade civil da Cidade de São Paulo, escolhidos pelo Conselho de uma lista formada a partir de nomes inscritos pelas associações comunitárias que indicarão um membro cada, sendo para tanto convocadas por edital.

XVII - Dois representantes indicados pelas Associações Comunitárias onde estiver localizado o bem, objeto de pedido de tombamento. Tal representante terá poderes de deliberação tão-somente quanto a este bem. (São Paulo, 1985, art. 3º).

Essa composição demonstrava também a amplitude participativa que se pretendia trazer para dentro do conselho, os representantes da sociedade civil como um todo formavam a maioria em relação aos membros dos poderes públicos, sendo que estes últimos constituíam uma mistura entre os conselhos populares formados pela comunidade afetada pelo processo de tombamento e o conselho de especialistas formado por profissionais de diversas áreas.

Outro aspecto importante dizia respeito à ampliação das áreas do conhecimento representadas neste conselho. Além de profissionais do campo da arquitetura, do planejamento urbano e do meio ambiente, já tradicionais no campo do patrimônio, havia também representantes das artes plásticas, da literatura, da geografia, da história, da arqueologia, da museologia e da biblioteconomia. O que demonstrava claramente a iniciativa de fortalecer o conceito de patrimônio cultural buscando abarcar as mais variadas formas de produção cultural da cidade de São Paulo e as mais diversas interpretações do que significa o patrimônio (São Paulo, 1985, art. 3º, XIII)

Este decreto foi aprovado em dezembro de 1985 durante os últimos dias da gestão de Mário Covas como prefeito de São Paulo. Em janeiro de 1986, no entanto, assumiu Jânio Quadros, político conservador e que não promulgou esta lei. Em dezembro de 1986 o decreto de criação do CONPRESP foi completamente alterado e teve muitos de seus avanços revogados, enquanto no decreto anterior o conselho possuía total autonomia para formular as políticas patrimoniais de forma independente, agora essa política deveria ser executada em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura (art 8, 1985. art 3, 1986). O ato do tombamento agora deveria ser promulgado pela Secretaria de Cultura e, ao final do prazo para contestações seria homologada pelo prefeito (art 15, 1985. art 4, 1986), finalmente as cadeiras no conselho foram reduzidas

drasticamente, sendo reconfiguradas para apenas nove conselheiros divididos em seis representantes dos poderes executivo e legislativos municipais e três representantes de órgão de classe, sendo arquitetura, engenharia e direito.

A nova composição revela o caráter mais conservador da política de preservação do patrimônio planejada nesta gestão municipal, em que a participação da comunidade foi totalmente retirada e apenas especialistas ligados ao campo da arquitetura e do planejamento urbano tinham assento nele.

Embora o conselho tenha sido oficialmente criado em 1986, o início das suas atividades, na prática, ocorreu apenas com o início da gestão de Luiza Erundina (1989-1992). Marilena Chaui, secretária de cultura nesta administração, ressaltou que a regularização e funcionamento de forma permanente do CONPRESP se deu como consequência da política de implementação dos conselhos participativos buscada por aquela administração, que tinha como objetivo trabalhar em parceria com a sociedade por meio dos instrumentos de gestão participativa (Chaui, 2021, p.101). Ela também afirmou que, não conseguindo alterar a legislação e promover uma reforma geral sobre a participação cidadã, sua gestão à frente da secretaria se utilizou de decretos e portarias para poder chegar aos resultados desejados, visto que o governo municipal não possuía maioria na câmara de vereadores.

Deste modo, a Secretaria de Cultura trabalhou de modo colegiado tendo reuniões periódicas regulares com a participação da comunidade em geral, com reuniões mensais para discussão e planejamento, e com decisões coletivas e integradas (2021, p.101-102). Depois de diversas reuniões e discussões com a comunidade, foi proposto um projeto de lei que alterava novamente o conselho de patrimônio. No entanto, este também não foi aprovado.

Em um documento sobre o balanço das políticas municipais de patrimônio, produzido pela Secretaria de Cultura (São Paulo, 1991), a relação entre preservação e democracia é tratada como fundamental. Quanto à representatividade da sociedade civil nos conselhos, argumenta que muitas vezes ela vinha sendo tomada como sinônimo da presença de especialistas de fora da burocracia estatal, e que o objetivo daquela administração era torná-los “dotados de poder deliberativo o mais amplo possível, devem exprimir um arco amplo de prestação capaz de colocá-lo acima de contingências políticas e interesse privados” (1991, s.p.).

Entre as resistências apontadas estão a dos próprios especialistas que não queriam se ver privados de sua competência e de instâncias do governo que não

queriam se ver despojados de seus poderes. Também as críticas externas à atuação do CONPRESP seriam fruto de uma resistência contra as mudanças promovidas por aquela administração.

Segundo o documento, enquanto o poder do conselho se concentrava em tombar edifícios isolados ele nunca havia sido questionado, mas, na medida em que tentou-se introduzir uma política de preservação dos modos de vida através do tombamento das manchas urbanas, por exemplo, teve início um processo de desmoralização do conselho e do seu corpo técnico, um processo que se revela antes de tudo como um projeto político que buscava o desmonte das políticas públicas do estado (São Paulo, 1991, s.p.).

Um projeto de lei para reformar e reorganizar o CONPRESP foi redigido em dezembro de 1991. A minuta que trata da composição do conselho basicamente retoma o projeto original de 1985, com 25 cadeiras repartidas da mesma maneira, e com a mesma participação da sociedade com suas cinco vagas garantidas, como um todo, a minuta trata essencialmente da retomada da lei aprovada e revogada no ano seguinte (São Paulo, 1991, s.p.).

Porém, ao contrário do texto original, este nem mesmo chegou a ser aprovado na câmara de vereadores, desde então a composição do CONPRESP, estabelecida em 1986, continua inalterada até o momento, apenas com pequenas alterações na presença de secretarias de governo.

Conforme a definição de Mata-Machado (2010), podemos pensar que o conselho de patrimônio estabelecido na cidade de São Paulo está mais próximo do que ela chama de conselhos de especialistas formados por indivíduos que possuem capacidades técnicas específicas. Na política cultural este tipo de conselho costuma surgir especialmente nos conselhos ligados à preservação do patrimônio pela sua necessidade de conhecimentos específicos sobre diversas áreas (2010, p.225-226).

Ainda sim, a participação dos especialistas é bem reduzida, sendo o conselho dominado por membros da burocracia governamental, o que acaba tornando as decisões eminentemente ligadas à administração municipal e onde os especialistas, pelo seu número inferior, atuam como meros consultores sem muito poder de fato nas decisões.

Mata-Machado (2010, p. 226), conclui sua argumentação afirmando que este tipo de conselho inspirado nos modelos gestados ainda durante a ditadura militar não seria mais capaz de conter e representar a complexidade da vida cultural

contemporânea. Calabre (2019) segue no mesmo caminho, afirmando que:

A gestão do patrimônio cultural no Brasil tem uma tradição de concentrar parte significativa de suas ações na preservação do patrimônio edificado e estabelecer diálogos quase que exclusivamente com grupos de especialistas que costumam compor os conselhos de área. Essa forma tradicional de gestão gera um sentimento de exclusão e ausência de identidade de parte significativa da população. Esta não se identifica com a memória preservada e representada nos bens tombados, museus e centros culturais. (Calabre. 2019. p.191).

Para exemplificar a persistência dos problemas ligados à falta de participação popular dentro do CONPRESP foi divulgada, em 2020, uma nota de repúdio assinada por 22 entidades da cidade de São Paulo³², ele incluía diversos movimentos populares ligados à perseveração do patrimônio distribuídos por várias regiões da cidade, também entidades públicas e associações de moradores assinaram o documento. Entre as associações estava incluído o coletivo Ururay - patrimônio cultural.

A nota pedia por novas eleições e uma nova composição do CONPRESP, ela foi encabeçada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) que possuía uma cadeira no conselho e utilizou seu espaço para manifestar sua discordância e dar voz às entidades que não estão representadas nele.

O estopim para a nota foi a anulação do processo eleitoral que escolheria novos membros do CONPRESP naquele ano pelo prefeito Bruno Covas, a justificativa utilizada foi o cenário da pandemia de COVID 19. Houve também alteração de seis dos nove membros do conselho que são escolhidos pelo prefeito, indicando a interferência direta do executivo no órgão de patrimônio. A presidente do conselho foi exonerada e também os conselheiros que votaram nela, três dos quatro indicados da gestão foram trocados por terem votado nela.

No documento divulgado, as entidades criticam o processo e reclamam também pela participação popular no conselho, naquele momento inexistente:

³² Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP, Fórum Estadual em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro (Núcleo São Paulo), Associação do Amigos da Praça João Afonso de Souza Castellano – Apjasc, Movimento Parque Linear Caxingui – Mplc, Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona, Grupo Ururay – Patrimônio Cultural, Instituto da Paisagem, Instituto Ecobairro Brasil, Associação Escola da Cidade, Fundação Oscar Niemeyer, Organização Floresta Cultural, Portal do Ó, Comunidade Cultural Quilombaque, Agência Queixada – Desenvolvimento Eco Cultural Turístico, Associação Cultural Vila Maria Zélia, Movimento Pela Reapropriação da Fábrica de Cimento Perus, Núcleo Docomomo São Paulo, Associação dos Moradores da Vila Mariana, Rede Patrimônio Cultural Paulista, Icomos – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Núcleo São Paulo, Coletivo Passeando Pelas Ruas, Polo Social Cívico Brasilândia

Existente desde 1985 como órgão colegiado atrelado à secretaria municipal de cultura e responsável pelo tombamento e quaisquer intervenções em bens de relevância histórica, cultural e ambiental da cidade, o Conpresp é espaço fundamental de decisão sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo. o formato de conselho, como instância democrática e deliberativa das questões relativas ao patrimônio cultural, não é uma casualidade, mas o reconhecimento de um campo disciplinar que envolve valores históricos, culturais, sociais, econômicos, jurídicos, em disputa com múltiplos agentes e interesses atuantes na cidade. a representação técnica, qualificada e diversa no campo do patrimônio cultural, o respeito e a disponibilidade à troca de ideias entre os vários setores representados são fundamentais para substanciar e balizar o debate que deve preceder qualquer decisão (Revista Projeto, 2020, s.p.)

Concluem reforçando a urgência de uma representação mais ampla da sociedade no conselho, com a presença de especialistas como historiadores, arquitetos, urbanistas, geógrafos, antropólogos e advogados, para assegurar que o conselho seja um espaço de discussão pública sobre as questões urbanas da cidade, pautado pela transparência e o caráter público.

As críticas expressadas por diversas entidades, ao longo deste período, em relação à falta de participação dentro dos conselhos de pessoas do patrimônio fazem parte de uma crítica percebida em diversas áreas ligadas às políticas públicas. Ela pode ser sintetizada através do artigo escrito por Maricato, chamado “Nunca fomos tão participativos” (Maricato, 2007), no qual aborda a frustração dos movimentos sociais em decorrência da falta de espaço nos conselhos e fóruns, locais nos quais almejavam participar. Isso se deve, segundo a autora, a um processo de burocratização destes espaços e da intervenção política governamental excessiva. Nesse sentido, a crítica mostra a falta de efetividade na construção dos instrumentos de participação social, Maricato, no entanto, afirma que os movimentos urbanos conseguiram se unificar em suas pautas pela reforma urbana e cidadania para todos.

Além disso, por parte de especialistas e estudiosos, há uma crítica sobre os limites da participação a partir da ideia de sociedade civil como um grupo diferente do Estado e homogêneo, sem considerar as divergências e disputas dentro desse espectro.

A criação dos conselhos gestores para cada um desses territórios tem sido uma das questões principais, pois há uma preocupação em sua composição ser ampla e democrática, de modo contemplar a participação não apenas de sujeitos individuais, mas especialmente dos movimentos sociais, de forma a ser mais inclusivo e eficiente.

Zanirato e Tomazoni (2013), em seu texto, fazem o questionamento se a política patrimonial seria uma política participativa, elas debatem sobre a participação da

população nos conselhos gestores considerando que, mesmo com a emenda constitucional de 1996 que tornou possível uma participação paritária da sociedade nesses conselhos, a necessidade de legislações estaduais e municipais para colocá-la em prática é um empecilho, muitas vezes os conselhos criados são meramente consultivos e sem voz ativa no processo.

Além disso, os entraves políticos são variados, segundo as autoras:

No entanto, isso não significou a democratização do acesso para uma gestão mais participativa, pois as escolhas do que proteger são sempre atos políticos que implicam em negociações, razão pela qual está sempre posta a possibilidade de um conflito. A definição do que deve ser considerado patrimônio cultural, como deve ser sua conservação, para que, para quem e que usos dar aos bens considerados patrimônio são decisões que ocorrem em um campo de negociações, não raras vezes, conflitivo. (Zanirato; Tomazoni, 2013, p.110).

Discutindo especificamente a política patrimonial na cidade de São Paulo, em um artigo intitulado “E a tal da virada antropológica em São Paulo?”, Fernandes (2019), questiona como esse processo ainda espera para acontecer na política da cidade, e ressalta que, a partir do anos 1980, novos personagens entram em cena no debate patrimonial, uma série de especialistas, tais como historiadores, geógrafos e antropólogos, que não estavam incluídos até então nas discussões, bem como também os movimentos sociais, associações de bairro entre outros.

Por outro lado, destaca que a municipalização dos conselhos patrimoniais na esteira da redemocratização contribuiu para que outras narrativas e memórias passassem a ser valorizadas, o que levou a que lentamente as bases sobre as quais se assentavam a legitimação da preservação do patrimônio fossem se ampliando conceitualmente, levando ao que se costuma chamar de *virada antropológica*, situação em que o conceito de cultura substituiu o antigo conceito de patrimônio histórico e artístico.

Ele cita Simone Toji (*apud* Fernandes, 2019, s.p.), que aponta conflitos de origem epistemológica no interior das instituições oficiais de preservação, onde a disputa por ocupação de espaços acaba se refletindo no modo como as políticas públicas são feitas, ou seja, há o que ela chama de embaralhamento discursivo das práticas de preservação que refletem diferentes estratégias de manutenção e disputa de poder.

No contexto paulistano, esse embaralhamento está presente na relação entre o DPH e o CONPRESP, em que o primeiro possui profissionais propositivos no que diz

respeito a políticas públicas buscando fazer valer a virada antropológica, conforme o autor, e isto pode ser visto na iniciativa encabeçada pelo órgão, as jornadas do patrimônio, nas quais coletivos culturais e patrimoniais, associações e entidades diversas participam. As jornadas propõem e conduzem atividades tais como oficinas, cursos e roteiros guiados realizados por esses grupos, e é possível perceber sua busca por uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade nas esferas da comunicação e valorização do patrimônio de suas comunidades (Fernandes, 2019, s.p.).

No entanto e as esferas da identificação e da preservação, que estão a cargo do CONPRESP, caminham no sentido oposto dessas iniciativas, pois o conselho, devido a sua falta de representatividade, ainda se baseia nos antigos valores patrimoniais em seu processo de tombamento, ainda segundo Fernandes, isso produz bens culturais pouco representativos para a população e que geram pouca identificação por parte dela.

Ainda diz que houve uma inversão dos papéis representados na política patrimonial da cidade de São Paulo, em que o órgão que em tese deveria ser mais democrático e representativo acaba sendo ainda bastante conservador e colocando a responsabilidade da participação social sobre o outro de caráter administrativo. Por isso, o autor retoma o debate presente desde as origens do conselho questionando a falta de participação da sociedade civil:

Nesse sentido, não deveria o CONPRESP representar da forma mais democrática e plural possível – sempre segundo o espírito do artigo 216 – os vários grupos formadores da sociedade paulistana? Por que não são mais bem representados esses variados grupos? Onde estão – apenas para ficar no exemplo de portadores de bens já reconhecidos pelo conselho – os representantes da música popular ou das artes cênicas (5) no Conselho, por exemplo? Ou representantes dos moradores dos mais variados bairros? (E a tal da virada antropológica em São Paulo? Os limites para uma política patrimonial inclusiva, plural e progressista (Fernandes, Set/2019, s.p.).

Na conclusão, o autor faz alguns diagnósticos importantes para pensar uma participação mais expressiva da sociedade, e ressalta a importância, por exemplo, dos inventários participativos que mapeiam regiões buscando entender os valores e as memórias com os quais aquelas comunidades se identificam e valorizam, trabalhando dentro de um processo de autoconhecimento destas populações. Trabalho esse que vem sendo realizado na cidade de São Paulo pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP), entidade da sociedade civil que possui discussões muito avançadas sobre o assunto e atua onde as instituições oficiais ainda não tem atuado de maneira efetiva.

Também ressalta a importância de realizar o processo de tombamento que

contemple a participação dos afetados por ele, buscando entender as relações de pertencimento entre esses bens e a população do seu entorno, buscando reconhecer os grupos que se beneficiam deles. Por fim, há a insistência na participação da sociedade nos quadros do CONPRES P como medida inevitável a fim de ampliar a preservação do patrimônio cultural paulistano:

Da composição dos conselhos: finalmente, nada disso faz sentido caso ainda insistamos em um Conpres p composto predominantemente por membros da burocracia indicados pela gestão do momento, acompanhados de uma limitada e questionável representação da sociedade civil restrita às corporações profissionais (de arquitetos, advogados e engenheiros). Não só poderíamos caminhar no sentido de nos aproximarmos da proposta original do Conpres p vetada pelo então prefeito Jânio Quadros como poderíamos ampliá-la: por que não um conselho com membros eleitos diretamente pela população ou indicados por movimentos sociais e culturais atuantes na cidade, conforme o exemplo dos conselhos de política urbana, de cultura etc? Afinal, se é de patrimônio cultural de que tratamos, por que ainda insistimos em manter a representação da sociedade restrita às corporações de sempre (arquitetos, engenheiros e advogados) (Fernandes, Set/2019, s.p.).

Por este histórico traçado, podemos entender as questões envolvidas no que tange à inclusão da sociedade na preservação do patrimônio cultural, bem como as limitações que revelam o caráter político do patrimônio. Como vimos, existem algumas diferenças entre as possibilidades de participação nos conselhos de patrimônio nas cidades de São Paulo e Guarulhos, estas diferenças refletem na forma como os grupos estudados nesta tese atuam em seus contextos locais e nas estratégias que utilizam nas lutas pela proteção de seus bens culturais.

A existência de uma abertura à participação popular em Guarulhos contrasta com o completo fechamento que ainda persiste em São Paulo, que leva os diversos movimentos da sociedade civil organizados na defesa do patrimônio e memória, inclusive, a atuarem de forma paralela às instituições oficiais (embora também colaborem com elas sempre que se abre a possibilidade), criando ou se utilizando de instrumentos não aproveitados pela política pública municipal. Essas questões serão tratadas com maior profundidade quando analisarmos a trajetória dos coletivos.

Uma interpretação possível para explicar esse contraste entre as duas cidades aqui analisadas, Guarulhos e São Paulo, pode estar associada à história de cada cidade e o processo de construção de cada um dos conselhos municipais de patrimônio.

O conselho da capital paulista foi instituído no contexto de abertura política que o país passava após a ditadura militar, o qual especificamente na cidade de São Paulo

se revelou através de uma disputa intensa entre progressistas e conservadores na gestão da cidade. Em 1985 foi aprovado na câmara municipal um conselho extremamente plural e aberto à participação popular como já vimos antes.

No entanto, com a chegada ao poder no ano seguinte de uma administração municipal de viés conservador, a legislação do conselho aprovada não foi ratificada, sendo radicalmente alterada para a formação de um conselho completamente fechado à participação popular, composição esta que segue até os dias de hoje sem alterações significativas. Mesmo posteriores administrações municipais mais progressistas não tiveram força política para reformar a composição do conselho que acabou se cristalizando neste formato.

Por outro lado, em Guarulhos a institucionalização do conselho passou por muitos percalços sendo efetivada de fato apenas em 2009, a composição foi criada por uma administração à esquerda e com forte viés de participação popular. Além disso, o cenário político na qual ele foi instituído era muito mais favorável à participação popular nas políticas públicas não apenas no nível municipal, mas também no nível federal. O que tornou possível essa composição mais aberta de seu conselho municipal.

Estas questões serão analisadas no próximo capítulo quando trataremos das relações dos movimentos sociais com as administrações municipais e a influência do contexto político local em suas atividades e em seu potencial de atuação.

CAPÍTULO II: *SEM PRÁTICAS SOCIAIS NÃO HÁ SIGNIFICADOS SOCIAIS*

Os movimentos sociais e suas relações com os órgãos de preservação

Em outra importante contribuição ao campo da preservação, Meneses (2006), afirma que os objetos e os espaços urbanos só adquirem significados por meio da ação humana, pois o sentido de um objeto depende diretamente de como ele é apropriado, utilizado e transformado pela sociedade. Portanto, é necessário compreender os vetores da prática social, que movimentam, disputam e ressignificam os bens culturais para poder se construir políticas patrimoniais realmente eficientes.

Partindo daí, um dos eixos fundamentais em nossa reflexão é a necessidade de pensar as políticas públicas de preservação não apenas como algo produzido a partir do estado. Pois, buscamos ressaltar as relações construídas com os órgãos oficiais de preservação do patrimônio a partir dos movimentos sociais como construtores de significados sociais a partir de suas atividades.

Por isso neste capítulo iremos discutir os processos de participação da sociedade civil nas políticas de patrimônio, ressaltando o surgimento e as formas de organização e articulação dos movimentos sociais e todas as questões trazidas neste processo.

2.1 Os movimentos sociais pelo patrimônio a partir da redemocratização

Os grupos analisados nesta tese são fruto de um processo de longo prazo de movimentos sociais de preservação, por isso iremos buscar entender suas origens e os debates que os inspiraram.

Ferraz (2008) observa, nos movimentos sociais surgidos a partir dos anos 1980 a incorporação de novas questões demandadas ao Estado, sendo as demandas sobre identidade uma das questões centrais de suas lutas. Esses movimentos passaram a se pautar na luta por políticas de reconhecimento, nos quais as disputas pela preservação do patrimônio faziam parte de questões mais amplas. Com isso, esses novos movimentos procuravam se fortalecer dentro da sociedade, buscando seus lugares de memória a fim de afirmar suas identidades coletivas.

Nesse processo de construção de identidade os movimentos memoriais e patrimoniais se tornam capazes de pensar a partir de uma ideia de totalidade (Ferraz, 2008, p.101-102), ou seja, passam a se definir a partir da observação do outro, entendendo que fazem parte de uma totalidade maior, dentro da qual cada fenômeno

define o todo da sociedade. A partir deste processo reflexivo conseguem articular o conhecimento necessário para construir novas memórias e interferir na transformação da realidade à sua volta.

Ferraz afirma ainda que os movimentos sociais que lutam pelo patrimônio promovem uma mudança na agenda pública e contribuem para democratizar o conceito de patrimônio, pois criam condições materiais para que o patrimônio faça sentido para todas as classes sociais, ocorrendo nesse sentido uma reorientação das práticas patrimoniais e de preservação rumo a novos objetos patrimoniais.

Em suma, esse projeto não se trata de incluir, mas de marcar posição das classes populares perante a sociedade da qual estão sendo constantemente excluídos, ela afirma ainda que aos poucos essas lutas por afirmação das memórias dos grupos sociais foi ganhando espaço dentro das instâncias de poder, de modo tal que:

Ao Estado cabe eternizar sua memória, calcada num discurso vencedor. Durante muito tempo, portanto, as noções de museu e de patrimônio foram exercidas de cima para baixo, isto é, do Estado para a sociedade. A luta de movimentos sociais busca justamente aproximar essas noções das políticas de identidade e de reconhecimento, em que o passado “reprimido ou marginalizado” procura se inserir culturalmente. Nesse sentido, os novos museus e bens patrimoniais, construídos em bases populares, não só despontam como um campo de lutas políticas e disputas de memória, como também representam uma tentativa de unificar vozes silenciadas. (Ferraz, 2008, p.104).

Um dos paradoxos levantados pela autora é o da questão da visibilidade versus autonomia na atuação dos movimentos sociais que lutam pela memória, ele está presente nas relações complexas estabelecidas entre os movimentos, os governos e os agentes privados de financiamento. Isso acaba tendo influência decisiva na relação entre autonomia e articulação dentro dos movimentos, afetando, por exemplo, os critérios de definição do que seria ou não preservável. Por isso, torna-se fundamental a discussão sobre de que maneira as memórias se relacionam com as próprias lutas desses movimentos sociais e de que forma irão se articular com os outros agentes presentes no processo.

Veremos mais adiante, ao analisar algumas experiências de luta pela patrimonialização de território urbano em São Paulo ainda nos anos 1980, que essa lutas buscam um reconhecimento de seus lugares pelos seus membros e pela sociedade como um todo, mas que também buscam através dessa luta uma melhor qualidade de vida através da manutenção certos lugares importantes para a manutenção de um certo

padrão de vivência e habitação, pensadas assim também a partir de uma lógica de redistribuição das condições de vida na cidade.

Scifoni (2013) nos propõe compreender a constituição do patrimônio cultural para além do interior das instituições, buscando pensar o processo de patrimonialização de baixo para cima, ou seja, a partir da organização dos grupos sociais em prol das suas memórias locais e comunitárias. A autora afirma que, mesmo que seja fruto de ações estatais, o processo de patrimonialização é uma construção social para a qual certas comunidades interessadas contribuem e influenciam no processo, pois os bens culturais possuem um valor afetivo, social e memorial para as comunidades onde eles estão inseridos. Também se revela nesse processo uma tensão entre público e privado na medida em que a preservação busca também a prevalência dos usos sociais do patrimônio acima da valoração da propriedade privada dos bens tombados (2013, p.522).

Ela também vê o alargamento do campo do patrimônio a partir de dois movimentos articulados: o da abertura no campo teórico a novas formas de pensar o patrimônio cultural e o da questão prática que se realiza na criação de novas demandas sociais pelo patrimônio. Essas demandas incluem movimentos contra a mercantilização de lugares e movimentos pelo direito de usufruir de espaços públicos muitas vezes abandonados, chamados de espaços residuais, garantindo algum tipo de continuidade ou permanência diante das mudanças.

Ela discute como a busca pelo patrimônio cultural se transforma numa conquista social que vai além do âmbito do Estado, portanto, existe um aspecto contraditório nessas demandas pelo patrimônio, pois aparecem como uma reação à lógica de produção hegemônica do espaço urbano, mas por outro lado se utilizam dessa lógica para a valoração espacial de seus territórios e lugares de vivências.

O tombamento aparece, assim, em grande medida como uma forma de garantir o uso e a apropriação social do espaço da cidade ameaçado diante de uma lógica de produção do urbano que prioriza o valor de troca em detrimento do valor de uso e, por vezes, põe em risco a existência do próprio espaço público na cidade. (Scifoni, 2013, p. 521).

Muitas dessas lutas demonstram a recusa em buscar valores de troca no espaço urbano e a necessidade de se mobilizar pela apropriação dos valores de uso do espaço social. Nesse contexto, ocorre a aproximação entre patrimônio cultural e o direito à cidade, a busca por uma cidade mais humana e menos desigual, que compreende desta

forma a busca por uma vida urbana renovada em que seria possível a coexistência, as trocas sociais e uma nova forma de sociabilidade urbana. Nesse processo, a produção da cultura seria inerente à produção da cidade e não um universo à parte e fragmentário.

Rodrigues (2014), também busca pensar o processo de patrimonialização a partir da sociedade civil, entendendo o patrimônio como um direito social e pensado a partir de suas dinâmicas de uso. Para ela, os usos sociais do patrimônio na cidade estão em sintonia com as disputas no espaço urbano, sendo a preservação também uma forma de intervenção urbana, pois ao alterar as lógicas de propriedade de bens imóveis também está produzindo formas de gestão e de usos do espaço urbano.

Ela pensa o patrimônio a partir da noção de território urbano como o campo privilegiado das ações patrimoniais contemporâneas. Portanto entendendo o patrimônio como um direito social com base em um território:

A emergência desse ideário *territorial* pressupõe a incorporação nas práticas de preservação das redes de sentido e valores criadas a partir das vivências sociais dos bens patrimoniais. Assim, é com base na redescoberta e revalorização das dinâmicas locais dos territórios urbanos que se firmam as recentes trilhas preservacionistas. Valoriza-se a dinâmica de *uso* em que estão inseridos os bens culturais, a fim de garantir a legitimidade e, mesmo, a eficácia das políticas de defesa do patrimônio. (Rodrigues, 2014, p. 51).

Rodrigues define três características baseadas na cidadania desses grupos: gestão urbana coparticipativa que visava à ampliação da participação social na preservação e gestão do espaço urbano e uma mudança nas relações entre a sociedade civil e os órgãos de governo; a retomada da esfera pública a fim de ampliar a base reivindicativa dos movimentos por meio, por exemplo, da luta contra a apropriação privada dos bens públicos.

E, finalmente, a valorização do território como locus preferencial de luta, significações e sociabilidade, sendo o pertencer e o localizar-se são dois verbos muito utilizados nas mobilizações por tombamentos nesse período, pois muitas vezes são áreas de uso coletivo as que se quer preservar. Também demonstra as disputas pelo espaço urbano, pois em geral a preservação é solicitada para áreas que estão ameaçadas de modificações pelo mercado imobiliário e pelos interesses do capital.

A análise das mobilizações sociais em favor de tombamentos na cidade de São Paulo permitiu evidenciar que muitos grupos sociais costumam fundamentar suas lutas a partir de sua condição de *moradores*, algo que, de certa forma, impossibilita que as conquistas,

eventualmente, obtidas sejam irradiadas para além das fronteiras daquele território, simbolicamente contemplado como espaço da “qualidade de vida” urbana. (Rodrigues, 2014, p.71).

Rodrigues, em seu texto sobre patrimônio e território (2014, p.57), analisa os tempos históricos das políticas patrimoniais em São Paulo a partir das iniciativas da sociedade civil e as divide em três momentos: tempos de afronta (1975 a 1981), que compreende um momento de distensão política que levou ao surgimento de novas formas de associações civis, inclusive em prol do patrimônio; tempos de abertura (1982 a 1992), período em que a participação popular se acentuou e os debates sobre a preservação e a política de tombamentos se intensificou; e tempos de clausura (1993 a 2000), em que a lógica neoliberal reduziu a participação do Estado na preservação ao mesmo tempo em que as associações civis viram seus espaços de atuação reduzidos.

A partir dos anos 1970 diversos grupos começam a se organizar em busca da preservação de bens patrimoniais, Scifoni (2013, p.518) afirma que, embora haja muita movimentação social neste período e as mobilizações surjam em paralelo com o surgimento do CONDEPHAAT (órgão estadual criado em 1968), essas lutas em geral seguiram um pouco a lógica de políticas de balcão, ou seja, os grupos sociais ainda estavam muito dependentes do poder público.

As primeiras iniciativas populares surgiram junto com o CONDEPHAAT nos anos 1970, quando ocorreram pressões de grupos pela preservação de certos lugares de memória que corriam perigo de ser destruídos, sendo o exemplo mais conhecido a mobilização pela preservação da escola Caetano de Campos, em 1975, onde pela primeira vez o valor afetivo foi considerado pelo órgão de preservação como valor patrimonial em seu processo de tombamento.

Com a possibilidade de demolição do edifício, a associação de ex-alunos do Instituto Caetano de Campos se mobilizou para impedi-la, utilizando a mídia para publicizar sua luta, atuando também através de instrumentos jurídicos para evitar a destruição deste lugar de memória no coração da cidade de São Paulo.

Dentro desse contexto de afronta do autoritarismo político, a intenção de demolição do educandário causou muita indignação. Os motivos eram vários. Em primeiro lugar, existia a repulsa ao caráter fortemente tecnocrático que estava por trás da construção de importantes obras que estavam sendo realizadas na cidade pelo governo militar, como as novas estações do Metrô, que vinham arrasando e descaracterizando diversas áreas da cidade. A constante falta de consulta junto ao público para a realização destas intervenções e a demolição de referenciais construtivos e

paisagísticos significativos começavam a ser questionadas. Outro fator de indignação relacionava-se ao fato de que se pretendia destruir um dos marcos mais significativos da memória escolar do país. (Rodrigues, 2001, pp. 85-86).

As formas de atuação dos diversos grupos nessa década se baseavam na utilização de abaixo-assinados, manifestações públicas e a contratação de especialistas para a emissão de pareceres, havia também pressão política pelos canais institucionais de representação, e, além disso, as ações em geral se concentravam em bens ameaçados de desaparecimento e continham um sentido de urgência nas ações de preservação.

Porém, foi sobretudo a partir dos anos 1980 que a mobilização em favor de tombamentos se expandiu de maneira muito forte em São Paulo, esse fenômeno se intensificou especialmente a partir de 1983, com a criação de diversos movimentos que conseguiram obter o tombamento de imóveis em risco de desaparecer, por exemplo a Casa Modernista e o Parque da Aclimação (Rodrigues, 2001, p.109). Esses grupos demonstraram que os membros da sociedade civil começaram a se reconhecer como sujeitos da preservação.

Esses sujeitos da preservação eram formados por associações de bairro, entidades ambientalistas, sociedades científicas e profissionais, ou seja, eram grupos que já possuíam alguma estrutura solidificada e experiência de organização, possuíam causas anteriores e viam na luta pelo tombamento um recurso eficiente para contribuir para a memória de suas lutas e objetos de preservação. No entanto, para além desses grupos surgiram novos, criados especificamente em torno da defesa e do tombamento do patrimônio, em geral eram formadas por associações de defesa ou movimentos de defesa de bens históricos e culturais.

Segundo Cadena (2017) após a Constituição de 1988 houve uma movimentação maior de grupos não ligados ao estado para se mobilizar em relação à questão do patrimônio, ele entende que, embora com objetivos nem sempre semelhantes, o que eles têm em comum é o fato de utilizarem a mobilização pelo patrimônio como um recurso político para alcançar as demandas específicas de seus grupos sociais.

Neste caso, a defesa apenas da função e da forma dos bens culturais deixa de ser o princípio norteador destas novas demandas, também deixa de ser um instrumento exclusivo do Estado e passa a ser apropriado por diversos grupos sociais em favor de seus interesses específicos.

Algumas das associações surgidas a partir do início dos anos 1970 eram associações civis de defesa do patrimônio, que foram surgindo em São Paulo e Rio de

Janeiro, sendo algumas delas dedicadas à preservação de áreas verdes e de bens culturais em bairros de classe média e alta. Mas também houve movimentações em regiões periféricas da cidade.

Conforme ressalta Rodrigues (2001), vários dos grupos estudados por ela são de classe média e alta e as principais mobilizações populares neste período são fruto da luta de movimentos da região do Pacaembu, Jardins, Saúde entre outros bairros.

Segundo Motta, que analisou as mobilizações patrimoniais na cidade do Rio de Janeiro, esse período é designado como aquele em “a classe média começa a se manifestar” (2000, p.53) por meio das novas reivindicações que surgem nas cidades brasileiras, essas reivindicações atuavam na busca por uma melhor qualidade de vida relacionada ao meio ambiente urbano, e envolviam também a preservação de imóveis de valor histórico. Segundo a autora, algo até então inédito no contexto brasileiro, e essa batalha era travada em nome de uma luta contra o agravamento da especulação imobiliária nas grandes cidades iniciada durante o período da ditadura militar no país.

Havia também surgido associações de moradores em favelas e bairros populares no Rio de Janeiro, neste momento, mas as associações de classe média eram mais bem organizadas e tinham mais espaço na sociedade carioca. Um exemplo deste processo foi a luta pela preservação do Solar do Monjope, no bairro Jardim Botânico, em que mesmo com a demolição do casarão em 1974 as organizações de moradores lutaram pela preservação da área verde do terreno e pelo impedimento da construção de edifícios altos na propriedade (2000, p.55-56).

Também Scifoni (2013), chama a atenção para outro fenômeno que aparece nessas mobilizações em prol do patrimônio, nesta mesma época, um processo que consiste na utilização do “patrimônio como álibi” (2013, p.523), na medida em que as camadas mais altas da sociedade se valem da perspectiva urbanística e do planejamento, envolvidas dentro na questão do patrimônio, para perseverar áreas nobres e de alto padrão, utilizando desta maneira estes instrumentos a fim de manter seus espaços públicos restritos e privilegiados apenas para a comunidade de moradores desses bairros.

Dessa maneira buscavam impedir qualquer forma de democratização do espaço público que pudesse trazer novos usuários de outras classes sociais e, além de tudo, esses instrumentos evitariam a desvalorização econômica de seus imóveis e manteriam o *status quo* da segregação socioespacial da cidade, este fenômeno se inicia neste período e se mantém presente até hoje nas grandes cidades brasileiras.

Rodrigues (2001), também comenta a questão do uso da preservação do patrimônio durante essa época pelos moradores de classe média para preservar seus territórios sob a lógica da valorização financeira e da exclusividade de usos de áreas públicas.

Um dos aspectos fundamentais dessas mobilizações, segundo a autora, é entender o território como lócus da cidadania (2001, p.211). Assim sendo, o pertencer e o se localizar são fundamentais para a relação entre território e cidadania, na medida em que o cidadão faz parte não apenas de uma localidade, mas de uma comunidade que vive neste lugar, por isso algumas reivindicações patrimoniais são baseadas em espaços de vivências e uso coletivo. Para além disso, trata-se também de uma forma de buscar legitimidade para determinado grupo social que ocupa aquele território, pois a coesão social passa necessariamente pela afirmação da territorialidade (2001, p.213).

Considerando que nas grandes cidades as relações sociais entre os seus habitantes são muito distanciadas, há o aparecimento da ideia de comunidade local que se define perante os outros habitantes da cidade a partir de um território ao qual definem como seu, desse modo os lugares sociais adquirem uma espécie de participação política dentro da sociedade urbana. No entanto, a ideia de comunidade também carrega em si algum tipo de manifestação de poder que é inerente a todo grupo social, e muitas vezes o discurso da comunidade busca amenizar certas tensões internas ao grupo, de modo tal que a legitimidade para gerir um território também é motivo de disputas internas.

Para entender as mobilizações civis que ocorrem nesse período em torno da preservação do patrimônio de alguns territórios da cidade de São Paulo, vamos nos debruçar sobre o trabalho realizado por Rodrigues (2001). Com o intuito de compreender esse processo de mobilização, devemos partir do debate em torno dos chamados “novos movimentos sociais” surgidos na década de 1970, sendo caracterizados por ações coletivas que buscam ampliar os canais de participação democrática e que incorporam novas identidades sociais geradas em um contexto territorial específico, também está presente neles a busca e consolidação dos novos direitos, direitos esses que em geral envolvem as condições de vida nas cidades. Os chamados movimentos ou associações de bairro são as expressões mais comuns em que se manifestam esses novos movimentos.

A transformação de territórios urbanos em bens patrimoniais é a base das mobilizações de que trata a autora, sendo o tombamento um dos instrumentos utilizados pelos habitantes desses territórios. Também foi possível trabalhar com o

tombamento dos usos de uma região pelos seus usos coletivos e valores afetivos que despertam, e que por esses movimentos buscam alterar a lógica do solo como mercadoria. Os grupos buscam a preservação com base na apropriação dos espaços chamados de diferenciais e esse embate revela a diferença existente entre o morar e o habitar, sendo o primeiro uma prática de cunho privado e o segundo de cunho social, pois habitar vem de hábito, que significa costume, modo ou maneira de ser, fazer ou sentir algo. Essa diferenciação é muito útil para entender algumas das reivindicações de moradores dos bairros de classe média e alta.

O espaço diferencial, conforme teorizado por Lefebvre (2000), é aquele que se contrapõe ao espaço abstrato, sendo este a expressão espacial das relações capitalistas no espaço urbano, um espaço que é homogêneo, fragmentado e hierarquizado, que procura reproduzir o controle capitalista sobre o território. Em vista disso, o espaço diferencial é construído através das contradições sociais produzidas pelo espaço abstrato, e procura desconstruir a homogeneidade, a fragmentação e hierarquia social através da ocupação de espaços, pois, conforme o autor afirma, o espaço diferencial “religará o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática social” (2000, p. 64). Também Lefebvre afirma a diferenciação entre o *habitat* e o *habitar*, isso porque o primeiro está relacionado com a ocupação do espaço abstrato enquanto o segundo com os usos sociais promovidos pelo espaço diferencial.

Entre os exemplos dessas mobilizações da sociedade civil, que podem ser apresentados, está a luta pela proteção dos bairros Jardim, na Cidade de São Paulo, fruto da mobilização de seus moradores. O Jardim América e Jardim Europa tendo sido tombados em 1985, os bairros do Pacaembu e Perdizes sendo tombados em 1992, já o Jardim da Saúde foi tombado em 2002, o Sumaré foi tombado apenas em 2005, muito tempo depois do início das mobilizações dos moradores.

Nessa época, também temos a organização de movimentos de preservação do patrimônio em bairros populares e da periferia em São Paulo, sendo que o principal aspecto que une todas essas reivindicações está na busca por melhor qualidade de vida.

Entre as referências de mobilização popular encontra-se a que se articulou em torno da preservação da Chácara das Flores, localizada do bairro do Itaim Paulista, bairro da periferia da zona leste de São Paulo, ela era parte de uma grande fazenda existente antes do processo de urbanização dessa região da cidade (Rodrigues, 2001, p.97). A área da chácara, além de possuir resquícios da vegetação nativa, ainda guardava os restos materiais de uma das mais antigas olarias da região, dentre as diversas que havia no início do século XX e que contribuíram para a ocupação do

bairro.

Outro movimento importante na cidade de São Paulo ocorreu no bairro periférico de Perus, na zona norte do município, onde estão as ruínas da antiga fábrica de cimento Portland, uma das maiores do país e que foi fechada em 1987 depois de um longo período de crises. A mobilização pela preservação partiu da organização dos ex-funcionários da fábrica que ficaram conhecidos como Queixadas, depois de uma longa greve de sete anos ocorrida na década de 1960. À época, foi criado o movimento pela reapropriação da fábrica de cimento, que tinha por objetivo preservar a memória sindical e das lutas da classe trabalhadora, e além do tombamento da fábrica havia o projeto de construção de um museu da memória queixada (Rodrigues, 2001, p.97).

Este movimento foi muito fortalecido durante a gestão Erundina, na prefeitura da cidade de São Paulo, que promoveu um diálogo intenso entre o movimento e a administração municipal. O tombamento do complexo, que incluía os edifícios da estrada de ferro Perus Pirapora e do complexo da fábrica de cimento e da Vila Triângulo, ocorreu ainda em 1989. Entre os projetos da prefeitura, àquela altura, também estava o de desapropriar a fábrica para a construção de um centro cultural do trabalhador, no entanto ele acabou não sendo realizado e nas administrações municipais posteriores o projeto foi abandonado (Santana, 2017, pp.17-18). A luta em torno da preservação, das memórias dos trabalhadores e do bairro de Perus possuem muitos desdobramentos que serão tratados mais detidamente no próximo tópico desta pesquisa.

Finalmente, a questão em torno da preservação de uma vasta área onde havia vários campos utilizados para a prática do futebol de várzea contribuem para entender um pouco melhor as disputas em torno do espaço público entre as classes populares e as classes proprietárias. O chamado Parque do Povo, na zona oeste de São Paulo, embora seja uma área muito grande que sempre atraiu muitas pessoas dos mais diversos territórios da cidade, encontra-se em uma área de grande disputa imobiliária.

O parque está localizado em uma antiga várzea do rio Pinheiros, que é utilizada para jogos de futebol desde o início do século XX (Magnani, 1996, pp.3-4). As várzeas dos rios em São Paulo, durante muito tempo, não interessavam ao mercado imobiliário, mas com a ocupação do solo e a crescente escassez de terrenos na cidade essas áreas passaram a estar na mira do mercado, e a região onde está o Parque do Povo se tornou de alto padrão com o desenvolvimento do bairro do Itaim Bibi. Neste caso a luta pela preservação parte de uma disputa entre usuários e moradores onde a mobilização

popular buscava o tombamento a fim de preservar a área contra a especulação imobiliária, com relação à qual os moradores da região eram favoráveis.

Além da prática do futebol de várzea, a partir dos anos 1980 o Circo-Escola Picadeiro também passou a ocupar o parque não só para suas apresentações, mas também como espaço para sua escola de circo, nessa mesma década o grupo de teatro Vento Forte, que não possuía sede própria, ocupou uma área do parque para seus ensaios e apresentações, transformando o parque em uma área para diversão e esporte das classes populares na zona oeste. Nesse contexto, o tombamento ocorreu em 1994 (Magnani, 1996, p.6).

Uma possível forma de analisar a intensificação da participação social da classe média nas mobilizações em torno do patrimônio e sua preponderância enquanto conquistas efetivas durante o período imediatamente após a ditadura podem ser explicadas a partir da reflexão de Santos (1999), segundo o qual o chamado “milagre econômico” promovido pela ditadura militar provocou um crescimento econômico considerável das camadas médias no Brasil, sendo estas uma das grandes beneficiárias do desenvolvimento econômico. Nesse processo, elas acabaram servindo como base de apoio ao regime militar, e essa inclusão no sistema político e econômico levou tais camadas a uma inclusão política pela via do consumo, ao invés da via da cidadania (Santos, 1999, s.p.).

No entanto, com a crise econômica que sobreveio e a ressaca do milagre econômico, essa camada da população começou a sofrer também com a escassez e a insegurança, o que começou a provocar inquietação e uma crítica quanto ao seu papel social na sociedade brasileira. Nesse processo, este setor começou a compreender que de fato não fazia parte do poder estabelecido e nem tinha acesso às instituições, isso fez com que parte da classe média passasse a se mobilizar por mais participação dentro das instituições.

Esse processo se deu em especial dentro da esfera da negociação. Então, neste novo momento, eles se inserem na atuação política brasileira a partir da via da cidadania, caminho ao qual a classe média tinha algum acesso. Segundo Santos (1999), é na escassez, no desconforto e na insegurança que as classes médias se encontravam no momento em que as mobilizações pela qualidade da vida urbana despontaram no Brasil, pois precisavam também lutar contra a invasão da especulação imobiliária sobre as suas áreas e territórios.

Por outro lado, o milagre econômico que tanto beneficiou a classe média por

um tempo foi fundamentalmente perverso sobre as camadas mais pobres da sociedade brasileira, então, de modo oposto, ele também ajuda a explicar a organização das demandas populares com o processo de abertura política do Brasil, em que se começou a se abrir algum espaço para as manifestações populares. Isso contribuiu para que, também nas periferias e bairros populares, surgissem associações de moradores que se mobilizavam por condições dignas de vida e trabalho que se utilizavam dos instrumentos de preservação patrimonial como estratégias de luta.

A partir desta última perspectiva podemos pensar também nessas lutas das classes populares pelo conceito de cidadania insurgente, conforme proposto por Holston (2013), de acordo com o qual o processo de urbanização brasileira contribuiu para uma ampliação e tornou mais acessível a cidadania. Porém, ele argumenta que a cidadania produzida neste processo é diferenciada e nem toda a população das cidades é cidadã, caracterizando desta maneira um processo de cidadania excludente ao invés de um processo integrador.

Sendo assim, baseado no princípio que a partir dos anos 1970 a construção da cidadania urbana ocorre impulsionada pela organização de movimentos que lutavam, não mais por questões ligadas ao trabalho, mas por questões ligadas às cidades. Ou seja, ocorre um processo de conscientização dessas populações, tendo como pano de fundo a luta por direitos fundamentais pela mobilização em torno de equipamentos públicos de educação, saúde e infraestrutura urbana. Esse processo todo se articula fora dos canais institucionais, visto que esses atores sociais não possuem espaço de representação dentro deles. Esse setor da população urbana construiu por si mesmo e longe dos olhos do estado novas esferas de participação, lutas por direitos e cidadania.

Podemos compreender, nesse sentido, a existência de uma confluência de diversas lutas históricas populares atuantes na cidade de São Paulo, para entender esse fenômeno, as décadas de 1980 e 1990 foram o início das lutas por participação popular em vários setores da vida cotidiana como a moradia e a saúde popular, inclusive dentro do processo de tombamento de bens culturais, essa inserção popular criando demandas levou a novas interpretações e a ampliação do conceito de patrimônio cultural.

Estas lutas urbanas se tornaram paradigmas que tornaram possível também o surgimento dos chamados novos sujeitos patrimoniais que passaram a atuar especificamente na luta pela preservação do patrimônio a partir de bases comunitárias e locais.

2.2 Os novos sujeitos patrimoniais do século XXI

Coulomb e Rangel (2006), ao tratarem do processo de patrimonialização no centro da Cidade do México, afirmam que para que este processo seja realmente democrático é necessário considerar todos os “sujeitos patrimoniais”. Eles ressaltam, porém, que nem todos os atores sociais envolvidos necessariamente são sujeitos patrimoniais, como por exemplo o turista que “consome” o patrimônio.

Segundo os autores, esses sujeitos podem ser definidos como os atores coletivos e institucionais que têm a capacidade de definir e impulsionar determinados objetivos estratégicos, as políticas e ações, sendo em suma portadores de um projeto. Por essa perspectiva, sujeitos patrimoniais diferentes possuem projetos diversos e muitas vezes opostos entre si (2006, p.409). Desse modo, procuraremos entender como as políticas patrimoniais institucionais incluem os diversos sujeitos patrimoniais através de suas políticas públicas.

A aproximação com o exemplo mexicano para um estudo sobre movimentos patrimoniais na cidade de São Paulo se justifica, pois, ambas as cidades são metrópoles mundiais e possuem diversos pontos de contato entre si em suas características sociais e históricas. Também a importância da análise comparada entre metrópoles latino-americanas se torna mais eficiente dada as características comuns presentes no continente desde a colonização até o processo de urbanização das grandes cidades.

Escrevendo no final do século XX, Canclini (1997, p.102) questiona se nas grandes metrópoles latino-americanas como São Paulo (e por extensão Guarulhos) seria possível haver ainda uma identidade niveladora da cidade, válida para todos os seus habitantes. Ou seja, haveria uma identidade paulistana ou guarulhense?

Concernente a isso, ele afirma que há uma dissolução das monoidentidades em nossas cidades, afirma ainda que a formação social da cidade, composta por uma enorme quantidade de migrantes de todas as regiões do país, torna essa identificação homogênea incompleta e mesmo que todos esses migrantes tenham tido na cidade seus modos de vida e hábitos culturais padronizados pelo consumo e modos de sociabilidade da metrópole, de acordo com ele, isso não anularia suas identidades individuais.

Dessa forma, os padrões de sociabilidade absorvidos na metrópole são utilizados como instrumentos para o resgate e a manutenção das identidades coletivas locais e originais. Assim sendo, a construção social do tempo seria uma forma de reproduzir essas identidades específicas, como por exemplo o modo de entender o espaço urbano através do olhar dos habitantes periféricos que construíram formas

próprias de ver e viver a cidade. Nesse contexto, muito embora as pessoas trabalhem longe de casa, elas optam por se divertir próximo de casa, o que contribui para que as organizações populares se reúnam em torno de seus territórios.

A cidade de Guarulhos e a zona leste da capital paulista têm em comum o grande fluxo migratório vindo da Europa, entre o final do século XIX e início do século XX, fluxo esse devido à industrialização destas áreas como produto da divisão social do território. Além disso há forte presença de migrantes brasileiros, em especial vindo do Nordeste, e todos esses indivíduos trouxeram consigo suas práticas culturais de seus lugares de origem, e muitos as mantiveram na cidade (folia de reis, congada, jongo, maracatu etc.) reproduzindo, mas ao mesmo tempo reconstruindo estas práticas nos novos territórios metropolitanos.

Martin-barbero (2010) ressalta o quanto as comunidades culturais, especialmente as urbanas, têm se convertido em instrumentos fundamentais para a recreação das coletividades, para a reinvenção de suas identidades e para reconversão dos usos de seus patrimônios comunitários graças a articulação produtiva entre o local e o global.

É nesse contexto brasileiro e latino-americano que ocorre a emergência dos novos movimentos sociais organizados em coletivos, dedicados, entre outros aspectos, à produção e manutenção das práticas culturais. Ela se intensifica a partir dos anos 2000, revelando dinâmicas nas quais se constituem novas práticas de atuação social e política para/nas cidades. Desde então, tais ações culturais têm levado à construção de novas identidades locais para regiões mais afastadas do centro da cidade, assumindo também relevância como práticas políticas que contribuem para gerar um processo de maior autonomia para a construção de uma identidade periférica (2010, p.296).

Esses movimentos, embora assumindo uma feição nova no campo da militância política e cultural, possuem também uma relação de continuidade com tradições de movimentos populares anteriores dessas regiões que, de formas diferentes, já se dedicavam às questões ligadas à memória coletiva. No entanto, em uma organização estruturada horizontalmente, esses movimentos trazem de novo o fato de terem a ação cultural articulada à memória e ao patrimônio como instrumento de luta, e dessa maneira a luta pela memória se insere nesse processo mais amplo:

Mas algo radicalmente diferente acontece quando o cultural assinala a percepção de dimensões inéditas do conflito social, a formação de novos sujeitos regionais, religiosos, sexuais, geracionais - e formas de rebeldia e resistência. Reconceitualização da cultura que nos

confronta com essa outra experiência cultural que é a popular, em sua existência múltipla e ativa não apenas na memória do passado, mas também na conflitividade e na criatividade atuais (Martin-Barbero, 1997.p. 285).

Sob uma nova lógica, também surgem novos movimentos pela preservação do patrimônio ou velhos movimentos se rearticulam para esse propósito. É importante ressaltar o quanto esses movimentos buscam novos instrumentos de preservação do patrimônio e os trabalham a partir dos elementos do direito à cidade, na qual a relação entre preservação e qualidade de vida é algo fundamental. Assim, eles não trabalham apenas com a perspectiva do tombamento como instrumento de preservação, mas também com a proposição de novos instrumentos mais democráticos que tragam novas possibilidades de preservação e gestão mais participativas.

Os primeiros coletivos urbanos apareceram por volta de meados da década de 1990, e na década de 2010 seu número aumentou significativamente. (Vannucci, 2020). É importante frisar neste debate que esse processo acontece no Brasil e em São Paulo como fruto também de um desgaste com relação à representação tradicional dos partidos (em especial da esquerda). Ocorre uma espécie de ruptura entre as demandas consideradas prioritárias para a população e os rumos tomados pelos partidos, especialmente após a chegada ao poder de alguns deles.

Segundo Leblanc (2017), houve um “desencanto com a participação” em decorrência da percepção de que a atuação pelos canais participativos não levou a sociedade civil para mais perto do Estado e pouco impactou nas políticas públicas. Por outro lado, “a experiência de ocupar canais participativos, ao mesmo tempo em que trouxe um desencanto, trouxe consigo um robusto aprendizado institucional” (2017, p.28), ou seja, contribuiu para que os diversos atores envolvidos conhecessem melhor o funcionamento da máquina pública e como são construídas as políticas públicas, adquirindo assim experiência em como atuar junto às instituições estatais e levando ao surgimento dos coletivos urbanos.

No bojo desse processo, esses coletivos surgem a fim de ocupar os espaços deixados pela atuação estatal na política pública buscando ao mesmo tempo aprimorá-los e tentando construir dentro de suas organizações processos mais democráticos e deliberativos que não foram possíveis dentro das instituições estatais.

Apesar disso, houve durante todo o período da gestão Haddad (2013-2016) uma política de expansão da “malha participativa” da sociedade civil. Isso pode ser demonstrado através do plano de metas da prefeitura, aprovado ainda em 2013, e que

tinha como um dos eixos a ampliação da participação social e do controle social dentro da administração pública municipal (Leblanc, 2017, p.54). A criação dos conselhos participativos nas subprefeituras, foi uma das medidas adotadas nesse sentido (Vannucci, 2020, p.64).

Essa expansão da malha participativa também ocorreu em Guarulhos sob a gestão de Eloi Pietá (2001-2009), durante a qual os mecanismos de gestão participativa e a abertura de canais de comunicação com a população abriram espaço para que aos movimentos sociais organizados que já atuavam no município ampliassem a sua atuação (Oliveira, 2014). Importante notar que em Guarulhos os movimentos sociais tradicionais ainda tinham força e a abertura realizada sob a gestão de Pietá ocorreu antes das chamadas Jornada de Junho de 2013, mas a influência das estruturas dos coletivos serão sentidas também ali e serão melhor analisadas quando tratarmos das origens da AAPAH.

Foi esse contexto que proporcionou o surgimento de coletivos urbanos e culturais que têm a questão do patrimônio como objeto principal de sua ação política ou que levam essa questão em consideração em suas iniciativas: a preservação através de novos usos de bens ou paisagens culturais valorizadas pelas suas comunidades.

Assim sendo, cabe ressaltar também a criação de novos instrumentos oficiais que contribuíram para o alargamento da preservação do patrimônio cultural e que são apropriados para esses novos movimentos populares, sendo o mais importante deles o decreto que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial aprovado no ano 2000, ele oficializou finalmente a possibilidade de patrimonializar diversos bens culturais para além da “pedra e cal”³³.

A possibilidade de registro como patrimônio imaterial de lugares como espaço públicos que reproduzem práticas culturais coletivas, além do registro de festas, rituais e celebrações que acontecem nesses espaços públicos, sem falar na valorização das práticas do cotidiano da população, contribuiu para aproximar a valorização do patrimônio cultural destes novos movimentos sociais urbanos. Na região metropolitana de São Paulo houve também a retomada das reflexões sobre o conceito de patrimônio ambiental urbano, que será analisado no próximo capítulo.

³³ O decreto criou quatro livros para o registro do patrimônio cultural imaterial I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Brasil. 2000. art.1º).

Em relação ao campo do patrimônio cultural, o período desde meados da década de 1990 foi dominado pela problemática concernente à gestão das cidades, onde questões como a gentrificação e lógica de mercado, sobrepondo-se ao interesse público, trouxeram consigo uma lógica empresarial à gestão do patrimônio (Scifoni, 2006, p.167).

Além disso, Scifoni (2006) observa que neste período os processos de regulamentação e alteração de instrumentos e legislações do campo do patrimônio cultural urbano não partiam de diagnósticos mais amplos da situação, considerando as necessidades do desenvolvimento urbano, pelo contrário, eram promovidas intervenções cirúrgicas que buscavam resolver problemas específicos que muitas vezes envolviam grandes interesses (2006, p.168).

O século XXI marca, portanto, o retorno do debate em torno do direito à cidade, segundo Nascimento (2018) isto fez com que a questão do patrimônio entrasse na agenda política dos movimentos sociais urbanos, assim:

Existe uma série de movimentos sociais urbanos que vão ver no patrimônio uma agenda de luta pela cidade, de luta democrática, dizendo “patrimônio não é só aquilo que o Estado está dizendo que é, não é só aquilo que é tombado, não é só aquilo que é muito velho ou muito bonito, é aquilo que a gente gosta, com que a gente se identifica” (Nascimento, 2018a)

Esses novos movimentos se articularam em diversas cidades brasileiras, sendo importante ressaltar algumas dessas experiências a fim de que possam construir um diálogo com os grupos que estamos estudando nesta tese. A partir disso, poderemos buscar entender de que maneira estas mesmas experiências repercutiram e como são importantes para compreender o *modus operandi* dessas novas lutas pela preservação do patrimônio.

A luta pela preservação do Cais Estelita, que começou em 2012 em Recife, é importante para o contexto da patrimonialização relacionada com as lutas sociais urbanas. Os antigos armazéns da Estrada de ferro ligada ao antigo Cais do porto da cidade de Recife entraram nos planos do Consórcio Novo Recife, que planejava demolí-los para a construção de 12 torres, cujo terreno foi adquirido em 2008. A partir de 2012 o caso passou a repercutir fortemente na sociedade civil local, também o ministério público passou a intervir no processo, tendo se deparado com denúncias de irregularidades.

Dadas as condições, as mobilizações do movimento denominado Ocupe

Estelita lutavam também contra a especulação imobiliária do grande capital representada pelo projeto Novo Recife, que entre suas justificativas para o empreendimento incluía a necessidade de requalificação urbana, já que aquela área estava abandonada pelo poder público há muitos anos. Em 2008 havia sido proposto, para a região, o projeto cultural Recife/Olinda, de caráter eminentemente turístico e que seria custeado pelas três esferas de governo, mas que foi abandonado em benefício do projeto Novo Recife (Pordeus, 2024).

Foi grande a mobilização social em torno do movimento Ocupe Estelita, grande quantidade de pessoas ocupou os armazéns por cerca de 27 dias, a fim de evitar as demolições no local. Dentro da ocupação, diversos debates sobre a qualidade de vida e as opressões sofridas na cidade vieram à tona, trazendo outras questões para o centro do debate, foi constituído um fórum de debate com a prefeitura e o consórcio e, em 2015, foi solicitado formalmente o tombamento dos galpões da antiga linha férrea, no entanto o IPHAN indeferiu o pedido.

Os grupos envolvidos buscaram obter o tombamento da paisagem cultural da região do porto ou paisagem histórica urbana, o que significava limitar a altura das construções que pudessem ocultar o sol para outros bairros próximos, também os usos a serem atribuídos aos antigos armazéns foram tema do debate público, assim sendo:

O Cais Estelita assumiu recentemente grande protagonismo na discussão do papel contemporâneo do patrimônio cultural, ao ser o centro de uma disputa não somente sobre sua preservação material, mas também - e principalmente - sobre seu potencial público e de influência na paisagem da cidade.(...) O Cais Estelita assume características de ressonância segundo definição de Gonçalves (2005), uma vez que demonstra grande poder de mobilização popular ao invocar subjetivamente suas “forças culturais e seu dinamismo”. Recife como resultado de uma diversidade de processos históricos e atuais, que emergem mais recentemente, manifesta no sítio escolhido referência identitária ressignificada ao ser constituído a partir de marcos históricos, e contrastes marcados com “novas” arquiteturas (Santos; Scavone; Schwes, 2021, p. 1259).

Outras mobilizações desse tipo ocorreram no País e em especial em São Paulo, elas buscavam organizar a população a fim de acionar os órgãos de política pública para a resolução de conflitos. No entanto, um outro nível de organização se consolidou neste período focando não apenas no ativismo por uma causa específica, mas construindo movimentos ou coletivos dedicados a analisar, estudar e buscar novas práticas de preservação dos bens culturais em seus territórios. Nessa conjuntura de

articulação política e social dos novos movimentos locais pela preservação do patrimônio a partir de seus territórios estão inseridos os grupos que estudamos nesta tese.

Ramirez (2007), tratando sobre a cidade do México, afirma que o associativismo em torno do patrimônio é apenas a ponta do iceberg de questões contemporâneas mais profundas, ele trata do caso específico do processo de urbanização acelerada e de conurbação com as cidades próximas e como o associacionismo patrimonial reage a isto, caso muito parecido com a conurbação que inclui São Paulo e Guarulhos, recortes de nossa pesquisa.

Citando Castells (*apud* Ramirez, p,17), o autor afirma que os movimentos podem ser divididos em duas posições, os conservacionistas ou de resistência e as de plataformas de ativação ou entidades projeto, as primeiras sendo defensivas lutando contra a desterritorialização fruto da globalização, enquanto as segundas se constituindo para construir alternativas sociais e a produção de novas patrimonialidades.

E ainda afirma que na cidade do México as lutas patrimoniais se dão num contexto de luta contra as medidas neoliberais que afetam diretamente as políticas patrimoniais e de memória, para enfrentar as forças que atuam para transformá-las em produtos de mercado. O que coloca o patrimônio cultural como um dos eixos do conflito político. No geral, ele define essas lutas como a crescente preocupação social com o patrimônio que deriva de um forte apego à memória coletiva e de uma luta contra a globalização e a desterritorialização.

Mas esses movimentos que se debruçam sobre a questão da preservação do patrimônio, de maneira geral, podem ser considerados como movimentos sociais ou como coletivos urbanos? Esta é uma questão que diz respeito tanto em relação às práticas e estratégias adotadas por eles quanto a sua organização interna.

Gohn (2011), define os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas”. (2011, p.335), além disso esses movimentos também realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas a partir deles, atuam em redes e constroem ações coletivas mais amplas.

A partir disso, existe a particularidade dos movimentos sociais urbanos que segundo Santos (2004), possuem características distintas, visto que atuam a partir da problemática urbana seja em relação ao uso do solo, à apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos, portanto relacionados ao direito à cidade e ao

exercício da cidadania (2004, p.11).

Por outro lado, também a questão do que Gohn (2014), chama de novíssimos movimentos que trazem novos paradigmas para o protesto social. No contexto brasileiro ela também aponta que:

Desde a década de 1990 nossas análises têm destacado o caráter educativo das ações coletivas, organizadas sob a forma de movimentos sociais, a ampliação deste cenário para além da sociedade civil, adentrando em novas esferas públicas, a exemplo dos conselhos e conferências nacionais, e o surgimento de novos formatos de associativismo, que trabalha agora necessariamente em rede. Na atualidade novas pedagogias alternativas se recriam, se reinventam, porque a conjuntura sociopolítica, econômica, cultural, tecnológica é outra (Gohn, 2012, pp.105-106).

Essa nova relação entre sociedade e estado produziu novas conformações aos movimentos sociais, nas quais a tentativa de institucionalização de práticas antes autônomas tornou-se algo constante, entretanto os novos movimentos surgem também a partir de um momento de refluxo de políticas públicas. A legislação democratizante da constituição de 1988 e a criação de dispositivos de participação e inclusão da sociedade nas decisões do estado ou foram abandonadas durante os anos 1990 ou nunca chegaram a se concretizar, então foi nessa espécie de fissura que os novos movimentos se constituíram e buscaram se inserir.

Gohn (2012), analisa em suas pesquisas a influência dos movimentos que ocuparam as ruas pelo mundo no início do século XXI, com um foco especial nas repercussões das manifestações das jornadas de junho de 2013 e como elas ajudaram a moldar os movimentos reivindicatórios por todo o Brasil. Como característica comum desses novos movimentos está o uso e valorização do espaço público como lugar de ação política e de reflexão. Esses novos atores também pressionam por processos de mudança social e reinventam as formas de se fazer política.

Podemos entender que um dos principais legados deste movimento foi que os grupos organizados não abandonaram os espaços públicos, o que pode ser percebido ao observarmos os grupos dedicados à preservação do patrimônio urbano que, como herdeiros deste processo, trazem esse novo paradigma para a sua atuação e estratégias de trabalho. De certa forma eles “institucionalizam” essa prática trabalhando com o espaço público de uma forma mais efetiva e aprofundada, trabalhando com diversos aspectos políticos, sociais e culturais presentes nele, embora operem com outros aspectos do patrimônio para além do espaço público.

Desta maneira, as práticas ligadas ao ativismo urbano perpassam suas ações, embora não se restrinjam a elas, conforme aponta Frúgoli (2018). Em São Paulo o espaço público tem sido alvo de apropriações e ressignificações, o que fez com que se produzisse um debate sobre as relações dos habitantes com o seu contexto urbano (Frúgoli, 2018. p.75). Ele classifica os ativismos como ações propostas por coletivos urbanos que se desenvolveram pela cidade, sendo que a dimensão espacial das ações dos coletivos pode ser chamada de ativismo.

Sua definição mais precisa do que seriam esses coletivos é olhando para seus modos de organização, que se dão com uma certa continuidade em espaço determinados:

Isso leva à circunscrição de diversos aspectos: as principais redes de relação envolvidas – incluindo as articulações entre os agentes de vários coletivos; as concepções de direitos (e de cidade) referenciais; as táticas praticadas para os fins pretendidos; o tipo de intervenção realizada e suas linguagens específicas; o alcance dos usos de tecnologias de comunicação; a trajetória sociocultural dos principais organizadores; o exame das novas concepções de liderança num contexto de forte horizontalidade, o que não implica evidentemente uma completa deshierarquização; o alcance e os limites das polifonias pretendidas em tais práticas; as complexas relações com o poder público, em suas distintas instâncias e planos decisórios; as articulações de tais práticas com conjunturas políticas mais abrangentes. (Frúgoli, 2018. p.81).

Costa (2020), compara os movimentos sociais clássicos com a organização dos coletivos atuais, sendo que estes últimos teriam por característica possuírem modos de agir bastante responsivos em relação aos seus contextos, pois:

Os atores, atuam em diversos espaços, reconfigurando a própria noção de espaço com seus ativismos políticos. Os espaços, agora não mais centralizados como se fazia nos movimentos sociais tradicionais, onde o físico era central na construção das atividades, (privilegio esse que também tem sido questionado pelos próprios movimentos sociais), mas, que nos coletivos, já vêm embutidos na sua própria crítica e maneira de fazer/agir. (Costa, 2020, pp. 7-8).

Portanto, conforme a autora, os coletivos já nascem com uma lógica de atuação sobre o espaço público e os espaços em geral, tanto físicos quanto virtuais, com os quais os movimentos tradicionais têm certa dificuldade. Ela também percebe a existência de muitos coletivos com certa hierarquia interna, que, porém, não seria fixa, mas para fins meramente organizativos (2020, p. 9).

Embora os estudos sobre este assunto sejam muito recentes para chegar a qualquer conclusão, podemos entender que muitos do ativistas desse grupos costumam denominar-

se como coletivos, pois este termo parece mais adequado para expressar as características diferenciais que o ativismo do século XXI possui em relação aos movimentos sociais clássicos, embora muitas de suas características ainda estejam presentes nestes, afinal não se trata de uma ruptura total com o passado, mas de novas estratégias para novos tempos.

Podemos buscar a diferença existente entre a AAPAH que se denomina como uma associação e o Ururay que se denomina como um coletivo entendendo o contexto mais amplo na qual ambos surgiram. O Ururay surgiu em 2014 em meio a efervescência do modelo de organização social através dos coletivos como já tratamos aqui. Nesse sentido, ele se apropriou do que havia de mais recente e efetivo em termos de organização e comunicação entre os movimentos sociais naquele momento. Um modelo que se mostrou muito ativo até os dias de hoje.

Por outro lado, a AAPAH surgiu em 2009, em um momento anterior a essa efervescência do modelo da organização em coletivos. Ela, portanto, se organizou a partir dos meios que havia a seu dispor naquele contexto.

Podemos retomar a experiência das organizações civis como as associações preservacionistas ligadas à defesa do patrimônio. Essas associações surgiram no período chamado por Rodrigues (2014), de tempos de afronta (1975-1981), inseridas no processo de abertura democrática do Brasil e acompanhando o próprio surgimento do órgão estadual de preservação, o CONDEPHAAT (Scifoni, 2013).

Ao longo dos anos 1980 que as ações em prol do tombamento de bens culturais ganham força, organização e apoio político viabilizadas através da divulgação pelos meios de comunicação. Scifoni aponta a constituição das primeiras associações deste tipo na cidade de São Paulo a partir de 1983, reconhecidas como sujeitos do processo de preservação. Essas associações, portanto, são precursoras dos movimentos de preservação do patrimônio e seu impacto permanece ainda hoje em organizações da sociedade civil (Scifone, 2013, p. 518).

Devemos lembrar que esse associativismo passou por transformações ao longo do tempo, pois conforme já citado por Gohn (2013), a partir dos anos 1990 as ONGs passaram a predominar dentro do processo participativo no Brasil, com isso diversos movimentos sociais e associações acabaram se formalizando a partir deste modelo a fim de ter legitimidade e poder firmar parcerias com o poder público, constituindo CNPJs próprios a fim de poder atuar e ter acesso a recursos públicos para a realização de suas atividades.

Portanto podemos perceber uma união entre tradição organizativa e necessidade

prática no processo de construção da AAPAH que a diferencia do caráter aparentemente mais “horizontal” do Ururay embora suas formas de atuação e organização não sejam muito diferentes entre si.

Diante desse processo iremos compreender o surgimento dos movimentos sociais aqui estudados a partir do contexto mais geral das políticas públicas municipais e como elas influenciaram seu desenvolvimento e a construção dos seus debates internos.

2.3 AAPAH no contexto das políticas patrimoniais em Guarulhos

Como vimos antes, a legislação e as políticas patrimoniais na cidade de Guarulhos eram raras, esparsas e sem conjunto unificado, demonstrando pouca preocupação com a memória e história locais. Esse processo está alinhado a uma tradição histórica construída sobre a cidade, na qual sua história seria um apêndice da história da capital paulista, e com relação a qual seu desenvolvimento econômico e social esteve sempre atrelado. Assim, pouco ou nada haveria de relevante ou original a ser preservado na cidade segundo esta perspectiva.

Este fato é assinalado por Santos (2006), que conclui “assim, a versão da origem do município apoiada na historiografia local tradicional e, de certa forma oficial, (...) obscure a auto-apreciação do município e seus habitantes, ofuscados pelo empenho de salientar e relação com a capital paulista” (2006, p. 41).

Essa historiografia construída, no entanto, não era por acaso, visto que refletia os interesses de elites locais que buscavam se comparar e se alinhar à história pujante e moderna da capital paulista como partícipes desse desenvolvimento ocorrido em São Paulo.

A moderna tradição guarulhense se constituiu a partir de algumas obras produzidas por ocasião do quarto centenário de Guarulhos em 1960, uma festa que foi concebida para imitar a festa do quarto centenário da cidade de São Paulo, ocorrida pouco antes em 1954. Sua historiografia se baseou em uma ideologia de progresso apoiada no desenvolvimento industrial de Guarulhos neste período e no intenso crescimento populacional da cidade como consequência da imigração, a mesma ideologia de progresso que estava presente nos festejos da capital paulista. No entanto, Borges afirma que:

O fato é que houve um profundo abismo entre essa produção de conhecimento e as mudanças que a cidade vinha passando. Em outros termos, a perspectiva conservadora da intelligentsia guarulhense passou ao largo das questões que afligiam o perímetro urbano. (Borges, 2014,

p. 36).

O crescimento desordenado da cidade atrelado à economia paulistana transformou profundamente a cidade, levando a um processo de periferização. A falta de planejamento urbano também provocou o surgimento de problemas ligados à falta de moradia e à baixa qualidade dos serviços públicos. Esses migrantes que vieram para cidade não encontravam nela canais satisfatórios de participação política, social e simbólica.

Foram criados pela sociedade civil organizada seus próprios canais de participação popular através da auto-organização, um exemplo simbólico dessa atuação está na Casa de cultura Paulo Pontes, localizada no bairro da Vila Fátima na periferia de Guarulhos, ela funcionou entre 1977 e 1980 e foi fruto da organização popular da juventude diante da recusa da gestão municipal em criar um espaço cultural. O espaço atuava a partir da intersecção entre cultura e política naqueles tempos de repressão por parte da ditadura militar.³⁴

Desde aquele período, os movimentos sociais urbanos foram bem ativos na cidade de Guarulhos, no entanto eles atuaram durante muito tempo sob administrações municipais conservadoras e liberais, o que tornava difícil a inclusão de suas pautas nas políticas municipais.

Com o início do século XXI, houve algumas mudanças no cenário político da cidade, a principal delas foi a eleição pela primeira vez de um prefeito do PT, Elói Pietá que administrou a cidade por dois mandatos (2001-2009). Esse contexto político local se somava ao contexto nacional no qual tivemos uma administração petista também no nível federal, que criou políticas que impactaram as políticas locais em Guarulhos. Também este período foi de intensas manifestações políticas e sociais não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, em torno de questões ligadas ao direito à cidade e por novos espaços de participação política.

A nova gestão trouxe para a administração municipal algumas propostas que impactaram a vida da cidade, podemos citar a criação do plano diretor da cidade (Guarulhos, 2004), como produto direto do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), elaborado pelo governo federal, como vimos antes, havia nele medidas relativas à proteção do patrimônio cultural articuladas ao planejamento urbano.

Também neste período foi criado, em 2006, o campus de Guarulhos da

³⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/paulo-freire-e-paulo-pontes-em-guarulhos-cultura-e-resistencia/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

UNIFESP, que foi possível graças ao convênio estabelecido entre o governo federal e a prefeitura municipal. Esse campus conta com uma graduação e uma pós-graduação em história e possui pesquisadores que se debruçam sobre a história e a memória da cidade de Guarulhos, e que contribuíram inclusive com boa parte da bibliografia da nossa pesquisa sobre a cidade.

Esta administração teve também, como política, a criação e o fortalecimento de canais de participação popular que já haviam sido experimentados em outras gestões petistas, tais como na capital paulista. Entre esses canais estão a criação, em 2009, do conselho do patrimônio cultural da cidade, que como vimos anteriormente conta com uma ampla participação da sociedade civil em comparação com os conselhos criados anteriormente, o mesmo decreto também propiciou a criação da primeira legislação sobre o patrimônio local que organiza seus conceitos e práticas. Também é importante citar o Centro Municipal Adamastor, antiga fábrica têxtil tombada no decreto de 2000 e que foi desapropriada pela prefeitura restaurada e entregue à população em 2003 (AAPAH, 2016, p.5).

Havia já nos planos de campanha da gestão petista em Guarulhos o projeto de uma revitalização do centro da cidade, e a lei aprovada em 2002 tinha como meta:

Art. 1 Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Comissão Especial para Revitalização do Centro de Guarulhos, objetivando a elaboração de estudos e projetos para o disciplinamento das questões urbanas do Centro da Cidade, em especial envolvendo trânsito, transporte coletivo, sistema viário, infra-estrutura, paisagismo, desenvolvimento integrado do comércio, dos serviços, turismo e a preservação do patrimônio histórico e cultural. (Marcellos, 2012, p. 108).

A comissão formada previa uma participação ampla da sociedade civil que incluía representantes do comércio, indústrias, corretores de imóveis, hotelaria, mas que também incluía representantes do comércio ambulante, de centrais sindicais, de sociedades amigas de bairro e um representante do conselho de patrimônio da cidade, que conforme a legislação anterior a 2009 não possuía participação popular em sua composição.

O tópico que finaliza o primeiro artigo que diz respeito ao desenvolvimento integrado do comércio, serviços, turismo e à preservação do patrimônio será fonte importante para a nossa análise nesta tese, pois, segundo afirma Marcellos (2012), a prefeitura buscava capacitar o projeto de revitalização para que ele se identificasse tanto com o morador comum quanto com o investidor, buscando promover a potencialização

dos investimentos particulares através de um desenvolvimento equilibrado dos diversos interesse da sociedade (Marcellos, 2012, p. 114).

O projeto de revitalização não ficou restrito apenas ao centro da cidade, porquanto o plano diretor de 2004 relaciona entre suas ações prioritárias, no artigo 72, toda uma série de infraestruturas localizadas no bairro de Cumbica, onde está situado o aeroporto internacional, e no artigo 73 ficam claros os objetivos da administração municipal:

O Poder Público, em conjunto com a iniciativa privada, inclusive as micro e pequenas empresas e com outras instituições governamentais e a comunidade, promoverá o desenvolvimento do turismo, com ênfase nos segmentos de turismo de negócios e de eventos, turismo ecológico e rural, respondendo às oportunidades geradas pelo aeroporto internacional e pela infraestrutura de acesso regional. (Marcellos, 2012, p. 120).

A partir daqui vemos a busca por um novo projeto modernizador para a cidade que viesse a substituir o projeto anterior calcado na ideologia da vocação da cidade industrial. Diversas medidas foram implementadas para esta finalidade, como por exemplo a colocação de placas turísticas bilíngues em locais relevantes da cidade, a construção de um terminal rodoviário turístico no Parque CECAP, próximo à estação de trem da CPTM que leva para a capital paulista, e a criação de balcões de informações turísticas no aeroporto internacional.

Conforme analisa Marcellos (2012), o espaço público de Guarulhos foi sendo readequado para se transformar em um espaço mundializado, onde a suas singularidades estivessem cada vez mais à disposição do turismo global (2012, p. 155), em suma, para que a cidade esteja inserida no mapa do mundo é necessário que ela se adapte e apague as suas singularidades e especificidades locais que só possuem sentidos para os moradores locais.

Nessa perspectiva, a sociedade civil também estava organizada para contrapor suas próprias demandas neste novo projeto de cidade, um exemplo importante pode ser visto na atuação do movimento negro em parceria com outras organizações sociais em torno de uma questão importante, no ano de 2008 as obras de requalificação do centro da cidade passaram pela rua Dom Pedro, que foi transformada em um calçadão (2012, pp.12 e segs).

Ali estava localizada a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos desde, pelo menos, o século XVIII, e que foi demolida em 1930 para ser

reconstruída em outro local do centro da cidade. Foi solicitada uma ampla pesquisa arqueológica a fim de descobrir os artefatos ligados àquela igreja e a sua localização exata que era desconhecida naquele momento, ao final das escavações foi instalada uma placa e uma pintura no piso, conformando onde se localiza o antigo templo (2012, pp.124 e segs).

Entre os grupos que atuaram nesse processo estava o Movimento Guarulhos tem história, surgido em 2005, e que foi formado a partir da mobilização de pesquisadores e ativistas da história e do patrimônio local. Segundo Oliveira (2008), o grupo se reuniu a princípio com intenção de propor debates sobre a história local, partindo de um questionamento: como Guarulhos se inseriu no contexto colonial paulista e porque ganhou projeção no cenário nacional e internacional?

Esta pergunta já revela que o grupo estava buscando produzir uma análise histórica da cidade a partir de sua especificidade e características locais de desenvolvimento econômico e social, portanto buscando se afastar da historiografia tradicional do município.

Entre as atividades realizadas pelo grupo, estão a publicação dos livros *Guarulhos espaço de muitos povos*, em 2007, e *Guarulhos tem história: questões de história natural, social e cultural*, em 2008 e a estruturação de um site sobre a história local. Este material revela o objetivo do grupo em apontar elementos da historiografia local que necessitam de aprofundamento, preencher as lacunas existentes nas pesquisas sobre a vida cotidiana e os diversos aspectos da vida da população e, ao mesmo tempo, busca ser um recurso didático para pesquisadores e professores de Guarulhos (Oliveira, 2008, p. 11).

Nas obras publicadas, é possível perceber que o grupo trazia a ideia de uma cidade multicultural, formada por múltiplos territórios e identidades e o foco de sua análise era a história vista a partir de baixo. No livro *Guarulhos tem história*, a parte 4 é intitulada “história cultural, patrimônio e identidades”, demonstrando que o grupo também se debruçava sobre a questão da preservação do patrimônio cultural da cidade.

Desse modo, o grupo se articulou na luta pela preservação de diversos lugares de memória na cidade de Guarulhos. Entrou com o pedido de tombamento da antigas lavras de ouro do Ribeirão da Lavras na Serra de Itaberaba, pedido realizado nas três esferas de proteção ao patrimônio, além disso queriam que ali fosse criado um centro educacional e cultural que apresentasse a história da mineração a partir de outros sujeitos para além do bandeirantes, incluindo a participação negra e indígena, também

deveria haver um núcleo de pesquisas interdisciplinares visando aprofundamento de investigações arqueológicas, históricas, geológicas, entre outras (2008, p.169).

Também fizeram parte de uma articulação elaborada entre diversos movimentos sociais e políticos da cidade em torno da construção de um monumento no local onde ficava a antiga Igreja do Rosário dos Homens Pretos, na Rua Dom Pedro, através do qual se buscava reparar o apagamento histórico da cultura negra na cidade e de seus lugares de memória.

Por fim, contribuíram também na luta pela criação de um centro de memória negra no sítio da Candinha, antiga propriedade rural tombada pelo decreto de 2000 (Guarulhos, 2000), e que se destaca por ser uma das últimas propriedades escravistas do estado de São Paulo a possuir uma senzala ainda preservada.

Nas atividades do movimento Guarulhos tem história está o embrião do que viria a ser o trabalho realizado pela AAPAH, inclusive tendo alguns membros do movimento participado da fundação da associação. Muitos dos envolvidos na sua fundação já pensavam em uma organização mais formalizada do movimento Guarulhos tem história, no entanto aquele grupo acabou se dividindo. Além deles a associação foi fundada por pessoas ligadas a grupos de trabalho visando o fortalecimento do turismo na cidade de Guarulhos e de defensores do arquivo histórico municipal, movimentos atuantes desde o início dos anos 2000, também por membros da Associação Guarulhense de Letras (AGL), professores, jornalistas e ativistas da cultura em geral.³⁵

No site, a associação se define da seguinte maneira:

A AAPAH – Associação Amigos do Patrimônio e Arquivo Histórico – é uma entidade sem fins lucrativos. Assim, visamos a fiscalização para a conservação dos patrimônios materiais e imateriais. Além de promover ações e projetos que envolvam a educação, a publicação de livros, turismo social e cultural e a disseminação de informações ligadas ao turismo e a história local.

As nossas ações buscam trazer a aproximação da sociedade com os bens materiais e imateriais, para assim, evitar a depredação, a má conservação e o esquecimento de costumes que caracterizam a identidade de uma comunidade.

O reconhecimento de uma identidade ou de identidades cria a sensação de pertencimento e reconhecimento, inegavelmente, as duas condições que são fatores importantes para cada indivíduo atuar em uma sociedade. Contudo, essa sensação de importância social é um mecanismo para mudanças na convivência de cada indivíduo. (AAPAH, 11/01/2021, s.p.)

³⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/historia-da-aapah/>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

O primeiro presidente da AAPAH, Elmi Omar (antigo membro da Movimento Guarulhos tem história), justifica a necessidade do grupo na política de patrimônio local, cuja intenção do projeto seria “a criação de um grupo constituído que pretende acelerar os processos de conservação e restauração do que já é estabelecido como bem e fomentar a discussão do que deve ou não se tratado como de interesse histórico ou cultural” (AAPAH, 2024, p. 4).

Além disso, a falta de implementação de políticas públicas era um dos principais responsáveis pelos problemas existentes, pois existem iniciativas de manter e restaurar edifícios, esquecendo-se, porém, dos aspectos imateriais do patrimônio, ou seja, da cultura que torna completos os sentidos da preservação.

Entre as questões fundamentais que levaram ao surgimento da associação, estavam os problemas ligados à gestão do Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos, ele estava alocado na chamada Casa Amarela, um edifício tombado que fazia parte da antiga estação de trem de Guarulhos e que foi construído para ser a casa do chefe da estação, era um imóvel sem as condições consideradas necessárias e adequadas para tal função, além de ser um espaço pequeno para o tamanho do acervo do arquivo municipal de uma cidade do porte de Guarulhos, devido a isso, parte do acervo estava alocado no ginásio de esportes Paschoal Thomeu.³⁶

Outro problema é que também não havia os cuidados necessários com a triagem e a preservação dos documentos ali arquivados. E para expressar tais condições, a nomenclatura da associação revela as necessidades urgentes em relação à preservação do patrimônio documental da cidade de Guarulhos. Com a criação do centro educacional Adamastor, em 2003, o Arquivo Histórico Municipal foi posteriormente transferido para uma área dentro de suas instalações, onde conta com uma estrutura mais adequada para a preservação dos documentos.

Em seus anos iniciais, entre 2009 e 2012, a associação já possuía um CNPJ, mas conforme sua definição ainda atuava nos moldes de um movimento social, neste momento ela era mantida através de vaquinha e eventos organizados pelos seus membros, também não havia uma sede própria e o grupo se reunia em espaços diversos. A partir de 2012 a associação passou por uma reestruturação, passou a ter reuniões mais regulares e uma extensa agenda de atividades.³⁷

³⁶ Disponível em: <https://aapah.org.br/historia-da-aapah/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

³⁷ Idem

Um episódio marcou o surgimento e a atuação inicial da AAPAH, ele ocorreu em meio as primeiras discussões em torno do destombamento da Casa Saraceni, um antigo casarão testemunha da imigração italiana na cidade e o último edifício *art déco* sobrevivente em Guarulhos. Ele havia sido tombado no ano 2000, mas estava sendo alvo da especulação imobiliária para dar lugar à ampliação do estacionamento do Shopping Internacional Guarulhos, inaugurado em 1998 e em cuja área adquirida estava o edifício histórico (AAPAH, 2024).

A administração do shopping utilizou a casa como espaço administrativo e de formação para trabalhadores. Entre 2006 e 2007 os membros do movimento Guarulhos têm história e a Universidade de Guarulhos (UNG) tentaram criar no local um memorial do trabalhador (AAPAH, 2024, p.5).

Em 2010 foi aprovado um projeto de lei na câmara municipal autorizando o destombamento do edifício, este projeto contrariava o posicionamento do conselho de patrimônio e inicialmente do poder executivo municipal. O secretário de cultura se colocou a favor da preservação da casa. Porém, posteriormente, manifestou-se favorável ao destombamento.

Dentro do conselho de patrimônio, a AAPAH se articula para impedir o processo contra o edifício obtendo um parecer contrário ao do órgão de preservação a respeito do projeto de lei, no entanto devido aos interesses políticos ligados ao governo dentro do conselho, o parecer acabou sendo aprovado.

Ainda assim, a associação tentou chamar a atenção da comunidade local com um ator público e realizou um abraço símbolo ao edifício. O destombamento foi autorizado no final de 2010, às vésperas do aniversário dos 450 anos de Guarulhos, sendo logo em seguida demolido na calada da noite (AAPAH, 2024).

Outra questão importante na atuação da AAPAH diz respeito ao restauro e ao uso social do casarão José Maurício, um edifício construído em 1937, localizado no centro da cidade, e que foi construído pelo antigo prefeito de Guarulhos que dá nome ao edifício. A partir da década de 1970 ele serviu de sede para diversos equipamentos públicos, sendo o último deles o Museu Histórico de Guarulhos, que funcionou até 1999. Tendo sido tombado no decreto de 2000, ele ficou abandonado e sujeito a deterioração, tendo passado por incêndios em 2015 e 2018³⁸.

Foi nesta época que a AAPAH passou a encabeçar uma luta pelo restauro e preservação do casarão que ameaça se transformar em ruínas, o grupo acompanhava

³⁸ Disponível em: <https://aapah.org.br/historia-da-aapah/>. Acesso em 03 de novembro de 2025

as idas e vindas do projeto desde pelo menos 2013, entre as iniciativas do grupo houve, em 2016, o “abraço a casa do seu Zé”, do qual participaram coletivos culturais. Neste caso, a mobilização estava:

ajudando a jogar luz na situação daquele edifício no coração do centro histórico. Levando arte, poesia, música, desfile de carros antigos para chamar a atenção da população e a necessidade urgente de algo ser feito, a campanha mobiliza afetos e tenta recuperar o que chamamos de “pertencimento”, algo essencial para qualquer atividade no campo da educação patrimonial. (AAPAH, 2024, p. 8).

Também foi realizado um abaixo-assinado para uma ação civil pública contra a prefeitura de Guarulhos. Finalmente, em 2019 a prefeitura anunciou o início das obras de restauração do casarão, no entanto, no início de 2020 após uma vistoria do conselho de patrimônio ocorreu a paralisação das obras, pois foram identificados problemas no processo de restauro pela empresa contratada, outra empresa foi contratada e parte do processo de restauro foi concluído no final de 2024 (AAPAH, 2024).

Finalmente em julho de 2025 o edifício foi entregue à população totalmente restaurado, sendo inaugurado como Centro Municipal de Educação Casarão da Nossa História. O novo equipamento passou a funcionar como um espaço de formação e visitação com foco na história de Guarulhos.³⁹

Do ponto de vista da articulação de políticas públicas, o grupo se mantém atuante ocupando cadeiras em três diferentes conselhos da cidade de Guarulhos, no conselho do patrimônio, no conselho de turismo e no conselho de políticas culturais. Essa atuação política está centrada na mobilização em lugares nas quais a associação procura articular diferentes formas de preservar o patrimônio cultural. Uma atuação, entretanto, que está “eivada de contradições e decepções” (AAPAH, 2024, p.7), mas que ainda assim é mantida como atividade permanente e fundamental para o trabalho do grupo.

Em relação às atividades junto ao conselho do patrimônio, a participação da AAPAH passou por altos e baixos, devido às questões relacionadas ao destombamento da Casa Saraceni, o grupo retirou-se da cadeira que ocupava no conselho recém-criado, no entanto, anos depois o grupo voltou a participar do conselho em gestões posteriores e passou a atuar fortemente pela democratização e atuação independente do órgão.

³⁹ Disponível em: <https://www.guarulhoshoje.com.br/2025/07/22/prefeitura-de-guarulhos-inaugura-o-casarao-da-nossa-historia/>. Acesso em 08 de maio de 2026

Na gestão de agosto de 2015 a 2017, o conselho do patrimônio foi presidido por um membro da AAPAH, Elmi Omar, que criticou em entrevista a falta de transparência no órgão que levou a um esvaziamento por parte da sociedade civil. Um dos objetivos da presidência do grupo foi de reorganizar e reestruturar o conselho criando um regimento interno e realizando eleições para a composição da mesa diretora. Nas palavras de Omar, buscou-se “independência nas decisões, comprometimento com o patrimônio e discussão democrática”⁴⁰. A atuação da AAPAH junto aos outros conselhos será mais bem analisada em um próximo tópico, juntamente com as demais atividades conduzidas pelo grupo.

Vamos entender agora o contexto de surgimento do Ururay a partir das políticas públicas da capital paulista focando essencialmente no que diz respeito aos impactos delas na zona leste de São Paulo.

2.4 O Ururay e as lutas pelo patrimônio na zona leste de São Paulo

Morcelli (2015), aponta que a zona leste da capital paulista possui “um patrimônio altamente significativo, de grande amplitude temporal e fortemente ameaçado” (2015, p.35), sendo que as dinâmicas urbanas ocorridas na região contribuíram fortemente para esse cenário de ameaça:

Isso demonstra que as medidas de proteção ao patrimônio não possuem efetividade na região, já que prédios tombados estão em ruínas ou sofreram significativas alterações; o processo de identificação e proteção ocorre sem o envolvimento das comunidades que os detêm. Muitos registros históricos são eliminados para a construção do novo. A memória local é volátil, não resguarda seus vestígios, e as transformações são muitas e rápidas. (Morcelli, 2015, p. 35).

Entre as dinâmicas citadas está o processo de industrialização que ocorreu na região durante o século XX e a sua ótica de progresso que levou a um apagamento de memórias na região com a destruição de seus suportes físicos. Esse descaso foi fruto da construção de uma história da cidade de São Paulo que elegeu como origem a região central da cidade em detrimento de outras regiões que foram ocupadas e colonizadas na mesma época que o seu núcleo urbano central (Morcelli, 2015, p. 38).

Houve também um apagamento das antigas tradições culturais existentes que levou ao pensamento errôneo de que a região da zona leste possuiria uma história muito

⁴⁰ Disponível em: <https://guarulhosweb.com.br/espaco-aapah-presidente-do-conselho-do-patrimonio-historico-expoe-desafios/>. Acesso em 03 de novembro de 2025

recente, havendo a sobreposição de novas memórias vindas junto com as levadas de migração interna e imigração externa. Esse processo ocorreu em um período no qual a zona leste deixou de ser considerada um subúrbio da capital para se transformar em região periférica a partir de meados do século XX.

Como vimos nos capítulos anteriores, as políticas municipais de preservação em relação a zona leste foram bastante tímidas ao longo das décadas, tendo ocorrido algumas mudanças a partir do surgimento da ZEPEC, embora com pouca efetividade, tendo sido as regiões mais próximas à região central de São Paulo e mais desenvolvidas alvo preferencial do olhar dos órgãos de preservação do patrimônio.

Se por um lado a zona leste foi esquecida pela política oficial de patrimônio, por outro ela possui uma longa história de preservação da memória e de seus patrimônios locais realizados a partir de seus moradores. Santhiago (2017), aponta a existência de uma tradição memorialística presente em toda a Zona Leste, desde os anos 1980, uma tradição que ela denomina como “memória nas bordas” (Santhiago, 2017, p.154) e que se difundiu longe da influência das pesquisas acadêmicas e que adquiriu características próprias:

As formas adquiridas pelos estudos memoriais sobre a Zona Leste de São Paulo, conduzidas fora do âmbito universitário, têm sido muitas, dirigindo-se não apenas ao registro e à preservação da memória (acumulando substrato empírico, algo premente em se tratando de temas de pesquisa relativamente novos), mas também à sua interpretação e apresentação pública, de formas tradicionais ou criativas (Santhiago, 2015, p. 155).

Os meios de comunicação foram desde o início um canal importante para esses agentes, através dos quais buscam divulgar suas pesquisas, houve jornais publicados de forma autônoma por movimentos sociais e entidades, a publicação de livros foi um trabalho relevante, também a fotografia foi utilizada como forma de documentar a vida social, havia inclusive o trabalho de cineastas amadores que produziam filmes e documentários sobre a região, sendo o audiovisual considerado um recurso privilegiado para a produção de memórias sobre a região. Houve assim uma produção bem significativa de material sobre a história e memórias da região, especialmente a partir da história oral.

Santhiago (2015), elenca toda uma série de iniciativas neste sentido que constroem um itinerário popular de preservação da história e memória que se inicia nos anos 1980 e vai até as obras publicadas pelo coletivo Ururay, colocando o grupo nesse contexto como parte de uma longa tradição de utilização de diversos meios para

a valorização e preservação da memória local na zona leste (2015, p. 156).

Iniciativa importante também foi o surgimento de centros de documentação popular que buscavam preservar a memória das lutas populares na periferia, sendo a principal referência na zona leste o Centro de Comunicação e Educação Popular de São Miguel (CEMI) fundado em 1982 por iniciativa da ala progressista da igreja católica na região, cujos acervos “preservaram em parte a história e a memória das lutas populares e dos trabalhadores travadas em um contexto de reorganização social e de distensão política da ditadura militar no Brasil.” (Valim, 2019, p.22). Entre os itens constantes de seu acervo estavam documentos, correspondências, cartazes, livros, periódicos, fotografias, fitas cassete e de vídeo, slides e estudos científicos. O CEMI ficou ativo até 1992.

Um agrupamento importante para a zona leste e para constituição do coletivo Ururay é o Grupo de Memória da Zona Leste, as origens deste grupo remontam ao início dos anos 1990, quando foram promovidos debates sobre a memória do bairro de Ermelino Matarazzo sob a iniciativa do Padre Ticão da paróquia São Francisco de Assis presente naquele bairro.

Este sacerdote era atuante na região e participou de diversos projetos junto ao CEMI, além de trabalhar pela preservação e valorização da memória local, tendo constituído inclusive um grande acervo de materiais diversos sobre a história e memória da zona leste e de seus movimentos sociais, tudo guardado no andar de cima da paróquia onde atuava.

O grupo se institucionalizou apenas em 2012, sendo formado por diferentes moradores da região, desde religiosos até estudantes e intelectuais, quanto aos seus objetivos nas palavras de um dos fundadores, “desde que começamos a discutir, temos atuado em assuntos sobre a memória e o patrimônio da região leste de São Paulo, assim como temas correlatos” (Santos, 2015, p. 64).

O principal projeto do grupo é a criação de um memorial da zona leste, sendo um debate presente em suas discussões e ações desde o início de suas atividades, havia a intenção de incorporar o acervo do padre Ticão ao memorial como parte do projeto inicial. Quanto à localização do futuro memorial, chegou-se a firmar uma parceria com o nascente campus leste da USP, onde seria construído um edifício dentro de sua área para abrigar o memorial. Tal projeto não foi efetivado até o momento.

O projeto do memorial da zona leste ocorreu em um contexto de atuação da universidade pública e de outras entidades em regiões periféricas da cidade de São Paulo, tendo-se formado parcerias entre essas instituições e a sociedade civil organizada, visando

o desenvolvimento da educação, cultura e memória da região. A Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) foi inaugurada em 2005, em Ermelino Matarazzo, também a UNIFESP construiu um campus na zona leste, em 2014, no qual iniciou as atividades de um observatório de políticas públicas e do centro de memória da zona leste, posteriormente denominado centro memória urbana. Finalmente a Fundação Tide Setúbal, ONG fundada por uma família de banqueiros e que atua na periferia da cidade, a fundação inaugurou em 2008 o CPDOC São Miguel em parceria com a comunidade local.

O Grupo de Memória da Zona Leste participou e ajudou a organizar os seminários sobre patrimônios da zona leste realizados em 2014 e que deram origem ao coletivo Ururay. Além dele, outro grupo importante para sua realização é o Movimento Cultural Penha, dedicado à cultura e memória do bairro da Penha. Segundo o depoimento de um dos seus membros:

A gente, dentro desse trabalho, a gente localiza dois coletivos mais fortes, né, que era o grupo de... grupo de memória da zona Leste, que tava muito ligada ao trabalho do padre Ticão, lá em Ermelino, sítio Mirim. E um outro grupo é o próprio Movimento Cultural Penha, que tinha um trabalho com a Igreja do Rosário dos Homens Pretos aqui do bairro (SESC, 2020, p. 3)

O Movimento Cultural Penha é uma ONG fundada em 2001, mas cujas origens vêm de um movimento popular iniciado em 1984, ele reunia um grupo de artistas, músicos, atores e produtores culturais que se reuniam no teatro Martins Pena localizado no centro do bairro da Penha onde organizavam eventos e atividades culturais diversas. Em 1985 participaram da organização do evento Praça das Artes, realizado no largo do rosário em frente ao teatro Martins Pena, e no mesmo ano estavam na comissão executiva do I Congresso de Movimentos Populares de Cultura.⁴¹

Em 2001 o grupo se estruturou quando passou a ser um ONG, formalização que permitiu que o movimento estabelecesse parcerias com a Secretaria Municipal de Trabalho e com a UNESCO, no programa bolsa trabalho, também estabeleceu parcerias com a Secretaria Municipal de Cultura e com o programa VAI (este programa será tratado mais adiante).

A partir de 2006 passaram a atuar mais especificamente na temática da memória local e do patrimônio, quando receberam a doação do acervo pessoal do memorialista

⁴¹ Disponível em: <https://tribufu-mcp.blogspot.com/p/historico-projetos.html>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

Hedemir Linguite e estabeleceram uma parceria com o Memorial da Penha de França. Em 2015 se tornou ponto de cultura da cidade de São Paulo, por meio do programa Cultura Viva, e em 2010 tornou-se pontinho de cultura.

Esse e outros grupos dedicados à memória e à preservação do patrimônio da zona leste da capital realizaram reuniões onde discutiam as questões em comum entre eles, foi a partir dessas reuniões que o Movimento Cultural da Penha e o Grupo de Memória da Zona Leste decidiram organizar conjuntamente dois Seminários sobre Patrimônio Histórico da Zona Leste, realizados entre março e agosto de 2014 no Centro Cultural da Penha.⁴²

Esses seminários foram realizados com o intuito de conhecer, divulgar e preservar os patrimônios históricos da zona leste da capital, e contou com a presença de especialistas da área, representantes do CONPRESP, movimentos sociais da zona leste e de outras regiões que trabalhavam com o tema. Entre os movimentos presentes estavam representantes da AAPAH de Guarulhos, do grupo de teatro da Vila Maria Zélia, do Memorial Penha de França, da comissão de festejos da Igreja do Rosário, entre outros.

O primeiro seminário ocorreu em março de 2014, nele se buscava atrair a atenção das autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio para a diversidade de monumentos existentes na região leste da capital, alguns desses sendo monumentos tombados. Havia ainda outros que eram foco de intensa mobilização popular pelo seu tombamento e preservação. Neste primeiro seminário houve a presença de representantes governamentais e chamou-se a atenção para a necessidade de diálogo entre os órgãos públicos e a comunidade.

O segundo seminário ocorreu em agosto de 2014 e nele foram apresentados trabalhos da comunidade civil, com destaque para os membros da AAPAH, que falaram sobre o seu trabalho em Guarulhos. Ao final do evento ficou clara a questão de que havia muitas iniciativas locais de preservação, mas que sem uma política pública pouco poderia ser feito, ou seja, havia a necessidade de produzir projetos para que os órgãos de governo o realizassem.

Ao final do seminário, se decidiu por construir um projeto piloto de desenvolvimento sustentável a partir dos patrimônios culturais da região, daí surgiu o coletivo Ururay - desenvolvimento local sustentável e os patrimônios culturais, cujo

⁴² Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/historico.html>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

objetivo inicial era:

criar uma rede horizontal de contribuição e informação, que viabilize a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável adotando como eixo principal o Patrimônio Cultural e desenvolver ações acerca dos Patrimônios Culturais, como mapeamentos histórico-culturais, requalificação urbana, ações de educação para o patrimônio, turismo social, fomento de linhas de pesquisas acadêmicas, entre outras temáticas. (Ururay, s.d., s.p.)

O novo grupo tomou a iniciativa de organizar o terceiro seminário realizado em dezembro de 2014, porém com a denominação atualizada para “Seminário sobre Patrimônios Culturais da Região Leste”, ou seja, substituiu o termo “histórico” por “cultural”, e isso se deu após intensos debates sobre o caráter do patrimônio da região. Durante o seminário foram apresentadas iniciativas de outros grupos que trabalhavam com a educação patrimonial e o com o turismo social, como por exemplo o grupo Memórias do Brasil.

Após o terceiro seminário, o grupo passa por uma reformulação e reavalia algumas de suas diretrizes, o que levou à atual configuração e nomenclatura que passa a ser Grupo Ururay: Patrimônio Cultural. Eis como o grupo passou a se definir:

O Grupo Ururay é um coletivo de indivíduos interessados na preservação do Patrimônio Cultural da região Leste de São Paulo. Independente, sem fins lucrativos e sem vinculação com instituição privada, pública ou religiosa, o Grupo tem como objetivos: o fortalecimento de ações que objetivem a preservação, a apropriação e, conseqüentemente, a valorização dos Patrimônios na região Leste de São Paulo, a articulação de todos os agentes sociais (sociedade civil, órgãos de proteção do patrimônio, escolas, pesquisadores, coletivos) envolvidos, direta e indiretamente, no processo de preservação e utilização dos Patrimônios Culturais. (Ururay, s.d., s.p.)

Assim sendo, o grupo nasceu com o objetivo de criar uma rede horizontalizada de divulgação que pudesse viabilizar a elaboração de planos objetivando o desenvolvimento sustentável da região a partir da valorização do patrimônio cultural, desenvolver ações com os patrimônios mediante mapeamentos históricos e culturais, de promoção da requalificação urbana e de ações de educação patrimonial, de turismo e de elaboração de material de reflexão mais acadêmica. Estes materiais serão analisados ao longo do terceiro capítulo.

Visto que as políticas públicas de patrimônio se estruturam também como políticas culturais devemos analisar como elas são trabalhadas pelos grupos que estamos estudando.

2.5 O patrimônio e a política cultural: ações e parcerias

Neste item, iremos explorar as relações dos dois grupos com a política cultural partindo das relações estabelecidas com os órgãos públicos e outras entidades da sociedade civil, também analisaremos as formas de financiamento que os grupos tem acesso para realizar seus trabalhos.

A noção da política de patrimônio como uma política cultural é fundamental para compreender a atuação dos grupos aqui estudados. Nesse processo, a relação da política cultural em relação ao patrimônio é importante nesse processo.

Desde que o conceito de patrimônio cultural se estabeleceu no Brasil, substituindo a antiga noção de patrimônio histórico, ela se tornou base para as políticas públicas em geral. Diante disso, foi se organizando o processo de construção de políticas públicas da cultura no país, tendo como base os princípios expostos na constituição de 1988 (Brasil, 1988). Nela, a preservação e a definição do que é o patrimônio nacional está colocada no artigo intitulado Da cultura (art. 216). Segundo Calabre, nos anos 2000 as políticas culturais passaram a ser institucionalizadas em base democráticas e participativas, como veremos mais adiante (Calabre, 2004, p 336). A mesma autora cita Canelini, que afirma:

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (Canelini *apud* Calabre, 2024, p. 336).

A ideia de que os movimentos sociais, como a AAPAH e o Ururay também constroem política cultural é importante para entender suas estratégias e objetivos de atuação, por isso iremos tratar de algumas das formas com as quais estes grupos atuam na cultura e no patrimônio local.

A AAPAH se constituiu como ponto de cultura entre 2015 e 2018, adotando o nome de Ponto de Cultura AAPAH - Memória, Cidadania e Patrimônio, com a concepção de que os três eixos de atuação estariam fundamentados nestes tópicos elencados no título, e os trabalhos buscaram promover a educação para o patrimônio e o levantamento das possibilidades turísticas para a cidade de guarulhos (AAPAH, 2017, p.4).

A partir do ponto de cultura, a missão estava em observar a cidade mobilizando os moradores pela curiosidade sobre sua própria cidade, para conseguir discutir pontos

esquecidos dos territórios e da história local. Para chegar a essas discussões, o grupo acredita que é preciso passar pelos debates mais gerais acerca da realidade brasileira que envolvem questões como o direito à cultura, discriminação racial, causa indígena, direitos e liberdade feminina e o desenvolvimento urbano sustentável.

Sendo assim, pode-se perceber que a ideia de preservação do patrimônio cultural da cidade é o ponto de partida para a construção de uma noção mais ampliada de cultura e cidadania, ancorada nos direitos humanos mais fundamentais e nas discussões relevantes no contexto histórico nacional do século XXI.

Outro objetivo do grupo é rever a historiografia tradicional sobre a cidade de Guarulhos de modo crítico, porém mostrando os potenciais existentes na cidade para além da sua função de cidade dormitório da região metropolitana de São Paulo, com o intuito de também sair da imagem de um lugar de passagem de bandeirantes para a construção de uma memória e uma historiografia que buscam a história do bairros e de seus moradores olhando para suas histórias de vida marcadas por diásporas, desigualdade social e problema urbanos, mas também marcadas por muitas histórias de luta por uma vida melhor (AAPAH, 2017, p.4).

As atividades do ponto de cultura foram possíveis graças a um edital do governo federal que contou com o apoio do município para a abertura do mesmo, através dele foi aberta a primeira sede da AAPAH, mas as atividades foram realizadas em diversos espaços como o Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos. Durante o período do ponto de cultura e graças ao financiamento foi possível a criação de um arquivo de fotos, produção de artigos e fortalecimento da parceria com o arquivo municipal (AAPAH, 2017).

A existência do ponto de cultura tornou possível uma diversidade de atividades realizadas pela associação, como palestras, cursos, passeios e roteiros diversos, também durante esse período foram editadas as duas primeiras edições da revista Maromomi e da Revista patrimônio cultural, que traziam a relação de bens culturais da cidade de Guarulhos e algumas discussões sobre eles.

As atividades do ponto de cultura foram retomadas no início de 2025, por meio do edital da Lei Aldir Blanc, que tornou possível o retorno após o encerramento do edital anterior. O grupo também inaugurou uma nova sede localizada no centro da cidade.⁴³

O Movimento Cultural da Penha, uma das bases de onde surgiu o coletivo Ururay,

⁴³ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/ponto-de-cultura-da-aapah-e-reinaugurado-no-proximo-sabado/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

também faz parte do projeto de cultura e pontinho de cultura. Pode-se considerar o Ururay como uma das pontas de um tripé que envolve patrimônio, cultura e cidadania, dividida entre o Ururay, o Movimento Cultural da Penha e a Comissão do Largo do Rosário, todas interligadas entre si.⁴⁴

Em 2005, o movimento foi reconhecido como ponto de cultura a partir do programa Cultura Viva do município de São Paulo. No primeiro ano do edital, em 2010 tornou-se também pontinho de cultura e, neste último caso, com o projeto que deu origem ao livro *Recado aos nossos ancestrais*. Este livro, bem como também o livro *Territórios de Ururay*, foram publicados mediante o financiamento recebido pelo ponto de cultura do Movimento Cultural da Penha, este último sendo uma obra que trata do trabalho do coletivo Ururay, o que demonstra a importância deste financiamento para as ações dos grupos e a interligação entre as atividades.⁴⁵

Segundo Célio Turino, formulador do Programa Cultura Viva, o ponto de cultura tem por objetivo a construção de uma política pública aplicada a uma gestão compartilhada. Assim, ao invés do governo impor uma programação cultural ou chamar os grupos para dizerem o que pretende que façam, a política pública está aberta ao que os grupos desejam ou precisam realizar. Além disso, a cultura é compreendida não como produto, mas como um processo, no qual o estado reconhece parceiros de cultura da sociedade civil como atores ativos (2010, p.63).

Nesta política ocorre uma inversão de perspectiva pela qual os grupos culturais são abordados pelo governo, pois o Ministério da Cultura define quanto pode oferecer de financiamento e os grupos definem, a partir de suas necessidades, como pretendem aplicar os recursos recebidos. Nesse processo as organizações da sociedade civil ganham força e legitimidade institucional que permite continuar seus trabalhos (2010. p. 64).

Para Calabre o Programa Cultura Viva que organiza os pontos de cultura é inovador:

No foco da ação e na abrangência, tornando-se uma espécie de laboratório de novas experiências, potencializando práticas culturais locais, criando possibilidades de ampliação das atividades. A expressão “ampliação”, aqui utilizada, diz respeito tanto à intensidade da realização das ações culturais quanto à participação do número de envolvidos pelas atividades, chegando até à questão da circulação dos produtos. É importante assinalar que “produto”, aqui, significa o resultado de um trabalho ou atividade ao qual se pode ou não atribuir valor de mercado, monetário. (Calabre, 2019, p.176).

⁴⁴ Disponível em: <https://movimentoculturalpenha.com.br/sobre-nos/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁴⁵ Idem

Ainda segundo ela, os princípios que regem o programa são a autonomia, o protagonismo e o empoderamento, dentro da qual a autonomia diz respeito a capacidade de um projeto cultural de depender cada vez menos de recursos de terceiros, por meio da geração de recursos próprios, levando desta maneira a que o grupo se torna cada vez mais livre para tomar as suas decisões e encaminhar seus projetos, ou seja, fazendo circular seus produtos culturais, gerando renda para o grupo e a comunidade na qual está inserida.

O programa foi elaborado para que as atividades dos grupos sejam livremente geridas com o mínimo de interferência estatal e com total liberdade de uso dos recursos recebidos, por fim, o empoderamento pretendido vem como consequência da valorização e do reconhecimento da importância das atividades promovidas por um grupo.

Esse empoderamento é importante em uma sociedade desigual como a sociedade capitalista, na qual a cidadania está atrelada a capacidade de consumo da população, então, o processo de reconhecimento institucional de determinadas atividades culturais de grupos periféricos ou minoritários é um importante instrumento que pode contribuir para um processo de autoconhecimento e auto valorização destas comunidades (Calabre, 2019, p. 219).

Esse caminho torna possível que os pontos de cultura promovam a independência dos grupos populares de preservação do patrimônio na medida em que busca financiá-los para que possam executar seus projetos conforme seus princípios de atuação, promovendo uma descentralização e uma maior participação da sociedade.

O Programa Cultura Viva foi criado pelo governo federal em 2004, e tem como principais objetivos: “ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros” (Calabre, 2019, p.69), sendo a base do programa os pontos de cultura. A ideia, na construção dos pontos de cultura, é a organização em rede, ou seja, os pontos devem se conectar para ter um alcance maior da cultura nos diferentes territórios.

Segundo Ziviani (*apud* Calabre, 2019), os pontos de cultura permitiram reconhecer os expressivos movimentos culturais existentes no Brasil, que possuem espaços alternativos e mercados locais de culturas com uma dinâmica que não se assemelha ao da grande indústria cultural (2019, p. 69).

Desta maneira, o Programa Cultura Viva se tornou um parceiro institucional fundamental para o fomento dos projetos realizados pelos grupos aqui analisados, no

entanto, outros instrumentos de financiamento também são importantes como outras leis federais surgidas recentemente e também alguns programas municipais de fomento à cultura.

Outro instrumento em nível federal muito importante é a política nacional Aldir Blanc de fomento à cultura, criada em 2022, e que teve início em caráter emergencial em 2020, durante a pandemia de covid 19, tendo como finalidade o atendimento ao setor cultural e o apoio aos profissionais da área.⁴⁶

Tornando-se, logo em seguida, uma política mais estruturada direcionada a editais de fomento a atividades que incluem festas populares, aquisições de bens culturais, construção ou manutenção de espaços culturais, sendo que os editais são organizados pelos estados e municípios. Assim sendo, os critérios podem variar conforme as demandas ou os interesses locais.

Durante a pandemia e depois, a AAPAH contou, para a realização de diversas atividades com os recursos da lei através de edital promovido pela Funcultura da cidade de Guarulhos, entre as atividades realizadas estavam caminhadas virtuais para conhecer a história e o patrimônio da cidade e a pesquisa e divulgação da história do atletismo em Guarulhos, ambos realizados ainda durante a pandemia.⁴⁷

No período pós pandemia, as principais atividades da associação foram financiadas pelos recursos da lei Aldir Blanc, como o curso de patrimônio cultural, o programa lugares e memórias e as pesquisas realizadas para confecção de artigos publicados no site oficial do grupo.

Por seu lado, a Funcultura é o fundo municipal de cultura da cidade de Guarulhos que possui um conselho diretor responsável por selecionar e acompanhar os projetos aprovados para receber os recursos da lei Aldir Blanc direcionados ao município.⁴⁸

Na capital paulista foram criados alguns instrumentos de fomento muito importantes que captam recursos próprios do município para a atividades culturais, entre eles o programa Programa de Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), criado em 2003, tendo como foco ser uma política pública voltada para a juventude de regiões desprovidas de infraestrutura e equipamentos públicos culturais (Do Val, 2015, p. 12).

Segundo Do Val (2015), esse programa foi fundamental para a legitimação, por parte do estado, de uma cultura periférica realizada nas bordas da cidade há pelo menos

⁴⁶ Lei 14.399 de 8 de julho de 2022, institui a política nacional Aldir Blanc de fomento à cultura

⁴⁷ Disponível em: <https://aapah.org.br/projetos/>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

⁴⁸ Disponível em: <https://guarulhoscultural.com.br/conselho-do-funcultura-cria-perfil-em-rede-social/>. Acesso em 03 de novembro de 2025.

trinta anos e que nunca haviam sido valorizadas pelas políticas públicas, pois o programa promove uma territorialização das políticas culturais.

Outra legislação importante na cidade de São Paulo é a lei de fomento à cultura da periferia criada em 2016, a partir da articulação de movimentos sociais e culturais da periferia, essa articulação se inicia em 2013 com a construção do Fórum de Cultura da Zona Leste, organização de coletivos artísticos e militantes culturais da periferia desta região da cidade. Estes grupos que fazem parte do fórum:

Desenvolvem ações culturais na região e lutam por políticas públicas de cultura que atendam, efetivamente, às demandas da produção artístico-cultural plural e diversa presente nas periferias da cidade, garantindo o reconhecimento, valorização, fomento e potencialização destas ações, assim como o direito aos meios de produção, fruição e acesso. (SESC-SP, 2020, p.1)

A lei prevê o financiamento de projetos e ações culturais de coletivos artísticos em distritos com altos índices de vulnerabilidade social, especialmente nas regiões periféricas da cidade (São Paulo, 2016, art.1º), o coletivo Ururay participou dos editais devido a sua atuação em territórios incluídos na lei, como por exemplo o bairro de Itaquera onde foi realizado o festival tombamento em 2018.

Para além das instituições de fomento, os grupos analisados também articulam e participam ativamente dos conselhos municipais de cultura, instituições locais fundamentais para a construção de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, esta participação está ligada a uma abrangente formulação de políticas públicas de cultura criadas no âmbito federal a partir de 2002.

Esses conselhos tiveram início com a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), em 2003, que tem como objetivo estruturar e organizar a gestão cultural no Brasil, a partir da construção de um pacto entre o governo federal, estaduais e municipais, e busca transformar a política cultural em política de Estado para além de política de governos.

A criação do SNC também previa a organização da Conferência Nacional de Cultura realizada em 2005, nela foi firmado um compromisso pelas prefeituras participantes do evento em criar conselhos municipais de culturas, sendo esse compromisso um dos requisitos necessários para a adesão ao SNC e acesso a verbas do programa.

A institucionalização deste projeto veio com a lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010 que aprovou o Plano Nacional de Cultura e com a emenda constitucional de 2012 que formalizou o Sistema Nacional de Cultura. Entre os objetivos do plano nacional está

a promoção e proteção do patrimônio histórico e artístico, material e imaterial (2010, art.2º), atribuição que compete ao poder público através de ações diretas, financiamento, parcerias e cooperação com outros entes públicos, privados e com a sociedade civil.

Os conselhos municipais de cultura são os responsáveis por organizar e realizar as conferências municipais de cultura, que por sua vez têm como objetivo estabelecer as diretrizes da política pública que será executada pelo conselho, sendo esta diretriz o plano municipal de cultura.

O Conselho Municipal de Política Cultural de Guarulhos foi criado pela lei 6541 de 20 de julho de 2009, no mesmo período em que o conselho municipal do patrimônio, ele conta com nove representantes do poder público e nove representantes da sociedade civil divididos por áreas de atuação, (artes visuais e artesanato, patrimônio histórico, livro e literatura, audiovisual, hip-hop, música, artes cênicas, cultura popular tradicional e instituições culturais não-governamentais), entre as instituições governamentais com cadeiras no conselho está o representante do conselho de patrimônio histórico do município (Guarulhos, art 3º, 2016).

Além da atuação dentro do conselho do patrimônio municipal, a AAPAH atua também no conselho de cultura e no conselho municipal de turismo, tendo mantido esse tripé de atuação desde pelo menos 2016.

O mesmo decreto de 2009 (art. 3º), convocava a primeira Conferência Municipal de Cultura, onde seriam eleitos os representantes da sociedade civil que iriam ocupar as cadeiras no conselho, esta conferência deveria ser realizada a cada dois anos (art. 6º), mas houve uma alteração em 2016 que não prevê mais um período obrigatório para sua realização.

Foram realizadas cinco conferências municipais entre 2009 e 2017, no entanto o Plano Municipal de Cultura do município foi criado apenas em 2020 (Guarulhos, 2020), a partir de uma comissão específica, criada para sistematizar as demandas levantadas em todas as conferências realizadas, que elaborou uma minuta do plano, esta minuta foi levada à consulta popular através de fóruns de cultura criados especificamente para este propósito, realizados em 2017, a seguir o plano seguiu para aprovação do conselho municipal de cultura.

O plano aprovado tem validade de dez anos e possui três eixos temáticos. Aqui nos interessa o quarto eixo denominado patrimônio material, imaterial e da memória, este eixo possui quatro metas que são:

Proteção e salvaguarda do patrimônio histórico, preservação dos bens e paisagens culturais, monumentos e obras artísticas e áreas de potencial arqueológico com instrumentos de reconhecimento e proteção diversificados e implantados em sua plenitude;
 Valorização da educação patrimonial para produção e difusão de conhecimento acerca dos bens culturais reconhecidos como patrimônio;
 Fortalecimento dos espaços museológicos para gestão e difusão dos acervos e bens culturais;
 Formulação e implantação de uma política integrada de gestão e difusão de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, respeitando suas especificidades. (Guarulhos, 2020, p.45).

Percebemos assim que a preservação do patrimônio cultural está presente pelo menos na legislação que organiza as políticas culturais do município, sendo, portanto, inseparável de outras questões como promoção da cidadania e desenvolvimento urbano sustentável. Sendo ela fruto da atuação dos movimentos organizados, com destaque para a AAPAH, em defesa do patrimônio e memória local de luta pela consolidação da política patrimonial como política pública de fato.

Às vésperas da realização da 8ª Conferência Municipal de Cultura de Guarulhos, em 2023, os dois conselheiros da área do patrimônio cultural foram entrevistados e apresentaram um diagnóstico do panorama da política patrimonial na cidade e o que esperavam da próxima conferência. Peterson Paulino (membro da AAPAH) comentou sobre a aplicação do Plano Municipal de Cultura afirmando que, em relação às metas propostas para o patrimônio cultural existem enormes desafios que passam pela falta de salvaguarda dos bens culturais e pela ausência de inventários que contribuíram para a preservação desses bens.⁴⁹

Em relação à educação patrimonial existem inúmeros problemas ligados à falta de engajamento do poder público em atividades de educação ligadas ao patrimônio da cidade. Além disso, nenhuma das propostas previstas no plano para serem realizadas até 2022 foram integralmente cumpridas, nem ao menos aquelas consideradas prioritárias.

Em relação à próxima conferência municipal, Peterson ressalta a importância da participação ativa dos fazedores de cultura da cidade na conferência, pois ele considera que apenas desta forma mais questões relativas ao patrimônio cultural seriam colocadas em pauta, e ressalta:

Vale lembrar que o Conselho de Políticas Culturais é um espaço de luta que deve ser ocupado pelos diferentes segmentos da cultura, e no campo do patrimônio cultural segue como um espaço necessário e fundamental

⁴⁹ Disponível em: <https://guarulhoscultural.com.br/especial-viii-conferencia-municipal-de-cultura-a-resistencia-do-patrimonio-cultural-da-cidade/>. Acesso em 06 de novembro de 2025.

desta luta pelo direito à história, à memória e ao patrimônio cultural. (Guarulhos Cultural, 2023, s.p.)

A 9ª Conferência Municipal de Cultura também foi cercada de problemas, tendo sido marcada inicialmente para outubro de 2025, acabou adiada sendo realizada em abril de 2026. Isto ocorreu devido a dificuldades existentes na relação entre o conselho municipal de políticas culturais e a secretaria de cultura do município, especialmente no que diz respeito à elaboração e aprovação do regimento interno da conferência. Revelando desta maneira as disputas entre as autoridades municipais e os membros da sociedade civil dedicados a área da cultura.⁵⁰

Durante a conferência realizada os debates dedicados à temática do patrimônio cultural tiveram a participação ativa da AAPAH que procurou discutir temas considerados fundamentais na defesa do patrimônio local. Entre os temas abordados se destacaram o restauro de bens edificados tombados para que possam ser utilizados, um plano de salvaguarda dos bens imateriais e principalmente a criação de um Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) vinculado à estrutura das Secretaria de Cultura e Turismo. Sendo este último considerado fundamental para os membros da AAPAH⁵¹

Em São Paulo, o conselho municipal de cultura foi criado por sua vez em 1975, no contexto de descentralização da política cultural promovida durante a ditadura militar, e a nova organização do conselho conforme as políticas do SNC se iniciou com o decreto de 2009, que conferiu uma nova normatização ao conselho (São Paulo, 2009).

Nesta configuração, três cadeiras foram concedidas a representantes da USP que deveriam pertencer a algumas áreas temáticas definidas no decreto, sendo uma delas a área do patrimônio histórico e acervos, mas não obrigatoriamente; uma cadeira seria ocupada pelo diretor do DPH, finalmente o decreto prevê a existência de delegados da sociedade civil representando as câmaras setoriais, sendo um desses setores o de patrimônio arquitetônico, o que garante pelo menos um representante da área do patrimônio, seja de ativistas ou de acadêmicos dedicados ao tema (São Paulo, 2009, art. 4º).

O Plano de Cultura de São Paulo foi instituído em 2016, sendo também fruto de discussões com a sociedade civil a partir de consultas públicas e reuniões com organizações e movimentos, ele tem validade de dez anos, mas pode ser revisado pelo

⁵⁰ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/conferencia-municipal-de-cultura-e-adiada/>. Acesso em 08 de maio de 2026

⁵¹ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/aapah-marca-presenca-na-9-conferencia-municipal-de-cultura/>. Acesso em 08 de maio de 2026

conselho após quatro anos se for preciso. Entre os princípios estabelecidos no preâmbulo do plano estão presentes os valores ligados à cidadania cultural (conceito criado na gestão Erundina), a territorialidade e o direito à cidade (São Paulo, 2016, p. 48).

O plano está dividido em cinco eixos, sendo o terceiro dedicado ao patrimônio cultural e à memória, ele está dividido em quatro metas que são: preservação do patrimônio, educação patrimonial, museus e memória e gestão de acervos.

Sobre a meta que diz respeito à preservação do patrimônio, o documento afirma a necessidade de “abarcando a descentralização e a distribuição das ações por todos os territórios da cidade, priorizando aqueles que ainda não estão suficientemente representados no conjunto do patrimônio reconhecido” (São Paulo, 2016, p. 108).

Embora o conselho de cultura tivesse passado por uma reorganização ainda em 2009, em 2015 foi proposto um projeto de lei que buscava uma melhor representação da sociedade dentro do conselho, este projeto buscava “democratizar a discussão e o acesso às políticas públicas promovidas pelo plano municipal de cultura, por meio do debate transparente e participação direta da sociedade”⁵². Este projeto deveria ter sido apreciado durante as discussões para a confecção do plano de cultura em 2016, no entanto, esta questão ficou pendente e levou a diversos questionamentos por parte dos movimentos culturais, entre eles aqueles ligados à preservação do patrimônio.

No projeto de lei foi proposto que o conselho geral tivesse 55 membros no total, entre titulares e suplentes, e a repartição da sociedade civil se faria através da presença de representantes setoriais e representantes regionais, quanto aos primeiros haveria um representante setorial do patrimônio material e imaterial, abrangendo arquitetura, arqueologia, museus, moda, memória e arquivos (São Paulo, 2015, p. 2).

A partir de 2019 foram realizadas audiências públicas na câmara municipal, visando debater a distribuição de vagas entre os membros da sociedade civil, foram abertas consultas públicas a respeito da composição do conselho, debates e ações foram promovidas pelos próprios movimentos e ativistas culturais em busca de espaço.

Em 2020, durante a pandemia de covid-19, teve início uma articulação entre os diversos movimentos ligados ao patrimônio cultural da cidade de São Paulo, entre os articuladores dessa organização estava o coletivo Ururay. Um dos objetivos dos coletivos era constituir e consolidar uma cadeira na formação da política municipal de cultura na qual queria pleitear espaço para a construção de uma política setorial de patrimônio

⁵² Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/blog/composicao-do-conselho-municipal-de-politica-cultural-e-discutida-em-audiencia/>. Acesso em 06 de novembro de 2025.

(Ferreira, 2022, p. 167).

Para isso, os grupos buscaram organizar um observatório do patrimônio formado por coletivos que tivessem prioritariamente uma atuação “prática” no que diz respeito à preservação, para que ele não fosse ocupado apenas por pesquisadores, acadêmicos e profissionais dedicados ao tema. Nesse contexto, buscava-se articular os ativistas que atuavam diretamente nos territórios (2022, p.167).

Em 2021, as reuniões realizadas virtualmente pelo observatório contavam com uma grande participação de coletivos dedicados ao patrimônio, entre eles estavam a Associação Cultural Vila Maria Zélia, caminhando pela paulista, CPDOC Guaianás, Da Mata, Fórum Verde/Muda Penha, Coletivo Ururay/Movimento Cultural da Penha/Comunidade do Rosário, Rede Patrimônio Cultural Paulista, REPEP, Memória e Resistência, Memorial dos Aflitos/Instituto Tebas de Educação e Cultura, Memorial Penha de Franca e Passeando pelas Ruas (Ferreira, 2022, p. 170).

Neste período, foi decidida a organização de uma conferência livre popular que seria realizada a partir da rede Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo (MCCSP), articulação surgida em 2015 e que agregava grande parte das linguagens culturais existentes na cidade naquele momento. O objetivo era pautar uma nova conferência municipal de cultura que não seria organizada pelo poder público, mas pela sociedade civil organizada, visto que a prefeitura não tinha interesse em fazê-lo.

Os membros do observatório então decidiram que seria necessária a organização de uma pré-conferência setorial de patrimônio cultural e memória, a qual passou a ser organizada sob a coordenação especialmente do coletivo Ururay (Ferreira, 2022, p.172).

A pré-conferência livre popular do patrimônio cultural e memória foi realizada virtualmente no dia 08 de maio de 2021, importante ressaltar que nesse evento foram discutidos tanto o plano municipal de cultura quanto o plano diretor da cidade de São Paulo que estava para ser revisado naquele momento, portanto as propostas apresentadas diziam respeito a essas duas áreas de atuação nas políticas públicas municipais.⁵³

Na pré-conferência foram discutidas as quatro metas existentes no plano de cultura de 2016, apresentados apontamentos e críticas em relação ao que foi estabelecido naquele documento, um dos debates primordiais ocorrido no evento foi em relação à gestão e distribuição do financiamento público, principal motivo de embates entre os movimentos e o poder público.

O relatório da pré-conferência traz a proposta de um CONPRESP mais paritário

⁵³ Disponível em: <https://www.mccsp.art/preconferencias>. Acesso em 06 de novembro de 2025.

entre sociedade civil e o poder público, a implementação dos territórios de cultura e da paisagem prevista no plano diretor, a criação de instâncias formais de participação na seleção dos bens culturais e no conselho deliberativo entre outros.

A primeira conferência livre popular dos movimentos culturais de São Paulo aconteceu virtualmente entre maio e agosto de 2021, nela foram apresentados os relatórios das pré-conferências realizadas e discutidas suas propostas, ao final do evento foi publicado um extenso relatório sobre as propostas aprovadas. No geral, as propostas relativas às políticas de patrimônio cultural são as mesmas apresentadas na pré-conferência setorial.⁵⁴

Em 2023 foi realizada a quarta Conferência Municipal de Cultura, dessa vez organizada pela prefeitura, antes da conferência geral foram realizadas conferências livres municipais de cultura naquele mesmo ano, dos quais os documentos resultantes foram encaminhados juntamente com os documentos finais da primeira conferência livre popular de 2021.⁵⁵

O terceiro eixo da conferência teve como tema identidade, patrimônio e memória. Entre as propostas aprovadas, destacamos duas que dizem respeito a nossa pesquisa:

Criação de uma lei municipal que garanta recursos humanos e financeiros para centros de memória e subprefeituras. Registro de bens imateriais e monitoramento dos termos de salvaguarda com participação da sociedade civil de grupos envolvidos em práticas culturais tradicionais.

Mapeamento de espaços em desuso, transformando-os em patrimônio material para uso dos munícipes e dos fazedores de cultura. Transformação em centros de referências de arte, considerando as cinco regiões que compõem a cidade. (https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/participacao_social/conferencias/13871)

Não conseguimos analisar a extensão da participação dos movimentos culturais dentro da conferência, mas podemos perceber a busca por parte dos ativistas e coletivos de apoio para suas atividades através de financiamento público e também do incentivo para a abertura de novos espaços de produção cultural.

No próximo tópico trataremos de uma questão fundamental para estes

⁵⁴ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eYnCqgepeG723G0anD8n7hFOfC-zcp5C/view>. Acesso em 06 de novembro de 2025

⁵⁵ Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Regimento\(1\)\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Regimento(1)(1).pdf). Acesso em 06 de novembro de 2025.

movimentos sociais, o patrimônio cultural encarado como recurso sob diferentes perspectivas.

2.6 Formas de atuação dos movimentos sociais: o patrimônio como recurso

Trabalharemos neste tópico com a ideia do patrimônio como recurso, trazida por autores como Meneses (2006), Arantes (1999, 2006) e Yázigi (2012), que apresentam algumas interpretações cuja compreensão é importante. Melo Filho (2019), apresenta o entendimento de que o patrimônio quando é objeto de disputa por parte de movimentos sociais apresenta novas possibilidades de atribuição de valores nos quais ele é pensado como uma maneira de alcançar demandas sociais e econômicas, definindo-se assim como um recurso político utilizado por grupos que estão se insurgindo contra os interesses hegemônicos.

Desse modo, o patrimônio pensado como recurso funciona como um instrumento que possibilita a luta contra interesses do mercado imobiliário, como a alteração das características físicas e sociais de uma comunidade, a destruição de uma área verde ou de lazer da população, além de contribuir para a construção de outras narrativas sobre a cidade.

Segundo o autor, essa utilização do patrimônio se tornou possível a partir da mudança de perspectiva na política pública de preservação, na qual o Estado deixou de ser o único agente atuante no processo de patrimonialização de bens culturais, pois a ampliação da participação popular a partir dos anos 1980 contribuiu para que diferentes grupos se organizassem e incluíssem a preservação do patrimônio como parte de suas pautas políticas e sociais

Entre os exemplos analisados está o próprio o coletivo Ururay, segundo ele o grupo utiliza o patrimônio como recurso para estabelecer outras memórias para a zona leste da capital, contestando a ausência de políticas públicas para a região. Embora seja a região como a menor quantidade de patrimônios oficialmente tombados na cidade de São Paulo, o grupo não pleiteia necessariamente o tombamento de todos os patrimônios, mas a valorização deles dentro do contexto urbano e social das localidades onde estão inseridos (Melo Filho, 2019, p. 9).

Entre as principais estratégias de contestação do grupo estão a realização de oficinas e atividades culturais, como por exemplo o festival tombamento, que o grupo utiliza como recurso de contestação das políticas de Estado e não apenas aquelas ligadas ao patrimônio. Também se mobilizando por meio de financiamento público e de editais

para conseguir os recursos que não chegam pelas vias institucionais. Por fim, entende-se que “A patrimonialização não é o fim para obter a preservação das formas, mas o meio para a construção de novas memórias” (Melo Filho, 2019, p.10).

Esta visão busca confrontar aquilo que Meneses (2006) chama de recursos culturais que funcionam como uma estratégia para arquitetar o consenso entre os habitantes, quando os interesses financeiros buscam desta forma harmonizar as relações sociais de uma cidade. Isto é feito a partir do tripé história, cultura e capital na qual “os autores se preocupam com a história porque, localizada na paisagem, ela confere densidade à cultura e assim facilita à “venda dos lugares” (2006, p.53). Conforme Meneses aponta, este modelo representa o fim da cidadania e o anacronismo da atividade política dentro do campo do patrimônio cultural, por sua vez esse projeto pode ser visto como parte do processo de gentrificação urbana.

Arantes (1999, 2006), em alguns de seus textos, também trata sobre a questão do patrimônio enquanto recurso material e simbólico, esta dualidade, segundo ele, decorre da inflexão política ocorrida nas últimas décadas, a partir da qual ele passou a ser “reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado” (2006, p.429).

Ocorreu também uma revalorização por parte dos agentes econômicos da diversidade cultural, assim como também das camadas históricas presentes no espaço urbano, por isso as diversas iniciativas de apropriação, reinterpretação, reabilitação e reinvenção das tradições podem ser vistas na atuação dos diversos agentes sociais envolvidos, contribuindo para um novo olhar sobre o patrimônio urbano.

Esse processo é atravessado por conflitos desencadeados pela divergência de interesses entre os atores sociais envolvidos, pois de um lado existem as possibilidades de exploração do seu valor de troca pelo mercado, e por outro lado existem as possibilidades ligadas ao seu valor de usos como instrumentos de apropriação e como recurso simbólico.

Ele alerta que a inserção do patrimônio no mercado reforça o que ele chama de sentido alegórico do patrimônio em detrimento dos valores simbólicos que estão associados ao lugar e à comunidade onde ele está inserido, para evitar isso é necessária uma territorialização dos bens patrimoniais pelos agentes sociais locais (Arantes, 2006).

Também deve-se considerar o patrimônio como recurso de maneira mais ampla, pois ele pode ser apropriado como instrumento para o fortalecimento de uma cultura

pública, podendo ser muito útil para o desenvolvimento sustentável, para as festas, para a civilidade e também para os negócios.

Arantes pensa em uma noção de sustentabilidade para a política patrimonial, a qual implica na responsabilidade social dos agentes envolvidos, tanto os indivíduos quanto as instituições, integrando-se as principais questões urbanas, levando a uma integração entre a conservação e o planejamento urbano.

Yázigi (2012), também trata das relações entre a sustentabilidade e o patrimônio ambiental urbano tratando-o como um recurso, ele pensa no sucesso do processo de patrimonialização como indissociável do desenvolvimento urbano com destaque para as regiões periféricas e populares. Construído a partir do incentivo aos pequenos comerciantes e produtores locais de uma região, do incentivo às atividades econômicas que acabam gerando renda entre quem mais necessita, assim como o estímulo ao surgimento de associações e cooperativas que, por exemplo, contribuem para dar sustentabilidade ao patrimônio, pois ele afirma que a exclusão social contribui para a não preservação do patrimônio e para a não valorização pela população.

A ideia de patrimônio como recurso está presente, como acabamos de ver, nos trabalhos dos principais pesquisadores ligados ao conceito de patrimônio ambiental urbano, a partir disso podemos perceber a preocupação destes autores com uma noção ampliada de patrimônio que englobe os diversos problemas presentes na sociedade. Assim também as diferentes nuances em relação ao patrimônio como recurso, seja no âmbito político, social e econômico, são trabalhadas de diferentes formas por ambos os grupos desta pesquisa.

Desta maneira, iremos explorar um pouco das atividades realizadas com o fim de contribuir para a valorização e a conscientização da população sobre a importância do patrimônio dessas regiões. Atividades diversas como a realização de palestras, cursos e debates, oficinas e exposições, além de outras atividades realizadas pelos grupos como a produção de podcasts e lives. E, enfim, o apoio e divulgação dos atores culturais no território e a valorização da cultura como ofício.

Entre os projetos realizados pelo coletivo Ururay, vamos elencar alguns mais relevantes para tratar neste item. O primeiro deles foi o “Territórios de Ururay”, que teve início em 2016, ele levou à confecção de um livro, à produção de um minidocumentário e à realização de uma exposição.⁵⁶

⁵⁶ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/projeto-territorios-de-ururay.html>. Acesso em 07 de novembro de 2025

O projeto teve início a partir de uma ampla pesquisa realizada pelo coletivo sobre bens culturais presentes em alguns territórios da zona leste, buscava-se, nesta pesquisa, investigar o bem cultural em seu contexto histórico e urbano atual, e de que forma dialogavam com a comunidade do seu entorno. Diante dessas preocupações no processo da pesquisa, o grupo viu a necessidade de se articular com os grupos atuantes naqueles territórios onde estavam os bens culturais.

A necessidade de divulgação deste trabalho, como forma de sensibilização da população em relação à proteção ao patrimônio e as questões relacionadas a ele, também é parte importante do projeto. Por isso, em outubro de 2016 o grupo promoveu quatro roteiros históricos de caminhadas, um em cada fim de semana, nos quais percorreram os territórios das subprefeituras pesquisadas pelo grupo naquele trabalho.⁵⁷

O livro de mesmo nome apresenta o resultado das pesquisas realizadas e algumas reflexões críticas, e foi realizado um seminário para o lançamento do livro e do minidocumentário, que ocorreu no Centro Cultural da Penha em novembro de 2016.⁵⁸

Ele contou com a exibição do minidocumentário e com uma palestra apresentada pela professora Manoela Rufinoni, da UNIFESP Guarulhos, chamada “O direito à cidade e o direito ao patrimônio urbano: diálogos necessários entre as políticas de preservação e os atores sociais locais”, que ressalta a preocupação do grupo com as questões em torno da problemática da preservação patrimonial.⁵⁹

Ainda como parte deste projeto, aconteceu em 2016 a exposição “Existências/resistências, patrimônio cultural na zona leste de São Paulo”, exibida também no Centro Cultural da Penha, segundo a definição do grupo o objetivo era abordar a “relação entre os diversos atores sociais com seus bens patrimoniais tombados para além do preservacionismo e discutindo memória, pertencimento e o direito à cidade”.⁶⁰

Também ocorreu a exposição “Sesmaria de passarinhos: bens culturais da zona leste de São Paulo” que foi exibida no Centro de Preservação Cultural da USP Casa de Dona Yayá (CPC-USP), localizada no bairro da Bela Vista em 2017 (Duarte *et al*, 2017, p.198), sendo ela também uma decorrência do projeto anterior, pois contava com uma série de fotografias realizadas durante as caminhadas e pesquisas do projeto anterior, além

⁵⁷ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/10/em-outubro-ururay-organiza-saidas.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁵⁸ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/11/livro-traz-pesquisa-sobre-13.html>. Acesso em 07 de novembro de 2025

⁵⁹ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/11/exposicao-sobre-patrimonios-culturais.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁶⁰ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/11/exposicao-sobre-patrimonios-culturais.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

de incluir mapas históricos e atuais, localizando os bens culturais visitados e contextualizando-os.

Durante o lançamento da exposição houve a reexibição do documentário *Territórios de Ururay* e a realização de uma mesa onde foram debatidos os:

Diversos modos de se encarar a questão do patrimônio e da memória em territórios de dinâmica destoante das centralidades contemporâneas; focando na zona leste, as falas apontaram à urgência de se pensar ações e projetos culturais que considerem as diversas possibilidades de leitura do patrimônio cultural. (Duarte *et al*, 2017, p.196).

O projeto da realização da exposição foi fruto de uma parceria entre o CPC-USP e o coletivo que buscava proporcionar a realização de exposições fora dos espaços tradicionais já conhecidos, além da zona leste ser uma região que quase não se vê presente nos equipamentos culturais da cidade de São Paulo. Portanto, a exposição procurou reconhecer a presença de outros sujeitos sociais como os indígenas e os afrodescendentes, além de migrantes nacionais e imigrantes internacionais, dando visibilidade para as práticas culturais dessas pessoas.

Durante o período da exposição, foram realizados três roteiros entre setembro e novembro de 2017, o primeiro roteiro percorreu o bairro da Penha, o segundo São Miguel Paulista e o terceiro Itaquera, como forma de aproximar os visitantes da exposição da realidade dos patrimônios apresentados (2017, p.200).

Outro projeto importante realizado se chama “heranças periféricas” e foi viabilizado por meio do financiamento da Lei de Fomento à Periferia, entre os anos de 2018 e 2019, e contou com diversas atividades. Ele pode ser definido como uma “proposta que contempla uma série de ações que partem do patrimônio cultural da região leste de São Paulo para discutir a cidade e suas tensões, qualidade de vida e a construção de pertencimento e vínculo social”.⁶¹

O festival tombamento foi realizado em três ocasiões, em Itaquera e São Miguel Paulista em 2018 e na Penha em 2019. A ideia deste festival está ligada à participação popular a partir de oficinas, cursos, entre outras atividades, além da mobilização de grupos locais da região escolhida. O festival deve servir como “chave para a construção de identidade entre as pessoas e o ambiente construído, relacionando o patrimônio imaterial e as narrativas presentes nos territórios”.⁶²

⁶¹ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/pagina-inicial-reflexoes-historico.html>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁶² Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/10/festival-tombamento-sao->

O festival realizado em Itaquera ocorreu em setembro, tendo como base a Casa de Cultura Raul Seixas. Ele contou com oficina de taipa, teatro, venda de comidas feitas com produtos orgânicos a preços acessíveis, uma exposição comemorativa dos 29 anos da casa de cultura e um percurso pela história de Itaquera.⁶³

O festival de São Miguel Paulista foi realizado em novembro, tendo como base a capela de São Miguel, e contou com uma intervenção artística dentro capela, uma palestra intitulada “A Capela de São Miguel Paulista como expressão da arte brasileira”, apresentação musical, o retorno da venda de comidas a preços acessíveis em conjunto com a venda de produtos de comunidades indígenas e de grupos ligados à comida orgânicas e artesanais, também foi realizado um roteiro histórico por São Miguel.

Por fim, o festival da Penha foi realizado em agosto do ano seguinte, e teve como base o Largo do Rosário da Penha. Este foi um pouco diferente dos anteriores pois contou com a realização de uma feira afro e outra feira dos povos andinos, uma roda de conversa sobre a igreja do Rosário localizada no largo e finalmente a realização de um cortejo que percorreu as ruas do centro histórico da Penha, tendo como participantes um grupo de folia de reis, um de Moçambique, uma Saya Afroboliviana, o cordão carnavalesco da Dona Micaela, o cordão folclórico de Itaquera e o jongo dos Guaianás.⁶⁴

Outras atividades dentro deste projeto dizem respeito à formação comunitária; como a oficina de “design, arte e patrimônio”, que teve como público-alvo artesãos locais e em seus encontros trouxe um pouco da história da zona leste e convidou os participantes a pensar na relação entre design e a história local.⁶⁵

Outras oficinas realizadas foram as oficinas do patrimônio cultural realizadas com alunos de uma escola da Penha e outra em Itaquera, o objetivo era difundir entre os alunos a importância do patrimônio na zona leste de São Paulo, elas incluíram saídas à rua para a relação de fotografias dos bens patrimoniais.⁶⁶

Também houve uma oficina livre de projeto arquitetônico para o Memorial Penha de França, nela foram reunidos estudantes e profissionais para a realização de um exercício de estudos a partir de proposição de intervenções sobre o espaço físico do

[miguel.html](#). Acesso em 10 de novembro de 2025

⁶³ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/09/festival-tombamento-itaquera.html>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁶⁴ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2019/08/festival-tombamento-penha.html>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁶⁵ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/06/oficina-de-design-arte-e-patrimonio.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁶⁶ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/05/oficinas-de-patrimonio-cultural.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

memorial que estava para ser reformado a fim de garantir que ele estivesse adequado para o uso pelo público.⁶⁷

Entre essas atividades de formação comunitária, destaca-se a “colina criativa, painel sobre economia criativa e colaborativa e o patrimônio cultural”, realizada em 2019 no Centro Cultural da Penha. O evento foi formado por uma série de debates que tinham como objetivo potencializar ações de carácter cultural, ambiental, social e econômico, buscando inserir economicamente a zona leste no mapa cultural da cidade, tendo como premissa:

identificar potenciais que ajudem a melhorar significativamente o uso dos espaços públicos e privados inseridos nesse território, na área tombada e envoltória ao tombamento, com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, baseada, entre outros aspectos, na economia criativa e colaborativa. (Ururay, 2019, s.p.)

O evento estava dividido em três painéis, sendo um dedicado à economia criativa e ao empreendedorismo na Penha, outro ao patrimônio cultural e às dinâmicas comunitárias e o último à construção de um bairro sustentável através do convívio social, saúde e educação.

Mais recentemente, o coletivo realizou atividades com diversos parceiros, ressaltamos algumas dessas parcerias. Em 2022 o coletivo fez parte da exposição “um século de agora” exibida no espaço Itaú Cultural que apresentou trabalhos de artistas e coletivos refletindo a produção cultural em diferentes territórios no Brasil.⁶⁸ O grupo também realizou a organização do acervo pessoal e da exposição chamada “Sua Majestade: Henricão!”, sobre Henrique Felipe da Costa, personalidade negra ligada ao samba.⁶⁹

Neste mesmo ano o grupo colaborou realizando pesquisas e um inventário sobre a trajetória da companhia de reis Estrela do Oriente da Vila Nhocuné, tendo como resultado um material informativo e a gravação de um CD, em 2024, esta pesquisa se transformou na exposição chamada “A estrela e a máscara”.⁷⁰

⁶⁷ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/05/projeto-arquitetonico-para-o-memorial.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁶⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2368161630011678&set=a.2092321014262409>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2380563142104860&set=a.2092321014262409>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁷⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/UrurayPatrimonio/posts/hoje-tivemos-a-abertura-da-exposi%C3%A7%C3%A3o-a-estrela-e-a-m%C3%A1scara-no-centro-cultural-da/705917618331019/>.

A partir de 2024 o grupo participa do Festival Arquivo Aberto promovido pelo Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, ele busca explorar os documentos existentes ali a fim de discutir a memória da cidade a partir do diálogo com diferentes agentes sociais, naquele ano participaram do “laboratório sobre experiências de coletivos de memória e acervos comunitários” juntamente com outros grupos. Em 2025 participaram com uma instalação sobre os bonecos do cordão de Dona Micaela, além de realizarem uma roda de conversa sobre o cordão.⁷¹

Em 2025 o coletivo fez parte de um outro projeto em parceria com o arquivo histórico chamado “Contracartografias”. Trata-se de uma iniciativa da UNIFESP/SP que conta também com a participação de outros coletivos de cultura e memória. Ele tem como objetivo a produção de um mapeamento comunitário da história da cidade de São Paulo, com foco no período entre 1870 e 1940. Sua metodologia se baseia no cruzamento de documentos oficiais existentes no arquivo municipal com acervos pessoais e a história oral preservada pelos coletivos a partir de uma perspectiva contra-hegemônica.⁷²

Em um primeiro momento o projeto se debruçou sobre os bairros do Bom Retiro e da Penha, o que acabou por incluir o Ururay neste projeto. Entre as atividades planejadas estão a realização de roteiros mediados conduzidos pelos próprios coletivos de memória dos territórios, buscando apresentar o patrimônio local a partir das vivências dos moradores.

O primeiro período em Guarulhos como “Ponto de Cultura AAPAH - Memória, Cidadania e Patrimônio “foi entre 2013 e 2018, com o financiamento foi possível para o grupo estabelecer uma sede em um espaço físico no qual realizou parte de suas atividades, dado que o grupo também estabeleceu algumas parcerias neste período. Houve, entretanto, algumas mudanças da sede que dificultaram a fixação do grupo no território, aspecto importante em sua atuação, apesar disso o grupo considera que, “o nosso último local no Bom Clima se torna também um espaço de formação” (2024, p.7) Mantivemos também o cuidado com a realização de pesquisas e a atuação política no âmbito do ativismo cultural” (2024, p.7).

A parceria entre a AAPAH e o Arquivo Histórico Municipal de Guarulhos foi fortalecida durante este período, sendo que a maioria dos eventos do grupo foi realizada no espaço do arquivo.

Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁷¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1113322157590561&set=a.514021100854006>. Acesso em 10 de novembro de 2025

⁷² Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/arquivo_historico/contracartografias. Acesso em 08 de maio de 2026

Entre os programas desenvolvidos durante o período do ponto de cultura estão o Memória Viva, entrevistas com pesquisadores, rodas de histórias sobre o futebol local, também houve a criação de um acervo de fotos e vídeos. As caminhadas urbanas existem desde o início do grupo e continuam presentes neste momento (2024, p.8).

Outro enfoque importante da atuação do grupo está na realização de cursos, palestras e oficinas como parte importante do trabalho, a partir deles:

Foram discutidas as identidades, as possibilidades de preservação do patrimônio cultural e mecanismos para observar as iniciativas do poder público. Os especialistas ao lado da sociedade fizeram contextualizações dos marcos arquitetônico, geográfico, histórico e turístico (AAPAH, 2017, p.4).

Essas atividades foram muito relevantes como forma de disseminar a valorização do patrimônio e da história local entre a população. Deste modo, vale citar alguns dos temas tratados pelo grupo a fim de compreender o alcance do projeto. Foram realizados os cursos: identidades guarulhenses: representações na historiografia local; aprendendo a conhecer o patrimônio cultural; diáspora africana: cultura identidade e sociedade; minicurso sobre história oral. E a série Diálogos na cidade - o caos como ordem: expressão do mal-estar na civilização; Guarulhos, questões urbanas e perspectivas; narrativas sobre cidade e o espaço urbano (2017, pp. 43-45).

Foram realizadas oficinas que tratavam sobre elaboração de projetos culturais, sobre o samba de bumbo, sobre a taipa de pilão e taipa de mão, sobre ritual e artesanato indígena, sobre a elaboração de roteiros turístico-históricos, conservação de documento em suporte de papel e conservação de fotografias. Também houve a realização periódica dos Seminários AAPAH realizados ao final de cada ano (2017, pp.43-45).

O encerramento das atividades do ponto de cultura levou a uma certa instabilidade na organização da associação, durante cerca de um ano e meio foram realizadas apenas a tradicional caminhada anual do dia do aniversário da cidade. A falta de financiamento também coincidiu com um período onde houve uma limitação dos editais na área da cultura nos governos federal, estadual e municipal (2024, p.8).

A chegada, logo em seguida, da pandemia de COVID fez com que o grupo repensasse sua atuação para se adequar àquele momento e não paralisar suas atividades, de modo que foram realizadas lives para discutir temas ligados ao patrimônio e a questões do momento, como por exemplo o incêndio da estátua do bandeirante Borba Gato em São Paulo. Neste período também foi reeditado o programa lugares e memórias por meio da

produção de vídeos, o projeto sobre a história do atletismo em Guarulhos e a elaboração de passeios virtuais pela história e memória da cidade, devido à impossibilidade de realização presencial. No período final da pandemia, o edital da lei Aldir Blanc ajudou o grupo a elaborar e realizar seus projetos (AAPAH, 2024, p.8).

Desde 2021 o grupo produz o podcast da AAPAH, no qual discute os temas mais atuais sobre o patrimônio e a cidade de Guarulhos, além de debater as pesquisas realizadas pelo grupo, ele ainda é produzido e conta até o momento com 20 episódios.⁷³

Mais recentemente a associação realizou, em 2023, um projeto de residência artística no SESC Guarulhos. Também houve a consolidação do curso de patrimônio cultural com ramificações na museologia e na arqueologia, este curso funciona até o momento e é uma das bases da atuação do grupo no período atual. Finalmente o grupo realizou a digitalização do acervo de dois dos mais antigos jornais da cidade guardados no arquivo histórico municipal, o Correio do Povo e o Diário de Guarulhos (AAPAH, 2024, p. 8).

Organizam também cursos de educação patrimonial, um deles em parceria com a biblioteca municipal Monteiro Lobato e com o coletivo Atualidades-Havana, o outro como o arquivo histórico municipal.⁷⁴

No início de 2025 ocorreu o retorno do ponto de cultura AAPAH, com a inauguração de uma nova sede para o grupo, ele foi possível graças aos recursos vindos da política nacional Aldir Blanc, entre as atividades realizadas pelo novo ponto de cultura estão as pesquisas relacionadas à ditadura militar em Guarulhos e em especial na periferia da cidade. Também houve a continuidade do programa lugares e memórias com a produção de novos episódios.⁷⁵

Este pequeno panorama das atividades dos coletivos patrimoniais ajuda a compreender as relações existentes entre a sua atuação e as políticas públicas de preservação, pois estes grupos, embora autônomos, estão profundamente ligados às repercussões da ação estatal, tanto no que diz respeito à distribuição de recursos quanto à criação e execução das políticas estabelecidas.

Calabre e do Val (2024) ressaltam como uma das características fundamentais das políticas culturais no Brasil elas serem compostas por ondas de avanço e retrocesso ao

⁷³ Disponível em: <https://aapah.org.br/podcasts/>. Acesso em 11 de novembro de 2025.

⁷⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/2023/02/balanco-das-aco-es-da-aapah-em-2022/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

⁷⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/ponto-de-cultura-da-aapah-e-reinaugurado-no-proximo-sabado/>. Acesso em 11 de novembro de 2025

longo de toda a sua trajetória, as políticas culturais ainda não se tornaram de fato políticas de Estado, sendo ainda tratadas como políticas de governo e por isso sujeitas a mudanças institucionais conforme o momento político.

Nesse sentido, o desenvolvimento de uma série de políticas públicas e a tentativa de ampliação dos espaços de participação social iniciados na primeira década do século XXI deu lugar, a partir do final da segunda década, a um forte retrocesso na política que impactou fortemente o campo das políticas culturais e patrimoniais.

Na cidade de São Paulo, este processo teve início com a eleição de João Doria Jr. como prefeito (2017-2018), que iniciou uma política de desmonte de estruturas institucionais de atuação e também de privatização das políticas públicas, esta política foi continuada por seus sucessores até o presente momento. As autoras definem este período como uma forma de democracia que funciona como adereço do mercado, que articula uma participação social (dis)simulada, fruto do neoliberalismo e de políticas populistas quanto à diversidade e à cidadania cultural (2024, p.344).

A atuação de Dória, tanto na prefeitura como no governo do estado (2019-2022), foi caracterizada pela interferência nos órgãos de preservação de forma a privilegiar os interesses do mercado imobiliário em detrimento dos aspectos técnicos das políticas públicas, ficando a autonomia dos conselhos e órgãos bem diminuídas.⁷⁶ Durante a gestão Nunes (2021-atual) na prefeitura, o próprio DPH chegou a ser reestruturado em 2023, sendo transformado em coordenadoria, no entanto, graças à pressão popular esta medida foi revogada.⁷⁷

Em Guarulhos, a eleição de Gustavo Henric (2017-2024), mais conhecido como Guti, trouxe para a cidade a mesma lógica, ou seja, não mais do administrador público, mas a do gestor, que buscou privilegiar também o setor privado em detrimento da coisa pública. Sendo assim, ele também debilitou as políticas públicas da área da cultura e da preservação do patrimônio.

Isto pode ser exemplificado na tentativa do governo municipal de tentar impedir a aplicação do plano municipal de cultura através de recursos na justiça e do envio de projeto de lei para a câmara municipal, que visava alterar determinadas obrigações previstas no plano que deveriam ser cumpridas pela prefeitura. O que levou inclusive à elaboração de um manifesto assinado por diversos movimentos culturais locais, entre eles

⁷⁶ Disponível em: [Nos órgãos do patrimônio em SP, a ordem é “liberar geral” | Exame](#). Acesso em 11 de novembro de 2025

⁷⁷ Disponível em: [“A cidade de São Paulo está passando para as mãos do poder privado” – Jornal da USP](#). Acesso em 11 de novembro de 2025

a AAPAH.⁷⁸

Esse retrocesso foi aprofundado com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência (2019-2023), já no primeiro ano de governo o Ministério da Cultura foi extinto, diversas políticas nacionais de cultura foram seriamente afetadas e houve severa diminuição do financiamento público para o setor, dando início a uma verdadeira crise na cultura. A crise provocada pela pandemia durante sua administração (2020-2023), aprofundou os problemas já causados pela gestão (Calabre *et al*, 2024, p.338)

Apesar disso, houve forte reação dos setores ligados à cultura que levou à criação da lei federal Aldir Blanc, de caráter emergencial. Ela teve como objetivo destinar recursos para a manutenção de espaços culturais durante a pandemia. posteriormente em 2022 ela foi transformada na política nacional Aldir Blanc, que busca agora fomentar de maneira contínua a cultura nacional, financiando projetos e espaços culturais além de trabalhadores da área da cultura. Em 2024, a partir da gestão Lula (2023-2026), o Ministério da Cultura foi recriado e algumas políticas foram finalmente retomadas (Calabre *et al*, 2024, pp. 338-339)

O retorno de editais e políticas federais de cultura contribuiu para o retorno das atividades dos grupos analisados nesta tese, porém no nível municipal ainda persistem diversos problemas em relação às políticas culturais locais, isto ajuda a compreender a busca, por parte dos grupos, de outros parceiros não estatais na realização de suas atividades, como é o caso do SESC.

⁷⁸ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/plano-municipal-de-cultura-atacado-mais-uma-vez/>. Acesso em 11 de novembro de 2025

CAPÍTULO III: LUGAR DE MEMÓRIA É ONDE A MEMÓRIA TRABALHA

Diversidade do patrimônio e apropriação coletiva

Pierre Nora, afirma que “os lugares de memória não são aqueles dos quais nos lembramos, mas lá onde a memória trabalha” (*apud* Silva *et al*, 2019, s.p.). Essa frase enfatiza que esses locais não são apenas registros passivos do passado ou depósitos de história, eles existem porque há uma vontade social de bloquear o trabalho do esquecimento. Nesses lugares, a sociedade é ativamente convidada a lembrar, refletir, debater e ressignificar o passado no presente.

Por isso neste capítulo trataremos sobre os diversos lugares de memória produzidos e referenciados pelos movimentos sociais analisados, buscando revelar quais lugares são esses, quais os significados atribuídos a eles e quais são as memórias que eles buscam resgatar do esquecimento.

3.1 Retomada do patrimônio ambiental urbano no século XXI

Embora nunca tenha deixado de estar presente nas discussões patrimoniais no estado de São Paulo, o conceito de patrimônio ambiental urbano acabou perdendo o fôlego dentro dos debates e na criação de políticas públicas a partir dos anos 1990. Isto aconteceu entre outros fatores devido às mudanças ocorridas no panorama político e social desta década. Houve uma progressiva perda do espaço de atuação dos movimentos sociais diante de uma política cada vez mais privatista e menos preocupada com a construção e manutenção de espaços públicos

Há então uma retomada das discussões em torno do patrimônio ambiental urbano a partir dos primeiros anos do século XXI, ela ocorre paralelamente ao retorno também dos debates em torno da questão do direito à cidade, nesta mesma época. Para além disso, podemos compreender a possível influência daquilo que Milton Santos (2005) chamou em meados da década de 1990 de retorno do território.

Essa noção de território se apresenta diferente da anteriormente utilizada, que era mais focada nos Estados-Nação ou nas regiões administrativas, a partir da qual o território era pensado em uma perspectiva predominantemente “Estatal”. Em contraposição, a nova reflexão carrega consigo a ideia de território compartilhado e busca refletir sobre as relações de poder presentes nele, tendo como foco especialmente as pessoas ao invés dos poderes exercidos sobre elas de cima para baixo.

Neste contexto, o caráter mais mundializado das relações sociais e econômicas,

devido à ampliação dos efeitos da globalização econômica naquela época, desencadeou a reação de certas populações em relação ao seu território habitado, quando elas passaram a propor um contraponto local para fazer frente às demandas globais cada vez mais fora do alcance do cidadão comum.

Tendo isso em vista, Santos (2005), propõe que a realidade transnacional, que produz uma fluidez virtual a partir de objetos que são técnicos, é contraposta às ações humanas que agem sobre o seu próprio território buscando restabelecer o real sobre o virtual. Para se contrapor a essa fluidez, é constituída também a articulação dos territórios em uma rede, tais redes, por sua vez, se constituem por meio de relações entre diferentes territórios que compartilham problemas e debatem questões em comum, articulando um tipo de solidariedade que contribui para fortalecer os laços entre diferentes territórios, além de possibilitarem a troca de ideia e de soluções, conformando os territórios em rede.

A noção de territórios em rede também está presente em nosso objeto de pesquisa, isso porque, do ponto de vista de uma contiguidade espacial e histórica existente entre os territórios da zona leste da capital paulista e da cidade de Guarulhos, existem diversas relações históricas e de circulação de pessoas e mercadores entre eles. Ela também está presente nas articulações construídas entre os grupos aqui analisados com diversos outros da capital e da região metropolitana de São Paulo, que atuam em rede através da colaboração, na participação e na troca de ideias entre si buscando a preservação do patrimônio em seus diferentes territórios.

Segundo Santos (2005), o espaço, por meio dessa nova ideia de território do final do século XX, se tornou uma categoria fundamental para pensar e agir sobre as questões sociais de nosso tempo. Pois para o autor:

Há um conflito que se agrava entre um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos, e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los (Santos. 2005. p.259)

Para se contrapor a esses efeitos, ele propõe a ideia de um espaço banal, um espaço de todos. É interessante refletir sobre o quanto esses processos observados por Santos serão relevantes dentro dos debates que serão travados visando à atualização do conceito de patrimônio ambiental urbano, a partir do qual serão analisadas também as consequências da globalização, a partir da atuação do mercado imobiliário sobre a

cidade e o patrimônio cultural.

Outro tema relevante nesse contexto, que também contribui para as discussões sobre o patrimônio ambiental urbano, é a questão em torno do direito à cidade. Tendo sido formulado inicialmente no final dos anos 1960 por Henri Lefebvre (2011), ele volta ao centro do debate décadas depois graças especialmente aos estudos de David Harvey, que publica em 2008 um artigo tratando sobre o tema, embora ele já estivesse presente na prática algum tempo antes de sua nova formulação teórica.

Em outra obra, Harvey (2012) afirma que o ressurgimento da obra de Lefebvre, no início deste século, ocorreu não a partir de uma mera questão intelectual, mas do que vinha acontecendo nas ruas naquele momento, decorrendo das ações dos movimentos sociais urbanos, e o autor cita o que aconteceu no Brasil inclusive:

O fato, por exemplo, de que a estranha convergência entre neoliberalização e democratização no Brasil na década de 1990 tenha resultado em artigos na constituição de 2001 que garantem o direito a cidade tem de ser atribuído ao poder e à importância dos movimentos sociais urbanos, particularmente no que diz respeito ao direito à moradia, na promoção da democratização (Harvey, 2012, p.14).

Vemos, portanto, que no Brasil se chegou a um entendimento em relação à questão do direito da cidade inclusive por parte dos poderes públicos. Tivemos então a criação do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), do Ministério das Cidades em 2003 e do Conselho Nacional das Cidades em 2003, por exemplo. Isto sem falar nos planos diretores que foram criados em cidades por todo o país, dos quais trataremos em profundidade mais adiante. O que demonstra o quanto esta questão passou a ser relevante na política brasileira, criando e promovendo instrumentos que podem inclusive ser utilizados por diferentes atores sociais na preservação do patrimônio urbano.

No entanto, existe uma situação paradoxal nesse processo. Como já notado por Harvey, temos também a continuidade daquilo que Dagnino (2004) chama de confluência perversa, ou seja, a presença do projeto neoliberal no Brasil, desde os anos 1990 até os dias de hoje, ocorrendo em paralelo ao processo democratizante e participativo retomado com força a partir do século XXI. Encampado parcialmente a partir das gestões petistas a nível federal, nas quais a criação e ampliação de políticas sociais e participativas por parte do governo teve que se submeter a um projeto econômico que busca a redução da máquina estatal e de menos financiamento público

às políticas sociais e culturais. Este processo, como vimos antes, levou ao surgimento de ONGs e de uma nova noção de sociedade civil e cidadania nos anos 1990, engendrando, no início do nosso século, novas contradições com as quais passamos a ter que lidar em decorrência das lutas dos novos movimentos sociais.

Nesse contexto, diversos autores afirmaram a necessidade de se resgatar as questões relacionadas ao patrimônio ambiental urbano para pensar a patrimonialização no século XXI, como Rodrigues e Tourinho (2016), que ressaltam a importância das ideias de Ulpiano Meneses para debater os problemas atuais, também Geraldles (2006), que traz de volta o pensamento de Eduardo Yázigi para discutir a atualidade do patrimônio ambiental urbano.

Importante assinalar que, enquanto a primeira onda do patrimônio ambiental urbano de 1970 e 1980 foram pensadas no nível estadual e acabaram impactando apenas a política de preservação da capital paulista, a segunda onda do século XXI afetou de fato as políticas patrimoniais e os movimentos da sociedade também em Guarulhos, pondo em ação enfim as práticas ligadas a esse conceito, mesmo que parcialmente.

Antonio Arantes, autor que contribuiu para a construção e consolidação do patrimônio cultural no Brasil, retoma também este debate em texto recente (2006), nele, o autor trata especificamente sobre a necessidade de se compreender e aplicar a ideia de sustentabilidade econômica e ambiental dentro do conceito de patrimônio ambiental urbano.

Ele parte do princípio de que o patrimônio é uma construção social, o que torna, portanto, necessário considerá-lo dentro do contexto das práticas sociais que lhe conferem sentido. Por isso deve-se questionar quais são os sujeitos que põe em prática os objetos e quais são os valores que eles mobilizam em torno e a partir deles (2006, p.426). Sendo o patrimônio um fato social que é reivindicado pela população, mas também é instituído pelo estado, resulta que o processo de patrimonialização dos bens culturais é constituído a partir de um processo de negociação que envolve diversos conflitos e interesses muitas vezes diversos entre si.

Ele afirma ainda a concepção do patrimônio como recurso, seja simbólico ou prático, se apresenta como um problema para os órgãos de preservação, mas que, por outro lado, está na base dos seus usos correntes do cotidiano e se encontra difundido nas diversas camadas sociais:

Agora, ele é reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (Arantes, 2006, p.429).

Assim, a retomada na conjuntura atual de um sistema totalizante, como é o patrimônio ambiental urbano, é muito oportuna, pois ela induz a que se abram para os valores nos quais os habitantes da cidade se baseiam e vivem, e isto permite trabalhar sob a ótica dos sentidos de lugar associados a estruturas materiais preservadas, que emergem dos processos socialmente compartilhados na construção e reconstrução de identidade.

A construção de sentidos de lugar no espaço público é muito importante atualmente, pois a experiência social tem sido marcada por migrações e deslocamentos, e por isso a valorização da diversidade cultural se torna fundamental, pois as identidades nacionais e regionais têm sido ressignificadas e se manifestam agora na construção de sentido de lugar que incluem demandas de natureza patrimonial (2006, pp.430-431).

Por isso, utilizar o patrimônio como recurso permite criar camadas sobrepostas nos espaços urbanos, onde a apropriação, reinterpretação, reabilitação e reinvenção das tradições fazem com que diversos atores sociais criem produtos culturais que podem contribuir para gerar renda, consolidar uma cultura pública e a cidadania. Nesse sentido, o desafio diante desta questão está em equilibrar a construção da sustentabilidade econômica alinhada com as questões socioambientais da preservação patrimonial.

Essas discussões em torno do patrimônio ambiental urbano continuam bastante ativas, ainda em 2006 foi promovido um debate entre diversos especialistas em torno da fala de Meneses intitulada “A cidade como bem cultural” (Meneses, 2006), tendo sido publicada dentro do livro *Patrimônio: atualizando o debate*, neste mesmo ano, pelo IPHAN.

Em 2009, o IPHAN promoveu o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, onde Meneses proferiu a conferência magna intitulada "O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas" (Meneses, 2009). Esses debates contaram também com a participação de Antonio Augusto Arantes e José Guilherme Magnani, entre outros. Iremos tratar os debates em conjunto.

Segundo Meneses, (2009), a cidade não possui bens culturais, sendo ela mesma

um bem cultural, pois é o reflexo das relações sociais dos seus habitantes, porquanto antes de tudo a cidade é um artefato, uma obra humana e não um dado da natureza, além disso ela é constituída a partir de relações sociais expressas como um campo de forças que, por fim, adquirem sentidos e ao mesmo tempo produzem sentidos e representações para os seus habitantes.

Para que as representações e sentidos cheguem aos seus habitantes é preciso que passem pelo aspecto sensorial, e é nesse aspecto que entra o patrimônio ambiental urbano, ou seja, “sem as práticas sociais não há significados sociais”. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais.”:

Todavia, as representações, para deixarem de ser mero fato mental ou psíquico e integrarem a vida social, precisam passar pelo mundo sensorial, do universo físico: o patrimônio ambiental urbano tem matrizes na dimensão física da cidade. Ao falar de imaginário urbano – que entendo como modalidade específica do fenômeno mais amplo das representações sociais – suponho imagens estruturadas e operadas a partir de grupos sociais e práticas espaciais específicas e não simples conjuntos de imagens, refugiadas nas mentes ou na consciência dos indivíduos cidade, pois é por meio de elementos empíricos do ambiente urbano que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e se descartam. Afinal, a corporalidade é base de nossa condição humana (Meneses, 2009, p. 36-37).

Há também a crítica à ideia de “usos culturais” como forma de preservar espaços tombados na cidade, pois isso carrega consigo a ideia da cultura como algo separado da vida cotidiana, como uma forma mais nobre de usos de espaços, a cultura sendo considerada como um espaço à parte da vida social. Ele cita, por exemplo, o Mercado Municipal de São Paulo, considerado uma joia arquitetônica da cidade e cujos usos foram adaptados em razão desta valorização, o que acabou tornando-o incompatível com a prática de abastecimento de alimentos à cidade, e com o uso original ao qual ele foi destinado.

A mercantilização da cultura é outro fator relevante nesse processo que transforma a cultura em uma *commodity* de grande valor, no entanto, o autor não elimina o caráter econômico da produção dos bens culturais na vida cotidiana das pessoas, pois este é um aspecto importante no processo de manutenção dos bens culturais também para as classes populares.

Diante disso, o autor também propõe a valorização da cultura como parte da vida cotidiana da população e não como algo à parte e para os momentos de lazer, assim esses usos culturais que têm a ver com a mercantilização da cultura atuam em

desfavor da cultura que é praticada no trabalho. Ele nos lembra, por exemplo, de que a palavra habitante tem sua origem no termo hábito, que significa manter uma relação constante com algo, no sentido das práticas cotidianas. (2009, p.27).

Portanto, deveriam ser valorizadas as práticas do cotidiano e do trabalho como elementos centrais da cultura da cidade. Ele trata da fruição concreta, profunda e diversificada da cidade como bem cultural e para o autor a diretriz a seguir seria a de considerar o cultural como uma dimensão do social e não o contrário, ou seja, fruto das relações sociais existentes na cidade.

Meneses traz as contribuições da Constituição de 1988 que trata da importância da função social da propriedade e de como ela pode ser relevante para a preservação do patrimônio, ou seja, o papel do patrimônio cultural em parceria com a inclusão social, que seria o de politizar não a cultura, mas a sociedade, e recuperar a dimensão política da cultura.

Assim é interessante o diálogo que se pode construir a partir do artigo 182 referente à política urbana (Brasil, 1988), com o artigo 216 referente às novas definições de patrimônio cultural (Brasil, 1988), pois é capaz de propiciar a união entre os aspectos simbólicos e materiais presentes nas políticas de preservação do patrimônio urbano brasileiro, contribuindo para um melhor entendimento da importância da cultura e do patrimônio na construção do cotidiano das populações urbanas.

Por esse motivo, o autor se debruça sobre a questão das áreas envoltórias dos bens tombados, onde trata em especial do ambiente e da qualidade de vida do entorno. Ele analisa a questão do tombamento de bairros inteiros e como eles ocorrem em áreas privilegiadas e de que forma os moradores desses lugares tomam o espaço para si de maneira privada em detrimento da cidade ao seu redor. Ao se barrar, por exemplo, uma feira de antiguidades que ocorre em uma rua de um bairro tombado, para garantir a tranquilidade dos moradores imediatos, nesse sentido:

Seria demagogicamente absurdo tanto deixar de tomar bairros de elite, quanto promover o tombamento de bairros da periferia ou favelas. No entanto, jamais se pensou na responsabilidade de proteger, em áreas de menor expressão urbana, qualidades efetivas aos olhos dos habitantes – e, eventualmente, também dos técnicos, por que não? Ocorre que, para tanto, os instrumentos habituais da preservação (tombamento, listagem, desapropriação, documentação e similares) não são apropriados. É necessário, portanto, inventar recursos para a promoção cultural das áreas pobres (Meneses, 2006, p.51).

Ele prossegue trazendo o exemplo do tombamento do Parque Burle Marx que

contribui para evidenciar a divisão social da cidade privatizando os benefícios públicos da preservação, e conclui atentando para a importância da esfera cotidiana e do universo do trabalho como base para uma cultura de identificação e proteção dos bens culturais.

Ressalta ainda a necessidade de recuperar a dimensão política do patrimônio, que é importante para entender a articulação dos grupos que estudamos nesta tese, ressaltando novamente que deve-se politizar não a cultura, mas a sociedade. Esse debate se insere na questão colocada em relação ao papel do patrimônio cultural no processo de exclusão ou de inclusão social, na qual se insere por exemplo, o papel dos planos diretores na elaboração de planos de participação mais ativa da comunidade na construção de políticas que incluam o patrimônio (2009, p.48).

Ele entende que o território urbano atualmente é apropriado de maneiras diferentes e desiguais, onde entra também a questão estética da cidade, nas quais os diversos grupos sociais ressignificam os espaços da cidade de formas diferentes através de suas práticas.

Meneses traz a ideia de bem cultural e como ele deve ser pensado como algo do cotidiano, para que este bem tenha continuidade e seja integrado nas vidas das pessoas da comunidade, ou seja, pensar o cultural como uma dimensão do social e não o inverso. O autor também faz a crítica do chamado uso cultural que privilegia as representações e elimina as práticas sociais, e nos traz a questão dos valores culturais que um bem possui, sejam o cognitivo, formal, afetivo, pragmático e ético.

O conceito de patrimônio ambiental urbano, proposto pelo autor, parte do tratamento como um fato social que se baseia na ideia de sujeitos ativos no processo que definem, com base nas suas representações práticas, formas de se apropriar do que é oferecido, sendo assim eles ajudam a definir a qualidade de vida da comunidade.

O antropólogo José Magnani, por seu lado, critica uma certa rigidez espacial presente no caráter eminentemente territorial desse conceito, pois para ele não levam em consideração certas formas coletivas de apropriação, inteligibilidade e uso do espaço e dos equipamentos urbanos que estão além das relações espaciais e temporais consideradas (2009, p.63).

Para dar conta desta questão, ele propõe abordá-la a partir da ideia de circuito, ligada a uma prática de mobilidade que, ainda de acordo com ele, está presente no cotidiano de boa parte dos habitantes da cidade, tendo em vista que muitas práticas sociais se articulam através de redes, pois elas não possuem como base territorial,

apenas uma mancha contínua, e isso favoreceria a apropriação social e cultural da cidade pelos seus agentes.

Eduardo Yázigi (2009), retoma suas reflexões sobre o patrimônio ambiental urbano em textos, a partir desta mesma época, e em seus últimos trabalhos publicados nos anos 2000 ressaltava algumas problemáticas mais contemporâneas sobre as quais o conceito deveria se debruçar, em especial nas questões em torno da globalização e em relação às dificuldades de preservação do patrimônio em países emergentes.

Citando Milton Santos, afirma que enquanto a ordem global impõe uma racionalidade única aos lugares, ao contrário, a ordem local define a escala do cotidiano e de relações sociais próximas, então cada lugar acaba sendo ao mesmo tempo objeto de uma razão global e uma razão local, convivendo dialeticamente (2009, p.77).

Ele compartilha com Arantes (2009), algumas ideias como a importância do patrimônio como recurso e a questão da desterritorialização das comunidades que influenciam a construção dos valores com o espaço urbano. Nesse processo, os territórios periféricos estão mais abandonados e, portanto, é urgente que devam ser priorizados tanto na preservação quanto nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Para ele, o aspecto relacional do patrimônio ambiental urbano se constitui numa ampliação dos princípios do direito à cidade (2009, p.80).

O patrimônio como recurso é considerado fundamental, devido às dificuldades de preservação em países do terceiro mundo, onde a inclusão social seria inseparável da preservação do patrimônio. Isso se exemplifica em políticas focadas no incentivo econômico aos pequenos comerciantes locais de uma região, pois a sua existência é prejudicada pela concorrência dos grandes empreendimentos que estão por toda a parte. Outra solução possível seria a criação e incentivo de cooperativas entre os pequenos comerciantes e produtores locais, para ele, resolver a questão social em parceria com a preservação do patrimônio é condição indispensável para escapar do subdesenvolvimento imposto aos países emergentes.

Esses debates repercutiram e influenciaram os diversos movimentos sociais e entidades dedicados à preservação do patrimônio surgidos em São Paulo a partir de então, incluindo aqueles que são analisados nesta tese. Estes grupos de certa maneira ressignificam e atualizam este conceito trazendo o debate para a perspectiva dos territórios periféricos e distantes dos centros produtores de cultura e memória.

O coletivo Ururay apresenta em suas redes sociais de divulgação sua definição sobre o patrimônio ambiental urbano:

A preservação do patrimônio cultural não se limita a construções e tradições, mas também abrange a harmonia com o meio ambiente e os espaços urbanos. O patrimônio ambiental, como parques, rios e áreas verdes, complementa o material, oferecendo um contexto natural que enriquece a experiência e a memória coletiva de um local. Essa interação revela como o ambiente molda e é moldado pela história e cultura das comunidades. (Ururay, 2025, s.p.)

Eles também entendem como uma relação complementar os espaços culturais também serem espaços de convivência social, e não apenas para a admiração histórica, mas lugares de encontros entre os moradores. Por outro lado, o descaso é visto como um problema relevante pois a degradação do ambiente urbano também leva a degradação dos patrimônios físicos protegidos, esse processo conduz também à diminuição de um sentimento de pertença entre os moradores com locais degradados e abandonados. Isto leva a que o grupo reforce a importância de uma percepção integrada e ampla, pela qual a conservação dos recursos naturais caminhe ao lado da dos espaços urbanos contribuindo para uma melhor noção de cidadania construída na prática do dia a dia.

Vemos no discurso do coletivo uma noção de patrimônio ambiental urbano fortemente alicerçada na noção de meio ambiente, em especial o meio ambiente urbano, através das áreas verdes e de convivência. Além disso, o grupo trabalha fortemente a noção de paisagem para descrever o patrimônio ambiental urbano.

Este discurso se aproxima muito de uma abordagem diferenciada do patrimônio natural, visto não apenas como paisagem de uma natureza intocada pelo ser humano, mas também como parte de uma paisagem urbana e produzida pela sociedade, na qual é pensada a relação dos habitantes com o patrimônio ambiental à sua volta. Esta abordagem já estava presente nas discussões internas do CONDEPHAAT desde os anos 1970, quando:

A noção de patrimônio ambiental urbano, porquanto questionou os critérios tradicionais definidores de valor, contribuiu para reforçar a ideia de que o patrimônio natural não se referia somente a testemunhos de uma beleza natural excepcional. Tratava-se de um novo critério, o de reconhecer valor em expressões de uma natureza transformada e apropriada socialmente, uma natureza “comum”, dos parques e áreas verdes urbanas, por exemplo, com uma amplo uso e, portanto, um amplo significado social. (Scifoni, 2006, p. 110)

Embora a AAPAH de Guarulhos não apresente uma definição específica sobre sua concepção de patrimônio ambiental urbano, no entanto, como veremos ao longo deste

capítulo, suas ações e questões levantadas revelam claramente um trabalho calcado neste conceito.

A preocupação com o patrimônio ambiental enquanto natureza em convivência com a cidade está presente em vários artigos e roteiros que foram realizados pela associação. Existem artigos dedicados aos rios de Guarulhos ou a preservação do cerrado da região onde está a cidade. Outras discussões, girando em torno de questões como a ambiência dos bens tombados e sobre as manchas urbanas e a preservação de lugares devido à relação afetiva e cultural com a população, são amplamente realizadas em textos, cursos e atividades nos espaços públicos.

Isto pode ser sintetizado no artigo sobre o complexo do Lago dos Patos localizado no bairro da Vila Galvão em Guarulhos, chamado de “nosso patrimônio ambiental urbano”.⁷⁹ A partir dele podem ser vislumbrados alguns caracteres do conceito presente nas preocupações da associação.

Nele se trata sobre importância de uma preservação integrada na qual “É fundamental que os elementos constituintes do Complexo sejam pensados assim no conjunto, não fazendo sentido olhá-los de maneira isolada”⁸⁰, pois o complexo apresenta uma variedade de elementos que compõem a memória e a história da cidade, além de usos culturais, esportivos e de lazer para a população.

Dialogando com Yázigi (2006), que definia o patrimônio ambiental urbano como “sendo constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais” (2006, p.69), o texto divide o complexo em quatro grandes blocos constitutivos, sendo ele:

- O estádio Cícero Miranda usado para a prática de esportes, composto também pelos banheiros e arquibancada
- O Centro Permanente de Exposições Prof. José Ismael, integrado ao Lago dos Patos com dois edifícios: o Salão de Artes e a Academia Guarulhense de Letras.
- O Centro Cultural Prof. João Cavaleiro Salem, constituído pelo Teatro Nelson Rodrigues, Museu Histórico Municipal, a Biblioteca Paulo do Carmo Dias, o Coreto e outras três edificações, usadas pela administração, que compõem assim o centro cultural.
- A vegetação, o lago e o passeio de pedestres. (AAPAH, 11/08/2025, s.p.)

⁷⁹ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/complexo-lago-dos-patos-nosso-patrimonio-ambiental-urbano/>. Acesso em 15 de março de 2026

⁸⁰ Idem

Em um contexto mais amplo o artigo revela a preocupação com o sentido relacional com o ambiente, no qual estão presentes as relações arquitetônicas e urbanísticas, as relações do grupo social com o conjunto ocupado, relações sociais e de lazer além da relação do conjunto com o restante da cidade (Yázigi, 2006, pp.72-73).

Se expressa desta maneira por parte da AAPAH a valorização de usos coletivos dos espaços patrimonializados ou não como espaços de experiência urbana, de convivência comunitária e de promoção identitária. Também os valores estéticos, culturais e históricos em relação à paisagem e aos edifícios históricos como lugares capazes de gerar valores afetivos na população que se usufrui deles.

Compreendemos que os dois grupos conhecem e se utilizam do conceito de patrimônio ambiental urbano em suas reflexões, no entanto, não se trata de uma categoria central em suas análises. Ainda assim, como veremos ao longo deste capítulo, a tônica geral das pesquisas realizadas pelos grupos pode ser considerada tributária deste conceito em diferentes aspectos.

Nesse contexto, vamos compreender primeiro a origem e o desenvolvimento histórico, econômico e social das regiões que formaram a cidade de Guarulhos e a zona leste da capital paulista.

3.2 As regiões analisadas e os territórios que as constituem

O nome Ururay adotado pelo coletivo da zona leste faz referência a uma antiga sesmaria da região. Em suas pesquisas eles chamam a atenção para constituição destes territórios:

O que a gente chama de território de Ururay que era uma sesmaria que era uma grande sesmaria que contempla a região da Penha, mas vai também pra Guarulhos, Itaquaquecetuba, faz parte de uma grande região que faz parte dessa sesmaria, né. Então, é curioso que hoje com as fronteiras terrestre aí, divisa de município a gente não vê as coisas conectadas, mas elas sempre foram conectadas a gente tem um Igreja do Rosário aqui, mas tem uma Igreja do Rosário em Guarulhos, mas tem uma também em Itaquá, que provavelmente tinha pessoas que transitavam entre esses bairros, entre as cidades. Tem, por exemplo, relações entre as pessoas da Irmandade do Rosário que eram PROJETO RE(MEMORAR): 15 enterradas lá na fazenda Ibiacica e lá na capela de São Miguel existiam indígenas que frequentavam a Igreja do Rosário. Então tem todo esse território que se dialoga, então isso acaba também nos instigando a continuar uma pesquisa que tenha esse território como referencial, o território que perpassa o Rio Tietê e o território que abrange a zona leste de São Paulo. (SESC-SP, 2020, pp. 14-15)

As origens da ocupação e formação dos futuros núcleos urbanos nas duas

grandes regiões aqui estudadas se iniciam com os aldeamentos indígenas (Guarulhos e São Miguel Paulista), que tinham como função fornecer mão de obra indígena à vila de São Paulo.

Cabe ressaltar também as semelhanças, como a existência de polos religiosos importantes em ambas as regiões, desde o período colonial, polos que serviram para organizar em torno de si núcleos urbanos aglutinadores nestas regiões. Temos como principais referenciais a igreja de Nossa Senhora da Penha e a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ambas no bairro da Penha, além da igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, no bairro de mesmo nome, localizada em Guarulhos.

Entre as semelhanças apontadas por Santos (2001), entre a cidade de Guarulhos e o bairro da Penha, por exemplo, estão presentes nas características de ambos os núcleos urbanos como entrepostos entre o centro velho de São Paulo e regiões mais distantes. No caso da Penha, tendo servido como entreposto as regiões de Itaquera, São Miguel e Guaianases, além de outras regiões. No caso de Guarulhos, o antigo aldeamento indígena que daria origem ao núcleo central da cidade funcionou como entreposto entre o centro de São Paulo e as regiões de Bonsucesso, Santa Isabel, Juquery entre outros (2001, p.6).

Com o desenvolvimento urbano da capital paulista, essas regiões se constituíram como parte do que ficou conhecido como o cinturão caipira que se baseava na produção e fornecimento de gêneros alimentícios para o centro político e econômico de São Paulo, e a partir da industrialização houve o surgimento de bairros proletários, com a expansão das indústrias sobre esses territórios.

Por outro lado, persistem, nessas regiões, certas tradições, práticas culturais e religiosas de origem rural ou camponesa, que já haviam sido eliminadas na região mais central da cidade de São Paulo, e ainda permaneceram como resquícios de sua história. Em contrapartida, essas mesmas práticas culturais e religiosas levaram à construção de uma imagem sobre esses territórios, atrasados em relação ao processo de metropolização urbana, e isso suscita algumas reflexões:

(...) uma vez que conduzem a pensarmos em possíveis formações de identidades num processo dialético – portanto, contraditório – que decerto envolve continuidades, rupturas e incorporações de tradições como características tipicamente caipiras (ou caboclas) em relação à metropolização de São Paulo. Propõe assim ponderações que nos remetem a repensar a relação entre a “modernidade” urbana em conflito ou não com manifestações e espacialidades populares tradicionais e, de certa forma, ainda hoje aparentemente preservadas,

mesmo com várias alterações (...) (Santos, 2001, p. 9).

Isto nos leva a pensar sobre de que forma essas identidades territoriais contrastam com identidade hegemônica construída sobre a ideologia da industrialização paulista, sobre a memória da modernização das instituições e dos costumes promovida pelas elites econômicas e políticas de São Paulo. Com isso:

Ficamos com a impressão que a história da formação da metrópole e sua urbanização, na época, ocorreu prioritariamente ou somente a partir das experiências vivenciadas por alguns de seus sujeitos em determinados espaços considerados simbólicos. Em construções sobre o passado da cidade, como essa, a história de São Paulo, no período, confunde-se com a de determinadas regiões, deixando à margem outros espaços e sujeitos (Santos, 2001, p. 14).

Tanto a zona leste da capital quanto Guarulhos são regiões administrativas constituídas a partir de um conjunto variado de pequenos núcleos de ocupação urbana e rural e esses processos unificadores geraram esses territórios que hoje estudamos. Eles também levantam algumas questões pertinentes para o nosso estudo, que seriam: Quais identidades foram construídas sobre esses territórios? O que significa ser guarulhense ou ser da zona leste?

Santos (2001) vai ainda mais longe ao questionar sobre como a divisão político-administrativa interfere na construção das identidades destas duas regiões e se ela de fato constroi identidades socioculturais nestes lugares (Santos, 2001, p.12), e conclui afirmando que a divisão político administrativa no processo de metropolização diz mais respeito à produção de uma estrutura de expansão urbana capitalista do que algo relacionado às identidades locais existentes.

No entanto, devemos estar atentos para não ver essa relação centro-periferia apenas como uma relação de subordinação desta última em relação a um centro político e econômico, através das quais são entendidos, muitas vezes, como lugares do atraso ou como simples resultado do processo de formação de um espaço urbano como consequência da urbanização capitalista.

Desta forma, ambos os grupos se dedicam a estudar e entender essas regiões como lugares de produção de sociabilidades próprias e possuidoras de práticas culturais autênticas, e como lugares que possuem suas próprias memórias. Podemos entender, portanto, a ideia dos territórios definidos com Guarulhos e a zona leste como artigos de uma diversidade de localidades autônomas que se configuram em rede a partir de fatores políticos, econômicos e sociais que os organizam na forma em que

existem hoje.

No que diz respeito à zona leste, Morcelli (2013) chama a atenção para um processo recorrente na capital paulista que ele chama de *tábula rasa*, no qual as transformações urbanas mais recentes atuam apagando os vestígios do passado levando a uma falsa percepção de que eles nunca tivessem existido, em um processo de reescrita da história (2013, p. 89).

Segundo o autor, esse processo é particularmente preocupante na região que forma a zona leste, onde as dinâmicas urbanas promovidas pela expansão capitalista foram criando novas camadas que se sobrepunham às anteriores num processo de apagamento desses vestígios. Isto fez com que se criasse a falsa ideia de uma região sem história, ressaltando a narrativa tradicional que coloca a região central da cidade como região histórica por excelência.

Esse processo, inclusive, se dá pelo apagamento das populações do território através do processo de migração de novas populações exógenas empurradas para a região pelo processo de crescimento urbano não planejado. Nesse contexto, juntamente com os vestígios materiais, a memória dessas populações também corre risco de perda irreparável, visto que as novas populações não podem aprender sobre a história da região, o que acaba dificultando no processo de identificação e apropriação do território onde estão construindo suas próprias memórias pessoais.

Em sua pesquisa, Morcelli aponta não apenas os vestígios físicos resistentes ao processo de transformação urbana como também apresenta diversos patrimônios que foram destruídos e apagados da memória recente, apesar de haver descrições e imagens sobre os mesmos, o que aponta para uma tentativa proposital de apagamento histórico na região.

Quanto aos vestígios que ainda resistem, ele os apresenta como rugosidades (2013, p. 59) na paisagem, trazendo o conceito elaborado por Milton Santos que define da seguinte maneira:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (Santos, 2012: 140).

Essas rugosidades se apresentam na paisagem da zona leste também como uma forma de resistência da história frente a homogeneização do espaço proporcionado pela

expansão urbana capitalista, pois são vestígios que testemunham o processo inicial de colonização, a formação do subúrbio oriental de São Paulo, o processo de industrialização e finalmente o processo de periferização da região, convidando-nos a pensar em territórios não apenas como espaços físicos, mas também nos diferentes territórios da memória que testemunham diferentes processos de ocupação e relação com o espaço urbano.

Peria (2022, p. 204) aponta, na atuação do coletivo Ururay, uma potência simbólica que age em meio a uma situação dramática, pois trabalha sobre alguns territórios que enfrentam uma forte pressão da especulação imobiliária, em especial no que diz respeito ao caso do centro histórico da Penha, onde o grupo concentra suas atividades, apesar desse espaço e vários de seus edifícios serem tombados pelo poder público, o medo da reversão desse processo - como por exemplo através da possibilidade do destombamento - é bem real.

Por sua vez, o risco de perda dos suportes materiais afeta também as contra narrativas produzidas pelo grupo, pois elas se baseiam inteiramente na leitura e interpretação destas paisagens, o que carrega consigo uma relação indissociável entre preservação material e as narrativas produzidas pelo grupo, tornando a preservação e a análise crítica da história duas faces de uma mesma moeda.

Rolnik e Frúgoli (2001) apontam para um processo de reestruturação sócio-territorial em curso na zona leste, desde o fim dos anos 1990, como consequência de uma reconversão econômica que ocorreu em determinadas áreas da região. Ela é produto da desindustrialização que tem promovido uma transição da cidade para o setor terciário, ou seja, de serviços. Essa nova configuração trouxe algumas mudanças nas características territoriais do espaço urbano que afetam a zona leste:

De toda forma, a nova economia que surge produz efeitos contraditórios sobre o espaço da cidade: por um lado, vai sendo esvaziada a fissura interna que caracterizou a cidade industrial, que traçava uma barreira fabril entre a periferia precária a Norte-Oeste-Leste-Sudeste e a cidade rica e equipada a Sudoeste. À medida que as indústrias saem da cidade, os bairros onde elas se localizavam podem ser repovoados para usos residenciais, comerciais e de lazer. Entretanto, os novos mega-investimentos terciários, como os shopping centers e hipermercados, dentre outros, que estão ocorrendo nessas áreas mais antigas, têm produzido uma fragmentação do tecido urbano-social, desenhando verdadeiros enclaves urbanos e muitas vezes impactando negativamente os centros tradicionais de compras e serviços das cercanias (Rolnik; Frúgoli, 2001, pp. 48-49).

Eles apontam, por outro lado, que vastas áreas do extremo da zona leste continuam

precarizadas e com carência de serviços públicos, ao contrário dos novos enclaves que se espalham nas áreas mais próximas do centro da cidade, como é o caso do Tatuapé, Anália Franco e da Mooca.

Verifica-se a partir disto que na zona leste a expansão imobiliária produziu uma distinção entre diferentes projetos de planejamento habitacional promovidos pela iniciativa privada em parceria com o poder público. Foram construídos edifícios residenciais para a classe média em algumas regiões, enquanto em outras foram construídos grandes conjuntos habitacionais para a moradia das classes populares, produzindo assim uma distinção social a partir da organização sócio espacial da cidade.

O surgimento destes enclaves na zona leste gerou a gentrificação⁸¹ destas regiões, que consistiu em um processo de revitalização de áreas abandonadas e degradadas antes dominadas por indústrias que migraram para outras regiões e cidades, sendo estes bairros habitados pelas classes populares ligadas ao trabalho operário. A especulação imobiliária promoveu uma valorização econômica com a construção de altos edifícios residenciais destinados às classes média e alta, criando bairros verticalizados com alta densidade demográfica e dotados de comércio e serviços destinados a suprir este novo padrão de consumo. Como consequência ocorreu a expulsão dos antigos moradores pertencentes às classes baixas e com pouco poder aquisitivo para viver ali a partir de então (Souza, 2022, pp. 20 e segs.).

Esse processo acaba tendo influência nos processos de preservação nestes bairros, pois o tombamento muitas vezes se torna um empecilho para determinados projetos imobiliários impactando em interesses econômicos. Isto é importante para se analisar as dificuldades enfrentadas nos processos de tombamento ou, pior ainda, no perigo dos destombamentos de áreas já protegidas legalmente. Aspectos que serão melhor analisados mais à frente nos próximos tópicos.

Além disso, acontece a perda de uma certa identidade cultural que caracteriza estes antigos bairros proletários, nos quais a cultura popular e certas tradições podem ser abandonadas, pois as práticas culturais estão intimamente relacionadas com os territórios nos quais se situam.

Este mesmo processo tem se aproximado perigosamente da Penha, que segue

⁸¹ Estamos considerando o conceito de gentrificação a partir de Ruth Glass, para quem os requisitos mínimos para que ela ocorra seriam "1. a existência de um estoque suficiente de habitações deterioradas no centro ou pericentro da cidade; 2. a existência de indivíduos para quem a gentrificação é financeiramente rentável; e 3. a disponibilidade de terrenos com valores de oferta baixos em comparação com outros setores da cidade" (*apud* Souza, 2022, p.8)

resistindo graças ao seu centro histórico tombado, no entanto o fantasma do destombamento tem rondado o bairro.

De fato, o destombamento do centro da Penha foi discutido em uma reunião ocorrida em março de 2025 na Câmara Municipal de São Paulo por vereadores que encamparam o projeto de especulação imobiliária naquela região, que será valorizada economicamente pela nova estação de metrô que seria inaugurada nas imediações.⁸² Diante disso, em 26 de abril de 2025 foi realizado um ato no largo do Rosário, promovido pelo grupo Defensores do patrimônio da Penha⁸³. Este ato tinha por objetivo protestar contra esse processo.

Em 2016 o coletivo Ururay realizou o projeto chamado Territórios de Ururay, a partir dele foram concebidas uma publicação, um documentário, uma exposição realizada no Centro Cultural da Penha, além da organização de roteiros de caminhadas pelos lugares estudados. As pesquisas realizadas representavam:

Esforços para além do mero levantamento histórico narrativo, buscando reunir informações ora bastante dispersas, contraditórias ou praticamente inexistentes sobre os patrimônios, necessitando de um trabalho de contextualização desses espaços, reconectando-os com elementos resistentes e permanentes das localidades onde estão inseridos. (Freire, 2016, pp. 08-09).

A obra publicada possui o mesmo título do projeto e é composta por capítulos escritos por diferentes pesquisadores, cada um deles sobre um território diferente, sobre os quais foi construído um mosaico que representa tantos os principais territórios alvo de pesquisa do grupo quanto às principais preocupações e reflexões proporcionadas por estes territórios.

O objetivo do projeto do Ururay é de levar as discussões antes restritas à região central da cidade de São Paulo para outros lugares, a partir de uma análise onde se busca “olhar as fissuras dos territórios despedaçados da complexa zona leste de São Paulo” (2016, p. 08).

Por isso, as análises sistematizadas na publicação procuram ser mais do que levantamentos históricos puramente descritivos, pois buscam reunir outras informações que muitas vezes estão dispersas quando não são quase inexistentes, elas têm por objetivo

⁸² Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/penhenses-se-unem-contradiscussao-de-destombamento/>. Acesso em 11 de novembro de 2025

⁸³ Este grupo reúne organizações e movimentos como o São Paulo antiga, Memorial da Penha de França, Movimento cultural da Penha, Coletivo Ururay, Penharama turismo experiência entre outros agentes.

contextualizar os patrimônios com os espaços urbanos onde eles estão inseridos, tentando reconectá-los com os elementos resistentes e que permanecem nas paisagens locais e nas localidades onde estão inseridas (2016, pp. 8-9).

A diversidade de territórios escolhidos pelo grupo espelha as diferentes condições urbanas e sociais presentes na zona leste de São Paulo, refletindo diferentes condições de relação da comunidade e do mercado imobiliário com esta região e com seus patrimônios locais.

As visitas preliminares realizadas durante as pesquisas para o projeto permitiram uma aproximação com os contextos urbanos nos quais os bens estão inseridos, com as comunidades locais e uma melhor percepção das relações dessas comunidades com os bens patrimoniais (2017, p. 197). Desta Maneira:

Isso possibilitou uma visão ampliada do patrimônio - em que os parâmetros e formas de percepção e compreensão dos bens culturais pelas comunidades, os usos contemporâneos dos edifícios tombados em relação aos contextos locais e o diálogo entre recursos materiais e imateriais no desenvolvimento de ações de valorização do patrimônio tornaram-se questões conjugadas àquelas previamente consideradas nos debates sobre o assunto, em linhas gerais, sobre conservação, restauração e proteção (Duarte *et al*, 2017, p. 197).

O coletivo buscou ser, a partir deste projeto, uma espécie de pólo de convergência de pesquisadores, articuladores e produtores culturais em geral da zona leste, visando se tornar uma referência, discutindo as questões relativas ao patrimônio em interface com o turismo, educação e o desenvolvimento social, por exemplo.

Dessa maneira, as abordagens de diferentes territórios que compõem a zona leste possuem como princípio também a articulação de pesquisadores locais que pertencem ou possuem alguma relação com o território de pesquisa, buscando assim o olhar de quem se apropria da linguagem científica com o intuito de agregar as pesquisas também dos sujeitos na esfera da política pública de gestão (Freire, 2016, p. 7).

Essa busca por pesquisadores localizados em seus territórios tem como base o surgimento de toda uma geração emergente de pesquisadores e produtores culturais que surgem a partir da entrada de elementos da periferia na universidade pública, especialmente a partir da política de inclusão social e de ações afirmativas. Segundo Caldeira (2020),⁸⁴ esse processo levou a uma politização e consequente processo de

⁸⁴ Disponível em: <https://diplomatie.org.br/uma-geracao-emergente-de-cientistas-sociais-e-produtores-culturais/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

organização em coletivos visando a atuação em suas regiões de origem. Esse processo se dá também na área do patrimônio cultural, levando a um processo de revisão crítica dos conceitos tradicionais ligados ao tema.

O próprio grupo Ururay aponta esse processo desde pelo menos por volta de 2006, quando houve o surgimento de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento oriundos de comunidades e localidades periféricas que começaram a se interessar pelo debate em torno da cidade e de seus diferentes territórios a partir da reflexão dos lugares de conflito, de memória e de identidade (Duarte *et al.* 2017, p. 7).

Uma questão fundamental para o trabalho do grupo é a articulação promovida com os grupos locais nos territórios estudados, sendo que a articulação social no campo da cultura passou a ser parte integrante das atividades do grupo. A partir dele os coletivos culturais e ativistas do território mais articulados e conectados com a história e memória de seus locais são contactados pelo coletivo a fim de promover um trabalho conjunto.

Isto acabou por conformar a atuação do grupo Ururay que tem buscado articular pesquisa e território ao invés de apenas promover uma pesquisa científica distante dos processos ocorridos nos locais. Isso contribui para fazer com que as suas pesquisas sejam realizadas com um olhar de dentro dos territórios e que facilita sua extroversão para a própria comunidade como público-alvo dos seus resultados.

Devemos analisar também todas estas questões na vizinha cidade de Guarulhos, a partir do que compartilhar com a região da zona leste paulistana e também quais as suas especificidades no processo histórico de produção do seu espaço urbano.

Analisando a história de Guarulhos, sua emancipação da capital (Santos, 2001), ocorreu a partir de um processo de unificação dos diferentes territórios tendo como centro o antigo aldeamento da Conceição de Guarulhos, tendo sido pensado a partir do interesse das elites econômicas presentes neste núcleo urbano:

Santos (2001), afirma a existência de diversos núcleos urbanos incluindo algumas freguesias que foram incorporadas ao novo município e que possuíam diferentes identidades locais (2001, p. 91), este processo ocorreu de forma muito problemática, o que impactou profundamente na construção de uma identidade Guarulhense.

Os diferentes ciclos de desenvolvimento econômico ocorridos na cidade ao longo do tempo ampliou o processo de diversificação social existente desde os primórdios, nesse sentido:

O município incorporou assim, ao mesmo tempo, características de cidade industrial e de periferia metropolitana, somadas as localidades que permanecem marcadas pela fisionomia de subúrbios. as alterações fizeram-se sentir na própria composição social da cidade, passando a ser formada por um expressivo contingente de operários, mas também composta por trabalhadores em serviços formais, informais e desempregados. Um processo onde diferentes agentes sociais atuaram sobre a produção do espaço (Santos, 2006, p. 20).

Dentro deste processo, a formação da identidade Guarulhense sempre foi uma questão central de debate, a historiografia tradicional da cidade desde sempre se debruçou sobre o tema buscando conformar características unificadoras sobre a formação da cidade e sobre sua história.

Segundo Santos, essa historiografia do desenvolvimento da cidade foi organizada procedendo a um apagamento da diversidade no processo de ocupação dos territórios, impondo uma unicidade a partir da construção de uma história que buscava exaltar aqueles que estavam à frente da administração municipal (Santos, 2006, p. 37).

No entanto, ele aponta a existência de diversas fontes que são ignoradas por essa historiografia, mas que têm a potencialidade de trazer à tona, para a história do município, toda essa diversidade ignorada. Entre essas fontes estão as imagens e documentos preservados no arquivo público municipal, a memória dos habitantes da cidade, o patrimônio edificado, as intervenções urbanísticas, além dos usos, tradições e costumes populares da cidade (2006, p. 38), ressaltando assim o papel do patrimônio ao da memória como forma de crítica a história escrita pelas elites locais.

Elas podem proporcionar análises que investiguem as origens da cidade a partir de outras leituras, por exemplo com uma análise do aldeamento de Guarulhos a partir dos conhecimentos indígenas sobre o território e de que forma eles contribuíram para a ocupação inicial da região. Não é coincidência, portanto, que este e outros temas sejam objeto de pesquisa por parte da AAPAH desde o seu início, que tomou para si a tarefa de construir uma história crítica de Guarulhos a partir da memória e do patrimônio locais.

Estes questionamentos estão presentes em diversas análises produzidas pelos membros da AAPAH, neles a questão da construção da identidade Guarulhense é pensada a partir do problema da hegemonia cultural das elites locais, por isso a diversidade cultural e histórica da cidade é abordada de forma a buscar novos olhares e outras perspectiva.

Borges (2014), por exemplo, tenta pensar a questão da construção da identidade em Guarulhos a partir da ideia de desterritorialização, pois a cidade passou por grandes transformações urbanas, que devem ser postas em diálogo com as transformações sociais

ocorridas nos diversos territórios da cidade. Desse modo, ele procura entender a identidade não como uma característica fixa e imutável, mas como um processo de criação e adaptação às mudanças históricas e sociais recorrentes no município.

Por isso, as análises sobre Guarulhos devem levar em consideração os aspectos diaspóricos ocorridos em seu território, pois se trata de uma região que desde o início foi palco de deslocamentos que levaram a esses processos de desterritorialização.

Neste processo temos os chamados “sujeitos hifenados” conforme descrito por Bhabha (1998), que são aqueles sujeitos que, por motivos diversos tiveram que se deslocar e migrar, o hífen que os acompanha serve para delimitar o lugar de onde vieram e o lugar para onde foram, sendo assim sujeitos que nunca pertencem plenamente a apenas algum lugar. No caso de Guarulhos, eles escapam da padronização construída pela identidade unificadora pois:

Suas ontologias são fugidias, complexas, inserem-se dentro de camadas intraintersticiais, diaspóricas e avessas aos sedentarismos que procuram ligar, automaticamente, genealogia e identidade cultural. Seus lugares de cultura são plurais, não estão em terrenos, pois são desterritorializados, não possuem terra firme, pelo contrário, se equilibram em margens movediças e em areias nômades longe da rigidez de maneiras de ser totalizadoras e massificadas da elite pensante (Borges, 2016, p. 44).

Deve-se ressaltar também que a população indígena originária da região foi deslocada e reorganizada pelo contato com o colonizador, sem falar das populações de origem africana deslocadas pelo tráfico de escravos, portanto este é um território formado por diversos processos de diáspora, seja interna ou externa.

Para pensar a cultura produzida por essa população hifenada o autor recorre a Bhabha (1998), trazendo alguns conceitos de entre-lugar ou hibridização cultural. Os entre-lugares fogem da noção tradicional de culturas homogêneas e puras, pois são nesses lugares onde as diferenças culturais são produzidas. Diferenças que se formam nos interstícios da cultura hegemônica e sob o domínio da diferença, e ali se organizam, através da negociação e do conflito, onde valores culturais são construídos a partir da reconfiguração de valores culturais originários que são ressignificados nos novos contextos.

Isto leva ao hibridismo cultural, diz respeito à recriação de locais de cultura sob novos contextos sociais, que são criados historicamente a partir da construção de laços com novas localidades, este local cultural é também um não local, um deslize por entre

as placas da cultura hegemônica.

No que diz respeito à produção de memórias nesses entre-lugares, Bhabha afirma:

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com "o novo" que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético ela renova o passado, refigurando-o como um "entre-lugar" contingente, que inova e interrompe a atual do presente. O "passado-presente" torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (Bhabha, 1998, p. 27)

Outro debate importante levantado pela AAPAH, que dialoga com a questão da territorialização e da diáspora é o debate sobre a periferização na cidade de Guarulhos, pensado enquanto território de articulação, cultura e memória coletiva. Santana (2014) afirma que o distanciamento entre as periferias e as regiões centrais revela um distanciamento não apenas físico, mas acima de tudo social e cultural, o que levou à elaboração de diferentes estratégias por parte destas populações, e à construção de lutas coletivas visando melhorias na qualidade de vida dos territórios periféricos, o que acabou reafirmando os laços comunitários e sociais dentro dessas regiões.

Dentro deste panorama, ela destaca a importância das Sociedades Amigos de Bairro (SAB) na organização da periferia em Guarulhos, embora tenham surgido em um contexto de forte apelo das políticas populistas nos anos 1960, no qual elas atuavam entre a autonomia e o paternalismo político, as SABs em Guarulhos acabaram evoluindo e se tornando espaços fundamentais nos processos socioculturais dessas regiões. A partir dos anos 1970 ela passa a conviver com outras organizações como a Comunidade Eclesiais de Base (CEB), movimentos de sem teto e sem terra, entre outros (2014, p. 131).

Um exemplo emblemático da organização nestes territórios foi a criação da Casa de Cultura Paulo Pontes, na Vila Fátima, ela funcionou entre 1977 e 1980 em meio ao processo de abertura do regime militar, ela surgiu do encontro entre estudantes, artistas e grupos de teatro que estavam tentando movimentar a cena cultural de Guarulhos.⁸⁵

A escolha deste bairro se deu pela preocupação de construir um espaço de cultura em uma região de alto crescimento populacional no período e que estava próximo de grandes plantas industriais, pois havia o desejo de estar próximo à comunidade operária da periferia da cidade. Este aspecto é importante visto que o espaço também funcionou como um lugar de ação política contra o regime militar, portanto cultura e política

⁸⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/paulo-freire-e-paulo-pontes-em-guarulhos-cultura-e-resistencia/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

caminhavam juntos, o que contribuiu também para o surgimento de várias lideranças populares e políticas naquele período.

Pensar a formação política e a articulação social como uma forma cultural nos remete diretamente para o entendimento que Thompson (2004) construiu sobre a organização da classe social, que ele enxerga acima de tudo como um processo histórico que se dá em lugares e situações determinadas historicamente e encarnadas em situações e pessoas reais.

Assim sendo, para ele a classe surge quando “alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (2004, p. 10). Portanto a classe é antes de tudo uma relação social.

Por outro lado, a consciência de classe é a forma como as experiências de classe são tratadas em termos culturais, ou seja, através das tradições, dos valores, dos sistemas de crença e na conformação das ideias. Essa elaboração cultural da consciência de classe dialoga de forma muito próxima com o local da cultura proposto por Bhabha (1998), que também são construídos a partir de certas experiências coletivas em comum e contra determinados grupos que se opõem a eles.

Dentro desta perspectiva do local de cultura como espaço de resistência, podemos conectar este debate com o debate patrimonial proposto por Costa (2016), que propõe a existência de um utopismo patrimônio-territorial na América Latina, que se trataria de uma forma de lutar contra o colonialismo patrimonial europeu.

Mais especificamente, vamos nos ater ao que ele denominou de utopismo patrimonial singularista que reage ante o urbanismo hegemônico nas cidades. Ele é singularista porque se opõe a:

Essa universalidade idealizada fomenta-se no discurso oportunista de uma modernização continental, quando parece ser “sem crítica que o continente se abre a todas as modernidades. Logo, os utopismos defendidos aqui agregam os conceitos *território* como síntese da formação e do domínio social, e *lugar* como quadro de referências situadas do mundo, de experiências humanas, da criatividade e de resistências. “Por isso, são os mais pobres que apontam o futuro (...) a relação fecunda com o território é feita por eles. Ricos e classe média têm o olhar para fora, são cosmopolitas, reduzem a capacidade de relação com o território mais próximo. (Costa, 2016, p.11)

Nesse sentido, o autor afirma que é necessário deixar de considerar apenas os centros antigos das cidades como únicas referências de memória, sendo necessário assim

descentralizar para poder chegar às periferias urbanas, lugares estratégicos que possuem diversidade cultural que deve ser apropriada pela comunidade local.

Para esse autor, a patrimonialização dos territórios periféricos teria a característica de se opor ao processo globalizante da patrimonialização que leva em consideração valores europeizados na América Latina que escondem as divisões sociais de classe e raça. Singularizar as características específicas de seus territórios a partir das culturas tradicionais herdadas dos povos subjugados pela colonização seria a saída contra esse processo.

Precisamos também compreender que territórios e lugares de memória são esses com os quais os grupos trabalham e na qual atuam, também buscando entender os diferentes processos de patrimonialização desses lugares.

3.3 Diferentes territórios, diferentes questões

A introdução de um ideário territorial para o interior das políticas patrimoniais traz consigo a incorporação de redes de sentido e de valores existentes a partir das vivências sociais em torno dos patrimônios, com isso a redescoberta e a valorização das dinâmicas locais dos territórios urbanos demonstra a valorização das dinâmicas de usos dos bens culturais que colaboram para garantir uma maior legitimidade a esses bens patrimoniais (Rodrigues, 2014, p.51).

Para além do território, a questão de como a aproximação entre patrimônio e memória social é importante como uma forma de democratização das políticas de memória, pois ele contribui para ampliar as práticas culturais consideradas como bens patrimonializáveis.

No que diz respeito às questões relacionadas ao patrimônio e o território, De Meo (2014) afirma que ambos possuem uma co-construção dialética e essa construção atua em pelo menos dois domínios diferentes; em primeiro lugar, ambos possuem uma dupla natureza material e ideal, ou seja, transitam entre o concreto e o abstrato, em segundo lugar está o entrelaçamento de funções e efeitos na formação dos laços espaciais de cada sujeito ou de todo o grupo.

Nem o território e nem o patrimônio existem a priori, no entanto qualquer espaço pode acender a essas duas categorias sendo os processos e os percursos bem semelhantes entre eles, ambos passam pelo processo de adoção e depois de apropriação, no qual não apenas passam a compreender o significado do espaço como passam também a se identificar nele/com ele.

Além disso, conforme aponta De Meo, “a patrimonialização (atribuir um valor e um sentido coletivo de pertença comum) afeta cada vez mais objetos que se revelam, portanto, geradores de território nos espaços onde estão ou em redes mais móveis que lhes acolhem” (2014, p. 19). Portanto, ela também contribui para reforçar e redefinir territórios, muitas vezes atuando às margens dos territórios ou nos territórios à margem de uma localidade.

Nesse processo, os locais, objetos ou paisagens patrimoniais se tornam capazes de articular diversas organizações territoriais que podem ser políticas, econômicas ou ideológicas, e seu papel de ponte entre o território e o patrimônio pode mobilizar uma grande variedade de atores sociais que podem por sua vez constituir sistemas de ação através da formatação de projetos em comum.

Os processos de territorialização do patrimônio ajudam a construir uma série de fatores de organização social que podem ser acionados a partir deste olhar sobre a memória e o patrimônio de um território. A organização social pode, por seu lado, gerar diversas outras lutas ligadas ao território como pela qualidade de vida ou pelo desenvolvimento econômico e social.

Analisaremos agora alguns dos territórios abordados e foco de atividades de ambos os grupos buscando entender suas complexidades e as diferentes questões e reflexões proporcionadas por cada um deles a partir do debate patrimonial.

O projeto Territórios de Ururay, como dito antes, rendeu um documentário e uma publicação sobre as reflexões suscitadas pelas pesquisas em alguns territórios, cada um deles com características e questões próprias a serem discutidas.

Foram selecionados bens culturais para serem analisados nos bairros de Itaquera, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaim Paulista, Penha, Tatuapé, Belém, e Jardim Anália Franco. No entanto as reflexões levantadas vão além dos bens culturais em si, tratando das relações entre eles o seu entorno e com o espaço urbano onde estão inseridos, incluindo as relações sociais que são estabelecidas a partir destes mesmos bens (Duarte *et al*, 2017, pp.196-197).

No primeiro artigo da obra abre-se a questão sobre de que cidade se está falando quando se fala de patrimônio urbano, na qual se questiona o conceito de cidades históricas consagrado na área do patrimônio, pois todas as cidades possuem história. Nesse processo, também o conceito de centro histórico acaba se tornando igualmente frágil, pois afirmar a existência de determinadas áreas que possuem uma história mais privilegiada sobre outras apresenta diversos problemas, visto que a história é um processo e que não

ocorre exclusivamente em locais determinados, assim:

A ideia de um lugar delimitado que abarque e expresse (sozinho) os desvãos da história, as passagens do que se sucedeu à uma sociedade me é estranha. Há sempre o conflito que se deu e ninguém escreveu sobre rotas e caminhos não calculados, evasões e diálogos humanos que (ainda) não receberam o predicado “histórico”, e tudo isso, evidentemente, impede o cálculo que confina a história à uma reclusa área. É preciso assim, repensar os lugares dotados de importância histórica, tendo em vista o aprofundamento da reflexão não somente sobre o patrimônio, mas sobre a própria cidade, de modo a começar, ainda que timidamente, a descortinar a admirável diversidade e complexidade histórica desta (Costa, 2016, p.12).

Esta introdução diz respeito à necessidade de composição de um quadro mais amplo a respeito do patrimônio e da própria cidade de São Paulo, que possa abarcar a complexidade que a cidade possui.

O texto busca então repensar o bairro de Itaquera no extremo leste, ressaltando a importância da região como caminho para outros bairros e municípios da região leste, a importância da estrada de ferro e o processo de industrialização e transformação do antigo subúrbio oriental de São Paulo e o processo de periferização do bairro.

O bairro possui alguns bens tombados, sendo eles a antiga casa do chefe da estação de trem, que em 2014 se tornou o Centro Cultural Casa da Memória, a antiga sede da fazenda da família Morganti, que hoje sedia a casa de cultura Raul Seixas além do casarão de Sabbado D'angelo (Costa, 2016, p. 22).

São esses marcos importantes na paisagem que contribuem para entender a evolução urbana do bairro. No entanto, aponta o autor que estes bens locais preservados são em geral resquícios das elites sociais locais, sendo elas igrejas ligadas às autoridades religiosas, casas de veraneio ou sedes de fazenda das famílias poderosas da região.

Nesse sentido, o processo de preservação e tombamento municipal no bairro está ligado a um certo padrão de monumentalidade e exuberância arquitetônica (2016, p. 22), que apresenta uma narrativa excludente pois privilegia certos estratos sociais em detrimento da maioria da comunidade local, isto acaba dificultando a construção de um sentimento de pertencimento deste patrimônio tombado na população local e um apego por eles.

No entanto, o autor destaca que existem iniciativas localizadas, de pesquisadores ligados ao bairro, de buscar outras memórias e escrever outras histórias sobre a região, o que leva à busca por preservação de outros bens culturais importantes para a população do bairro:

São esses moradores, entre outros (e nestes o autor deste texto), que vêm conduzindo algumas ações culturais que discutem a memória do bairro, com vistas à valorização da própria história e cultura da região. As reflexões sobre preservação cultural vêm nessa trilha (Costa, 2016, p. 23).

Há pelo menos 15 anos foram feitas solicitações de tombamento de diversas edificações do bairro junto ao CONPRES P e ao CONDEPHAAT, tendo sido propostas pelos próprios moradores. Esses pedidos ficaram parados por muitos anos e apenas começaram a ser apreciados recentemente devido à articulação dos moradores em torno destas questões. O debate em torno do patrimônio se assentou em Itaquera a partir de 2015, como ressonância das articulações ocorridas na Penha, a partir dos seminários de patrimônio cultural que deram origem ao coletivo Ururay (Costa, 2016, pp. 23-24).

Outro fator importante que influenciou os debates sobre preservação foram às transformações urbanísticas ocorridas entre 2010 e 2014 no bairro, em função da copa do mundo realizada em 2014, e que teve, no estádio do Corinthians localizado em Itaquera, uma de suas sedes, elas transformaram boa parte da paisagem e puseram em risco alguns bens históricos. Este processo também levou a uma sensação de ruptura com o passado e a que os moradores passassem a repensar a sua relação com o bairro onde viviam, o que acabou se refletindo em uma busca pela história e pela memória locais (Costa, 2016, p. 24).

Como consequência deste processo de transformação e construção de articulações, o autor aponta a atuação discreta da administração municipal (2013-2016) na ampliação da preservação dos bens culturais do bairro de Itaquera. Neste período foi decretado o tombamento da casa do chefe da estação e criada a casa da memória no local, fruto acima de tudo da articulação e da pressão exercidas pelos moradores sobre a prefeitura. Também deste período é a criação de uma área verde e da Casa de Cultura Raul Seixas, importante referência cultural nas atividades do bairro.

O autor propõe então uma reflexão sobre o caráter do patrimônio cultural em regiões periféricas, ele questiona que importância possuem o caráter histórico ou artístico do patrimônio em regiões que possuem carências crônicas de mobilidade urbana e serviços públicos, que devem contribuir para o debate sobre qual tipo de cidade tem sido pensado o patrimônio histórico e cultural.

Dessa maneira, os debates sobre o patrimônio nestas regiões devem estar associadas à discussão sobre desenvolvimento urbano e econômico para que se tornem

relevantes para essas populações, questões como habitação, meio ambiente e gestão urbana também são fundamentais neste debate. É necessário pensar como esses espaços preservados irão interagir com as comunidades do seu entorno, e de que forma este patrimônio pode estar inserido no cotidiano da população e com o contexto social local:

Imaginar o desenvolvimento local a partir de atividades econômicas compatíveis com as características do território, dialogando de forma contextualizada com a preservação cultural, parece ser a postura a ser tomada – tal pressuposto não deve figurar somente na atuação das instituições e órgãos tradicionalmente vinculados à preservação cultural, mas deve estar na concepção das ações dos agentes locais, sejam eles lojistas, agentes comunitários, militantes ou gestores da cultura e demais moradores (Morcelli, 2016, p. 28).

Para finalizar, ele aponta dois exemplos locais que ajudam a elucidar essas questões propostas, sendo a Casa de Cultura Raul Seixas e a Igreja do Carmo, pois, segundo o autor eles representam a conjugação da valorização dos bens de valor cultural e arquitetônico com a inserção em planos locais de desenvolvimento e valorização do território onde estão inseridos, contribuindo para o desenvolvimento planejado da região como um todo.

O bairro de São Miguel Paulista é muito importante nas reflexões e atuações do coletivo Ururay, este bairro tem sido alvo de práticas de preservação desde pelo menos os anos 1980, quando da atividade realizada por Antonio Arantes e sobre a qual já tratamos anteriormente. Também o coletivo Ururay atua na região.

No bairro estão localizados três dos patrimônios mais antigos da cidade de São Paulo, sendo um deles um dos primeiros a ser tombado. São eles a Fazenda Biacica, o Sítio Mirim e a Capela de São Miguel, tendo sido esta última tombada em 1938 (Morcelli, 2016, p.33). O entorno da capela foi ponto de atividades realizadas pelo coletivo Ururay em algumas ocasiões.

A Penha é um bairro que preserva muito de seus marcos históricos e é o berço de diversas ações e articulações pela preservação do patrimônio da zona leste, os patrimônios preservados no bairro revelam a importância histórica da região no desenvolvimento da região leste da capital.

Marcos importantes na paisagem local são as duas igrejas do centro histórico da Penha, a Igreja de Nossa Senhora da Penha e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A primeira era originalmente reservada para a população branca sendo impedida a presença de negros, proibição que fez com que surgisse a irmandade de negros que construiu a

igreja do Rosário, revelando assim as formas de poder da sociedade brasileira desde o período colonial até os dias de hoje. Também a posição onde a Igreja da Penha foi construída revela a relação de submissão perante à catedral da cidade localizada na Sé, da mesma maneira colocando-se como representante do poder religioso no bairro da Penha (Goulart, 2016, p.56). Estando ela postada de frente para a catedral da cidade de São Paulo, enquanto a igreja do Rosário está posicionada como “de costas” para ambas as igrejas.

O Largo do Rosário, onde está localizada a igreja construída pela população negra, acabou se transformando em lugar de acolhimento de populações não brancas, além das atividades afro-religiosas e culturais realizadas ali, que serão analisadas mais à frente, o largo abriga também desde 2012 a feira cultural Pueblo Andino, formado por imigrantes bolivianos que vivem em São Paulo. A feira foi oficializada em 2014 pela prefeitura e é frequentada em sua maioria pelos próprios imigrantes, como forma de criação de laços identitários e manutenção da conexão com a cultura de seu país de origem (Goulart, 2016, p.71).

Existem também duas escolas estaduais tombadas na Penha que ajudam a explicar a história do ensino em São Paulo e no Brasil, uma delas tem origem no antigo Grupo Escolar da Penha, criado em 1913, remetendo ao modelo escolar da República Velha, a outra foi construída em 1952 sob a influência da arquitetura modernista que trazia na organização de seus espaços uma nova abordagem sobre a educação e a escola. Nesse sentido, são dois espaços que possibilitam pensar o passado e o futuro da educação pública no país através da leitura de seus espaços e de como se relacionam com a comunidade do seu entorno (Goulart, 2016, pp.71 e segs.).

Outra região importante para a atividade do Ururay é a Mooca, pois ela apresenta questionamentos diferentes do que foi apresentado até aqui devido à forte atuação da especulação imobiliária em seu território. Assim sendo, um importante problema que ocorre ali é a perda sistemática do patrimônio local, cuja paisagem era dominada por fábricas e indústrias diversas, mas que passou por severas mudanças. O autor destaca que os edifícios preservados de forma oficial são relativos aos últimos cem anos e ligados à questão fabril e à imigração estrangeira:

Como podemos ver hoje, aquilo que pode ser lido na paisagem como “antigo” costumam levar como principais traços as técnicas empregadas pelos seus construtores, em sua maioria imigrantes italianos, espanhóis, portugueses e alemães, refletidos nos casarios, padarias e pequenos comércios. Em meio a esses, prédios modernos,

condomínios verticalizados, shoppings e mercados com uma arquitetura que por pouco não extingue novamente da paisagem as mudanças da cidade. (Goulart, 2016, p. 95)

Na Região da Mooca como um todo a especulação imobiliária dá forma aos espaços urbanos de maneira bastante forte, pois “a verticalização devora a paisagem e a memória de um bairro” (2016, p. 116), embora não apenas os patrimônios sejam comprometidos nesse processo, mas também os modos de viver a cidade e a capacidade do meio ambiente em suportar essa transformação estão em perigo.

Existem também diversos exemplos de antigos espaços fabris parcialmente preservados e aproveitados por supermercados, faculdades particulares e até mesmo pelo SESC, que acabaram inclusive por valorizar financeiramente seu entorno, no entanto a preservação da memória fabril na Mooca ainda passa por grandes dificuldades. Exemplos desses problemas são a derrubada de edifícios inteiros para a construção de prédios de apartamentos onde apenas as chaminés permanecem preservadas como marcador territorial. No entanto, totalmente descontextualizadas de seu passado.

Mas existem alguns resquícios da ocupação anterior à industrialização que sobreviveram em meio às transformações urbanas da região. O principal exemplo é a Casa do Tatuapé que tem origem em uma antiga fazenda da época colonial, mas cuja memória vai além do ciclo bandeirista, pois também revela a evolução histórica do bairro. Nesse contexto, o edifício serve como um documento sobre as transformações urbanas e sociais, primeiro como moradia da elite rural paulista no século XIX, depois quando passou a abrigar uma olaria e finalmente, no século XX, tornou-se uma tecelagem.

O processo de tombamento e doação à prefeitura foi moroso e demorado, devido a essa demora o terreno foi loteado e a casa acabou encarcerada entre os lotes vizinhos, pois o valor da terra nesse período cresceu e comprometeu a integridade da área e seu valor histórico.

Não deixa de ser este fato uma mostra do que foi realizado com o patrimônio por toda essa região, alvo da especulação imobiliária. Também é um problema a inexistência de atividades no imóvel que busquem sensibilizar a comunidade do entorno e que gere engajamento pela sua valorização como bem cultural.

O autor ressalta a dificuldade de os órgãos de preservação darem uma destinação socialmente útil para o bem cultural preservado sobre o seu entorno, tal como a promoção cultural e a divulgação da história do bairro e sua evolução. Por consequência temos esta edificação:

Desarticulada com a comunidade local e carente de atividades que acabem por convidar a população a reconhecer aquele espaço, acaba justamente afastando a comunidade local, sendo a não apropriação do espaço pelos próprios ocupantes da territorialidade um grande entrave para sua preservação real e a plenitude de suas funções, em uma relação que desde o processo de tombamento não vem sendo vista de forma harmônica. Os patrimônios devem ser compreendidos tais como as narrativas históricas que ele busca representar: complexos, dinâmicos e simbólicos. (Costa, 2016, p. 106)

Portanto um espaço que poderia ser usado em convênio com escolas, teatros, coletivos, organizações da sociedade civil para atividades culturais e para educação patrimonial está sujeito ao esquecimento e à deterioração devido à falta de usos mais amplos dentro do território onde está inserido.

Também o sítio do Capão tem sofrido com a especulação imobiliária pois está localizado no Jardim Anália Franco, região atualmente de alto padrão. Porém ele carrega outras questões sobre a preservação, pois além de se tratar de um bem privado seu tombamento ocorreu por solicitação da justiça, visto que o edifício corria o risco de ser demolido pois está em uma localização bem valorizada no bairro (Costa, 2016, pp. 108-109).

Muito embora tenha sido ajustado com a justiça a criação de um museu cuja manutenção e acervo seriam responsabilidade dos proprietários, este nunca veio à luz do dia apesar de o imóvel estar em boas condições de preservação. Teoricamente é possível a visitação ao imóvel a partir de agendamento, mas o próprio coletivo Ururay teve inúmeras dificuldades de contato para obter esse acesso, tudo leva a crer que a visitas ao local sejam muito raras.

As pesquisas sobre esse edifício são muito poucas e esparsas também em função da dificuldade de acesso de pesquisadores ao local, mas é sabido que o imóvel possui uma história bastante relevante para a compreensão não apenas da história do bairro, mas também da cidade de São Paulo, pois além de ser originalmente uma fazenda do ciclo bandeirista, ela pertenceu ao padre Feijó no século XIX, e por fim foi sede de uma associação beneficente feminina conhecida como lar Anália Franco. No início do século XX, este lar exercia as funções de orfanato e de receber as chamadas “mulheres desvirtuadas” (Costa, 2016, pp. 108-109).

Este caso demonstra claramente os limites do interesse da iniciativa privada sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade, o terreno parece ter uma função muito mais de valorização da região do entorno do que como lugar de valor histórico e cultural, pois não existe por parte dos proprietários (uma grande empresa do ramo imobiliário) interesse

em explorar as possibilidades que o espaço pode proporcionar em termos de atração cultural ou mesmo turística. Assim, nem o Estado nem a iniciativa privada são capazes ou estão interessados em dar uma destinação digna para este espaço que permanece ignorado e desconhecido pela ampla maioria da população local e do resto da cidade.

Em Guarulhos, a AAPAH se debruça sobre a diversidade de territórios que compõem a cidade tendo esta perspectiva como base conceitual de suas ações, ou seja, a cidade como uma colcha de retalhos que precisa ser explorada em toda sua complexidade.

Sendo o território do centro da cidade uma região fundamental para entender as origens e a evolução urbana e social da cidade, o grupo também se debruça em atividades e análises sobre ele, buscando inclusive outras narrativas sobre o espaço que fujam à historiografia mais tradicional do município.

Um dos aspectos pensados pelo grupo diz respeito à questão da presença negra no centro da cidade através da Igreja do Rosário que foi demolida e posteriormente construída em outro lugar, contudo este debate será feito em um outro tópico. O centro da cidade foi alvo privilegiado das transformações que buscavam modernizar para apagar rastros indesejados pelas elites locais, assim:

a região central foi o grande alvo da mentalidade progressista, dos projetos de modernização suburbana, da especulação imobiliária e o preço do constante crescimento sem o devido balanço com o passado estão nos danos sofridos em sua memória edificada, há poucos registros patrimoniais a rememorar e conservar a tradição histórico do centro (AAPAH, 2017, p. 7).

Também o grupo dedica muito esforço para compreender e divulgar os valores culturais e históricos das mais diversas regiões que formam a cidade de Guarulhos, regiões que possuem características físicas, ambientais e sociais bem diversas entre si e que formam um mosaico da paisagem cultural do município.

Um território de ocupação bastante antigo e fundamental na evolução urbana de Guarulhos é o bairro do Bonsucesso, tendo sido povoado no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso, que foi construída por volta de 1800. Além da igreja, outros marcos referenciais importantes para o bairro são a Capela de São Benedito e o casario colonial preservado. A região é um dos núcleos fundadores de Guarulhos e sua ocupação possui relação com a descoberta e exploração de jazidas de ouro na região, o que ajudou a tornar a região um importante núcleo de povoamento.⁸⁶

⁸⁶ Disponível em: <https://aapah.org.br/bonsucesso-sincretismo/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

A igreja, desde o início, sempre foi um importante ponto de romarias e lugar de festas religiosas, sendo que a celebração mais importante de seu calendário é a festa de Nossa Senhora do Bonsucesso e a cerimônia da carpição que ocorre no início do mês de agosto. A cerimônia consiste nos devotos “carpindo” o terreno no entorno da igreja, mantendo uma tradição que remonta a aspectos que possuem relação com o poder curativo da terra em contato com o homem.

A igreja de Bonsucesso e suas festas são referências importantes da tradição popular de Guarulhos e fazem parte da sua identidade, ela carrega consigo ainda uma importante tradição de sincretismo religioso, representado na festa da carpição ainda hoje.

Neste lugar ocorre o encontro entre as culturas cabocla, nordestina, católica e negra que se entrecruzam por exemplo, na sala dos milagres (ex-votos), onde as mais variadas manifestações da fé popular convivem e podem ser observadas. Nesse cenário:

É interessante observar que de todas as tensões que os ritos de folias de reis, congadas, moçambiques, catiras, a própria carpição, poderiam ter causado contra a moral católico-cristã, e ortodoxa, é um tanto óbvio concluir que, em quase três séculos de história, prevaleceram as práticas do sincretismo no imaginário popular da região. Caso contrário, essas festas já teriam se esvaziado e o espaço do Santuário de Bonsucesso perdido o seu significado através do tempo (AAPAH, 2017, p. 8)

Um exemplo desta importância está na retomada da tradição do mastro de Bonsucesso, resgatada em 2009 a partir da atuação da ONG Abaçaí ligada às tradições culturais, onde os pesquisadores buscaram resgatar as memórias da população local em relação a essa cerimônia, esta tradição também faz parte da festa da carpição.⁸⁷

Outro território importante para a história de Guarulhos é o bairro Cabuçu, considerado como o território mais antigo da cidade, sendo um dos marcos históricos mais importantes da região a Igreja do Bom Jesus da Cabeça, um santuário também importante para a cultura e a religiosidade popular. Ela foi erigida em 1850 por um escravizado, a partir de uma cabeça de uma imagem de Jesus encontrada em um rio.⁸⁸

O bairro foi desde cedo outro importante núcleo populacional do território que viria a ser na cidade de Guarulhos, ao lado do Bonsucesso e da área central da cidade, no entanto, para buscar entender quais eram as condições nas quais a população vivia e como o bairro evoluiu, são necessárias outras fontes:

⁸⁷ Disponível em: <https://aapah.org.br/2015/02/mastro-da-festa-de-bonsucesso/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

⁸⁸ Disponível em: <https://aapah.org.br/patrimonio/capela-bom-jesus-da-cabeça/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

Mas é na oralidade que tomamos contato com a dificuldade cotidiana dos primeiros moradores da região. O cenário de falta era completo: asfalto, transporte, escola, posto de saúde, comércios, etc., nas palavras dos mais antigos moradores, nada se tinha. Piorado durante os anos em que o bairro viveu seu hiato administrativo, tendo que se virar por conta própria. (Guerra, 2020, s.p.)

Além disso, o Cabuçu também é considerado como o cinturão verde da cidade, possui uma unidade de conservação, o Parque Estadual da Cantareira - Núcleo Cabuçu, onde estão preservados resquícios da Mata Atlântica e também do bioma cerrado, esta última uma paisagem pouco comum nesta região do país.

Este cinturão verde abriga mananciais e rios que contribuíram para a construção de uma importante obra de engenharia, a barragem do Cabuçu, concluída em 1907. Ela é considerada a primeira barragem feita em concreto armado no Brasil, embora não esteja mais em uso, se configura como um marco da engenharia da cidade.

A temática da valorização do meio ambiente como importante patrimônio da cidade que deve ser preservado está presente nas discussões da AAPAH, no que diz respeito a outros bairros e regiões. Se destacam o bairro Água Azul, que também possui importantes resquícios da mata atlântica e do cerrado Guarulhense, na qual se encontra o Morro do Nhangussu com o seu mirante, um lugar com possibilidades de aproveitamento turístico e para educação ambiental. Além disso na parte mais baixa do morro houve a exploração de ouro durante o período colonial, tendo sido descoberto recentemente um pequeno aqueduto construído para essa atividade, o que faz essa região também um importante patrimônio arqueológico,⁸⁹

Também existe uma lagoa artificial conhecida como Lagoa Azul, criada no início do século XX na região que tinha como objetivo a extração de argila para a produção de tijolos, atividade que substituiu a extração de ouro na região.

Desta maneira a questão ambiental está presente nas pesquisas do grupo e as lutas pela preservação da rica cobertura vegetal do município, do resgate da história e importância dos rios da cidade (muitos deles escondidos sob avenidas e ruas) e sobre a preocupação com a educação ambiental da população local, entre elas a utilização do Bosque Maia (única área verde urbana do município) como lugar de atividade de educação ambiental com crianças e jovens.⁹⁰

⁸⁹ Disponível em: <https://aapah.org.br/morro-do-nhangussu-e-um-potencial-turistico-de-guarulhos/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

⁹⁰ Disponível em: <https://aapah.org.br/2021/02/educacao-ambiental-como-pilar-na-fundacao-do-bosque->

O bairro do Taboão também se apresenta como um território importante na construção de Guarulhos, o bairro surgiu em volta da Praça Oito de Dezembro, e desde cedo adquiriu uma vocação multicultural proporcionada pela migração, assim:

O pluralismo cultural concentrado na Oito de Dezembro grita aos olhos dos transeuntes, nas calçadas uma gama de produtos à venda, é lá que você pode ouvir muitos sotaques, no entanto o destaque é para os dialetos que vão do Norte ao Nordeste e não é à toa, pois foi de lá que anos atrás muitos migrantes vieram e ocuparam o bairro, a construção do aeroporto reforçou a chegada desses homens e mulheres que sonhavam com uma vida melhor. (Andrade, 2021, s.p.)

Graças a essa forte presença o bairro foi palco por muito anos de uma festa nordestina patrocinada pela prefeitura de Guarulhos para celebrar a sua contribuição para o desenvolvimento da cidade, ela não existe mais de modo oficial, mas a cultura nordestina continua forte pela rua do bairro e em especial ao redor da chamada Praça Oito. Também uma conhecida feira do rolo, onde se pratica o escambo dos mais variados objetos, foi transferida para o bairro e permanece ativa ao lado do comércio informal que é característico do bairro e conhecido em toda a cidade.

A valorização dos aspectos migratórios e a tradição comercial e de práticas do cotidiano como a cultura de um lugar é possível, se considerarmos a construção da história e um processo multifacetado, contínuo e que está inserido na própria dinâmica social. Ele afirma que o direito ao passado é um direito da cidadania que, como os outros, para ser possível depende de toda uma rede complexa de possibilidades na qual a construção da autoestima de setores sociais ou étnicos que construíram a cidade é parte fundamental para a construção também do futuro da cidade.⁹¹

Cumbica é também um bairro muito importante na constituição do território de Guarulhos, lugar de ocupação e passagens de povos indígenas, a região foi ocupada por propriedades rurais até que uma parcela foi adquirida pelo governo federal para que fosse instalada ali a base aérea de São Paulo, origem do que mais tarde viria a ser o Aeroporto Internacional de Guarulhos, hoje o principal cartão-postal da cidade.

A urbanização do bairro ocorreu a partir da criação da cidade satélite industrial de Cumbica, na qual se buscava aproveitar o processo de industrialização do município. O projeto previa a criação de um distrito industrial provido dos equipamentos públicos necessários. No entanto, a população que passou a ocupar o bairro em busca de empregos

maia/. Acesso em 13 de novembro de 2025

⁹¹ Disponível em: <https://aapah.org.br/tabao-praca-oito/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

passou a conviver com a completa ausência de infraestrutura urbana, desde asfaltamento de ruas até a ausência de creches e escolas públicas.

Nesse sentido, o bairro se tornou um retrato das contradições no processo de urbanização de Guarulhos, Cumbica era a região que mais contribuía com o ICM para a prefeitura do município, mas sua população sofria com falta do básico para sobrevivência. Em 1999 foi realizado um plebiscito sobre a emancipação do bairro, porém não obtendo sucesso a ideia foi abandonada com o tempo.⁹²

Vemos nos textos analisados que a AAPAH entende o bairro e a sua memória valorizando as suas origens populares e ressaltando as contradições sociais presentes em sua história. Buscando fugir de uma análise que prioriza o progresso econômico e o desenvolvimento urbano ocorridos no bairro, profundamente ligada a um discurso de afirmação das elites locais como artífices do desenvolvimento local.

No entanto, não podemos deixar de falar sobre a importância que as mudanças estruturais em Cumbica tiveram não apenas em sua expansão urbana local, mas também o seu impacto para a cidade de Guarulhos com um todo. Santos (2006), aponta que a inauguração do Aeroporto Internacional de Guarulhos em Cumbica em 1985 contribuiu para a consolidação de uma economia local voltada no setor de serviços e para o turismo internacional, abandonado o antigo perfil industrial da cidade.

Esse processo levou ao surgimento de toda uma rede hoteleira internacional que impactou o território não apenas de Cumbica mas também em alguns dos núcleos mais antigos da cidade como Bonsucesso, Vila Galvão, Ponta Grande e Vila Augusta. Esse processo alterou o perfil socioeconômico dessas regiões levando a expulsão da população de baixa renda para lugares mais distantes do centro da cidade (Santos, 2006, p.205).

Um reflexo importante destas transformações encontra-se na comissão especial de revitalização do centro criada em 2002 por iniciativa da prefeitura e que já foi debatida nesta tese. Segundo Santos (2006), ela possuía como um dos seus objetivos revitalizar o centro a fim de torná-lo adequado para o que deveria ser um dos propósitos do município, “tornar-se um polo de redes de hotéis, centros de convenções, feiras, exposições e do turismo de negócios, vocação que se agudizará ainda mais com a construção da terceira pista do Aeroporto Internacional” (Santos, 2006, p.206).

Algumas dessas áreas afetadas são objetos da pesquisa da AAPAH e já foram analisadas nesta pesquisa, são territórios que possuem patrimônios materiais e tradições culturais populares importantes para a identidade de Guarulhos. Apesar disso, muitas

⁹² Disponível em: <https://aapah.org.br/quando-o-distrito-de-cumbica-quase-virou-uma-cidade/>

delas estão ameaçadas devido ao deslocamento de suas populações e as alterações radicais ocorridas em seus espaços urbanos tradicionais. Isto implica na importância dada ao trabalho nestes territórios nos quais o grupo que busca resgatar práticas culturais já perdidas e fortalecer aquelas que ainda resistem às transformações econômicas e sociais da cidade.

Uma outra questão importante para o grupo é a dos territórios da exclusão, nas quais certas populações, por suas características sociais, étnicas ou outras são confinadas a fim de ficarem apartados do resto da sociedade. Diversos lugares podem ser entendidos sob esta lógica, mas em Guarulhos um lugar em especial possui essas características e foi objeto de um livro publicado pela AAPAH, trata-se do antigo Sanatório Padre Bento, localizado onde hoje é o bairro Jardim Tranquilidade.

O sanatório foi fundado em 1931 e tinha como objetivo o tratamento da lepra através da internação compulsória, ele formava um complexo onde os doentes e seus parentes habitavam, afastando-os da vida em sociedade. O complexo contava com uma escola, igreja, teatro e campo de futebol, muitas destas estruturas existem ainda hoje e servem a população local (AAPAH, 2017, p. 41).

Em diversos artigos são analisados diferentes olhares sobre o funcionamento do sanatório, desde discursos que o ressaltam como um leprosário modelo, moderno e mais humanitário do que os outros, até o contraponto a partir das memórias de ex-internos sobre a infância no sanatório, através de depoimentos de crianças que eram separadas de seus pais e ficavam em alas separadas, algumas vezes indo parar em leprosários diferentes.⁹³

Portanto, as pesquisas do grupo buscam construir um retrato do antigo sanatório ressaltando um olhar para dentro do complexo além de seus aspectos médicos retratando as formas de divertimento, as práticas de esporte e formas de sociabilidade entre os internos.⁹⁴

Com o fim do sanatório, em 1986, a área do complexo foi sendo ocupada por outras pessoas e acabou dando origem ao bairro Jardim Tranquilidade, que guarda nos nomes das ruas as marcas da presença do espiritismo. O primeiro núcleo espírita surgiu em 1942 a partir de internos do sanatório, depois ele foi aberto ao público em geral e está presente no cotidiano do bairro até os dias de hoje. Hoje, o bairro também abriga patrimônios tombados ligados ao antigo sanatório, como o teatro, a igreja e o campo de

⁹³ Disponível em: <https://aapah.org.br/infancia-no-sanatorio-padre-bento/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

⁹⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/teatro-padre-bento/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

futebol que hoje servem à comunidade local.⁹⁵ Outras regiões e bairros são objeto de análise da AAPAH, que, no entanto, não serão analisadas aqui.

Eles estão contemplados em alguns dos projetos do grupo que trabalham com a rede de valorização dos diferentes territórios e lugares de memória da cidade. Um deles é o programa lugares e memórias, que é uma série de pequenos documentários que tratam sobre os diferentes territórios de Guarulhos buscando divulgar a memória e o conhecimento histórico para a população em geral, conforme suas próprias palavras,

A ideia é levar a história local de uma linguagem mais simples para alcançar o público em geral que deseja conhecer um pouco mais sobre os acontecimentos de Guarulhos, os patrimônios culturais, as pessoas da nossa cidade e os bairros (Carvalho, 2025, s.p.)

O programa possui um canal na internet⁹⁶, onde os episódios podem ser acessados livremente, apresenta episódios que falam sobre o Jardim Ponte Alta, a Igreja do Rosário dos Pretos, Cabuçu, trem da Cantareira, Parque CECAP, Taboão, Sanatório Padre Bento entre outros.

Outro trabalho do projeto “lugares e memórias de Guarulhos” foi a pesquisa e publicação da obra *Guia Histórico Cultural de Logradouros*. Que visa a recuperação dos nomes das ruas e vias da cidade a partir das suas referências sociais, a publicação busca deste modo a história para além dos nomes oficiais dos logradouros da cidade, recuperando antigas nomenclaturas populares das vias, algumas delas esquecidas.

Ela ressalta que a necessidade do ser humano em nomear lugares por onde circula ou se estabelece é muito antiga e não é apenas um gesto banal, pois se constitui também em um ato de cidadania (2014, p. 8), dar nome às ruas também implica uma participação social:

Uma das formas mais comuns de dar nome às ruas era a popular: a população de maneira geral dava nome às ruas. Seja a presença de uma igreja, a moradia de um ilustre da cidade, alguma questão geográfica ou a existência de muitos comércios. (Guerra *et al.* 2014, p. 8).

No século XIX em Guarulhos, com exceção das ruas centrais, as denominações populares das vias eram mais frequentes, porém com o avanço do desenvolvimento da

⁹⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/2021/02/as-ruas-com-nomes-espiritas-do-jardim-tranquilidade/>. Acesso em 13 de novembro de 2025

⁹⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLcP7HK_svsjECFBWqspqtXz34IYrhT0w1. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

cidade foram sendo substituídos por nome oficiais escolhidos pelas autoridades, depois veio o ordenamento da cidade e a centralização administrativa para garantir o pleno domínio das elites sobre o território urbano.

Um aspecto importante na pesquisa sobre os logradouros é a importância da oralidade nos processos de descoberta de nomes antigos e das origens das vias da cidade, pois nela estão presentes experiências coletivas, resistência cultural e pressão oficial no processo. Por isso boa parte da publicação é dedicada a relatos pessoais de moradores dos diversos territórios da cidade, contando sobre as origens dos nomes de algumas vias que muitas vezes estão ligadas às próprias origens destes caminhos.

Aborda-se assim o conceito de lugares de memória, citando Pierre Nora afirmando que são “aqueles espaços que consideram as experiências da vida ainda não amarradas pelas narrativas oficiais” (2014, p. 1), nesse sentido eles buscam:

Ao trabalhar com logradouros poderíamos optar pela leitura oficial, encontrando a biografia dos homenageados, destacando a sua importância. Porém, neste trabalho, pretendemos ir à contradição. Entendemos que antes da denominação oficial do lugar, havia a história de vida de pessoas que traziam pulsação e referência ao lugar. Era córrego, mato, valo, dobra, cercado, antes de virar rua, avenida ou alameda. (Guerra *et al.*, 2014, p. 1).

A pesquisa se propôs a trabalhar os logradouros públicos como documentos históricos, segundo a tradição iniciada no Brasil nos anos 1980 a partir do tombamento da cidade de Laguna, quando as cidades começaram a ser entendidas como um documento que pode ser lido e estudado. Pois para a AAPAH:

Nominar ruas serviu também para tentar apagar costumes e formas de viver do passado, mas que as pessoas ousaram mantê-las de alguma forma. Este livro é acima de tudo uma possibilidade de resistência da cultura, de recuperar os ecos do passado que a modernidade insiste em pavimentar e cimentar. (Guerra *et al.* 2014, p. 40).

Os lugares e territórios explorados por ambos os grupos tratam sobre a relação cotidiana da memória da cidade, o que pode trazer algumas reflexões a respeito. A própria ideia de patrimônio aliado a estes territórios populares é interessante.

Prats (2005), propõe uma diferenciação baseada na ideia de patrimônio localizado e patrimônio local, sendo que o primeiro é valorizado para além do local onde se encontra, tendo um valor intrínseco, quanto ao segundo o autor chama de localidades sem patrimônio, ou seja, como um patrimônio que só tem valor para a própria comunidade.

O patrimônio local é aquele que possui significado para uma determinada localidade que, para o autor, pode ser uma delimitação territorial ou administrativa habitada por uma comunidade que se relaciona entre si, que pode ser um bairro, um distrito, uma pequena cidade ou uma comunidade qualquer.

Traz ainda a ideia de patrimônio a partir do conceito de externalidade cultural, ou seja, como um valor externo a algo singular, fora do comum e que está além do nosso cotidiano. A partir daí o autor trabalha a ideia de ativação patrimonial no sentido de que esses valores precisam ser ativados perante a sociedade (Prats, 2005, s.p.)

Perante isso ele trabalha mais a ideia do patrimônio local. Nele todos os fatores de externalidade cultural colocados anteriormente estão presentes, porém ele apresenta algo mais, visto que os mesmos princípios são postos em valor pelas populações locais quando se trata do chamado patrimônio local. No entanto, uma diferença é fundamental, o significado.

Posto que os diversos lugares, objetos e manifestações culturais se relacionam intensamente com a biografia dos habitantes da comunidade e de suas relações, nesse processo a população acaba colocando esses significados à frente dos princípios da externalidade cultural no processo de valorização do seu patrimônio. Nesse processo, converter o que é mais significativamente importante para a comunidade como passível de ser patrimonializado se torna uma estratégia bastante eficaz de preservação.

Mas, no nível local, por assim dizer, o ideológico torna-se experiencial e, conseqüentemente, adquire um caráter infinitamente mais complexo. Entramos no campo da interpretação subjetiva (ou intersubjetiva, se compartilhada), e isso revela a verdadeira natureza do patrimônio local, que se baseia na memória. (Prats, 2000, p.26, tradução nossa).⁹⁷

Sendo assim, a memória será o fator determinante para a construção dos referentes que são base dos discursos identitários da comunidade local, por conseguinte a memória se constitui num conjunto de discursos construídos sobre a comunidade a partir da própria comunidade, um recurso permanente do passado para interpretar o presente e projetar o futuro, no coração do processo da reprodução social.

Este processo leva então a um nível maior de reflexividade e de complexidade dialética na formação dos discursos mais do que em qualquer outro nível de patrimonialização, visto que amplia a margem de manobra para refletir sobre a realidade

⁹⁷ *Pero, en el ámbito local, por decirlo así, lo ideológico se torna vivencial y adquiere, en consecuencia, un carácter infinitamente más complejo. Entramos en el campo de la interpretación subjetiva (o intersubjetiva, si es compartida) y esto nos revela la verdadera naturaleza del patrimonio local, que se basa en la memoria.*

à sua volta.

Para ele, este tipo de patrimônio contém grandes oportunidades e grandes ameaças para o desenvolvimento das populações, pois pode ser um instrumento tanto de inclusão social como também de uma espécie de encastelamento de grupos frente a novos habitantes de uma localidade. Para que isso não aconteça, o principal deve ser o capital humano, ou seja, as pessoas antes das pedras, segundo as palavras do autor.

A concepção do patrimônio local como fórum de memória e campo de testes para a reprodução social certamente nos levará a ir além dos limites do que tradicionalmente se concebe como patrimônio e gestão patrimonial, e nos veremos envolvidos em outros tipos de dinâmicas locais, particularmente aquelas que envolvem processos de reflexão ou projeção da comunidade em direção ao seu futuro. Não podemos evitar isso. (Prats, 2000, p.31, tradução nossa).⁹⁸

Nesse processo aparece o que pode ser considerado como ativação popular do patrimônio. Zanirato (2018), aponta que o patrimônio pode ser instituído através de ativação oficial pela externalidade cultural, a partir do qual seu sentido é deslocado do original e passa a ser atribuído um novo sentido a ele. Mas também existe o processo de patrimonialização a partir dos regimes da ação, onde “um bem é assim considerado por apropriação social, valorado por sentimentos, por significados construídos na relação com o tempo, com a continuidade” (2018, p. 12) que, portanto, não altera os sentidos e significados originais dos bens culturais.

Rautenberg (2014), por sua vez, propõe uma análise do processo de patrimonialização não a partir das instituições, mas pensando em como ele é apropriado pelas pessoas que se relacionam com ele. Segundo ele, as pessoas que se envolvem em uma ação patrimonial podem desempenhar diversos papéis neste processo, como por exemplo os pesquisadores do patrimônio que são também moradores dos territórios, onde conformam várias funções a partir de sua própria experiência. A valorização das experiências sociais coletivas presentes no território, as pesquisas que demonstram o valor histórico de determinados bens culturais naquele lugar, a militância em nome da preservação dos bens culturais devido à combinação dessas características (2014, p. 59-60).

⁹⁸ *La concepción del patrimonio local como foro de la memoria y bando de ensayos para la reproducción social, nos llevará con seguridad a desbordar los límites de lo que se concibe tradicionalmente como patrimonio y gestión patrimonial, y nos veremos implicados e otro tipo de dinámicas locales, singularmente todas aquellas que comporten procesos de reflexión u proyección de la comunidad hacia su futuro. De ninguna manera podemos rehuirlos.*

Esta abordagem é chamada pelo autor de pragmática, e é considerada por ele a mais adequada para se entender os processos de patrimonialização em curso mais recentemente, pois ele afirma que a tradicional corrente de pensamento que marca a relação com o patrimônio está desgastada e não consegue mais se sustentar sozinha. No lugar dela ocorre uma lógica que oscila entre um atributo da proximidade, da familiaridade e da intimidade:

O patrimônio representa, portanto, o que está próximo e precioso porque ele é aquilo que procuramos preservar para durar em um mundo frágil. É uma relação com o espaço/tempo em que procuramos estender a durabilidade dos lugares; ou então imprimir fisicamente o tempo em lugares para fazer crer que ele passa menos rápido. (Rautenberg, 2014, p. 60).

Para o autor, os principais regimes de patrimonialização deste processo seriam as emoções e a partilha de afetos. Para ilustrar sua ideia, ele apresenta o caso de um antigo bairro operário de Saint Étienne, onde havia uma mina de carvão, depois que a mina foi fechada a maioria dos trabalhadores foi embora, no entanto, foram criados grupos de memória formados por habitantes e ex-habitantes do bairro que ainda cultivam suas relações com este território:

O que “faz patrimônio” para os habitantes são os pontos de referência que permitem uma leitura espaço-temporal do bairro: os antigos banhos, a igreja e a Praça Garibaldi, a escola, a mesquita, os jardins dos trabalhadores. Ao redor destes lugares constitutivos de uma “imagibilidade” histórica (Lynch) do bairro se misturam relatos memoriais: os lugares não são imagináveis sem as histórias que com eles estão (Rautenberg, 2014, p. 62).

Por isso ele afirma que o ponto de partida não é um objeto referencial, mas as histórias que são compartilhadas pelas pessoas sobre este lugar, a partir das quais os patrimônios são fixadores de uma memória coletiva, que vai desde traumas de guerra ou sofrimentos no trabalho na mina até à construção e amizades e relações sociais duradouras. Essas emoções patrimoniais possibilitam uma atitude identitária por parte desta comunidade. Ele também ressalta que o patrimônio constituído por esses grupos de memórias não tem como base políticas públicas de preservação, pois se baseiam em lugares que não são necessariamente preservados oficialmente, eles resultam de um compromisso coletivo.

Além disso, esses grupos não estão fechados em si mesmos, pois trabalham com escolas, a prefeitura e instituições visando publicar livros e realizar exposições, (2014, p.

63), logo ele o define como um regime de engajamento que torna tudo isso possível.

No entanto, o autor esclareceu que não se deve negligenciar a importância do poder público no processo de patrimonialização, seguindo o caminho proposto por Prats, que afirma que a ativação patrimonial é realizada a partir da relação entre a ação do estado e o da atuação e reconhecimento pela sociedade, na ausência de qualquer um deles o processo se torna inviável.

Dentro deste quadro mais amplo de produção de territórios nestas regiões o debate sobre os lugares de habitação popular e os seus processos de patrimonialização é fundamental para entender as questões ligadas à história da produção do espaço urbano na zona leste da capital e na cidade de Guarulhos.

3.4 Patrimônio e habitação popular

A formação das regiões analisadas nesta tese foi marcada por movimentos econômicos relacionados às reconfigurações espaciais do território e a forma através da qual as populações vivem possui relação muito estreita com os ciclos econômicos pelos quais passaram.

O desenvolvimento da região que formou Guarulhos e a zona leste paulistana possui muitas características de povoamento e ocupação em comum desde a colonização até o panorama do século XXI, e especialmente a partir do início do século XX. A ocupação nestas regiões foi feita a partir das lógicas da industrialização, criando bairros ou cidades-dormitório e periferação como fruto do processo de metropolização da cidade de São Paulo, no qual houve o surgimento de bairros proletários com a expansão das indústrias sobre esses territórios.

Esse processo trouxe diferentes formas de habitar e viver nestes territórios para a população trabalhadora. Nesse contexto, as formas de moradia das populações são objeto de atenção de ambos os grupos por seu caráter fundamental no processo de identificação dessas populações com o seu território, além de possibilitarem um outro olhar sobre o desenvolvimento econômico e social nas regiões periféricas da metrópole paulistana.

Os membros da AAPAH propuseram uma reflexão sobre o papel de cidade-dormitório atribuída a Guarulhos, pois um contingente bem considerável de sua população vai trabalhar diariamente em outras cidades, em especial na capital do estado.

As reflexões trazidas por essa análise têm por trás delas a questão da identidade, e a partir dela possibilita-se “problematizar as questões urbanas e seus reflexos na busca, afirmação, reinvenção ou até mesmo reconhecimento da identidade guarulhense, fruto de

sua pluralidade cultural, contradições sociais e acúmulo histórico”.⁹⁹

Desta forma, uma cidade-dormitório sofre com a falta de relações cotidianas e formas afetivas no espaço urbano, e com a segregação social do seu território, isso a transforma em uma cidade adormecida que precisa ser acordada através do reconhecimento de seu patrimônio e a reflexão crítica sobre sua própria história.

Dentro desse contexto histórico foram construídos nesses territórios diferentes projetos de habitação popular que buscavam algum tipo de ordenamento urbano para os bairros populares, um deles veio a ser conhecido como vilas operárias. Eram vilas de casas padronizadas construídas em bairros industriais, elas podiam ser construídas pelas próprias empresas para abrigar seus empregados como também podiam ser construídas como empreendimentos particulares próximos de indústrias para serem alugadas para trabalhadores destas empresas.

As vilas operárias foram construídas ao longo da primeira metade do século XX, elas representavam um modelo que visava reformar a habitação popular pois se apresentavam como uma alternativa aos cortiços e favelas. Tinham por objetivo promover valores como a higiene e a ordem através de ambientes salubres, confortáveis e dotados de ordem espacial interna.

Muitas dessas vilas foram construídas na zona leste paulistana e algumas poucas estão presentes ainda na paisagem da região, um desses exemplos é a vila operária João Migliari, localizada no bairro do Tatuapé, ela tem suas origens na década de 1940 em um momento em que o bairro tinha fortes características industriais. Devido às transformações ocorridas na região, e com a verticalização acelerada do bairro, a vila acabou sendo demolida em 2019. Pois apesar de sua importância histórica e àquela altura ser um dos raros resquícios deste tipo de habitação social a vila não era tombada pelos órgãos públicos.¹⁰⁰

Para evitar a destruição da vila, o grupo Ururay contribuiu na organização junto com os moradores e grupos locais de um movimento contra a demolição da vila operária, isso incluiu a solicitação de urgência para o tombamento preventivo junto ao CONPRESP. Além disso realizou diversas ações visando ampliar o debate junto à opinião pública e a sensibilização sobre o patrimônio histórico em risco.

Em primeiro de maio de 2019 foi promovida pelo grupo uma aula pública na própria vila chamada “Vilas operárias, memória e cidade”, com o mote “que futuro

⁹⁹ Disponível em: <https://aapah.org.br/cidade-dormitorio/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

¹⁰⁰ Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/a-vila-da-rua-joao-migliari/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

queremos para a nossa cidade se não valorizamos nossas memórias? Por uma cidade com horizontes e memória.”¹⁰¹ A vila foi demolida naquele mesmo ano restando apenas cinco casas do conjunto. O tombamento da vila só foi concretizado quatro anos depois, em 2023.

Outra vila que é objeto de atenção e análise do Ururay é a Vila Maria Zélia localizada no bairro do Belenzinho, esta vila foi tema de reflexão no texto da obra territórios de Ururay, não apenas pela sua importância como documento histórico, mas também pelas disputas pelos quais ela tem passado desde que se tornou um bem cultural reconhecido, pois “entre as vilas operárias, talvez poucas territorialidades manifestem melhor a relação da especulação, a questão patrimonial e as dificuldades entre as políticas de salvaguarda, quanto a Vila Maria Zélia.”(Duarte, 2016, p. 118).

A vila foi inaugurada em 1917 como lugar de moradia para os trabalhadores da Fábrica de Juta São João, sendo construída ao lado dela, possuía escolas, armazém e uma igreja. Nos anos 1930, devido a dívidas, a área da empresa e a vila operária foram para o antigo INPS (antecessor do atual INSS), que é o proprietário até hoje, em 1969 deixou de ser uma vila particular e se transformou em um logradouro público com a venda das unidades habitacionais para terceiros, por fim a vila foi tombada em nível estadual e municipal em 1992.

Com isso o espaço se tornou um lugar de disputas ideológicas entre aqueles moradores que querem preservar o patrimônio e aqueles que querem podem dispor livremente de sua casas, em virtude de suas características singulares a vila se tornou uma atração turística muito popular. Também suas ruínas são cenários que atraem ensaios fotográficos e filmagens em geral.

O antigo armazém tem sido a sede do grupo de teatro XIX que surgiu em 2001 e que desde 2004 realiza uma residência artística naquele local, o grupo busca chamar a atenção para a vocação cultural de espaços abandonados e para a necessidade de conservação do patrimônio histórico. Suas peças costumam ser encenadas na vila e tem como temas questões que dialogam com a vida e a história da classe operária.

Duarte aponta que embora o poder público não reserve financiamento para a restauração dos imóveis degradados, existe verba pública para atividades culturais na vila, revelando as contradições na atuação pública sobre o bem cultural (Duarte, 2016, p. 122).

Para além das vilas operárias, a construção dos conjuntos habitacionais se tornou

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1284506865043832&set=a.376668799160981>. Acesso em 17 de novembro de 2025

bem comum ao longo do século XX. Em Guarulhos a pesquisa da AAPAH chama a atenção para a construção do conjunto Haroldo Veloso, em uma região afastada do centro da cidade que até os anos 1950 era predominantemente voltada a criação de aves, dominada por granjas e galinheiros, uma atividade economicamente importante. Em 1966 toda a área foi doada ao governo do estado para a construção de moradias populares, sendo o conjunto inaugurado em 1970.

Os grandes conjuntos habitacionais construídos a partir dos anos 1960 são os principais focos de atenção de ambos os grupos, sendo o parque CECAP tema de um livro escrito pela AAPAH intitulado *CECAP Guarulhos: histórias, identidades e memórias*. Por outro lado, a COHAB Itaquera também possui um livro dedicado a ela publicado pelo coletivo Ururay intitulado *40 anos de janela: livro comemorativo dos quarenta anos da COHAB I* que contou com a participação de membros do coletivo em diversos capítulos.

Além da publicação dos livros, ambos os grupos promovem percursos históricos por estes conjuntos habitacionais. O coletivo Ururay realizou durante a Jornada do Patrimônio de 2025 o roteiro “História e cultura na periferia de Itaquera; COHAB José Bonifácio”.¹⁰² Por seu lado, a AAPAH realiza desde 2016 roteiros que contemplam o parque CECAP, como o “Percurso da arquitetura moderna em Guarulhos”. Ressaltando uma característica em comum de unir a pesquisa com a educação patrimonial.

Nascimento (2019), ao discutir a importância da preservação dos conjuntos habitacionais construídas pelo governo entre as décadas de 1930 e 1960 afirma que, para além de se preservar os valores arquitetônicos e físicos como um fim em si mesmo, interessa pensar os vínculos de memória e pertencimento que os moradores constroem com seus espaços de moradia (2019, p. 121). Ela lembra que os grandes conjuntos foram construídos pelo Estado para os trabalhadores, ou seja, lhes foram impostos padrões de moradia e domesticidade que são aceitos ou reformulados pelos moradores ao habitarem esses espaços.

Assim sendo, o papel desempenhado pelos moradores é primordial para entender como as formas de morar são apropriadas através da assimilação, rejeição ou resistência a partir das atividades culturais, sociais e esportivas presentes nos conjuntos.

A experiência de moradia coletiva, realizada a partir dos programas estatais levou a formas de organização social e produziu experiências muito fortes e duradouras, constantemente contadas e reinterpretadas pelos moradores. A utilização dos espaços de morar, no presente, é

¹⁰² Disponível em: https://www.instagram.com/p/DNbs2EVvSvr/?img_index=1. Acesso em 08 de maio de 2026

revestida de significados memoriais, repleta de histórias pregnancies da apropriação pelos moradores de suas casas modernas e dos espaços de viver coletivamente os quais denotam a força dos programas promovidos pelo Estado naquele período e o campo muito fértil de investigação sobre a história social da habitação ainda inexplorado. (Nascimento, 2019, p. 121)

Para a autora, a patrimonialização dos conjuntos habitacionais é importante pois são uma representação dos espaços de moradia, testemunhos da história nacional sob a perspectiva dos trabalhadores aos quais o patrimônio raramente chega, para isso o processo de autoconhecimento pelos próprios moradores é fundamental, além de entender o patrimônio como um direito urbano e social.¹⁰³

A obra escrita pela AAPAH sobre o parque CECAP está dividida em três capítulos (2010), sendo o primeiro dedicado aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos do projeto, enquanto o segundo e terceiro capítulos se voltam para a vida comunitária e memória dos moradores do conjunto residencial. Além do livro publicado, outros artigos do grupo tratam sobre diferentes perspectivas do conjunto habitacional.

O condomínio Zezinho Magalhães Prado, mais conhecido como CECAP, foi idealizado segundo os valores da arquitetura moderna e projetado por João Vilanova Artigas, Paulo Mendes da Rocha e Fábio Penteado, três nomes fundamentais deste movimento em São Paulo. Ele surgiu em 1967 com o objetivo de ser feito com materiais mais baratos e a preços mais acessíveis, tendo sido financiado pela caixa econômica de casas para o povo (CECAP), vindo a se tornar o maior conjunto habitacional da cidade (Guerra, 2010, pp. 37 e segs.)

No entanto, a falta de planejamento durante as suas obras fez com que os primeiros moradores fossem habitar o conjunto ainda sem água, sem luz elétrica e sem gás, tinham que cruzar um pântano para chegar ao ponto de ônibus, e não havia comércio local ainda para atendê-los.¹⁰⁴

Esses fatores contribuem para ressaltar a contradição entre o caráter racionalista e econômico do projeto arquitetônico moderno e as relações entre os moradores que o construíram com seus esforços e diligência. Entretanto, o projeto foi pensado para ser algo popular onde o comércio e a moradia estivessem juntos, sendo pensado para a baixa renda e o operariado que chegava à cidade.

No que diz respeito à vida comunitária dentro do conjunto, os autores ressaltam o

¹⁰³ Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/entrevista-flavia-brito/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

¹⁰⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/trailers-do-ccap/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

que significa dividir espaços em comum em um mesmo território compartilhado:

Entendemos, então, que identidade não está associada apenas a nascer num local onde os demais nasceram. Não é apenas um fator individual (em que pese esse determinante), mas num sentido mais amplo, em que o sentimento de fazer parte de um grupo, de ter participação nas decisões tomadas pelo coletivo e de enfrentar as ameaças externas com atuação direta são elementos constituintes não de apenas uma, mas de várias identidades. (Guerra, 2010, p.49).

Assim, a construção da identidade se produz através de convivência e lutas em comum no dia a dia, além disso os autores trazem a perspectiva proposta por Certeau (2003), que afirmava que o bairro é a forma intermediária de relação entre o indivíduo e a cidade, pois lhe proporciona uma relação com o que está mais próximo dele, com o que é mais conhecido, e, portanto, no qual os problemas que afetam a cidade podem ser vistos a partir da repercussão em seu bairro (Guerra, 2010, p.53).

O segundo capítulo traz algumas das formas de relação que foram construídas dentro do conjunto, como o conselho comunitário, também conhecido como clube, criado em 1977, ali eram organizamos os torneios de futebol, os jogos de cartas e atividades esportivas, também era onde ocorriam buffets e eventos diversos, (Guerra, 2010, p.55). Além do conselho comunitário havia também o centro comunitário, dedicado às lutas por melhorias no conjunto.

Outros espaços importantes para a vida comunitária dos moradores foram o clube de mães surgido ali que abriu uma creche dentro do conjunto quando ainda não havia esse equipamento público. Também o surgimento do centro comercial dentro do CECAP foi importante para facilitar o cotidiano dos moradores e dar emprego para os próprios habitantes do conjunto.

Por último um aspecto ressaltado na organização comunitária do parque CECAP se trata da mobilização juvenil no conjunto, como a criação da biblioteca comunitária em um espaço doado pelo CDHU, está espaço quase se tornou uma base do batalhão da polícia militar, mas a luta coletiva manifestou as suas prioridades. Ele é tocado por voluntários membros do movimento de alfabetização MOVA, e conta com aulas de inglês além de outros projetos.¹⁰⁵

O final do segundo capítulo é dedicado a contar as memórias de um casal que mora na região desde antes da construção do parque CECAP e que pôde contar a sua história. A história desse casal permite um olhar não apenas para outro lado da história

¹⁰⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/2014/10/parque-cecap/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

do conjunto habitacional, mas outro olhar também sobre a própria história da cidade de Guarulhos que não está presente nos historiadores oficiais do município. Pois é uma Guarulhos em formação. É uma cidade que, traindo o discurso oficial, constitui a sua identidade no árduo cotidiano da terra, misturando as experiências coletivas aos saberes comunitários.” (2010, pp. 94-95).

A recuperação das memórias deste casal se dá, pois, na contramão das histórias tradicionais do projeto do conjunto, que estão ligadas aos ideais do progresso e da modernidade e de que maneira as elites olhavam para os pobres. É, por isso, um olhar sobre como esse processo ocorreu sob o ponto de vista popular, porque busca ampliar a noção tanto de documento histórico quanto a de sujeito histórico (2010, p. 91) Há, portanto, na obra da AAPAH uma preocupação em contar uma história a partir dos moradores do conjunto, ou seja, uma história de baixo para cima.

O último capítulo é dedicado inteiramente às memórias dos moradores, a partir de entrevistas realizadas pelos autores, trechos de falas estão organizados por blocos temáticos que tratam sobre o CECAP, desde a infância no conjunto habitacional, memoriais familiares, problemas, olhares sobre o conjunto, ressaltando assim o caráter de história oral e memória coletiva para a construção da história do parque CECAP pelos seus moradores e construtores.

Além do livro, outros artigos do grupo abordam questões relevantes da formação e do patrimônio comum do conjunto. Um dos aspectos exaltados pelas pesquisas em relação a memória e a cultura do parque CECAP é a presença marcante dos trailers na paisagem comunitária do conjunto. Em 2014 veio a notícia de que as autoridades decidiram pela retirada dos trailers de todas as áreas públicas do conjunto.¹⁰⁶

Além do aspecto ligado ao trabalho destas pessoas o artigo ressalta o caráter cultural deles, pois são elementos que pertencem historicamente a paisagem urbana do bairro, retirados em nome de uma revitalização que não foi discutida com os moradores, revitalização que não leva em consideração apenas a preservação da arquitetura modernista do local.

Os trailers estão presentes na paisagem do conjunto desde o início, assim esse tipo de comércio surgiu devido a ainda incipiente acesso dos moradores ao abastecimento e ao lazer, provendo a população e gerando empregos dentro do próprio conjunto. Segundo o artigo eles estão presentes desde pelo menos o início dos anos 1980, e ressalta um aspecto importante:

¹⁰⁶ Disponível em: <https://aapah.org.br/trailers-do-ccap/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

Os trailers contribuíram para a preservação da memória, da identidade e do espírito de comunidade, de modo que se observarmos como a sociedade se direciona para o individualismo e apoiam-se em relações virtuais, características que marcam profundamente as populações das grandes regiões metropolitanas no século XXI, veremos o grau da importância em perpetuar espaços que estimulam o contato físico e coletivo (Guerra; Santana, 2014, s.p.)

Essa disputa revela que o que existe na verdade é um conflito entre a política de preservação da obra de arte e da arquitetura e o estilo de vida construído pelos moradores ao longo das décadas, sendo este último desvalorizado enquanto patrimônio da coletividade.

Outro aspecto fundamental da identidade dos moradores do CECAP é a presença do futebol como manifestação cultural. Tendo sido o futebol organizado a partir do centro comunitário, ele está presente nas peladas de domingo, nos campeonatos organizados e nas tratativas junto à prefeitura por melhoria nos espaços de lazer e prática esportiva, articulando várias questões dentro dele.¹⁰⁷

A geografia do conjunto contribuiu significativamente para sua difusão, pois o conjunto foi construído entre regiões alagadiças que foram aterradas para as obras, estas áreas se tornaram palco para o futebol de várzea. Por exemplo, os terrenos preparados, mas que não receberam construções acabaram sendo apropriados como campos pela população, onde mais uma vez a falta de planejamento estatal levou a soluções populares.

Também houve lugares construídos para este fim pela construtora. Em um desses campos acontece o famoso rachão das 7, que ocorre todos os domingos às 7 da manhã desde o ano de 1977 quando foi inaugurado, o nome veio porque segundo a tradição o primeiro jogo aconteceu no dia 7/07/1977. O conjunto de três campos de futebol apelidados de Três Marias é utilizado desde pelo menos 2014 pelos imigrantes bolivianos que dão continuidade à tradição como novos protagonistas do espaço.

Quanto à obra dedicada aos quarenta anos da construção da COHAB 1 de Itaquera, ela se trata de uma obra escrita em conjunto que aborda temas diversos sobre a história e vida em comum das pessoas do conjunto. Ela contou com a colaboração de membros do Ururay e por isso iremos analisar os capítulos escritos pelos membros do coletivo que tratam das questões ligadas à memória coletiva e história oral,

No primeiro capítulo se discute a questão arquitetônica do planejamento do

¹⁰⁷ Disponível em: <https://aapah.org.br/o-futebol-no-cecap-e-suas-conexoes-sociais/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

conjunto habitacional, enquanto o segundo trata da construção das narrativas de moradores em relação à vida nele a partir de suas memórias.

Costa (2019), trata sobre a questão arquitetônica e urbanística ligada à criação ao conjunto habitacional, a COHAB (Companhia metropolitana de habitação de São Paulo) foi criada em 1965 e possuía uma política habitacional voltada para a construção de enormes conjuntos exclusivamente voltado para fins residenciais construídos na periferia da cidade de São Paulo, marcando “sua posição limítrofe em relação à cidade existente e segregando a população que para ali foi deslocada (2019, p.19). A COHAB 1 de Arthur Alvim conta com mais de dez mil moradores, ela foi um dos três grandes conjuntos construídos pela Companhia ao longo dos anos 1970.

Essa política produziu guetos habitacionais sem diversidade social ou funcional, configurando assim cidades-dormitório. A construção destes conjuntos também foi um marco territorial que mudou a paisagem da periferia, pois a região até aquele momento era dominada por chácaras e pequenas propriedades.

O autor ressalta que estes problemas que afetaram profundamente o cotidiano dos moradores do conjunto também contribuíram decisivamente para a criação de uma cultura muito particular, ligada à articulação e a estratégias de sobrevivência que buscaram melhorias tanto no seu local de moradia quanto na paisagem circundante carente de equipamentos públicos e serviços essenciais. Nesse sentido, no interior da COHAB irão se organizar diversos movimentos populares que lutavam por saúde, educação e habitação, além da formação de associativismos comunitários muito atuantes (2019, pp. 24-25).

Duarte (2019), se debruçou sobre as narrativas construídas pelos moradores da COHAB a partir de temas como a infância, o cotidiano e as lutas sociais. Para isso foram realizadas algumas entrevistas que permitem entender o conjunto a partir de seus próprios moradores, ou seja, uma perspectiva desde dentro da sua realidade.

Entre as memórias que aparecem neste processo estão a primeira impressão ao se chegar a um lugar tão distante e desconhecido para aquelas pessoas, uma ocupação feita a partir de promessas como a chegada do metrô até aquela região e a construção do estádio de futebol do Corinthians que deveriam trazer desenvolvimento econômico e social. Porém o metrô só chegaria parcialmente ali na década de 1980, enquanto o estádio seria construído apenas na década de 2010.

A realidade que aguardava pelos moradores foi a da falta de abastecimento adequado de bens de consumo essencial e a precariedade das vias públicas, a falta de

empregos na região e de transporte público também eram bastante restritivas.

A criação de centros comunitários ajudou a moldar a paisagem da COHAB, nos anos 1980, grupos ligados a lutas por melhorias da qualidade de vida se fortaleceram e se consolidaram, a partir dos depoimentos recolhidos os pesquisadores do livro dividiram estes grupos em quatro segmentos:

Os núcleos da igreja católica, as entidades sem fins lucrativos e grupos de engajamento por serviços sociais, os grupos ligados interesse mais segmentados de outras comunidades - que tinham menos envolvimento na busca de serviços e militância social, e maior empenho nas conquistas de determinados grupos dentro dos conjuntos (Duarte, 2019, p.40).

Entre as formas de engajamento surgidas dentro da COHAB as narrativas acabaram ressaltando a importância da atuação feminina nas pautas de interesse da comunidade, inclusive nas lutas políticas. Lideradas pelas mulheres que se ocupavam dos afazeres cotidianos, enquanto os maridos trabalhavam em regiões mais distantes, estes movimentos lutavam pela criação de postos de saúde, creches e escolas, para isso realizando manifestações no centro da cidade e ocupando sedes de repartições públicas. Desta forma, as carências ligadas ao viver cotidiano eram alvo de luta por parte do conjunto de pessoas mais afetadas por essas carências, ou seja, as mulheres (2019, pp. 41-42).

A luta por cultura, lazer e esporte também foram bem significativas para os moradores da COHAB, devido à distância do centro e à falta de infraestrutura na região não havia muitos espaços de lazer para a população local que por isso teve de criar suas próprias formas de diversão, havia por exemplo um espaço dentro do conjunto chamado matraca onde eram realizados bailes Black muito frequentados pela juventude negra local.

Outro destaque era o Negritude Futebol Clube criado no início dos anos 1980, também dentro da COHAB (2019, p.50), que com o tempo passou a promover não apenas atividades ligadas ao esporte, mas também realizava festas diversas, promovia rodas de samba e outras atividades de cunho cultural, como comemorações ligadas à mulher negra ou a Zumbi dos Palmares (2019, p.52). Nesse sentido, a organização em torno da negritude tornou-se um espaço de sociabilidade para os moradores da COHAB e também espaço de reflexão sobre a questão racial na periferia.

Para além das formas de moradia popular projetadas por empreendedores ou o governo, a AAPAH se dedica também a pesquisar os territórios da pobreza urbana em Guarulhos, nas quais as favelas e ocupações se destacam especial devido ao crescimento

desordenado da cidade e à falta de projetos de moradia para toda a população.

No livro publicado pela AAPAH intitulado *Guarulhos: olhares sobre o trabalho e cotidiano*, Canoletto e Guerra (2022), afirmam que o processo de industrialização a partir dos anos 1950 teve fortes impactos no crescimento populacional da cidade, que apresenta um salto a partir deste período, como consequência houve o crescimento de moradias irregulares em lugares como nas margens de córregos sem nenhum tipo de infraestrutura e buscando de lugares próximos às empresas. Esse movimento foi se tornando cada vez mais comum devido à ausência do poder público no planejamento urbano, sendo que esse processo se intensificou a partir dos anos 1970 (2022, pp. 63-64).

Diante disso, o grupo realizou uma pesquisa que tinha como objetivo produzir uma breve história das favelas de Guarulhos, que segundo os dados do IBGE de 2022 representam cerca de 17 por cento da população da cidade e são territórios que não costumam ser alvo de pesquisa e reflexão. O processo de favelização se iniciou já na década de 1970, pois nessa mesma época muitos migrantes vieram, em sua maioria da região nordeste do Brasil para Guarulhos, atrás de oportunidade de empregos. Sendo que a falta de políticas habitacionais levou muitas destas pessoas a ocuparem loteamentos clandestinos e áreas verdes públicas.¹⁰⁸

A primeira favela de Guarulhos foi a Vila Flórida, identificada pela prefeitura em 1970, ainda nesta década começam os processos de desfavelamento, que consistia na derrubada dos barracos, porém sem nenhuma solução habitacional para os moradores.¹⁰⁹

Na década de 1980 começaram as mobilizações sociais em nome dos favelados, e os moradores começaram a se organizar na luta por melhorias na qualidade de vida nesses locais. A partir da década de 1990, essas mobilizações passaram a contar com o apoio e articulação dos movimentos de sem teto da cidade, o que levou a um grau de organização e capacidade de pressão popular muito maiores e mais eficazes.

A pesquisa do grupo ressalta a importância de conhecer a história das favelas enquanto territórios não apenas de miséria e carência, mas também como espaços de lutas sociais pela construção de uma outra cidade:

As favelas de Guarulhos têm uma longa história marcada pela resistência, solidariedade e mobilizações por parte de seus moradores em pró ao direito à cidade e a viver de forma digna. Suas histórias e a de muitos dos sujeitos que constroem esses territórios, são importantes para compreendermos uma cidade marcada por tantas contradições e

¹⁰⁸ Disponível em: <https://aapah.org.br/uma-breve-historia-das-favelas-de-guarulhos/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

¹⁰⁹ Idem

rupturas no espaço urbano (Paulino, 2025, s.p.)

Dentro da análise dos territórios de exclusão social, atenção especial é dedicada à comunidade Anita Garibaldi, também conhecida como favela do Jagatá. Surgida em 2001, é uma ocupação organizada pelo MTST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto) e uma das maiores da cidade de Guarulhos, estando localizada no bairro do Bonsucesso.

A comunidade foi organizada de maneira completamente autônoma sem a ajuda dos poderes públicos. Foram criadas uma escola comunitária, cozinha e farmácia além da criação de hortas. As ruas foram abertas pelos próprios moradores com a contribuição de estudantes da faculdade de arquitetura e urbanismo da USP, que contribuíram para que os lotes tivessem tamanho regular e as ruas fossem bem planejadas.

Com respeito aos nomes dados às ruas da comunidade, eles estão ligados a memórias de lutas sociais e políticas nas quais o movimento inspira, trazendo assim uma outra perspectiva histórica para os moradores deste território:

Sobre as ruas do Anita Garibaldi, elas homenageiam personalidades ligadas a movimentos sociais e lutas contra a escravidão, pelo direito à educação à moradia, a liberdade e a preservação do meio ambiente como por exemplo, as ruas *Paulo Freire*, *Carlos Lamarca*, *Carlos Marighella*, *Zumbi dos Palmares* e *Chico Mendes*. Também traz referências de marcos relacionados à própria história da ocupação do Anita Garibaldi, como a *Rua Dezenove de Maio*, data que remete a ocupação do terreno, a *Rua Nossa Terra*, *Rua Terra e Liberdade* e a *Praça da Vitória* (Paulino, 2024, s.p.)

Enfim, todas essas abordagens nos territórios do morar nessas regiões ajudam a construir uma memória vista desde baixo a partir das classes trabalhadoras e populares, ajudando a forjar uma outra memória das cidades.

Antes de encerrar esta discussão devemos retomar a questão da gentrificação relacionada agora à habitação popular, mais especificamente em relação às transformações ocorridas dentro do Parque CECAP e no seu entorno que mudaram a configuração social e o seu papel na cidade de Guarulhos.

Entre as mudanças ocorridas estão o novo terminal rodoviário de Guarulhos inaugurado em 2010 localizado no Parque CECAP, ao lado dele foi inaugurada em 2018 uma estação da CPTM da linha 13-Jade denominada Guarulhos-CECAP. Isto leva a uma valorização econômica e social deste território dentro do contexto urbano de Guarulhos.

O bairro possui uma localização estratégica pois conecta as regiões centrais da

cidade às áreas mais periféricas, funcionando como um corredor urbano entre diferentes realidades, assumindo desta maneira uma posição privilegiada na organização urbana da cidade.

Esta localização estratégica levou a outras mudanças que ocorreram no bairro sendo promovidas pela prefeitura de Guarulhos. Nos últimos anos o poder público municipal tem cedido áreas do Parque CECAP destinadas à função social para empresas, construtoras e organizadores de eventos privados. Isso tem provocado uma reconfiguração de certas características do bairro, como a transformação das áreas comunitárias e de lazer em ativos econômicos para a exploração comercial (AAPAH, 2026)

Nesse contexto, a realização de grandes eventos promovidos pela iniciativa privada em grandes áreas comuns do bairro transforma os sujeitos do território em meros consumidores e usuários de serviços, produzindo desta forma uma identidade individualista e menos preocupada com o espaço coletivo.

O texto da AAPAH argumenta que o Parque CECAP simboliza desta maneira um processo de gentrificação que vem ocorrendo na cidade de Guarulhos e que possuiria características próprias em relação à capital paulista, ela se apresentaria por isso como exemplar para a compreensão mais ampliada deste fenômeno, pois:

Ao contrário de cidades marcadas por arranha-céus e centralidades clássicas, Guarulhos cresce por meio de condomínios populosos, bairros verticalizados de média densidade e requalificação seletiva de áreas públicas, criando uma gentrificação menos visível, porém não menos profunda (AAPAH, 30/01/2026, s.p.)

Nesse sentido, a gentrificação não se trataria apenas da chegada de novos moradores e da verticalização de bairros, mas também, da perda gradual de condições de permanência da população mais pobre, da precarização dos serviços públicos, da seletividade dos investimentos urbanos e da mercantilização de espaço com função social e comunitária.

Os diferentes territórios encontrados pelos grupos não dizem respeito apenas a aspectos físicos e distâncias territoriais, pois veremos daqui para frente análises sobre os diferentes territórios de moradia e habitação, os territórios dos diferentes grupos étnicos que produzem diferentes lugares sociais onde as memórias dessas regiões são criadas.

3.5 Lugares de memória negra

Os lugares de memória da presença negra recebem atenção especial tanto da AAPAH quanto do Ururay em suas pesquisas e trabalho de educação patrimonial, ambos os grupos se debruçam através de obras e pesquisas visando valorizar a presença negra nas regiões. Neste caso elas também possuem uma característica em comum, a presença da Igreja do Rosário dos Homens Pretos no centro histórico do bairro da Penha e a mesma igreja presente no centro da cidade de Guarulhos. No entanto, estas duas igrejas, embora tenham origens similares, tiveram destinos diferentes ao longo do tempo.

Halbwachs fala sobre a importância do espaço religioso para a memória coletiva, pois para o pensamento religioso a separação entre o mundo do sagrado e profano se estabelece materialmente no espaço, sendo o espaço sagrado o lugar preferencial de contato com o divino e a transcendência. Além de ser um local no qual pessoas podem compartilhar suas experiências religiosas em comunidade (1990, p.155).

Essa memória se desenvolve sobre o espaço religioso pois a religião também se expressa sob formas simbólicas que se desenrolam e se aproximam no espaço, é sob essa condição somente que asseguramos que ela sobreviva. Assim o espaço religioso é uma materialização da crença, a partir do qual as características simbólicas se manifestam de forma concreta para os fiéis.

Podemos pensar essa memória espacial também a partir das práticas espaciais da religiosidade negra inseridas na forma de religiosidade cristãs presentes no Brasil. A existência de práticas rituais realizadas no lado externo das igrejas ao invés do interior delas, como é comum no rito cristão tradicional, traz em si reminiscências das práticas religiosas de origem africana.

Existe nela também uma geografia ou topografia religiosa, pois toda religião possui uma memória. Por isso a memória religiosa é importante para construir uma estabilidade entre o passado e o presente, sendo esta busca por estabilidade fundamental para as religiões de raiz africana surgidas no Brasil pois tentam reconstruir ritos e crenças a partir da memória de lugares distantes que conhecem apenas a partir da tradição oral. Então a busca por um espaço sagrado visa reconectar aquelas pessoas desterradas de seus lugares de origem trazendo um pouco de seu território para o outro lado do atlântico.

Dentro deste contexto de memórias religiosas, Omar (2013), no livro publicado pela AAPAH intitulado *Irmândades da igreja Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos em Guarulhos: identidade, cultura e religiosidade*, aborda a questão do desenvolvimento do catolicismo negro no Brasil, sendo as irmandades seculares muito

importantes na organização religiosa desde o período colonial. Essas irmandades utilizavam critérios raciais, pois havia as irmandades dos brancos, dos pardos e dos negros. Essa organização fez com que os grupos mais vulneráveis se utilizassem dessas irmandades para a formação de laços comunitários através da realização de festas, de ajuda mútua em casos de doenças e mortes, além de ajuda na obtenção de alforrias e até de protestos contra abusos senhoriais (2013, p.28).

Elas também se tornaram um modo de mascarar o sincretismo religioso estabelecido entre o cristianismo e as crenças originais da África, pois as irmandades tinham uma dupla função de, por um lado ser forma de conexão e união entre negros escravizados ou livres, e por outro instrumento de controle por parte da sociedade e das autoridades constituídas (2010, p.32).

Quanto à irmandade do Rosário, em Guarulhos, sua origem é incerta sendo que algumas fontes apontam para o início do século XVIII. Quanto à inauguração de igreja do Rosário ela ocorreu por volta de 1862, no entanto, como aponta Omar (2010), essa data precisa ser revista para pelo menos 1750, devido à documentação disponível (2010, p.34), tendo sido esta igreja possivelmente construída por volta da mesma época da Igreja do Rosário localizada no bairro da Penha e da Igreja do Rosário no centro de São Paulo. Além disso, estas três igrejas faziam parte de uma rede de territórios negros que se conheciam e colaboravam entre si.

No entanto, a partir da década de 1920 ocorreu uma expansão urbana e uma reorganização do espaço público no centro da cidade de Guarulhos, nesse processo a igreja do Rosário, que estava localizada em frente à igreja Matriz passou a ser um obstáculo no caminho do progresso. Houve uma perda de espaço da população negra para o imigrante europeu, na disputa territorial pelo centro da cidade (2010, p.67). Entre as medidas adotadas estavam a construção de um prédio assobradado nas imediações da igreja e a concessão para exploração da bica de água que jorrava gratuitamente em frente da Igreja do Rosário. Aqui vemos que o desenvolvimento capitalista na cidade se contrapunha às práticas populares ligadas ao entorno da igreja, o que vinha a torná-la ainda mais um entrave aos projetos urbanísticos municipais.

A principal justificativa utilizada para a demolição do templo foram as condições da igreja que estaria em mau estado de conservação, havia também a necessidade de alargamento e expansão da via pública no seu entorno devido ao crescimento do centro da cidade. Vemos assim que a presença do templo como testemunha da memória e da religiosidade negra no espaço urbano não era desejada pelas autoridades e tampouco se

enquadrava no projeto que buscava o “embelezamento e melhoramento do local” (2010, p.82). Omar denomina esse processo de “espaço como recipiente negro quebrado” (2010, p.67).

Nos anos 1930, foi construída uma nova igreja do Rosário em outro lugar um pouco mais distante do centro naquela época, no entanto, ela teve sua denominação alterada para igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, fazendo referência ao culto de origem europeia e apagando as raízes negras da igreja.

Conclui-se, portanto, o processo de embranquecimento do espaço público da área central de Guarulhos, pois:

Em Guarulhos, em vários espaços, ocorreu um processo de coerção para o consenso constituído por alguns grupos dotados de hegemonia cultural. A igreja do rosário com as outras do mesmo nome na grande São Paulo, possivelmente era um dos lugares de referência das manifestações populares como as congadas, moçambiques, folias de reis. sua destruição significou a destruição de um espaço simbólico imaterial, portanto de identidade, da cultura de parte da população de Guarulhos na parte central (Omar, 2013, pp. 98-99).

Em 2007, aconteceu uma ação muito importante no centro da cidade, na qual diversos grupos e movimentos ligados aos direitos da população negra realizaram um ato pedindo pela construção de um monumento em memória da população negra no local onde estava situada a antiga igreja do Rosário, como parte de uma política de reparação histórica. Em 2008 teve início uma nova reforma urbana no centro da cidade, realizada pela prefeitura, dentro desse processo houve a preocupação em resgatar a memória negra que foi apagada em reformas urbanas anteriores pelo poder público municipal. Depois de muita discussão ficou decidido pela colocação de uma placa no chão e foi pintado o contorno da área da antiga igreja.¹¹⁰

Foi esta mesma necessidade de reparação histórica da memória negra no espaço urbano do centro de Guarulhos que levou à pesquisa e produção do livro publicado pela AAPAH. Na apresentação desta obra, afirma-se que:

A história é uma ciência que se constrói do menor para o maior, do micro para o macro. Foi com essa proposição que a obra foi tomando forma. O entendimento de que a trajetória dos vencedores é sempre privilegiada arremata o texto e confere a ele ineditismo no que se refere ao que tem sido vontade sobre Guarulhos (Omar, 2013, p.8).

¹¹⁰ Disponível em: <https://aapah.org.br/2020/01/a-historia-local-versus-globalizacao/>. Acesso em 07 de novembro de 2025

Esta preocupação é retomada nas considerações finais do livro nas quais o autor volta a ressaltar a importância de se retratar a história dos vencidos, neste caso a população negra que contribuiu para a construção de Guarulhos, lutando contra o que ele classifica como um “apagão” desta história, promovido por parte das autoridades civis e religiosas. Ele também afirma que esta política de exclusão da história negra na história local não produziu avanços nem tampouco proporciona bem-estar coletivo sendo, ao contrário, responsável por trazer grandes problemas de ordem social que afetaram o desenvolvimento do município. Por isso as políticas afirmativas são parte essencial do processo para reverter este quadro atual da história local de Guarulhos (2010, pp. 131-132).

Santos (2011), trabalha com a perspectiva dos territórios negros conformados pelas igrejas do Rosários dos Pretos, do centro da cidade de São Paulo, da antiga igreja do centro de Guarulhos e da igreja do bairro da Penha como uma rede de territórios negros de construção de laços e resistências, sendo a irmandade dos homens pretos uma instituição fundamental de preservação de tradições e memórias (2011, p. 20).

Portanto, a identificação de uma territorialidade negra integrada entres as três igrejas do Rosário é um aspecto analisado tanto pelos pesquisadores em Guarulhos, como vimos, como também é percebida pelas pesquisas realizadas na Penha. Enquanto as igrejas localizadas no centro da capital paulista e de Guarulhos foram demolidas e reconstruídas em outros locais (ainda que a igreja localizada na capital tenha mantido seu nome e a memória da religiosidade negra), a igreja da Penha se mantém resistindo em seu lugar original.

Se por um lado a origem destes espaços religiosos ocorreu no contexto do século XVIII, o processo de destruição (ou a tentativa) destes templos ocorrem a partir do início do século XX atrelado a um processo de modernização urbana que procurou embranquecer o espaço público das cidades. A igreja da capital paulista foi demolida em 1903 e reconstruída por iniciativa da irmandade do Rosário, em outro lugar, já em 1904, demonstrando um gesto de resistência cultural e religiosa (2011, p.24).

A igreja da Penha possui também data incerta, mas provavelmente foi construída ainda no final do século XVIII na área do atual Largo do Rosário, tendo sido edificada de costas para a igreja de Nossa Senhora da Penha, igreja matriz do bairro. Tendo suas características bastante alteradas ao longo do tempo, contudo ainda possui alguns traços originais presentes. A igreja foi tombada em nível estadual pelo CONDEPHAAT, em

1982, e em 1991 foi tombada em nível municipal pelo CONPRESP.

Segundo histórias resgatadas pelo movimento cultural da Penha, as festas da congada no Largo do Rosário aconteceram até por volta dos anos 1970, tendo sobrevivido a mudanças ocorridas no território da Penha. Havia também as celebrações de Cosme e Damião, sendo o largo um ponto de encontro do bairro para uma população bem diversa, ocorrendo ali também apresentações de bandas de música, sendo assim importante lugar de sociabilidade local (2011, p.39).

Não obstante, as festividades e atividades foram declinando e a igreja se encontrava em estado de abandono quando no ano 2000 houve a iniciativa do Movimento Cultural Penha e de José Morelli, membro da igreja católica, em prol da restauração da igreja. Entre as iniciativas houve ainda naquele ano a realização de uma festa no mês de novembro, mês da consciência negra, onde houve apresentação de grupos de capoeira entre outras atividades e o evento foi finalizado com uma missa afro realizada ao ar livre no largo do Rosário (2011, p.38).

A festa do Rosário realizada em junho possui uma comissão organizadora criada em 2002. A festa atualmente guarda diferença em relação às ocorridas antigamente, como por exemplo a presença majoritária de pessoas de outras regiões da zona leste de São Paulo, para assistir ou se apresentar nela, ao contrário do caráter local e comunitário das antigas festividades que ocorriam ali.

Durante a missa afro ocorre a apresentação dos mais diversos grupos de congada, folias de reis, maracatu entre outras expressões culturais e religiões negras de matriz africana, são grupos provenientes de diversos bairros da região leste da capital e inclusive da região metropolitana. Muitos desses grupos são formados por pessoas que migraram para São Paulo e trouxeram consigo as tradições de sua terra natal, assim a festividade ao mesmo tempo que mantém a memória negra também contribui para conectar e valorizar a memória popular de toda a zona leste da capital, em um evento que celebra práticas culturais e religiosas diaspóricas tanto atlânticas quanto ao nível regional e nacional.

Por conseguinte, a festa passou a ocorrer todos os anos como forma a resgatar a tradição perdida e retomar os usos sociais da igreja e do largo, no entanto a festa passou a ocorrer no mês de junho e não mais em novembro. A própria festa é um projeto de ação cultural promovida pelo Movimento Cultural Penha e pelo coletivo Ururay, que buscam ser objetos disparadores e sensibilizadores da população sobre a importância da igreja como patrimônio da comunidade (2011, p.37).

Dentro deste projeto de ação cultural houve um projeto que foi iniciado em 2006,

chamado “Recados aos Nossos Ancestrais”, que se configura a partir de três eixos principais: “na esfera educacional, na produção cultural e artística e na social, esta última sendo materializada na atuação do Movimento Cultural Penha na Comissão, que organiza a festa pro mês de junho” (Marcelino; Almeida, 2011, p.40).

O projeto e os seus agentes podem, desta maneira, acompanhar as forças contraditórias que regulam os discursos históricos, através do processo de esquecimento, transformação e permanências. Desta maneira, a festa representa o caráter pulsante da cultura popular que se comunica em várias dimensões; “a memória individual e coletiva, o ser provinciano e o cosmopolita, o passado e o presente, a tradição barroca e o moderno, o mundano e o religioso” (2011, p. 41).

Este projeto também atua no âmbito escolar. A partir de 2005 passou a ser realizado um trabalho com as crianças das escolas municipais e estaduais localizadas no centro histórico da Penha durante o período da festa do Rosário. Entre as atividades realizadas havia teatro de bonecos, apresentação de dança e música, além de monitoria sobre história e patrimônio.

Desde o seu início o coletivo Ururay também organiza atividades que ocorrem em conjunto com a festa e que visam produzir diálogos entre ela a temática ligada ao patrimônio e sua preservação, em 2016 foi organizado um painel chamado “Cidade, Cultura e Ocupações”, no qual se contou com a participação de representantes de diversas ocupações culturais da zona leste da capital paulista.¹¹¹

Em junho de 2018, como parte do projeto “Heranças periféricas” que o grupo já realizava antes, aconteceu a oficina de design, arte e patrimônio. Ao longo deste período também foram realizados alguns roteiros históricos e patrimoniais ligados à cultura e religiosidade negra como também um roteiro que percorreu as três igrejas do Rosário existentes na região.

A comissão da festa do Rosário trabalhando em conjunto com o movimento cultural e o coletivo Ururay também produziu outras formas de valorizar a memória e cultura negra na região. Entre elas estão o grupo formado pelas pastoras do Rosário, criado em 2017, grupo formado por mulheres negras em sua maioria sexagenárias que cantam músicas relacionadas às suas experiências coletivas.¹¹²

Também foi criado, em 2018, o cordão da Dona Micaela Vieira, bloco de Carnaval

¹¹¹ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/07/painel-discutiu-ocupacoes-culturais-na.html> . Acesso em 26 de fevereiro de 2026

¹¹² Disponível em: <https://comunidadedorosariodapenha.com.br/index.php/pastoras-do-rosario/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

que homenageia uma importante parteira e benzedeira negra que viveu na Penha no início do século XX, o cordão sai da Praça Dona Micaela em um cortejo que percorre as ruas do centro histórico da Penha.¹¹³

Barbosa (2011), na apresentação da obra recados, traz uma reflexão importante sobre a memória negra:

Nesse sentido, perguntamo-nos: o patrimônio seria a referência para ressignificarmos a memória? E, se assim for, como se verificaria esse processo? Ao contarmos histórias ou ao nos depararmos com imagens, construções e demais vestígios materiais, podemos apreender e identificar sentimentos, diálogos e pensamentos que se conectam, se misturam ou se enlaçam, transformando esse resgate em símbolos e informações com valor cultural como aparentemente distante, pertencente a outro tempo passa a nos pertencer, possibilitando a criação de memórias futuras. Esse movimento não instaura apenas o passado, mas sim, a tradição de um novo (Barbosa, 2011, p 14-15).

Em 2020 aconteceu o projeto “Memórias herdadas” que buscou realizar a cartografia das famílias negras na Penha. No mês da consciência negra, foi realizada uma exposição de mesmo nome onde foram trazidas as histórias de doze núcleos de famílias negras presentes no bairro, desta forma:

A exposição é um convite para o público refletir sobre a história de 12 núcleos familiares da região Penha, cujos antepassados vieram para “construir suas vidas”, vindos de diferentes contextos e lugares do Brasil a partir do final do século XIX. Aqui suas memórias se entrelaçam com a história da formação dos bairros do Cangaíba, Vila Dalila, Penha de França e Vila Nhocuné e nos permite pensar outras perspectivas de leituras desses territórios. Com vínculos construídos através de parentescos consanguíneos, laços de afeto ou ainda por consciência de grupo, todas as famílias pesquisadas desenvolveram redes de solidariedade e cooperação, espaços de sociabilidade, devoção, organização econômica e proteção como a Comunidade do Rosário (Ururay, 2020, s.p.)

Borges (2022), em artigo sobre o fortalecimento do chamado turismo negro, que trabalha pelo “surgimento de guias com serviços especializados em passeios que promovem idas culturais em locais de memória, bem como a exploração de lugares e de patrimônios culturais de povos historicamente discriminados”¹¹⁴, ressalta o trabalho

¹¹³ Disponível em: <https://comunidade.dorosariodapenha.com.br/index.php/cordao-da-micaela/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2026

¹¹⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/turismo-memoria-e-as-narrativas-da-populacao-negra-em-guarulhos-e-sp/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

realizado pela AAPAH nesse segmento. Ele elenca alguns dos principais lugares de memória negra existente em Guarulhos com os quais a associação trabalha, entre eles o imóvel conhecido popularmente como chamada Casa da Candinha no bairro do Bonsucesso, o território da antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos no centro da cidade e a Casa Ilê Maroketu Axé Oya Ati Osun no bairro Fortaleza, este último considerado um dos primeiros terreiros de candomblé do estado de São Paulo. Todos estes lugares fornecem subsídios para as narrativas negras da cidade de Guarulhos.

Para além disso o autor ressalta ainda o desafio de manter esses espaços preservados e seguros além da necessidade de se “descobrir topografias novas”¹¹⁵ especialmente a partir da história oral, ou seja, preservar o que existe e buscar o que ainda está encoberto pela memória oficial. Essas memórias que emergem das narrativas orais ajudam a desvendar outros lugares de memória, lugares feitos *pelos* negros e *para* os negros, fugindo assim dos clássicos lugares de memórias difíceis que retratam as experiências da escravidão e do tráfico de escravos. Portanto a partir da história oral essas narrativas:

podem atingir o objetivo de trazer para a superfície uma série de identidades, de memórias e de lugares que o documento oficial ignora: são os jacarandás amarelos, os preás do rio Baquirivú e o ocaso de paisagens rurais que não resistiram ao assédio imobiliário das grandes cidades, entre elas, Guarulhos. É, portanto, através da História Oral que se pode des-esconder uma série de locais, outrora escondidos e negados, formatando, deste modo, novos itinerários de exploração cultural e de desenvolvimento do turismo regional (Borges, 2022, s.p.)

Em Guarulhos, a AAPAH realiza caminhadas temáticas para conhecer alguns patrimônios negros da cidade, entre eles a gruta dos orixás localizada no Bosque Maia, uma região privilegiada do centro da cidade onde persiste uma memória negra que resiste ao apagamento e ao vandalismo produto da intolerância religiosa. A gruta foi gradeada pela prefeitura para evitar o vandalismo contra os símbolos religiosos de matriz africana.¹¹⁶

Outro local importante para as atividades da associação é o local onde está localizada a placa de metal que sinaliza a antiga igreja dos homens pretos. Também o

¹¹⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/turismo-memoria-e-as-narrativas-da-populacao-negra-em-guarulhos-e-sp/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

¹¹⁶ Disponível em: <https://aapah.org.br/patrimonios-negros-e-indigenas/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

cemitério São João Batista, no centro da cidade, é um marco importante, pois havia uma parte do cemitério na qual os membros da irmandade do Rosário eram enterrados, no entanto a maior parte do cemitério foi removida para dar lugar à expansão urbana do centro da cidade, com isso esta memória foi sendo apagada restando apenas a parte do cemitério na qual a elite guarulhense está enterrada. Esta parte do cemitério inclusive está tombada como patrimônio pelo município.

A AAPAH também realizou um projeto de catalogação que culminou no *Inventário das obras de arte em espaço público da cidade de Guarulhos* publicado em 2023, nele há um capítulo dedicado aos chamados marcos decoloniais na cidade (2023, p.56), e o objetivo é entender como o legado negro e indígena na cidade foi representado através dos monumentos públicos. Desta maneira, a obra não busca simplesmente catalogar, mas também refletir sobre a representação da presença desses povos na cidade.

Esses monumentos são considerados como dissonantes das representações oficiais da cidade, o uso do termo decolonial para classificá-los diz respeito a uma tentativa de questionar as noções hegemônicas sobre a história e a memória da cidade. Por isso o inventário busca refletir sobre a temática das obras, sua localização no espaço urbano e a condição social dos artistas que as produziram (2023, p.56).

Um exemplo relevante destas obras é o marco da consciência negra que está localizado no bairro da Vila Progresso.¹¹⁷ Trata-se de um importante referencial que homenageia o 20 de novembro e foi erigido em 2015. Ele está localizado em uma encruzilhada entre duas ruas e possui diversos ideogramas que representam provérbios africanos. Ele também possui a função de marcar o local de onde sai a marcha da consciência negra realizada todos os anos.

A função dos lugares de memória como marcos referenciais para a realização de atividades no espaço público é muito explorado pelos movimentos sociais de preservação na região metropolitana de São Paulo. Por isso, vamos explorar de que forma eles se utilizam destas práticas de educação patrimonial e apropriação do espaço urbano.

¹¹⁷ Disponível em: <https://aapah.org.br/o-marco-da-consciencia-negra-e-o-meio/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

3.6 Itinerários urbanos: turismo social e apropriação do território

Vou caminhando pela Mãe dos homens chego até o centro passo por
trás do Conselheiro,
Vejo alguns carros estacionados, a fumaça sobe e o cheiro se espalha o
baseado foi pra mente, caminho entre calçadas esburacadas, trânsito
caótico chego em frente ao Extra, ponto lotado,
Mistura de cheiros, estômago reclama, churrasquinho, cachorro-
quente, pipoca doce, cheiro forte de urina, aperto o passo, passageiros
com olhos atento à espera da sua condução
Continuo o caminho.
Hippies oferecem pulseiras, artesanatos
Respondo não, obrigado!
Corro para pegar o farol verde, se vacilar sou empurrado, se ficar no
caminho sou atropelado.
Praça Getúlio Vargas iluminada pela lua,
Um olhar triste reflete no lago, daquele lado a vida é outra, cachaça,
solidão, frio, tristeza e fome fazem companhia,
Aprecio o Capistrano e atravesso a rua sinto cheiro de chocolate e
café,
Vejo mulheres arrumando o cabelo,
Vejo pessoas tentando ser milionárias,
Paro pra respirar.
O farol tá verde para os carros, olho ao redor e Guarulhos se prepara
para mais uma noite,
Olhares cansados, passos apressados, caixas de som com uma música
que incomoda meus ouvidos,
Entro na rua da Independência e vejo a casa do ex-prefeito pedindo
socorro,
Vou em direção à rua Dom Pedro, e o giroflex chama a atenção
iluminando a paisagem e afastando os excluídos,
Camelôs mudam o ambiente, vendem de tudo, roupas, relógios,
brinquedos, cintos, etc...
Chego no local que desejo, sete e quinze bate o sinal,
Vou viajar pelo tempo e tentar entender o que fizeram com a nossa
história
(Carvalho, 2020, s. p.)

Por isso iniciamos este tópico com um escrito por um membro da AAPAH de Guarulhos e revela o que uma simples caminhada e uma observação ativa pelo espaço público pode trazer de informações e educação quando se está atento em relação ao patrimônio material e imaterial no espaço público.

Nesta parte buscamos entender melhor como funciona a lógica das caminhadas e percursos históricos como importante instrumento de apropriação tanto do patrimônio quanto do território, buscando aproximar os dois conceitos. Os percursos são uma parte muito importante da atuação de ambos os grupos, por isso se justifica a existência de um tópico dedicado a eles.

Em um texto comemorativo dos 15 anos de fundação da AAPAH de Guarulhos,

Guerra (2024) faz um balanço retrospectivo das atividades e conquistas do grupo. O texto conta com a seguinte reflexão sobre o que moveu o grupo no seu início:

(...) a AAPAH se organizou também em uma ação que será sua marca histórica: as caminhadas. O ato simples de andar por um determinado bairro, revelando a cidade escondida sobre a rapidez com a qual passamos pelos lugares, se tornou nesses quinze anos uma das nossas marcas mais importantes. Não fomos os pioneiros e nem somos os únicos a fazer isso. Porém, as fotos das primeiras caminhadas revelam para nós sempre um caminho a seguir, ou seja, a intencionalidade por trás do ato de caminhar que não é apenas contemplar, mas definir prioridades nas ações que realizaremos. (Guerra, 2024, p. 05)

Nesse contexto, o ato de caminhar para conhecer a cidade e seus patrimônios é uma característica não apenas da associação de Guarulhos, mas também parte essencial da atuação do coletivo Ururay, pois em um texto relativo ao projeto territórios de Ururay é feita a afirmação de que “A realização desses itinerários veio a dialogar com uma prática já comum à atuação do grupo, que desde sua criação vem exercitando o “caminhar pela cidade” enquanto ação formadora para o patrimônio” (Duarte *et al*, 2017, p.200).

Ambos os grupos se dedicam a essa atividade desde o seu surgimento pensando na ideia da cidade como um patrimônio cultural a ser conhecido e preservado em seu todo. Podemos partir da ideia trazida por Meneses (2006), da cidade como um bem cultural, na qual ele argumenta que para poder preservar o patrimônio urbano é necessário entender a cidade a partir de três dimensões através da qual ela se realiza, enquanto artefato, campos de forças e representações sociais (2006, p.36).

A cidade como artefato procurar entender que toda cidade é fabricada, mas nunca em uma atmosfera abstrata pois ela é produzida no interior de relações sociais e econômicas; o campo de forças diz respeito às relações sociais nas quais a cidade é produzida, significando que existem diferentes grupos disputando a construção da cidade a todo momento, o que gera conflito e tensões nesse processo; finalmente as representações sociais alimentam a cidade com sentido e significado que lhe atribuem valores e representações em relação a ela.

Ele afirma que o patrimônio ambiental urbano tem sua matriz na dimensão física da cidade, pois é por meio dos elementos que os significados são instituídos, criados, circulam, produzem efeitos, reciclam-se e são descartados. Afinal, a corporalidade é a base de nossa condição humana (2006, p.37). Outrossim, a corporalidade é também a base da relação que se estabelece entre os habitantes e o patrimônio urbano, sendo as caminhadas um elemento-chave da experiência urbana das pessoas, circulando entre a

casa e o mercado, para ir ao trabalho ou a uma praça em busca de lazer e diversão, atividades que nos põe em contato com o espaço urbano no qual estamos inseridos.

Meneses ainda afirma que sem as práticas sociais não existem significados sociais, por isso as caminhadas promovidas pelos grupos buscam através desta prática resgatar ou criar novos significados para o patrimônio ambiental urbano. Sendo que “o patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano” (Meneses, 1978, p.1). Portanto, para serem socialmente apropriados os objetos precisam ser conhecidos e percebidos no cenário urbano.

Com esse propósito as caminhadas realizadas pelos grupos pelo espaço urbano buscam resgatar essa faceta de percorrer a cidade, trazendo consigo o objeto de uma observação atenta, para perceber os elementos que em geral passam despercebidos na circulação do cotidiano, carregando a proposta de uma caminhada contemplativa que ao mesmo tempo visa refletir criticamente os elementos patrimoniais em sua relação com o espaço urbano. Segundo afirma Jaques a caminhada propicia diversas possibilidades aos seus praticantes:

A cidade é apreendida pela experiência corporal, pelo tato, pelo contato, pelos pés. Essa experiência da cidade vivida, da própria vida urbana, revela ou denuncia o que o projeto urbano estratégico exclui, pois mostra tudo o que escapa ao seu projeto, as táticas e micropráticas cotidianas do espaço vivido, ou seja, as apropriações diversas do espaço urbano que escapam às disciplinas urbanísticas hegemônicas. (Jacques, 2012, p.272).

Esta abordagem em relação às práticas urbanísticas também pode ser aplicada às práticas de preservação patrimonial institucionalizada que muitas vezes não refletem as relações dos habitantes com o seu patrimônio local. Desse modo esta estratégia contribui para uma aproximação do processo de atribuição de valores ao patrimônio pela própria população ao participar destas atividades propostas pelos grupos.

Cabe aqui, portanto, trazer a contribuição de Certeau (2003), ao debate que pretende valorizar o que ele denomina como enunciações pedestres. Porque ele propõe um olhar sobre a cidade vista não de cima pelo planejamento racionalista, mas um olhar desde baixo, ao nível da rua, onde se estabelecem relações mais efetivas para o cotidiano dos moradores da cidade. Portanto, para ele, o espaço do urbanismo se torna um lugar, definido por ele como um espaço praticado a partir do fazer cotidiano dos caminhantes.

A partir das enunciações pedestres, a caminhada é considerada como uma forma

de escrita no espaço urbano, pois o caminhar afeta os lugares por onde se passa:

Vendo as coisas no nível mais elementar, ele tem com efeito uma tríplice função "enunciativa": é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato de palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, "contratos" pragmáticos sob a forma de movimentos (assim como a enunciação verbal é "alocução", "coloca o outro em face" do locutor e põe em jogo contratos entre colocutores). O ato de caminhar parece portanto encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação (Certeau, 2003, p.177)

A importância e proporção desta atividade que os grupos mantêm está inserida na perspectiva do ato de caminhar como uma atividade cada vez mais abandonada na era do carro e da velocidade, no qual os espaços urbanos são cada vez mais lugares de passagem entre um ponto e outro. Entre os diagnósticos que podem ser feitos a partir desta experiência o coletivo Ururay apresenta algumas reflexões pertinentes fruto de experiência:

Para o grupo, o encaminhamento de visitas a determinadas áreas e bairros apresentou várias potencialidades e dilemas, dos quais destacamos: [a] o enfrentamento do desafio “de caminhar” numa cidade que, historicamente, privilegiou uma noção de mobilidade motorizada e individualista e que se traduz num exercício fundamental para compreender quanto a estrutura material da cidade é explicada por essas “escolhas” pretéritas; [b] a fluência e fruição no espaço urbano, numa escala pessoal e corpórea (é a “cidade ao nível dos olhos”, para usarmos a feliz expressão que vem sendo empregada no debate sobre plinths), que leva à uma considerável aproximação das(os) caminhantes com o lugar do patrimônio nessa estrutura, já que privilegia uma relação corpo e cidade que, na maioria das vezes, é inviável no cotidiano do público atingido pelas ações do coletivo; e, por fim, [c] o reconhecimento tanto das potencialidades que a reunião de pesquisadoras(es) e interessadas(os) na questão patrimonial pode fornecer, quanto os desafios do debate público junto a determinadas autoridades, grupos e lideranças a respeito dos espaços instituintes de memória e promoção cultural na cidade (Duarte *et al*, 2017, p.200)

Essa prática de uma caminhada observadora e crítica não é uma invenção dos coletivos dedicados ao patrimônio surgidos no início do século XXI, visto que esta prática possui raízes que podem ser encontradas a partir do século XIX na Europa, aliás podemos perceber como o processo de expansão urbana que aumentou de forma vertiginosa o tamanho das cidades graças à revolução industrial provocou de maneira similar duas formas de reação interligadas.

Por um lado, ela levou a uma maior preocupação com a preservação do patrimônio

urbano devido às intensas alterações na paisagem das cidades e a rápida perda dos edifícios antigos, por outro as intensas transformações urbanas promovidas pelas autoridades buscando modernizar as cidades e organizar seu crescimento levaram ao surgimento do flâneur e da prática de flanar pela cidade.

A figura do flâneur está intimamente ligada à questão da multidão e do anonimato que são produtos das cidades metrópole do século XIX e que trazem consigo novas formas de sociabilidade e maneira de viver e agir no espaço urbano. Ele é, portanto, alguém que busca através do anonimato em meio a massa das pessoas observar a cidade e seus habitantes. Segundo Jacques (2012), é um personagem fascinado pela modernização, mas ao mesmo tempo também um crítico dos seus impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, alguém que busca contrapor a velocidade e aos valores ligados ao trabalho através do caminhar lento e descompromissado, transformando o ócio em valor em uma sociedade cada vez mais capitalista e acelerada (2012, p.48).

Baudelaire, por exemplo, escreveu sobre a Paris posterior às reformas de Haussmann na qual as mudanças foram realizadas em nome do discurso sanitarista, estético e também militarista. Ele relata a experiência de ver a cidade antiga dar lugar a uma cidade planejada cujo objetivo era dar fim às atividades consideradas inadequadas segundo esses novos valores burgueses que em geral eram atividades realizada pelas camadas populares que também foram sendo expulsas para longe do centro da metrópole (Jacques, 2012, pp. 46-47).

Esta prática também está presente no Brasil personificado através de João do Rio que atuou como jornalista no Rio de Janeiro no início do século XX. Ele escrevia suas crônicas a partir do que observava em suas caminhadas pela cidade, nas quais observava atentamente a vitalidade presente nas ruas e os seus habitantes, em especial as classes populares. Foi também um crítico das transformações urbanas radicais que ocorriam naquele momento histórico, buscando na observação das pessoas comuns os traços que não poderiam ser vistos pelo jornalismo tradicional. Também mostrou o rosto dos excluídos pelo processo de modernização em voga naquele momento criticando a homogeneização dos costumes e práticas sociais.

Importante compreender que o Rio de Janeiro sobre a qual João escreveu era uma cidade que tinha acabado de passar pelas reformas urbanas promovidas pelo prefeito Pereira Passos, que buscava remodelar a capital do país. Nesse processo a pequena África tinha sido varrida pela modernização conservadora e a ocupação das primeiras favelas se iniciava. Era, portanto, uma cidade que estava mudando rapidamente seu rosto e deixando

as classes populares para trás (Jacques, 2012, pp. 63-64).

Outra experiência importante neste campo das caminhadas exploratórias pela cidade moderna teve início a partir da década de 1920 a princípio com os movimentos dadaísta e surrealista. A experiência de deambular tem mais a ver com estranhamento e fugacidade em relação ao espaço urbano e os dadaístas promoveram alguns percursos urbanos em lugares considerados banais, que poderiam desaparecer muito em breve, ou seja, lugares de certa maneira condenados e que por esse aspecto chamavam a sua atenção.

A primeira incursão organizada pelo grupo foi a visita a uma igreja semiabandonada em Paris localizada em uma região turística e que por algum motivo desconhecido parecia ter sobrevivido às reformas promovidas pelo barão de Haussmann. Careri (2013) reflete sobre os possíveis significados deste passeio:

Ter realizado a ação naquele lugar específico tinha o valor de realizá-la na cidade inteira(...), mas a sua posição em pleno Quartier Latin, parece indicar que aquele jardimzinho específico em volta da igreja fora escolhido precisamente como se fosse o jardimzinho abandonado perto da própria casa: um espaço a ser indagado por ser familiar e desconhecido, ao mesmo tempo não frequentado e evidente, um espaço banal e inútil que, como tanto, *realmente não teria alguma razão de existir*. A exploração da cidade e a contínua descoberta de realidade a serem reveladas são possíveis em qualquer lugar, até mesmo no coração dos itinerários turísticos parisienses (Careri, 2013, p.77).

Entre os objetivos do dadaísmo estava em atribuir pela primeira vez na história da arte valor estético ao vazio e não a um objeto, pois antes do movimento quando os artistas desejavam submeter algum lugar a atenção do público, o faziam através da representação deste lugar deslocando o lugar real para um lugar designado pelo artista. Esta mudança, portanto, ofereceu aos artistas uma nova possibilidade de agir sobre a cidade (2013, p.75).

Os surrealistas por seu lado substituíram o espaço banal pelos espaços inconscientes, em suas errâncias urbanas eles procuravam pelos restos da cidade, buscando o estranhamento em relação daquilo que era cotidiano e comum, e ansiando por um tipo de iluminação profana de lugares e objetos fadados ao desaparecimento.

Quando de visita ao Brasil, inúmeros artistas modernos ligados a este e a outros movimentos foram levados para visitas às favelas cariocas, naquele momento desprovidas de qualquer referencial turístico como existe hoje. As favelas se tornaram, ao longo dos anos 1920, lugar de referência dos modernistas brasileiros e muitos deles passaram a representá-las em sua obras buscando trazer novos ícones da brasilidade, as favelas eram vistas como um outro tipo de espaço banal, surgidas como uma espécie de efeito colateral

das reformas urbanas do Rio de Janeiro e por isso consideradas como um espelho do Brasil verdadeiro (Jaques, 2012, pp. 95 e segs.).

A partir do final da década de 1950 surgiu a Internacional Situacionista que propunha uma nova forma de abordar a cidade, propunham a deriva como método da ação no qual o processo de se perder no espaço urbano era parte constituinte dele, visto que eles buscavam definir as zonas inconscientes da cidade e através da psicogeografia investigar os efeitos psíquicos que o contexto urbano produz nos indivíduos (Careri, 2012, pp. 83 e segs.).

Todos esses movimentos e as táticas ligadas a eles estão intrinsecamente unidas à construção de experiências urbanas através da apropriação da cidade a partir do corpo e do ritmo humanos, toda essa vasta experiência formada ao longo das décadas também acabou influenciando as formas de valorização e preservação do patrimônio urbano das grandes cidades. Desta maneira devemos compreender como a caminhada evoluiu a partir de uma prática estética para uma prática de educação patrimonial para o entendimento em relação ao patrimônio ambiental urbano.

Fernandes (2016), viu como precursor neste processo o *Guia Básico de Educação Patrimonial* produzido pelo IPHAN, em 1999, este guia por sua vez teve por base práticas relacionadas aos itinerários educacionais promovidos pelo Museu Imperial de Petrópolis, ainda nos anos 1980. Muito embora o guia seja analisado de forma crítica por pesquisadores da área por ser considerado anti dialógico, ele é também considerado como uma espécie de marco nesse processo e possui algumas qualidades importantes para a evolução da área, pois:

Já naquele momento, por exemplo, a realização de roteiros era lida a partir de uma chave crítica, pela qual se revelava necessário associá-los a processos mais amplos de observação, contextualização e discussão dos bens a eles vinculados. Trata-se de material considerado pioneiro no campo da educação e da difusão do patrimônio: aos roteiros associavam-se ações de reconhecimento, interação e apropriação dos bens (Fernandes, 2016, p.175).

Flavia Costa nos apresenta os aspectos positivos ligados à educação patrimonial participativa que inclui atividades como caminhadas e passeio orientados:

Torna os indivíduos mais observadores e curiosos sobre seu entorno, auxiliando os a desenvolver sua “alfabetização visual”;
Oferece aos indivíduos ferramentas para dar sentido ao que veem e experimentam, para entender melhor seu próprio ambiente e os novos locais visitados;

Desenvolve um senso de conexão pessoal com outras pessoas em outros tempos e lugares; ·
 Ensina a apreciação e o respeito e estimulam a “apropriação” de lugares e objetos; ·
 Incentiva a tomada consciente de decisões sobre o futuro pela demonstração de como as decisões tomadas no passado têm consequências diretas sobre as possibilidades vindouras; ·
 Mostra aos indivíduos como eles podem estar envolvidos em suas comunidades, como voluntários e defensores dos bens patrimoniais, e influenciar o presente e o futuro de sua comunidade e de outras regiões (Costa *apud* Góes, pp. 89-90)

Nesse processo, a educação patrimonial contribui para permitir um reconhecimento dos habitantes sobre a história e as práticas culturais do seu lugar, que contribui assim para uma maior valorização e proteção dos patrimônios locais.

A AAPAH de Guarulhos possui entre os seus objetivos declarados mobilizar entre a população a curiosidade para discutir pontos esquecidos do território guarulhense e da história local. Nesse processo o grupo busca mobilizar a população através da participação em diversas atividades promovidas pelo grupo, entre elas as caminhadas, que buscam despertar o olhar da população sobre sua cidade. Em 2017, um balanço sobre o alcance das atividades realizadas pelo grupo dizia que:

As caminhadas foram um sucesso de público, há interessados em conhecer locais de silêncio, mata virgem e água limpa, muitos se surpreendem, mas isso existe em Guarulhos, o trabalho da AAPAH conseguiu apresentar parte desta riqueza natural e paisagística (AAPAH, 2017, p. 4).

Entre os projetos promovidos pela AAPAH de Guarulhos existe o “Redescobrimo minha Cidade” que é um trabalho de educação patrimonial que tem como objetivo “promover circuitos regionalizados de caminhadas históricas pelos múltiplos espaços de Guarulhos” (AAPAH, 2017, p. 6), ele busca ativar o potencial da cidade do ponto de vista histórico, turístico, identitário e cultural.

Este projeto iniciou-se em 2015, tendo sido o primeiro projeto promovido a partir do ponto de cultura. Ele foi pensado buscando entender a historicidade da cidade e seus desdobramentos, para isso os trajetos possuem guias do grupo que buscam ampliar a percepção sobre a cidade em sua complexidade.

O projeto contava com o apoio do edital direcionado ao ponto de cultura que com isso proporcionou estrutura para os roteiros que muitas vezes necessitam de transporte e alimentação para o público devido às longas distâncias e o tempo de duração de alguns roteiros.

A primeira caminhada foi realizada no centro histórico da cidade, nela se discutiu o legado colonial e a cidade moderna, também se discutiu sobre o centro ser o território da cidade que mais sofreu modificações e alterações em sua fisionomia, um processo que o grupo denomina como “modernização suburbana”, realizando um debate sobre os poucos resquícios materiais da história nesta região (AAPAH, 2017, p. 7).

Diversas caminhadas foram realizadas no centro da cidade ou tendo ele como parte do roteiro, entre eles todos os anos no dia 8 de dezembro, data de aniversário de Guarulhos, o grupo realiza uma caminhada onde discute aspectos da história do município, na qual inclusive se problematiza a escolha desta data como o aniversário da cidade.

O bairro do Bonsucesso costuma receber roteiros guiados pelo grupo no mês de agosto durante ou próximo ao período da festa do santuário de Nossa Senhora de Bonsucesso, este roteiro busca afirmar o caráter sincrético e popular da festa e como ela se mantém mesmo com todo o processo de modernização promovido na cidade.¹¹⁸

O processo de modernização de Guarulhos está contemplado em um roteiro chamado de “Caminhos da arquitetura moderna” que busca proporcionar uma visão histórica, arquitetônica e patrimonial dos bens modernos da cidade, sendo visitados uma escola estadual, o sindicato dos metalúrgicos e o parque CECAP. A importância deste tipo de caminhada segundo a AAPAH está ligada às intensas transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo. Desse modo, o grupo busca valorizar não apenas os patrimônios de período mais antigos, mas também os mais recentes e contemporâneos com os quais a população muitas vezes possui relações de memória e funcionam como referências culturais.¹¹⁹

Também busca ressaltar o debate envolvido nos projetos modernistas de construção de conjuntos habitacionais considerados como reflexos de valores e ideologias progressistas vindas da Europa que buscavam melhorar a vida da população, em especial dos mais pobres, assim o aspecto social desta arquitetura é ressaltado. O roteiro busca observar nesta arquitetura a existência de uma intencionalidade de criação de locais comuns onde os moradores pudessem interagir, visando construir uma lógica de vida comunitária. Além disso, o roteiro percorreu o parque CECAP onde foi discutido sobre os locais comunitários construídos pelos próprios moradores, sua organização e formas de lazer.

¹¹⁸ Disponível em: <https://aapah.org.br/bonsucesso-sincretismo/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹¹⁹ Disponível em: <https://aapah.org.br/2016/03/arquitetura-moderna-em-guarulhos/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

O grupo também promoveu visitas a bairros mais afastados da cidade e que possuem uma cobertura vegetal ainda preservada como é o caso dos bairros do Cabuçú¹²⁰ e Água azul e região do Nhangussu¹²¹, neles a proteção ao meio ambiente e o conhecimento da flora e fauna local é parte fundamental da visita. Na região do bairro Água Azul o roteiro também trabalha com questões ligadas à história da extração de ouro realizado ali durante o período colonial e que foi posteriormente abandonada. A questão ambiental também está presente no roteiro que buscou falar sobre os rios invisíveis de Guarulhos escondidos debaixo da cidade.

O complexo cultural da Lagoa do Patos, localizado no bairro da Vila Galvão, possui importância como espaço de lazer e cultura para a cidade. Tendo sido tombado no nível municipal em 2019 o complexo conta com um estádio, um centro de exposições e um centro cultural, além de possuir uma grande área verde que ainda aguarda um projeto de restauração a ser realizado pela prefeitura. A AAPAH realizou uma caminhada em 2025 que fazia parte da luta do grupo e de outros movimentos buscando sensibilizar a população para a importância da preservação deste complexo.¹²²

A importância dada pelo grupo aos monumentos localizados no espaço público da cidade também está presente nos circuitos realizados, alguns deles buscam interpretar a história e a memória local a partir do contato dos participantes com eles, é o caso, por exemplo, de roteiros ligados à memória negra e indígena. Também é o caso de um circuito intitulado “Poder, emancipação e política”, no qual os monumentos são utilizados para refletir sobre a história política do município em suas várias perspectivas possíveis. Este circuito inclusive faz parte do projeto ligado ao inventário de obras de arte realizado pelo grupo.¹²³

Além de caminhadas, o grupo também organizou a “Bicicleata para o patrimônio” que buscava marcar o início das atividades ligadas a eventos turísticos promovidos pelo grupo, foi realizada no período noturno visitando pontos históricos do centro da cidade. Ao final do passeio as pessoas puderam participar do evento do fogaréu, ocorrido pela primeira vez no centro da cidade depois de muitos anos.

Com o início da pandemia de COVID 19, as caminhadas foram suspensas e

¹²⁰ Disponível em: <https://aapah.org.br/2016/05/cabucu-pioneirismo/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²¹ Disponível em: <https://aapah.org.br/morro-do-nhangussu-e-um-potencial-turistico-de-guarulhos/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²² Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/complexo-lago-dos-patos-nosso-patrimonio-ambiental-urbano/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²³ Disponível em: <https://aapah.org.br/roteiro-apresenta-poder-emancipacao-e-politica-de-guarulhos/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

AAPAH adotou então uma estratégia para manter as atividades do grupo, passou a promover uma caminhada virtual que tinha como objetivo levar os internautas a lugares da cidade fechados para o público nítquel período, o que acabou ampliando o alcance da divulgação do patrimônio histórico e cultural de Guarulhos.¹²⁴

Foram criados roteiros divididos por regiões da cidade nos quais é contada a história do município e que contam com o auxílio de fotografias e documentos históricos. Foram criados os roteiros do centro histórico, do ouro de Guarulhos, de Bonsucesso, do Cabuçu e da arquitetura moderna e contemporânea, todos esses roteiros são inspirados em circuitos que ocorriam anteriormente de modo presencial.

Uma apropriação bem interessante pensada pela AAPAH pode ser vista em um artigo publicado em seu site em 2016 que se debruça sobre o jogo *Pokémon Go*, um jogo de realidade aumentada que leva seus jogadores a capturar monstros que estão em determinados lugares públicos. Se entendeu que o jogo estava levando as pessoas a explorarem seu entorno imediato chegando inclusive descobrirem pontos de interesse em seus próprios bairros de moradia. Por isso, essa seria uma experiência interessante para se observarem problemas e para se pensar em estratégias ligadas ao turismo e a valorização do patrimônio.¹²⁵

Outra observação importante que foi possível através do jogo diz respeito ao déficit de espaços públicos de qualidade na cidade de Guarulhos, pois os espaços de agrupamento elencados pelo jogo são bastante restritos, os poucos lugares públicos assinalados pelo jogo funcionam como hubs para moradores de diversas regiões da cidade que não possuem espaços de qualidade em seus próprios territórios, ainda assim alguns desses lugares são desconhecidos de boa parte do habitantes do município devido a pouca divulgação turística e patrimonial. Portanto, este jogo pode servir como referência para criação de instrumentos de ação sobre o patrimônio e o turismo locais.

O primeiro roteiro do coletivo Ururay foi realizado já em novembro de 2014 quando o grupo havia acabado de surgir, isto ajuda a perceber o caráter central destes roteiros dentro do projeto do coletivo. Foram selecionadas quatro importantes referências patrimoniais da zona leste: a Vila Maria Zélia, a casa do Tatuapé, a capela de São Miguel e a igreja de Nossa Senhora dos Homens Pretos na Penha. A preocupação com a elaboração deste roteiro era “no sentido de difundir na comunidade local e na cidade a

¹²⁴ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/caminhada-virtual-da-aapah/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²⁵ Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/caminhada-virtual-da-aapah/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

cultura e a memória da região, e sua expressiva importância para a cidade de São Paulo”.

126

O roteiro ressaltou a necessidade de construção de políticas públicas educacionais e sociais efetivas para os territórios dos quais os patrimônios fazem parte, que muitas vezes são vistos como fator de impedimento para o desenvolvimento econômico. Por isso, é preciso segundo o coletivo incentivar as potencialidades turísticas e identitárias deste espaço como forma de geração de empregos e de renda para a comunidade.

Um roteiro que costuma ser realizado se chama “O sagrado e o profano no outeiro da Penha”, ele possui “como temática refletir sobre a história da dinâmica social e cultural da colina Penha de França a partir dos seus referenciais patrimoniais materiais e imateriais”.¹²⁷

Em 2016 outro roteiro foi realizado abarcando quatro subprefeituras da zona leste, São Miguel, Mooca, Penha e Itaquera, sendo que cada região foi visitada em um dia diferente. Este roteiro estava ligado ao projeto “Territórios de Ururay”, que também contou com uma exposição, um livro e um documentário.¹²⁸

Os lugares percorridos em cada visita foram a Capela de São Miguel Paulista, as Ruínas do Sítio Mirim, Vila Jacuí e a Fazenda Biacica, Jardim Helena, localizados na Subprefeitura de São Miguel. A Antiga sede da fazenda da família Morganti, Conjunto José Bonifácio, Paróquia Nossa Senhora do Carmo, Casa do Chefe da Estação e Casarão Sabbado D’Angelo, localizados na Subprefeitura de Itaquera. A Casa do Tatuapé, Tatuapé, a Casa do Sítio do Capão, Tatuapé/Água Rasa e Vila Maria Zélia, Belenzinho, localizados na Subprefeitura da Mooca. A Igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, a Escola Estadual Nossa Senhora da Penha e a Escola Estadual Santos Dumont, localizados na Subprefeitura da Penha (Duarte *et al*, 2017, pp.200-201).

Com estes roteiros o coletivo busca escapar da “recorrente fórmula” da visitação turística guiada, pois os itinerários buscavam propor reflexões críticas sobre a história, a memória e a preservação dos patrimônios visitados, onde apresentaram outras narrativas possíveis para estes espaços. A organização dos trajetos foi pensada para que o público pudesse ter um olhar crítico que fosse para além da mera aproximação informativa sobre os bens. Os roteiros também buscavam articular a história dos bens patrimoniais com os

¹²⁶ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2014/11/roteiro-cultural-de-visita-dia-2911.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²⁷ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2015/12/sagrado-e-o-profano-no-outeiro-da-penha.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹²⁸ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2016/10/em-outubro-ururay-organiza-saidas.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

seus usos atuais, trazendo toda a diversidade de memórias que podem existir em torno deles.

As caminhadas se encerravam com uma conversa em grupo onde os participantes “encaminharam perguntas e reflexões sobre o roteiro como um todo, refletindo como o processo da caminhada as(os) trouxe outra percepção sobre o território explorado” (2017, p.203). Isto confere às caminhadas uma forma autorreflexiva que está sujeita a mudanças ao longo do tempo.

Percebe-se que embora o coletivo esteja sediado no bairro da Penha e tenha uma atuação voltada ao bairro ele sempre procurou abarcar outros diferentes territórios da zona leste da capital. Porém, como o grupo possui poucos membros e a região é muito extensa, o alcance das atividades acabou ficando restrita a quatro subprefeituras entre as doze que existem na região.

Outros roteiros foram realizados explorando o patrimônio presente nas diversas regiões como “A leste de onde? Itaquera na história de São Paulo”, também o roteiro chamado “O sagrado e a construção da cidade: São Miguel e Penha”, foi realizado inclusive um passeio ciclístico chamado “Do pedal a taipa de pilão” que percorreu patrimônios no Tatuapé na Penha. A partir da temática fica evidente uma das preocupações do Ururay, qual seja a de refletir criticamente sobre a contribuição da zona leste para a história de São Paulo e tornando assim o seu entendimento fundamental para uma compreensão mais ampla da própria cidade.¹²⁹

A partir de 2018 o coletivo Ururay realizou o festival tombamento que fazia parte do projeto “Heranças periféricas”, que já foi tratado em maiores detalhes em outro tópico. Tendo sido realizadas edições em São Miguel Paulista, Itaquera e Penha, entre as atividades realizadas, havia um trabalho de campo com um roteiro pelos bairros.

O percurso pela história de São Miguel tinha como objetivo “entender, através do contato reflexivo com diversos espaços da Praça Padre Aleixo Monteiro Mafra “Praça do Forró” e em visita a Capela de São Miguel, a sua trajetória desde o período colonial até os dias atuais”. Foram visitados além da capela de São Miguel, o sítio Mirim e o viveiro escola das mulheres do Grupo de Agricultores Urbanos (GAU).¹³⁰

No roteiro de Itaquera o percurso foi iniciado a partir da Estação de Trem José Bonifácio, e passou por 7 pontos (Praça Brasil; Ocupação Cultural – CORAGEM; Galeria

¹²⁹ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/projeto-territorios-de-ururay.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹³⁰ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/10/festival-tombamento-sao-miguel.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

de Arte a Céu Aberto; Praça Orlando Jorge; Horta Comunitária Dona Severina; Igrejinha de Santa Terezinha; Parque Raul Seixas).¹³¹ No festival realizado na Penha não houve uma caminhada, mas um cortejo com a participação de grupos culturais da região convidados que percorreram as ruas do centro histórico do bairro, tendo sido convidados grupos de folia de reis, moçambiques, um grupo afro de imigrantes Bolivianos e um cordão carnavalesco.¹³²

Dentro do Projeto “Heranças Periféricas”, são realizados diversos roteiros pelo centro histórico da Penha e nos outros territórios abarcados pelo trabalho do coletivo. Essas atividades já foram realizadas para diversos públicos; estudantes, professores, universitários de cursos ligados a área do turismo, das artes visuais e da arquitetura e urbanismo, além é claro do público em geral.

O coletivo Ururay participa também da jornada do patrimônio promovida pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da cidade de São Paulo desde 2015, ela é inspirada em uma experiência de mesmo nome realizada na França. A jornada é uma política pública que foi implantada visando aproximar mais o órgão de preservação municipal da sociedade civil. A programação é proposta por organizações, movimentos e entidades da sociedade que estão ligados à questão patrimonial, sendo o órgão responsável por cadastrar e divulgar as atividades que estão distribuídas em cinco modalidades: passeios pela cidade, abertura de imóveis, oficinas, apresentações artísticas e palestras.

Corrêa (2022), ao tratar sobre as características do evento, afirma que a realização de percursos pela cidade possui um caráter central dentro do evento, sendo responsável por cerca de 40 por cento de todas as atividades propostas, existe a percepção inclusive de um aumento significativo de roteiros que jogam luz a questões sociais e de representação, que tem contribuído para uma ampliação do campo do patrimônio na cidade de São Paulo buscando reparar falhas históricas em relação às narrativas oficiais sobre o patrimônio (2022, p.77).

Em sua participação nas jornadas, o Ururay tem atuado na realização dos roteiros, embora também contribua com outras atividades, pois esta parceria contribui também para uma maior divulgação das atividades do grupo para além da zona leste e ajuda a sensibilizar a população de outras regiões da capital sobre a importância do patrimônio

¹³¹ Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2018/09/festival-tombamento-itaquera.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

¹³² Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2019/08/festival-tombamento-penha.html>. Acesso em 19 de novembro de 2025

destes territórios.

Outra parceria bem relevante tanto para a AAPAH quanto para o Ururay em relação aos roteiros históricos e culturais tem sido realizada com o Serviço Social do Comércio (SESC), uma entidade gerida por empresários do setor de serviços. Seu objetivo é promover bem-estar e qualidade de vida para os trabalhadores e para as suas famílias. Desde o final da década de 1970 a entidade passou a trabalhar com o conceito de turismo social, definido como uma forma de turismo que seja acessível a amplos setores da população, mais especificamente para camada da sociedade que não possuem condições econômicas suficientes para viajar por conta própria.

Para além disso, ele também pressupõe que a experiência deve levar a um enriquecimento cultural abrangente dentro de uma proposta crítica com relação ao consumismo (Cheibub, 2022, p.11). A partir desses princípios gerais a regional do SESC em São Paulo possui uma prática de organizar passeios, roteiros e excursões nas quais são realizadas parcerias com agentes locais.

Desta forma, a AAPAH costuma realizar parcerias com a unidade do SESC de Guarulhos, enquanto o Ururay já realizou atividades conjuntas com as unidades do SESC Belenzinho, Itaquera, Pinheiros e fora da cidade de São Paulo, como as unidades de Santos e de Ribeirão Preto. Esta parceria dos grupos não está restrita aos roteiros de turismo social pois abrange outras áreas ligadas à cultura, como já foi tratado em um tópico anterior.

A relação entre preservação do patrimônio e turismo social ou comunitário é algo presente no horizonte em ambos os grupos que estamos estudando, pois, o uso do turismo como instrumento de desenvolvimento social e econômico é fundamental em suas atividades, lembrando que a AAPAH inclusive atua dentro do conselho de turismo da cidade de Guarulhos.

O último capítulo da obra *Territórios de Ururay* é dedicada a refletir sobre as possíveis articulações entre o patrimônio e o turismo, e possui o título bastante apropriado de “Turismo, conservação do patrimônio e geração de oportunidades para as comunidades da zona leste de São Paulo” (Martins, 2016, p.127).

Martins (2016), aponta que o turismo tem sido visto por órgãos públicos e agentes privados como uma importante alternativa de geração e renda e desenvolvimento local para regiões que possuem significativos bens naturais e culturais. Também é útil como forma de sensibilização da população para a conservação do patrimônio, pois pode ser um instrumento muito eficiente como forma de aproximação da população do entorno

com os seus patrimônios locais.

Este propósito pode ser obtido a partir da perspectiva do turismo de base local ou turismo de base comunitária no qual a própria população dessas regiões se organiza visando explorar de forma sustentável os bens naturais e culturais, fazendo com que a renda obtida e criação de empregos fiquem dentro da comunidade.

O turismo de base comunitária toca ainda em questões mais profundas, ele acaba se constituindo em um movimento político e social dentro da comunidade, pois articula-se a lutas socioterritoriais de grupos que buscam permanecer em seus territórios e assegurar direitos. Esse empoderamento da comunidade através do turismo apresenta uma gama nova de possibilidades, pois:

Utilizam-se do turismo para valorizar e mostrar a sua história, divulgar a sua luta, promover encontros, trocas e parcerias e construir oportunidades para a permanência e perspectivas futuras na localidade; neste sentido, descobrem, cada vez mais, como fazer um turismo que vai muito além da geração de renda. (Martins, 2016, p.129).

Segundo Ferreira (2022), a relação entre patrimônio e turismo possui uma história antiga e conflituosa, porque em geral os bens culturais são considerados apenas como mercadoria. Desse modo, ele aponta de que forma os coletivos culturais em São Paulo (sendo o coletivo Ururay parte de sua análise), se utilizam do turismo para além da simples difusão do típico e do tradicional ou de considerá-lo como mercadoria simbólica.

Para eles se trata de uma estratégia não apenas de desenvolvimento, mas também de uma mediação de práticas educacionais, além de ser um difusor de memórias marginalizadas, de lutas locais e resistências territoriais. Desta forma, as culturas não podem ser enquadradas em um mero atrativo pois possui uma relação complexa com essa forma de turismo, ou seja, o que se questiona é aquilo que Meneses chamou de “usos culturais da cultura” (2006, p.38).

Esses usos culturais estão alinhados dentro daquilo que o mesmo autor chama de cultura espasmódica, ou seja, que se realiza em instantes privilegiados e que depois se contrai sem deixar marcas ou consequências visíveis nos lugares visitados (2006, p.38). Isto é justamente o oposto daquilo que os coletivos se propõe a fazer como forma de turismo.

Questionar o papel do patrimônio cultural enquanto mercadoria também é um dos focos dos grupos pois o campo do turismo também é um lugar de conflitos sociais, “assim o turismo ora é um mediador, ora um difusor, ora é até mesmo um tema de debate. Ou

seja, orbita entre um recurso e um objeto constantemente” (Ferreira, 2022, p.234). Essas variadas formas de manejar essa atividade são construídas a partir de uma complexa rede de relações que atravessam os diferentes sujeitos, instituições e grupos.

Enfim, refletindo sobre as diversas formas de ocupação dos espaços públicos proporcionadas seja através das caminhadas urbanas e do turismo social, da realização de eventos culturais e comunitários em praças e parques e da manutenção das festas populares, compreendemos que tudo isso é capaz de proporcionar uma apropriação coletiva da cidade através de instrumentos que reforçam diferentes formas de sociabilidades entre a população

Diante disso, estas reflexões nos conduzem a definição proposta por Lefebvre sobre o que ele define como o direito à cidade, o qual só pode ser formulado como um direito:

(...) à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e, por conseguinte, se inscrevem nas perspectivas da revolução sob a hegemonia da classe operária. (Lefebvre, 2001, p.139)

Este movimento está por trás das discussões dos coletivos populares de preservação do patrimônio, a partir das quais o domínio dos usos econômicos dos bens culturais também é um instrumento para a realização do desenvolvimento social e para construção de uma vida urbana mais democrática e justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foram discutidas, ao longo deste trabalho, algumas questões importantes que estão relacionadas com as políticas do patrimônio cultural no Brasil e que nos propõe algumas reflexões pertinentes. Entre elas a de pensar a ideia de política pública de maneira mais ampla, ou seja, entender que os movimentos populares, como a AAPAH e o Ururay, também constroem política cultural. Sendo que este é um aspecto bastante importante para a compreensão das estratégias e objetivos na atuação destes agentes.

Diante disso, as relações estabelecidas entre o Estado e os movimentos populares no processo de construção das políticas do patrimônio cultural são complexas e variadas, pois se, por um lado o Estado promove a participação da sociedade civil dentro das instituições, por outro, não se deve esquecer que o campo do patrimônio também é uma arena de disputas políticas e sociais. Essas disputas ocorrem tanto dentro das instituições quanto entre os diferentes agentes sociais participantes do processo de patrimonialização dos bens culturais.

Os movimentos populares surgidos no início do século XXI vêm para ampliar os espaços de atuação para a políticas culturais. Isto porque a participação dentro dos conselhos foi bem frustrante, gerando aquilo que Leblanc (2017) chama de “desencanto com a participação” por meio das instituições oficiais. Essa experiência, por outro lado, trouxe também um aprendizado sobre o funcionamento interno da máquina estatal e das políticas públicas. O que os ajudou a se organizarem fora do âmbito do Estado a fim de atuar e tentar intervir nas políticas públicas com mais autonomia.

A política cultural promovida por esses movimentos possui dois aspectos relevantes, por um lado ajudam a projetar e efetivar políticas públicas institucionais para que elas se aprofundem e atinjam capilaridade dentro da sociedade. Por outro lado, eles contribuem para que as políticas públicas estabelecidas não sejam descontinuadas de um governo para o outro, tentando dar alguma estabilidade e buscando transformar as políticas de governo em políticas de estado, efetivamente.

Aspecto esse que Calabre e do Val (2024) ressaltaram como sendo uma das características fundamentais das políticas culturais no Brasil, que são compostas por ondas de avanço e retrocesso ao longo de toda a sua trajetória, e por isso sujeitas a mudanças institucionais conforme o momento político.

A partir desta perspectiva e tendo como base as reflexões proporcionadas por esta pesquisa, sugerimos uma cronologia que busca dar continuidade àquela proposta por

Rodrigues (2014). Considerando que sua pesquisa vai até o final do século XX, demos continuidade a partir deste momento buscando contribuir para entender historicamente as políticas públicas de preservação e como as mudanças de governos influenciam as ações dos grupos analisados nesta tese.

O primeiro período (2002-2016) reflete um processo de reabertura que se inicia com a administração do PT na presidência da República. Nele as políticas culturais passaram a ser institucionalizadas em base democráticas e participativas, foi elaborada uma política cultural ampliada que tinha como um de seus pilares o Sistema Nacional de Cultura criado em 2003, além do projeto de criação do programa Cultura Viva.

Também neste período foram criados o Ministério e o Estatuto da Cidade, sendo que neste último havia medidas relativas à proteção do patrimônio cultural articuladas ao planejamento urbano.

Este período também foi caracterizado por administrações do PT (Partido dos Trabalhadores), nas cidades de São Paulo e Guarulhos, que articularam junto ao governo federal a construção de políticas públicas ligadas à cultura e à preservação do patrimônio. Além disso, essas administrações buscavam uma política de expansão da “malha participativa” (Leblanc, 2017). Foi neste contexto que surgiram os movimentos populares que estudamos nesta tese.

O segundo período (2017- atual) tem início com administradores municipais de caráter neoliberal em São Paulo e Guarulhos, sendo seguidos pelo governo de Jair Bolsonaro na presidência da República. Durante o seu governo foi extinto o Ministério da Cultura e ocorreram cortes substantivos no financiamento de diversas áreas, inclusive na área cultural. O período da pandemia (2020-2021) acabou agravando ainda mais os problemas dos movimentos que buscaram estratégias para evitar a desarticulação do seu trabalho. Um momento difícil para a sociedade como para o todo, o que não foi diferente para as organizações sociais e populares.

Embora tenha havido um retorno do PT a administração federal a partir da qual teve início uma reorganização das instituições e de projetos na área da cultura e da preservação do patrimônio, as administrações municipais em São Paulo e Guarulhos continuaram sendo exercidas por prefeitos de corte neoliberal. Diante disso, houve falta de apoio aos movimentos e tentativas de descontinuar políticas públicas já existentes. Isto levou a que os grupos procurassem outros parceiros de trabalho, como foi o caso do SESC.

É importante salientar também que o surgimento destes movimentos populares

ocorreu em um contexto no qual discussões sobre questões urbanas foram incorporadas ao campo do patrimônio, carregando consigo um retorno dos debates sobre o direito à cidade e aqueles ligados ao conceito de patrimônio ambiental urbano no qual se buscam uma aproximação entre as práticas de preservação e o reconhecimento das diferentes identidades e anseios da sociedade.

Por isso eles se debruçam sobre as questões sociais e urbanas como parte do resgate das memórias das minorias e da valorização de seus patrimônios culturais. A valorização da memória negra e indígena, da religiosidade popular e do sincretismo religioso, dos migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros que construíram e ainda constroem ambas as cidades. Também a origem das diversas regiões que formaram os municípios e até os modos de habitar, se divertir e se organizar das populações são a base das pesquisas desses movimentos de preservação do patrimônio.

Nesse sentido, são realizadas diferentes atividades para a mobilização do patrimônio como forma de valorização dos territórios, por exemplo a realização de palestras, cursos, debates, oficinas e exposições, além de outras atividades realizadas virtualmente pelos grupos, entre elas a produção de podcasts e lives.

Existe também o apoio e divulgação dos agentes culturais dos territórios e a valorização da cultura como ofício, que tem por objetivo, por meio da cultura e da memória, a busca da apropriação dos diferentes espaços sociais. Para tal busca as ações culturais podem contribuir para potencializar os esforços em torno do desenvolvimento do bairro. Outra maneira de apropriação dos territórios é pela realização de percursos históricos que abordam diferentes aspectos das regiões, esses roteiros costumam ser temáticos e abordam diversos elementos da constituição urbana e social dos lugares visitados.

Ao conduzir os itinerários urbanos, são instigadas reflexões críticas em torno da história, da memória e preservação desses bens, apresentando outras narrativas possíveis para os patrimônios e espaços visitados. Também há uma busca por pensar a existência dessas estruturas atualmente, articulando as variadas memórias e narrativas existentes. Nesse sentido, inseridos dentro das propostas dos grupos, está a aproximação crítica a estes bens culturais, um meio de sensibilizar as pessoas da importância destes exemplares, e do poder que a sociedade civil pode e deve ter na defesa do patrimônio da cidade (Duarte *et al*, 2017).

Por fim, compreendemos que os objetivos de ambos os movimentos analisados nesta tese estão em resgatar memórias que possam contribuir para a construção de novas

histórias sobre as suas cidades. Pois, como afirma Calvino (2000), “Para ver uma cidade não basta estar de olhos abertos. É preciso antes de mais nada deixar de lado todas as coisas que impedem vê-la, todas as ideias recebidas, as imagens pré-constituídas que continuam a atravancar o campo visível e a capacidade de compreender”.

Assim, o resgate da memória e a preservação do patrimônio são instrumentos que buscam exercitar a capacidade de enxergar para além das imagens já constituídas. A partir de uma memória da qual façam parte as classes populares e formas de sociabilidade que ainda permanecem mesmo perante a modernização capitalista que atinge seus territórios, procurando assim dar visibilidade a outros sujeitos históricos que foram apagados da memória e da história urbana.

FONTES

AAPAH. *Nossa história*. Disponível em: <https://aapah.org.br/historia-da-aapah/>. Acesso em 03 de novembro de 2025

_____. *Quem somos*. Associação Amigos do Patrimônio e Arquivos Históricos. 11/01/2021. Disponível em: [Quem somos - AAPAH](#). Acesso em 02 de julho de 2025

_____. *Gentrificação em Guarulhos*. 30/01/2026. Disponível em: <https://aapah.org.br/gentrificacao-em-guarulhos/>. Acesso em 10 de julho de 2026

_____. *Complexo Lago dos Patos, nosso patrimônio ambiental urbano*. 11/08/2025. Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/complexo-lago-dos-patos-nosso-patrimonio-ambiental-urbano/>. Acesso em 15 de março de 2026.

_____. *Revista do patrimônio cultural de Guarulhos. projeto digitalização de jornais, n° 2*. 2024

_____. *Revista Maromomi digital*. Ano 1, edição 2. Dezembro de 2017

_____. *Revista patrimônio cultural: bens tombados de Guarulhos, n° 1*. 2016

ALMEIDA, Patrícia Freire (org.). *Territórios de Ururay*. Movimento cultural da Penha. São Paulo. 2016

ANDRADE, Marcelle Marques. *Praça Oito de Dezembro: lembranças do Taboão*. 23/01/21. Disponível em: <https://aapah.org.br/tabao-praca-oito/>. Acesso em 01 de novembro de 2025

BORGES, Augusto Cesar M. Diáspora, identidade e cultura em Guarulhos. in: *Signos e significados em Guarulhos: identidade, urbanização, exclusão*. Navegar editora. São Paulo. 2014. pp. 35-52

_____. *Turismo, memória e as narrativas dos negros em Guarulhos e SP*. 25/06/22. Disponível em: <https://aapah.org.br/turismo-memoria-e-as-narrativas-da-populacao-negra-em-guarulhos-e-sp/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

CANOLETTO, Ivan; GUERRA, Tiago. *Guarulhos: olhares sobre o trabalho e cotidiano*. AAPAH. Guarulhos. 2022

CARVALHO, Bruno Leite. *Ponte Alta ganha episódio do programa lugares e memórias*. 15/05/25. Disponível em: <https://aapah.org.br/noticia/ponte-alta-ganha-episodio-do-programa-lugares-e-memorias>. Acesso em 01 de novembro de 2025

_____. *Caminho entre a mente e o corpo e o nosso dia a dia*. 9/11/20. Disponível em: <https://aapah.org.br/2020/11/caminho/>. Acesso em 19 de novembro de 2025

COMPROMISSO DE BRASÍLIA. Abril de 1970. 1º encontro dos governadores de estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais

COSTA, Lucas Florêncio. Uma (des)harmonia arquitetônica chamada Cohab, *in: 40 anos de janela – livro comemorativo dos quarenta anos da COHAB I*. Movimento Cultural Penha. São Paulo. 2019, pp. 12-29

DUARTE, Mauricio D; COSTA, Lucas F, DARVICHE, Yasmin. Sesmaria de passarinhos: a zona leste, o grupo ururay e a dimensão social do patrimônio. Revista CPC. São Paulo, n.24, ago./dez. 2017. pp.194-205

_____. Os moradores do conjunto constroem suas narrativas, *in: 40 anos de janela – livro comemorativo dos quarenta anos da COHAB I*. Movimento Cultural Penha. São Paulo. 2019, pp. 30-57

_____. As transformações da cidade e o distanciamento do seu passado: o caso da Sub-região da Mooca. *In: Territórios de Ururay*. Movimento cultural da Penha. São Paulo. 2016. pp. 100-139

EMPLASA. Unidade de ação comunitária. *Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano*. 1979

GUARULHOS. Plano municipal de cultura. 2020

GUARULHOS Cultural. *Especial VIII Conferência Municipal de Cultura: A Resistência do Patrimônio Cultural da Cidade*. 10/10/23. Disponível em: <https://guarulhoscultural.com.br/especial-viii-conferencia-municipal-de-cultura-a-resistencia-do-patrimonio-cultural-da-cidade/>. Acesso em 06 de novembro de 2025

GOULART, Mônica M. Colina, patrimônio e histórias. *In: Territórios de Ururay*. Movimento cultural da Penha. São Paulo. 2016. pp. 30-9

GUERRA, Tiago. *Cabuçu: a igreja, as carências e os mortos*. 30/10/20. Disponível em: <https://aapah.org.br/cabucu/>. Acesso em 25 de novembro de 2025

_____; CARVALHO, Bruno L; ANDRADE, Marcelle M. Guia histórico cultura de logradouros - lugares e memórias de Guarulhos. Navegar Editora. Guarulhos. 2014.

_____; SANTANA, Ellen. *Os trailers e a identidade comunitária do Cecap*. 11/05/14. Disponível em: <https://aapah.org.br/trailers-do-cecap/>. Acesso em 17 de novembro de 2025

MORCELLI, Danilo da Costa. São Miguel Paulista e seu patrimônio: caminhos para o uso social. *In: Territórios de Ururay*. Movimento cultural da Penha. São Paulo. 2016. pp. 25-29.

MOVIMENTOS CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO (MCCSP). 1º conferência livre popular dos movimentos culturais da cidade de São Paulo. 2021

OMAR, Elmi El Hagi (org.). *Guarulhos tem história: questões sobre história natural, social e cultural*. Ananda editora. São Paulo. 2008

_____. *Irmandade da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos em Guarulhos: identidade, cultura e religiosidade*. Navegar editora. Guarulhos. 2013

PAULINO, Peterson Mendes. *Uma breve história das favelas de Guarulhos*. 08/02/25. Disponível em: <https://aapah.org.br/uma-breve-historia-das-favelas-de-guarulhos/>. Acesso em 01 de novembro de 2025

_____. *Comunidade Anita Garibaldi*. 26/05/24. Disponível em: <https://aapah.org.br/comunidade-anita-garibaldi/>. Acesso em 01 de novembro de 2025

REVISTA PROJETO. 19/10/2020. *Entidades manifestam-se contra nova composição de representantes do Conpresp*. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/noticias/entidades-manifestam-se-contr-nova-composicao-de-representantes-do-conpresp>. Acesso em 30 de janeiro de 2025

SESC SÃO PAULO. *Re(memorar): trajetórias na zona leste. Ururay patrimônio cultural*. Entrevista com Maurício Dias Duarte realizada em 24/09/20. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Ururay_Entrevista.pdf. Acesso em 11 de novembro de 2025

_____. *Re(memorar): trajetórias na zona leste. Fórum de cultura da zona leste*. Entrevista com Queila Rodrigues realizada em 25/08/20. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/forum-de-cultura-da-zona-leste-de-itaquera/>. Acesso em 06 de novembro de 2025

SÃO PAULO. Secretaria de economia e planejamento, Coordenadoria de ação regional. *Programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano*. São Paulo, 1978 (documentos, 10)

URURAY. *I Seminário sobre Patrimônios Históricos da Zona Leste*. Disponível em: (<https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/p/historico.html>). Acesso em 05 de novembro de 2025

_____. *Painel sobre economia criativa e colaborativa na Penha*. 13/11/2019. Disponível em: <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2019/11/colina-criativa-painel-sobre-economia.html>. Acesso em 05 de novembro de 2025

_____. *Memórias herdadas*. 19/11/20. <https://ururaypatrimoniocultural.blogspot.com/2020/11/memorias-herdadas.html>. Acesso em 05 de novembro de 2025

_____. *Patrimônio ambiental urbano*. 13/01/25. Disponível em: https://www.facebook.com/photo/?fbid=926257866296992&set=a.514021100854006&locale=pt_BR. Acesso em 18 de novembro de 2025

UNESCO. Conferência geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. 1988

_____. Decreto 3551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

_____. Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da constituição federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências

_____. Lei 12.343, 2 de dezembro de 2010. Institui o plano nacional de cultura – PNC, cria o sistema nacional de informações e indicadores culturais – SNIIC, e dá outras providências

CONPRESP. resolução da secretaria municipal de cultura, SMC-CONPRESP, nº 13 de 27 de novembro de 2018. Tomba o conjunto de bens constitutivos do espaço urbano da área do centro histórico do bairro da Penha.

GUARULHOS. Decreto 21143, de 26 de dezembro de 2000. Dispõe sobre: “tombamento do patrimônio cultural”.

_____. Lei orgânica do município de Guarulhos. de 5 de abril de 1990

_____. Lei 2.230, 11 de maio de 1978. Da proteção ao patrimônio histórico, arqueológico, artístico e turístico do município.

_____. Lei 3.000, 14 de maio de 1985. Autoriza o executivo a promover o inventário dos bens culturais do município, atendendo o disposto no artigo 180 da constituição federal.

_____. Lei ordinária 3618, 29 de maio de 1990. Autoriza o executivo a promover o inventário de bens imóveis de interesse cultural e dá outras providências.

_____. Lei 4730, de 28 de novembro de 1995. Dá nova redação ao artigo 5º da lei 3618 de 29 de maio de 1990

_____. Lei 6065, de 30 de dezembro de 2004. Institui o plano diretor de desenvolvimento urbano, econômico e social do município de Guarulhos e dá outras providências

_____. Lei 5473, de 19 de outubro de 2009. Dispõe sobre a criação do conselho municipal de patrimônio histórico, estabelece normas para preservação e proteção do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do município de Guarulhos e dá outras providências

SÃO PAULO. Decreto 57.484, 29 de novembro de 2016. Institui o Sistema Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Cultura de São Paulo, bem como o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura e o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

____ Lei 10.032, 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação de um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo.

____ Lei 10.236, 16 de dezembro de 1986. Altera dispositivos da lei 10.032 de 27 de dezembro de 1985, que dispõe sobre a criação do CONPRES

____ Lei 13.885, 25 de outubro de 2004. Estabelece normas complementares ao plano diretor estratégico, institui os planos regionais estratégicos das subprefeituras, dispõe sobre o parcelamento, disciplina e ordena o uso e ocupação solo do município de São Paulo.

____ Lei 14.874, 5 de janeiro de 2009. Confere nova normatização ao Conselho Municipal de Cultura; altera o art. 5º da Lei nº 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, e revoga a Lei nº 11.287, de 23 de novembro de 1992

____ Lei 16.496, 20 de julho de 2016. Institui o Programa de Fomento à Cultura da Periferia de São Paulo.

____ Plano Municipal de Cultura. Secretaria municipal de cultura. São Paulo. 2016

____ CÂMARA MUNICIPAL. Substitutivo ao Projeto de lei 248/15. confere nova disciplina ao Conselho Municipal de Cultura, criado pela Lei nº 8.204, de 13 de janeiro de 1975, e reorganizado pelas Leis nº 11.287, de 23 de novembro de 1992, e nº 14.874, de 5 de janeiro de 2009, alterando-se a sua denominação para Conselho Municipal de Política Cultural; introduz alterações nas Leis nº 16.278, de 5 de outubro de 2015, e nº 15 608, de 28 de junho de 2012.

____ Secretaria Municipal de Cultura. **DPH: Memória, Preservação e Tombamento: contribuições para uma política urbana.** São Paulo, ca. 1991. Acervo: CEDEM/UNESP, Fundo CEDESP

SÃO PAULO (Estado). Lei 1817, 27 de outubro de 1978. Estabelece os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento industrial metropolitano e disciplina o zoneamento industrial, a localização, a classificação e o licenciamento de estabelecimentos industriais na Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Revista da faculdade de letras – geografia*. I série, vol. XIV. Porto, 1998. pp. 77-97

ALBERTI, Ana A; PERUZZO, Cicilia M. A comunicação popular na preservação da memória das lutas populares no Brasil. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 21(1):21-30 janeiro/abril. 2019. pp. 21-30

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ANDRADE, Ana Maria M. S.; SANTHIAGO, Ricardo. Memórias compartilhadas e o direito à cidade. In: *Public History Weekly* 10 (2022) 8, DOI: [dx.doi.org/10.1515/phw-2022-20736](https://doi.org/10.1515/phw-2022-20736).

ARANTES. Antônio A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus*, Goiânia, vol.04, nº 01, jan. a jun. 2020, pp. 425-435.

_____. Revitalização da capela de são Miguel paulista in: *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, pp. 149-174

_____. ; ANDRADE, Marília. A demanda da igreja velha: análise de um conflito entre artistas populares e órgãos do estado. *Revista de antropologia*. Separata do volume XXIV. São Paulo. 1981. pp. 97-107

AZEVEDO, Natane R. Movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais em Goiânia e São Paulo no final do século XX. *Revista Caliandra*. Goiânia, Vol. 2 nº 1, jan. a jul. 2022, pp. 17-30.

BAFFI, Mirthes I. S. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. *Revista do Arquivo Municipal/Departamento do Patrimônio Histórico*. V. 204, 2006 pp. 169-190

BARBOUR, Vivian M. *O patrimônio existe? Os sentidos da Vila Itoororó*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de arquitetura e urbanismo, USP, São Paulo. 2017.

BARROSO, Eloisa Pereira. Patrimônio e performance cultural: experiência e territorialidade na conquista do espaço. *Anos 90*, Porto Alegre, vol. 25, n. 48, dez. 2018, pp. 151-180.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BLANKI, Dionis M. P. Repensando o patrimônio (cultural): cultura, identidade e memória. *Prisma Jur.*, São Paulo, v. 13, n. 1, jan./jun. 2014, pp. 37-70.

CALVINO, Ítalo. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Cia das letras, 2002.

_____. Os deuses da cidade. *GEOUSP Espaço e tempo*. São Paulo. Vol. 4 nº1. 2000, pp. 9-12

CALABRE, Lia. *Escritos sobre políticas culturais*. Rio de Janeiro. Fundação casa de Rui Barbosa. 2019

_____; VAL Ana Paula do. Desafios contemporâneos para as políticas públicas de cultura na cidade de São Paulo. *Estudos avançados*. 38 (112). 2024. pp. 335-354

CAMPOS, Diego Monteiro G. *Potencialidades para a criação do território de interesse da cultura e da paisagem (TICP) Jacú-pêssego na zona leste da cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Instituto de energia e ambiente - USP. São Paulo. 2017

CAMPOS, Yussef D. S. Os conceitos de lugar e território na composição do patrimônio cultural: quilombos e terras indígenas na constituição federal brasileira. *Tempo e argumento*. Florianópolis. Vol. 10, nº 25, jul. a set. 2018, pp. 99-114.

_____. A dimensão política do patrimônio cultural na constituinte de 1987-1988. Tese (Doutorado). UFJF, Juiz de Fora, 2015.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2015.

_____. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. Los usos sociales del patrimonio cultural. *Cuadernos Patrimonio Etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999, pp. 16-33.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do IPHAN*. Nº 23, 1994, pp. 94-115.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CARVALHO, Taisa S; AMARAL, Luis C. P. Os inventários como instrumento de preservação: da identificação ao reconhecimento. *9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília. junho de 2011. pp. 1-9

CASTRO, Cleber Augusto Trindade; TAVARES, Maria Goretti da Costa. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. *Sociedade e território*. Vol. 28 nº 2, jun. a dez. 2016, pp. 117-135.

CASTRO, Laura R. P. *O patrimônio cultural urbano como construção coletiva*. Dissertação (Mestrado). Escola de arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes,

2002.

CHAGAS, Mário. Museus e patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. *Revista do IPHAN*, 2017, pp. 121-138.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Estação liberdade: São Paulo, 2001.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

_____. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do IPHAN* n° 35, 2017, pp.79-103.

COSTA, Everaldo B. Itinerários urbanos como prática patrimonial no CPC: relato da experiência de 2015. *Revista CPC*, São Paulo, número 21, jan. a jul. 2016, pp.173-185.

_____. Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais no século XX. *Finisterra*, XLVII, 93, jul. 2012, pp. 5-28.

_____. Utopismos patrimoniais pela América latina: resistências à colonialidade do poder. *XIV Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro*, Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. pp. 1-32

COSTA, Wagner Maia da. Dos movimentos sociais aos coletivos do século XXI: as horizontalidades dentro das verticalidades? *44º Encontro Anual da ANPOCS*. 2020. pp. 1-20

COULOMB, René; RANGEL, Edna Elena V. Los sujetos patrimoniales del centro histórico: de la valoración identitaria a la valorización mercantil. Una exploración inicial desde la Ciudad de México, in: *El derecho a la ciudad en América Latina: visiones desde la política*, 2019, pp. 397-414.

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Revista política e sociedade*. N. 5, outubro de 2004. pp. 139-164.

DAHER, Andrea. Objeto cultural e bem patrimonial: representações e práticas. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Brasília. n° 34. 2012, pp. 113-130.

D 'ALESSIO, Márcia Mansor. metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Brasília. n° 34.2012, pp. 79-90.

DE MÉO, Guy. Processos de patrimonialização e construção de territórios. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 5, n. 1, fev. 2015, pp. 3-23.

DO VAL, Ana Paula. Território, cidadania cultural e direito à cidade: a experiência do programa VAI. dissertação (mestrado). EACH-USP. São Paulo. 2015

DUARTE, Fábio. Cidade, modos de usar: um ensaio sobre leitura. *Paisagem Ambiente: ensaios*, n. 25, São Paulo, 2008, pp.173-184.

FERNANDES, Gabriel A. E a tal da virada antropológica em São Paulo? os limites para uma política patrimonial inclusiva, plural e progressista. *Vitruvius*. 23002. ano 20. São Paulo. Set/2019. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/20.230/7471>. Acesso em: 06 de novembro de 2025

FERNANDES, Larissa Lucindo. *A patrimonialização da Casa da Candinha: caminhos do reconhecimento do patrimônio cultural de Guarulhos, SP*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Guarulhos. UNIFESP, 2021.

FERREIRA, Paulo T. A. *Nós vamos hackear o turismo, entre roteiros, quebradas e resistências na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado). Escola de artes, ciências e humanidades, USP, 2022.

FERRAZ, Joana D'arc F. Movimentos sociais: dilemas e desafios das ações patrimoniais. In: *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2008, pp. 99-112.

FONSECA, Maria Cecília L. *O patrimônio em processo: trajetórias da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Boletim de Políticas Setoriais, nº 02. Brasília: IPEA, 2001, pp. 111-120.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo. *Cadernos de campo*, nº 14/15, 2006, pp. 231-239.

FRÚGOLI JR, Heitor. Ativismos urbanos em São Paulo. *Caderno CrH*, Salvador, v. 31, n. 82, jan./abr. 2018. pp. 75-86

GERALDES, Eduardo A. S. Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano: proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo. (tese) geografia USP. São Paulo. 2006.

GOHN, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo. Cortez Editora. 2001

_____. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, mai. a ago. 2013, pp. 238-253.

_____. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo. Cortez Editora. 2012

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 201. pp. 333-513

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: *memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003,

pp. 21- 29.

GONÇALVES, Juliano Rosa; PELUSO, Marília Luiza. Lugar, território e territorialidade na construção da identidade. *Revista Percurso - NEMO* Maringá, v. 14, n.2, 2022, pp. 207-229.

GROPPO, Bruno. Las políticas de la memória. *Sociohistorica*, nº 11-12, 2002, pp. 187-198.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Editora Autêntica, 2015.

HARVEY, David. *Cidade rebeldes: do direito à cidade a revolução urbana*. São Paulo. Martins Fontes. 2012

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

ICOMOS. Maio de 1964. Carta de Veneza: sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios

IAMAMOTO, Sue. Memória coletiva e movimentos sociais: um encontro de dois campos teóricos. *41º encontro ANPOCS*. Caxambu, out. 2017, pp. 233-250.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *RUA: Revista De Urbanismo E Arquitetura*, 2008. pp. 32-39

_____. *Elogio aos errantes*. EDUFBA, Salvador, 2012

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro. Casa da palavra. 2005

LEBLANC, Esther M. *A prefeitura municipal de São Paulo e os coletivos urbanos: a construção de interfaces socioestatais*. dissertação (mestrado). FGV. São Paulo. 2017

LEFEBVRE, Henri. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo. Editora Unicamp. 2013

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2004, pp. 251-290.

MAGALHÃES, Alex F; SOARES, Eliana M. O patrimônio cultural como “lugar” de luta social: ações coletivas e sua preservação. *Arquimemória 5*. Salvador, 2017, pp. 11-

12.

MAGNANI, José Guilherme C; MORGADO, Naira. Tombamento do parque do povo: futebol de várzea também é patrimônio. *Revista do IPHAN*, nº24, 1996. pp. 175-184

MARCELLOS, Lincoln N. *Guarulhos: o projeto de cidade global, a reestruturação do espaço urbano e seu impacto sobre a identidade de Guarulhos*. Tese (Doutorado) PUC-SP. São Paulo. 2012

MARIANO, Neusa de Fátima. A festa do divino como resistência e como utopia. In: *Paisagens patrimoniais e artes na América Latina*. São Luís: Editora UEMA, 2022, pp. 167- 178.

MARICATO, Ermínia. Nunca fomos tão participativos. *Revista sem-terra*, ano X nº 43, jan./fev. 2008, pp. 17-20.

MARTIN-BARBERO, Jesús. La reinención patrimonial de América latina. *Múrcia. Sphera pública*, 2010, pp. 291-309.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Livro I. Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. Participação política e conselhos de cultura: uma proposta. in: *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador. 2010. Edufba. pp. 253-264

MELLO, Larissa Rocha. *Participação social e patrimônio cultural: território de interesse da cultura e da paisagem (TICP) Paulista-Luz*. Dissertação (Mestrado). São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2021.

MELO FILHO, Dirceu Cadena. Conflitos e contestações na utilização do patrimônio como recurso em São Paulo. *XIII ENANPEGE*. Set/2019. São Paulo, 2006, pp.1-13.

MENESES, Ulpiano T. B. A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano. *Patrimônio: atualizando o debate*. São Paulo: IPHAN. 2006. pp. 33-76

_____.O campo do patrimônio cultural: Uma revisão de premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural. *IPHAN*. Ouro Preto, 2009. pp. 25-39

_____. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista IEB*, São Paulo, 1992, pp. 9-24.

_____. O patrimônio ambiental urbano: do lugar comum ao lugar de todos. *C J arquitetura*. 1978. s.p.

MORAIS, Isabel R. *São Miguel Paulista – Capela de São Miguel Arcanjo – interfaces das memórias do patrimônio cultural*. (mestrado). PUC-SP. São Paulo. 2007

MORCELLI, Danilo da Costa. A memória da cidade de São Paulo: ensaio periféricos,

palimpsesto e tabula rasa. *Revista confluências culturais*. vol. 4, nº 1. março de 2015. pp. 31-40.

_____. *Paisagens paulistanas, memória e patrimônio as margens do rio Tietê*. dissertação (mestrado). EACH USP. São Paulo. 2013

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural (1975-1990)*. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro, UNIRIO, 2000.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. Patrimônio cultural e escrita da história: a hipótese do documento na prática do Iphan nos anos 1980. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. 7. set.-dez. 2016. pp. 121-14

_____. *Sítios urbanos na redemocratização: novas demandas e caminhos para a ampliação das práticas de preservação*. *Anais do museu paulista*. São Paulo, nova série, vol. 28, 2020, pp. 1-33 d2e33.

_____. Habitar o presente, construir o passado: história oral e patrimônio nos conjuntos residenciais modernos em São Paulo. *Arq.urb.* número 26 setembro/dezembro de 2019. pp. 117-137

_____. Como se constitui e quem dita o patrimônio cultural de uma cidade. *Nexo Jornal*. 18/08/2018. 2018a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2018/08/18/como-se-constitui-e-quem-dita-o-patrimonio-cultural-de-uma-cidade>. Acesso em/08 de junho de 2025

NASCIMENTO. Rodrigo Modesto. Mapeamento dos conselhos municipais de patrimônio cultural no estado de São Paulo. *Pol. Cult. Rev.*, Salvador, v. 11, n. 1, Jan/jun. 2018b. pp. 308-343

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, ed. 10, dez. 1993, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Erika Gomes de. *Construção dos programas de governo em Guarulhos: uma análise dos atores sociais e da gestão aprovada pela população entre 2001 e 2012*. TCC. Escola de sociologia e política de São Paulo. São Paulo. 2014

OLIVEIRA, Irina Alencar. Apropriações coletivas de espaços públicos: um enfoque no patrimônio cultural (cidade de Goiás como estudo de caso). *Revista Thesis*. Rio de Janeiro. Vol. 6 n 12, dez. 2021, pp. 98-113.

PAIVA, Odair da Cruz. Patrimônio cultural e leis de proteção no município de Guarulhos (SP) entre as décadas de 1980 e 2010. *Resgate - Revista Interdisciplinar Cultura*, Campinas, v. 25, n. 1 [33], jan. a jun. 2017, pp. 179-202.

PEREIRA, Maria Clementina (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. DPH/SMC-SP. São Paulo. 1992

PEREIRA, Mirna Busse. Casas de cultura: experiências de cidadania cultural em São Paulo (1989 1992). Dissertação de mestrado. PUC SP. São Paulo. 1998.

_____. O direito à cultura como cidadania cultural. *Revista Projeto história*, São Paulo, nº 33, dez. 2006, pp. 205-227.

PERIA, Pedro Vianna G. *Museu-território, turismo-resistência: política pública, ação pública e narrativas sobre o esquecimento e a memória*. dissertação (mestrado). FGV. São Paulo. 2022

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no ocidente*. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

PORDEUS, Marta Santa Cruz. *O que o Ocupe Estelita ensina, dez anos depois. Outras Palavras*. Disponível em: [O que o Ocupe Estelita ensina, dez anos depois - Outras Palavras](#). Acesso em: 28 mai. 2024.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de antropología social*, nº21, Buenos Aires, 2005 pp. 17-35.

_____. El concepto de patrimonio cultural. *Cuadernos de antropología social*, nº 11, Buenos Aires, 2000, pp. 115-136.

RAMIREZ, Javier Hernandez. El patrimonio activado. Patrimonialización y movimientos Sociales en Andalucía y la ciudad de México. *Dimensión antropológica*, ano 14, vol 41, set. a dez. 2007, pp. 7-44.

RAUTENBERG, Michel. Patrimônio, continuidade ou ruptura nos usos e nas representações dos lugares? *Geosaberes*, Fortaleza. Vol. 5 número especial, 2014, pp. 59-66.

REIS, Gabriele Alves. O território como estratégia de memória: museus de território. XIII. *ENANPEGE*. São Paulo, set. 2019, pp. 1-13, 2-7.

RETROZ, Sérgio Ricardo. O departamento do patrimônio histórico de São Paulo na administração de Luiza Erundina: questões conceituais. *Revista sem aspas*, Araraquara, vol. 10, nº 00, jan. a dez. 2001, pp. 1-16.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. Patrimônio cultural e território urbano. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº78, 2014, pp. 45-76.

_____. *Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). FFLCH. São Paulo. 2001

RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 - 1987*. São Paulo. Editora Unesp. 1999

_____. ; TOURINHO, Andréa de O. patrimônio ambiental urbano: uma retomada. *Revista CPC*. São Paulo, nº 22, jul. a dez. 2016, pp.70-91.

_____. Patrimônio ambiental urbano, cidade e memória: uma dimensão política da preservação cultural na década de 1980. *Anais do Museu Paulista*, vol. 28. 2020, pp.1-32

ROLNIK, Raquel; FRÚGOLI Jr. Heitor. Reestruturação da metrópole paulistana: a zona leste como território de rupturas e permanências. *Cadernos Metrópole* n. 6, 2º sem. 2001. pp. 43-66

SALVADORI, Maria Ângela B. *Memória, cultura e cidadania: estudo de uma política pública*. Tese (Doutorado). Faculdade de educação, UNICAMP, Campinas. 2000.

SANTANA, Danielle de. *Do IGEPAC ao território de interesse da cultura e da paisagem*. Rio de Janeiro. TCC IPHAN, 2017.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. A zona leste e a história oral: história pública, políticas de memória e pesquisa acadêmica. *Patrimônio e memória*. Vol. 13 nº 1, jan. a jun. 2017, pp.152-178.

SANTOS, Aretha; SCAVONE, Isadora; SCHWERZ, João Paulo. Ressonância, resiliência e ressignificação do Cais Estelita. *UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects*. vol. 3, 2021, pp.1259-1264.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. *Revista crítica de ciências sociais*. nº 24, mar. 1988, pp.139-172.

SANTOS, Carlos J. Ferreira. *Identidade urbana e globalização: a formação dos múltiplos territórios em Guarulhos/SP*. São Paulo. Annablume. 2006

_____. “Periferia” metropolitana paulistana em interação com os primórdios da urbanização de São Paulo – sec. XIX/XX Penha e Guarulhos. *Anais do IV Congresso Brasileiro de história econômica e V Conferência internacional de história de empresas*. Vol. 1. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2001. pp. 1-25

_____. Igreja e Largo dos homens pretos da Penha: História e cultura de resistência, in: *Recados: memória das relações entre a comunidade e o patrimônio*. São Paulo. Movimento Cultural Penha. 2011

SANTOS, Milton. *O retorno do território. Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ Annablume, 2002.

_____. Uma metamorfose política. *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, 17 out. 1999, pp. 3-5.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Regina Bega dos. *Movimentos sociais urbanos*. São Paulo. Editora Unesp. 2004

SANTOS, Regina Tavares M. *Memórias em trânsito: confrontos entre lembrança e*

memória nos ambientes propostos pelos centros de memória e cultura na zona leste do município de São Paulo. Tese (doutorado). PUC-SP. São Paulo. 2015

SCIFONI, Simone. Patrimônio cultural e lutas sociais. *Espaço e geografia*. Vol.16 nº 2, 2013, pp. 515-528.

SILVA, Thiago Souza et al. O espaço urbano como lugar de memória: investigando a confluência da materialidade, espacialidade e afetividade na construção mnemônica pelas coletividades que o habitam. *Anais VI JOIN / Brasil - Portugal*. Campina Grande: Realize Editora, 2019

_____. *A construção do patrimônio natural*. Tese (doutorado). FFLCH USP. São Paulo. 2006

SMITH, Laurajane. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do patrimônio cultural em contextos contemporâneos. *Confluências culturais*. Vol. 12, nº 2, 2023, pp. 122- 135.

STARLING, Mônica B. L. Patrimônio, participação local e democracia: o papel dos conselhos municipais de patrimônio cultural de Minas Gerais. *Políticas Culturais em Revista*, 1 (2), 2009, pp. 140-156

SOUZA, Giovanna C. F de. *O processo recente de gentrificação do bairro do Tatuapé/São Paulo (2010-2020)*. TGI. FFLCH-USP. São Paulo. 2022

TAMASO, Izabela. Notas sobre o estatuto da noção de lugar na obra do antropólogo Antônio Arantes. In: Izabela Tamaso; Renata de Sá Gonçalves; Simone Pondé Vassalo. (Org.). *A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus*. 1ed. Goiânia: CEGRAF - UFG / ABA, vol. 1, 2019, pp. 282-298.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos e a construção da democracia no Brasil: um rápido balanço de duas décadas de participação conselheira, in: *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Edufba. Salvador. 2010, pp. 27-50

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (vol. I). A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TONASSO, Maria C. Pessoa. Zonas de conflito? zoneamento e preservação do patrimônio cultural em São Paulo (1975-2016). dissertação (mestrado) FAU-USP. São Paulo. 2019

TOURINHO, Andréa de Oliveira; BELORTE, Bárbara. Memória e mudança nas representações sobre a Penha: em busca de seu conhecimento. *Arq.urb.* nº 16, segundo quadrimestre/ 2016, pp. 136- 157.

_____. Patrimônio cultural e participação social na cidade de São Paulo: mudanças e experiências recentes. *Revista 5%*. Ano 15 vol. 1 nº 19, jan. a jun. 2020, pp. 01-19.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. Editora e livraria Anita. São Paulo. 2010

VANNUCCI, Anderson. *Cidade, patrimônio e ativismos urbanos: o Casarão da Vila Guilherme entre a memória e o direito à cidade (1991-2016)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de história, PUC-SP, São Paulo, 2020.

VILLASCHI, João Nazário Simões. *Hermenêutica do patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto – MG*. Tese (Doutorado). Departamento de geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2014.

WEISSHEIMER, Maria Regina. *O patrimônio urbano no Brasil: entre transformações e preservação*. Tese (Doutorado). FAU-USP. São Paulo. 2022.

YÁZIGI, Eduardo. A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. *Revista GeoINoVA*, Nova Lisboa, n. 12, 2006, pp. 65-81

_____. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada. *Revista hospitalidade*. São Paulo. vol. IX. nº 1. junho/2012. pp. 22-51

ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial. *Revista CPC*, Vol. 13, jan. a set. 2018, pp. 7-33.

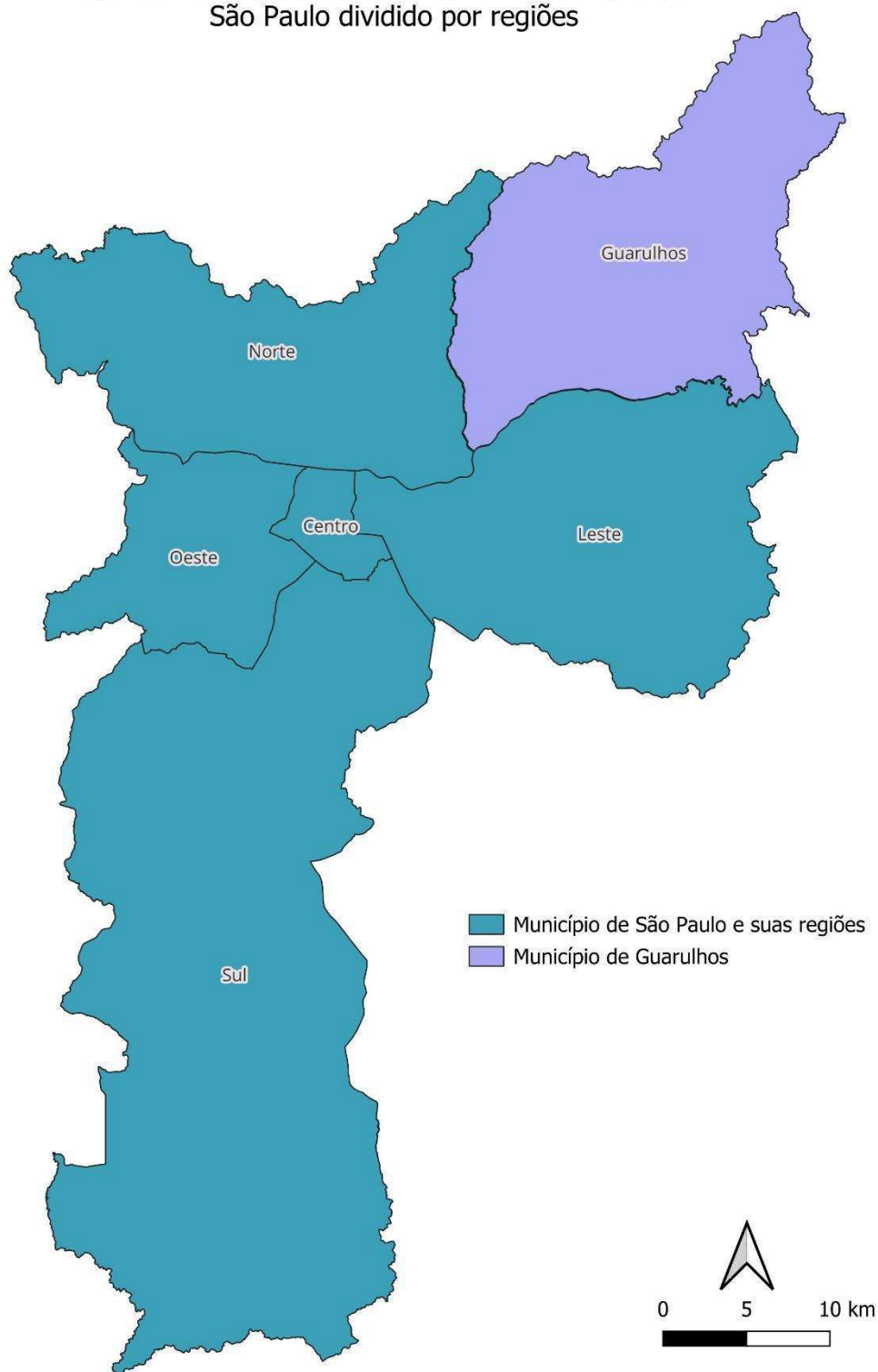
_____. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. *Patrimônio e memória*. Vol. 5 nº 1, out. 2009, pp. 137-152.

_____. TOMAZONI, Edgar Luís. Política patrimonial, uma política participativa? In: *Mobilização e mudança social: experiências de participação política na sociedade contemporânea*. São Paulo: Annablume, 2013, pp. 105-126.

ANEXOS:

Mapa 1:

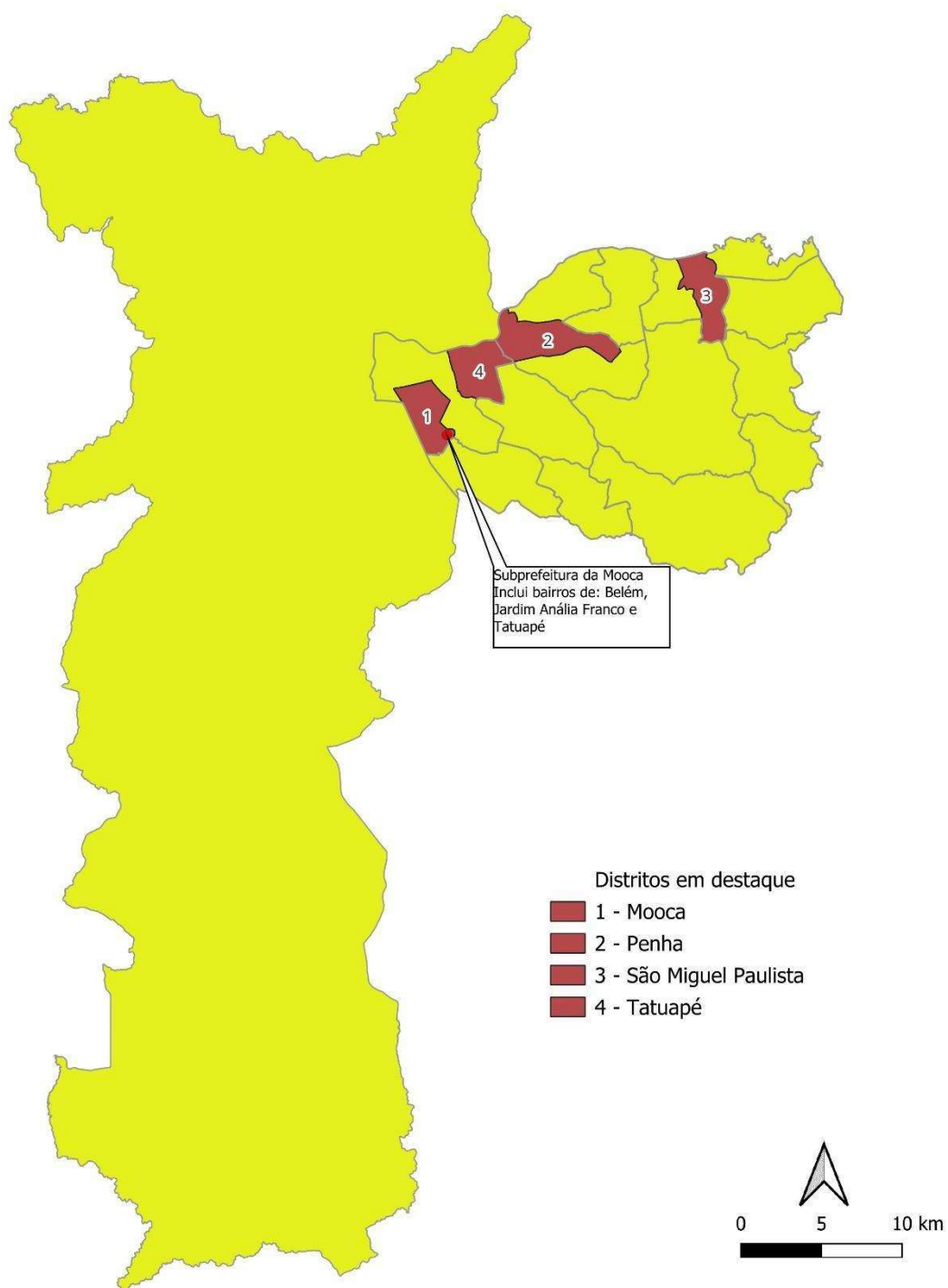
Mapa do Município de Guarulhos e do município de São Paulo dividido por regiões



Fonte: Renata Canuto Fontes

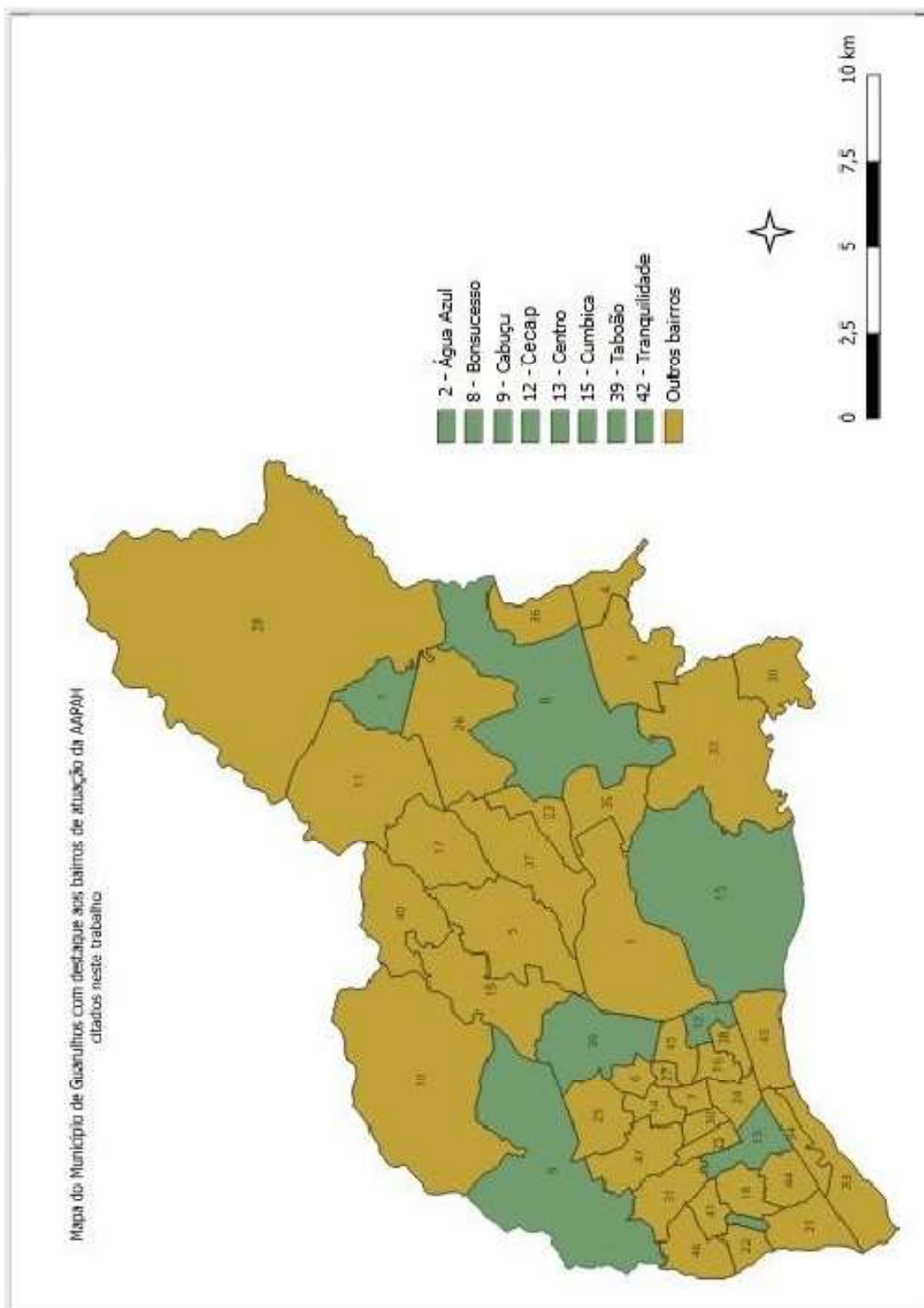
Mapa 2:

Mapa do município de São Paulo com os distritos da zona leste em destaque



Fonte: Renata Canuto Fontes

Mapa 3:



Fonte: Renata Canuto Fontes